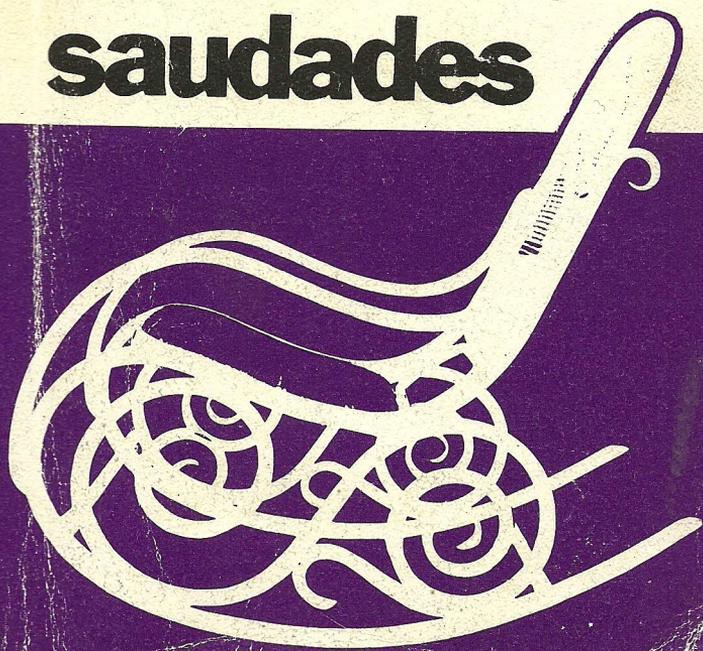


# **PALESTINA, uma agulha e as saudades**

**Raimundo  
Girão**



*Só mesmo quem é dotado de perfeita memória e de rígido critério para utilizá-la, não a falseando jamais, pode entregar-se à tarefa de fazer surgir do fundo do passado as ocorrências que marcaram milhares de dias de sua existência com esperanças e decepções, triunfos e desenganos, e ainda as personalidades que voluntária ou involuntariamente contribuíram para aquelas fases de alegrias e desilusões.*

*Sim, a boa memória e o escrupuloso critério são imprescindíveis para o exercício desse saboroso gênero literário que á a memorialística, por garantirem a absoluta veracidade histórica do que se narra: figuras e fatos exigem recordações exatas, conscienciosas, para que cheguem ao conhecimento de todos em toda a sua pureza, sem quaisquer deformações ditadas por negligência ou improbidade.*

*Raimundo Girão, consagrado historiador de projeção nacional e intelectual de várias facetas, cada qual mais brilhante, armado daqueles elementos, mostra neste repositório de reminiscências, na justa medida, sem fantasiar, nem aventurar, acontecimentos de sua vida particular e pública, com os mesmos matizes originais, desde sua reencarnação na fazenda Palestina, em 1900, até os dias atuais.*

*À semelhança de uma tela cinematográfica, este livro de agras e de doces recordações, entremeadas de valiosos conceitos relativos à moral, à família, ao procedimento dos homens, faz perpassar em nossa mente, com integral nitidez e preci-*

*são, as principais personalidades ligadas à trajetória do autor, num elenco em que figuram desde os seus pais, amantíssimos e amadíssimos, até os tipos populares do seu tempo, os companheiros da fase esportiva, os colegas dos bancos escolares e acadêmicos, os luminares das disciplinas formadoras de sua sólida cultura, políticos e politicóides, homens e homens que viu em torno de si, uns, grandes mestres e notáveis governantes, outros, simples ocupantes de cargos, despreparados para largas projeções.*

*Toda essa vida pretérita, com seus encantos e penares, aqui está desenrolada numa linguagem gostosa, escoreita, liberta, às vezes, graciosamente, de uns tantos freios gramaticais que o Autor despreza para, a seu jeito, dar mais plasticidade à sua arte de contar o passado com simplicidade, compreensão e ternura.*

*Este livro, que encerra interessantes passagens da vida cearense, deve chegar também às mãos da juventude como legítimo compêndio para o aprendizado do otimismo, da arrancada para o triunfo, de força de vontade, da bravura de atitudes, da renúncia à vaidade, da harmonia conjugal, da afeição paterna, da gratidão aos protetores e da lealdade aos amigos.*

**Rui Guedis**

**Capa: Audífax Rios**

**PALESTINA, UMA AGULHA E AS SAUDADES**

**(Reminiscências)**

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

CHICAGO, ILLINOIS

**RAIMUNDO GIRÃO**

# **Palestina, uma Agulha e as Saudades**

**(Reminiscências)**

**2ª Edição**

**Fortaleza - Ceará**

**1984**



### **A MARIZOT**

*"Juntos, subimos a encosta da vida. Juntos, estivemos sempre na dor e na alegria. De mãos unidas, passeamos pelos jardins floridos da Primavera. Unidos, dormimos junto ao fogo nas noites de invernia. Unidos, vamos até o Invisível."*

(Constâncio Vigil)

### **AOS MEUS FILHOS E NETOS**

*"Nada tenho a dizer-lhes diferente do que tenho dito aos demais homens. Só devo pedir-lhes que me superem em retidão."*

(Idem)

### **AOS MEUS AMIGOS**

*"Um amigo é um outro nós."*

(Zenon)



*São despreziosas estas reminiscências. Escrevi-as para os meus e os amigos que porventura se interessem no que narrei. Narrei e tentei interpretar, tirando alguma conclusão dos fatos narrados. E nessa narração não fui completo, nem poderia ser. Nem quis ser, por não valer a pena lembrar coisas de menor importância. Mas o que está escrito é autêntico. Afirmo. Salvo qualquer engano, já se vê.*

*SE BEM ME RECORDO* poderia ser o título destas lembranças: muitas passagens, em verdade, não reconstituo com toda a nitidez. No entanto, o que recordei, exigindo da memória ou consultando os meus arquivos, será o bastante para mostrar que, embora humildemente, enchi a vida. Conforta-me a convicção de não ter sido um inútil, e sabemos que o homem vale pela sua utilidade social. Pelo que pode oferecer à sua coletividade.

*A circunstância de ser uma planície, sem maiores elevações, a minha viagem de 70 outubros não me desencorajou do trabalho da reconstrução. Rememorar é reconstruir. Afinal, andei por onde muitos não andaram: pelo sertão, pela montanha, pela praia. A vivência sertaneja, a serrana e a litorânea coloriram a trajetória do menino da fazenda Palestina que se integrou na Capital: se não fez mais, é que a sua capacidade não deu. Nós somos produto de nossa capacidade — física, psíquica, moral, intelectual — e, se a sorte nos ajuda, tanto melhor. Nem sempre, porém, a capacidade dispõe de uma estrela para conduzi-la.*

*Ao leitor destas pobres MEMÓRIAS ficarei grato pela acolhida da leitura. E os meus agradecimentos, cordiais e sinceros, dirijo aos que me estenderam a mão para assegurar a publicação destas notas autobiográficas — os drs. Claudino Sales, Stênio Carvalho Lima, Anastácio Camelo e aos*

*componentes das oficinas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado. Especial homenagem ao Governador César Cals de Oliveira Filho, que autorizou o preparo da 1ª edição.*

*Nesta 2ª edição, a capa é de Audífax e foi impressa nas oficinas gráficas da Stylus Comunicações Ltda. A Rui Guedis, devo os cuidados carinhosos para que saísse a edição gramaticalmente mais correta e bem revista. Às minhas filhas Celda e Celne, a datilografia dos originais.*

*Deus queira PALESTINA, UMA AGULHA E AS SAUDADES inspire algo de bom.*

## PALAVRAS PARA ESTA EDIÇÃO

Com a publicação de *Palestina, uma agulha e as Saudades*, julgava eu, isto em 1972, que o livro seria o meu rouquenho canto de cisne. Aposentado das funções públicas que exercia e da advocacia, antevia, para mim, uma solidão intelectual, pois que solidão mesma não experimentaria, com a gostosa e dedicada convivência da minha esposa, dos meus filhos e netos e de amigos mais chegados.

Mas com os poderes de Deus a solidão não me dominou: concedeu-me Ele a graça de viver mais uma dezena de anos, sempre feliz, e no terreno das Letras, onde me meti sem ser chamado, pude dar à publicidade alguns trabalhos que penso de algum mérito, no mesmo passo que me sentia orgulhoso de ter os meus pequenos merecimentos reconhecidos em alto som.

O primeiro prêmio que recebi, logo em 1973, foi o da

*Medalha da Abolição*, a mais valiosa comenda com que o Estado do Ceará gratifica a quem ele julga merecê-la. Recebi das mãos do Governador Cel. César Cals de Oliveira Filho, no mesmo ato solene em que ele honrava com a comenda o notável cearense, Marechal Juarez Távora, que tanto soube ilustrar o nome cearense nos meios políticos, militares e culturais do Brasil.

Não tardou me viesse, outorgada pelo mesmo distinto governante, a *Medalha José de Alencar*, instituída para galardoar aqueles que souberam ou puderam concorrer de modo destacado para o engrandecimento da Cultura no Ceará.

Outra notável distinção recebi: a *Sereia de Ouro*, troféu que o Grupo Verdes Mares de Comunicação, após rigorosa escolha, confere a quem (4 por ano), a seu ver pôde ser objeto de sua preferência. Receberam-na comigo, no ano de 197 , figuras eminentes como a do Cardeal Aloisio Lorscheider, o grande Empresário José Dias de Macedo e o ex-Ministro da República, Dr. Armando Falcão.

Da parte do Rotary Club de Fortaleza, que tive o privilégio — privilégio, sim — de organizar e fundar, como a primeira agremiação rotária neste Estado e já hoje longamente difundida, recebi mais de uma medalha de ouro, reconhecimento dos meus companheiros ao trabalho que iniciei para divulgar em nossa terra o admirável princípio de *servir* por todos os modos e não escolhendo a quem, tudo isso coroado com a outorga da *Medalha Companheiro Paul Harris*, concedida a alguns rotarianos pela organização Rotary Internacional. Da Universidade Federal do Ceará mereci a sua *Medalha do Mérito Cultural* e da Prefeitura de Fortaleza a *Medalha do Mérito Administrativo*.

Outras honrarias me vieram, dando lustre melhor à minha modesta personalidade, tais como, por aclamação, o título de Presidente de Honra da Sociedade Cearense de Geo-

grafia e História, e o de Presidente de Honra do Instituto do Ceará, do qual, igualmente recebi a *Medalha Barão de Studart*, só excepcionalmente outorgada. Honrei-me, também, com o título de *Amigo da Cultura*, instituído pela Secretaria de Cultura do Estado. Afora alguns títulos de Sócio Correspondente ou Honorário de várias instituições culturais brasileiras.

E, conservando a lucidez de espírito, outro dom de Deus, pude preparar e publicar diversos livros que, vaidosamente, enumero, embora saiba que não são da melhor valia: *Famílias de Fortaleza* (1975), *A Academia de 1894* (1975), *Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema* (1976), *Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil* (1976), *O Senador Pompeu* (1977), *Bichos Cearenses na Obra de Alencar* (1977), *A Cidade do Pajeú* (1982), *Páginas Exumadas* (1982), *Os Municípios Cearenses e seus Distritos* (1983), *Fortaleza e a Crônica Histórica* (1983) e uma 4.<sup>a</sup> edição da *Pequena História do Ceará*, atualizada. Em preparo, a caminho do prelo: *Descrição da Cidade da Fortaleza* (1895), de Antônio Bezerra de Menezes, por mim atualizada e ilustrada, bem como *Panorama da História do Ceará*. Para a Academia Cearense de Letras organizei *Alencar 100 anos depois* e *Falas Acadêmicas*, trabalho este que estou atualizando. De pequeno porte, saíram, de tom biográfico, *Eduardo Henrique Girão* (1982) e *Uma Dignidade Militar* (1982), além de *Centenário do Município de Morada Nova* (1976).

Tenho procurado, dentro das forças que me restam nestes meus 84 anos de idade, não ser um inútil, pois sempre pensei e afirmo sempre que o homem, na sociedade em que vive, vale pela sua utilidade social (Os inúteis, são peso morto, são apenas número, zero à esquerda). Enquanto *estiver bu-lindo*, gostarei de fazer assim.

Esta nova edição de *Palestina, uma Agulha e as Saudades* estará fora de comércio: destina-se à distribuição entre os meus e os meus amigos. Plácido Aderaldo Castelo qualificou-o de *livro doce*. Pelo menos para mim ele é.

## UM LIVRO DOCE

---

PLÁCIDO ADERALDO CASTELO

“Para nós, filhos de terras pequenas, a infância é a igreja. A minha Igreja e o rio em que me banhei. Ouvi de uma feita do grande e terrível coestaduano Sílvio Romero, meu professor de Filosofia do Direito e que não era católico, apostólico, romano, esta frase: nas horas de decisão quem me guia é o sino da matriz do Lagarto”. (Alberto Adeodato, in *Correio do Ceará*, agosto, 1972).

Meus senhores e senhoras:

Escritor ou homem público faz memória a cada passo da sua vida, quando escreve ou quando age. E o faz de maneira direta ou indireta. Nesse último caso, cabe ao leitor saber extrair da reflexão, da criação, da informação ou do debate os dados pessoais, subjetivos ou objetivos, que traduzem a expansão da afetividade ou da inteligência. São marcas, traços, revelações que se diluem, no todo de uma obra de criação ou de um ensaio — até mesmo em relatórios, pareceres, investigações —, como componentes específicos da personalidade de quem escreve. É assim possível recompô-la. As inferências, em busca das avaliações, podem ser difíceis e até mesmo discutíveis, como tudo que se faz ou se escreve, mas são perfeitamente válidas. Porque essa maneira indireta de se revelar é também um impulso objetivando expandir-se e identificar-se com outro mundo, o dos leitores, nossos semelhantes.

No primeiro caso, quando se escreve memória como memória, numa revelação, ou melhor, numa comunicação a descoberto, temos também — mas conforme a visão dirigida do memorialista e de maneira sistemática — a revelação de uma

personalidade, de forma parcial ou no todo essencial, já conhecida pela obra e pela ação. Seria, talvez, uma maneira de sobrepôr à imagem interna, proveniente de um consenso participante, a própria auto-imagem do memorialista...

Sem dúvida que isso ocorre sobretudo na hipótese em que o intelectual e, ao mesmo tempo, homem público, de ação ou participante, uma espécie de *engajado* nas aspirações da comunidade, do seu povo, do seu país. E seria necessariamente um impulso de mera vaidade? De certo que não. Pode ser também a necessidade de se rever conjuntamente com a opinião do leitor, e teremos então uma espécie de auto-testemunho esclarecedor.

Eis o caso de Raimundo Girão: homem marcado pela ação pública e pela dedicação à história do seu Estado natal, mas não só um historiador, também uma sensibilidade voltada para as criações do espírito. Nascido no sertão, é desdobramento de raízes alimentadas pelas tradições de sobrevivência na região e de participação no seu comando político. Até que se processa o seu deslocamento, com a própria família, para a capital. Aqui, ampliará aquele sentido de tradição, pelo estudo que o reforçaria. Ao mesmo tempo, se capacitaria para uma ação mais ampla de homem público, intelectual, magistrado, professor, administrador, escritor. E traz, de fato, o denominador comum de nascença de muitos homens públicos e de intelectuais do seu Estado. A autenticidade e a honestidade desses homens, convicção e dedicação aos objetivos e ideais de vida, são frutos alimentados por raízes de origem. É certo que sofrem limitações, marcadas por incompreensões e lutas. Cultivam, assim, a fidelidade, não só moral e afetiva, mas também de permanência física para o esforço contínuo de ação e participação.

Raimundo Girão é também historiador renomado de seu Estado natal. E de historiador é a preferência do seu espírito, em que pese confessar predileção irresistível pelos estudos geográficos. Daí a razão também pela qual suas memórias, dadas ao leitor e particularmente ao povo de sua terra, se fazem essencialmente depoimento para a história do pe-

riodo em que a sua presença, na vida pública e no mundo intelectual cearense, é marcante. Realmente, as reminiscências políticas de Girão nascem com aquele *viva* ao Mensageiro da Esperança — o Coronel Marcos Franco Rabelo, aos dez anos de idade, intérprete popular do desafio, céu aberto, aos correligionários do Comendador Acioly, na sua Morada Nova.

Igualmente, dei *vivas* ao ídolo cearense. Ele, por sem dúvida, deve ter sofrido, como eu, a *queda* de Franco Rabelo, agravada com as notícias divulgadas de que caíra sob a influência do conhaque. Essa decepção eu a guardaria por muitos anos e, somente na adolescência, é que me esclareci de sua inverdade. O saudoso Presidente do Estado e, após, General do Exército, era abstêmio. Poder-se-ia dizer um homem puro. Sucede isso por que “toda calúnia, por mais absurda que seja, sempre tem a certeza de se tornar popular”. Rapidamente direi que a deposição do ínclito conterrâneo foi ditada por Pinheiro Machado, chefe político nacional. Era dele o lema: “para os amigos tudo; para os inimigos nada; para os indiferentes, lei neles.” Lema esse que Carlos Câmara sintetizou assim: “para os amigos, proteção; para os inimigos, cadeião.” Ou ainda, a frase de prestigioso político coestaduaño: “não querem aderir, então bala neles.”

No mundo de paisagem ou de fatos de sua infância, constituir-se-ia primordial o “Banabuiú”, também o meu rio, o “rio da saudade que não venço.” Dele diz o memorialista que se acha entranhado em sua vida “qual um sangue sempre cálido, revivente incitativo dos mais ternos enlevos”. E acrescenta: “banhei-me nele — quantos e quantos banhos ao frescor do seu contato líquido, e, setenta outubros decorridos, ainda sinto o amavio dos anos aurorais, que o passado não despojou e me entregou e eu escondo no mais íntimo do peito.” Também a Matriz de sua terra natal é assim evocada: “Relembro, menino, os dias de domingo, acompanhando meus pais à missa obrigatória... Rezava-se com fervor ao Divino no seu altar-mor e representando a forma de uma pomba, como do simbolismo católico”... “Bem vestidinho, com a vela

e o laço de fita, tudo branco, com outros meninos e meninas, vi-me defronte do Altar a ouvir a missa e pregação do padre, convencendo-nos de que o ato da confissão e comunhão liquidaria com as nossas faltas, ficariam as nossas almas limpas como a de Jesus.”

Deixará o sertão pela serra de Maranguape, residindo na bela cidade que com encanto rememora. Na adolescência, já se encontra em Fortaleza e principia a forrar o espírito de conhecimentos, alicerces de uma bela cultura humanística, histórica, econômica e jurídica. Firma-se aos poucos. É chamado à administração pública. Fez, por Fortaleza, maravilhoso esforço, como chefe do executivo municipal, dinâmico, honesto e empreendedor. O seu amor à *princesa vestida de baile* só tem como rival o campo, o homem do campo, para distingui-lo no confronto com o homem do mar. Esclarece: “Os nossos arroubos de admiração ao jangadeiro têm-nos levado à injustiça de esquecer o vaqueiro, a mais legítima configuração do homem sertanejo. E cabe-nos a nós todos o movimento reparador para que a nossa omissão não concretize uma injúria. Incumbe-nos repor o vaqueiro no seu pedestal de merecimentos superiores, que objetivam os cultos cívicos. Será dever nosso cultivar o apreço ao vaqueiro e sem demora erguer-lhe, na praça pública, o bronze do nosso mais alto reconhecimento. Porque ao vaqueiro é que devemos a nossa formação de povo através de três séculos de evolução histórica”. Secretário de Estado em administrações diversas, realçou os governos a que serviu e o maior testemunho posso apresentar, como Governador que fui, de seu esforço como titular da Pasta da Cultura, o primeiro fazendo surgir e ressurgir entidades culturais: Arquivo Público, Biblioteca Pública, Museu Histórico, Museu de Arte Sacra de Aquiraz, Museu de Sobral e Museu do Vaqueiro, empreendimentos na verdade notáveis, que precisavam de um palinuro idealista e conhecedor de técnicas atualizadas, de seu gabarito.

Publicações preciosas tiveram novas edições, já sob a orientação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), já sob a iniciativa direta da Secretaria de Cultura. E tantas outras coisas mais poderiam ser discutidas.

Basta, contudo, pensar na importância desse testemunho de uma experiência humana, quer seja de limitações subjetivas, quer seja de interesse social e histórico. Como tal, a Memória — o seu livro ora lançado sob o título de *Palestina, uma Agulha e as Saudades* — é um testemunho ou um depoimento, cuja importância extravasa os limites da geração do memorialista, para se revestir de interesse vário, de acordo com a índole, a personalidade e a ação do escritor em comunhão com o seu meio, o seu povo e a sua época.

Quem interpretou a história, agora a testemunha embora parcialmente. E dá-se, ao mesmo tempo, à interpretação de terceiros, enquanto oferece elementos reveladores da sua personalidade e da sua formação, também importantes para compreender a geração a que se prende. É o caso em que, qualquer que seja a natureza da memória, esta se faz esforço de auto-análise e de análise geral de homens e fatos, não obstante suas impregnações subjetivas sobretudo afetivas. Lamento não me ser dado falar do que há de poético, de sentimental, casando-se com a verdade histórica, neste trabalho de Girão, que não há de ser o último. Pertencem-lhe dezenas de obras de alta valia pela seriedade das investigações, cultura e equilíbrio nas exposições, quer as de cunho didático, quer as de caráter social, econômico, histórico ou geográfico. Saliendo que as páginas de *Palestina, uma Agulha e as Saudades* também significam o amor à família, à sua constituição, e à sua influência decisiva na formação espiritual e econômica de Raimundo Girão. O legado dele aos filhos é o exemplo de uma boa têmpera de lutador e um patrimônio moral magnífico. Aliás, já positivava Kennedy: “A medida do sucesso na vida de um homem não é a fortuna que ele acumulou; é o tipo de família que ele formou.”

Por tudo isso, agrada-me louvar a iniciativa do Náutico, na pessoa do vero cavalheiro que é o presidente Ary Araripe, pelo apoio que dá ao escritor Carlos d’Alge, promotor destes encontros, que projetam o Ceará intelectual.

(Proferido no dia 12 de outubro de 1972, no salão nobre do Náutico Atlético Cearense).

*"Nem mesmo Deus tem o poder  
para modificar o passado"*

(Câmara Cascudo)

*"A saudade é uma espécie de guia de  
cego. Quando fechamos os olhos para ver  
melhor os motivos ancestrais de nossas  
emoções, ela nos leva pela mão através  
de atalhos e alamedas da vida. Acorda  
na memória o início da caminhada."*

(Rodrigo Otávio Filho)

# 1

Que terra era esta? Que gente, aquela que vinha?

# 2

A terra é a do Banabuiú, o rio a que os índios chamavam o Rinaré. Afluente mais poderoso do Jaguaribe, o seu leito conduz desde as serras longes, onde nasce, as águas com que presenteia o "rio das onças". Através de duzentos e oitenta quilômetros tem esta missão nos anos de chuva. Municípios vários se alimentam com ele dadivoso, mas no de Morada

Nova é que mais se alarga, em várzeas extensas, de excepcional feracidade e beleza. Toda aquela acumulação de linfa em descida lenta, muscularmente enorme de força, procura o mar, e a terra perde-a sem poder contê-la, nem guardá-la. A caudal que sobra do trabalho de molhar as margens para a finalidade da vida vegetal e animal corre indiferente, deslizando aos milhões cúbicos em busca do seu grande e insuperável destino oceânico.

Empolga vê-lo correr, inflar-se, sair do talvegue, ganhar os barrancos. As vezes, o extravasamento adquire violência, grimpam-se as águas endemoniadas aos morros mais elevados, arrastando na bruteza de sua marcha tudo que se opõe à sua fúria; e nada escapa — o homem, os bichos, as árvores, as casas, os cercados, as plantações. Outras, ei-lo sereno, ladeado de paisagens que encantam, as ribas virentes, aqui e ali em remanso, sem incutir o medo nem ameaçar ninguém: é este o rio que a gente quer, que a gente aconchega aos sentimentos mais gratos, que a gente escreve no espírito, fixa nos refolhos da alma para nunca mais esquecer.

É o rio que Eduardo Girão cantou em página antológica:

“Banabuiú — torrente das linfas do céu, no propício e dadivoso inverno;

Banabuiú, rumoroso e barrento das primeiras cheias, em cujo dorso flutuam e se vão balouçando ao léu das águas balseiros enxurrados;

Banabuiú das enchentes transbordantes que os carões anunciam das frondes marginais, repisando a mesma toada dolente, no encanto das noites;

Banabuiú bucólico, de branda correnteza, em cujo murmurinho se misturam balidos de ovelhas e mugidos de bois;

Banabuiú de águas remansadas, em que o dia espelha a alegria da claridade e as luzes da noite diluem a tristeza das sombras;

Banabuiú de aguadas criadoras, viveiros fervilhantes de peixes excelentes, alguns da cor nacarada das auroras, e recobertos outros de um primor de escamas, argentinas como os límpidos luares;

Banabuiú de coroas humosas, com os mofumbais sempre floridos e as grandes árvores sempre enfolhadas, avaras de sol e pródigas de sombras;

Banabuiú de ribeiras populosas, onde há ricos e pobres, mas onde toda a gente é humilde e fraterna, nivelada pelo convívio fácil e o labor comum do pastoreio e das lavouras;

Banabuiú, sertanejo e cearense, dos rebanhos mansos e dos pastores vigilantes, nunca desatentos ou rendidos à alternativa da abundância e da miséria:

Banabuiú das alvoradas alegres, com mil pássaros a cantar, e dos poentes tristes, com eles em revoadas, retornando emudecidos ao regaço maternal das moitas perfumosas;

Banabuiú de várzeas planas — berço argiloso da carnaubeira esbelta, de alta copa, aberta em leques simétricos e verdes — líras suspensas a tanger na sinfonia eólica dos ares;

Banabuiú dos inesperados remoínhos, irrompidos ao encontro dos ventos pelas várzeas, súbito embate de invisíveis gigantes — loucos iracundos que se acometem e enfurecidos pelejam, revolvendo pó e areia, folhas e ramos, e indômitos se contorcem e se enovelam e voluteiam, zoando e estrugindo, em ruidosas e turvas espirais, sopradas contra os céus;

Banabuiú de alvas areias, aqui e ali entrecortadas de searas fecundas, abundantes de frutos e sementes, regalo de homens e pássaros;

Banabuiú, velho deus pagão, alongado entre alas sacerdotais de jaramataias e ingazeiras, de oiticicas e umarizeiras, a receber do turíbulo dos ramos o perfume das flores e o incenso das resinas;

Banabuiú, deus magnífico, protetor das plantas e dos animais, bendito pelas estrelas, nas alturas, e a quem na importante nave da terra, os ventos entoam exaltações, vibrando, festivos e farfalhantes, nos bastos carnaubais;

Banabuiú — sulco descoberto e prateado das águas que secam, nas férvidas canículas dos estios calcinantes;

Banabuiú — rio e potestade, as tuas águas e as tuas areias, as tuas enchentes e os teus balseiros, as tuas auroras

e os teus pássaros, as tuas auras e os teus remoinhos, as tuas árvores e as tuas searas, os teus poços e os teus peixes, os teus rebanhos e o teu povo, tudo te louva e exalta, tudo te bendiz e glorifica porque és, realmente, magnífico, divino e criador como a Natureza.

Banabuiú da minha terra, rio de minha infância, nunca te esqueci, e não te esquecerei nunca; dentro de mim, porém, estás e continuarás sempre a correr e a marulhar, perenemente cheio das lágrimas inexauríveis da minha saudade.”

É o meu rio também, o da saudade que não venço, entranhado em mim qual um sangue sempre cálido, revivente, incitativo dos mais ternos enlevos. Banhei-me nele — quantos e quantos banhos — ao frescor do seu contato líquido, e, setenta outubros decorridos, ainda sinto o amavio dos anos aurorais, que o passado não desfez e me entregou e eu escondo no mais íntimo do peito.

### 3

O Banabuiú tem os seus sertões; muitas terras vem rasgando e regando, porém rega mais fartamente o meu sertão, que, com o de Limoeiro do Norte, é o derradeiro em que demora, o último que ele deixa, quando se despede, nos estios, à falta de novas correntezas, até o retorno das estações chuvosas. O Banabuiú seca, como os outros seus irmãos secam, na condenação telúrica que Deus nos herdou, aos nordestinos todos. A esquivança divina, imperscrutavelmente, não nos dá direito de protesto contra o que faz com os rios do Nordeste; no entanto, ela mesma nos oferece a resignante atitude de contemplá-los vazios e achar nos leitos de areias alvas, tanto quanto no volume das enchentes, o encanto dos nossos embevecimentos. Como que aumenta a graça de suas margens verdejantes contrastando com o areal quente, só aqui e lá amenizado dos poços resistentes à total infiltração.

E o estendão da areia se enche da clorofila rasteira das vazantes, seara de emergência alimentada com o recurso estimulante dos adubos, lavoura de feijões, milho ligeiro, batatas doces, jerimuns, melancias e melões, garantia de sustento aos ribeirinhos nos verões prolongados. As cercas, mais convenção do que segurança, de varas ou talos aculeados da carnaúba, sucedem-se rio-abaixo e rio-acima, transformando o saibro iavado e frouxo num pinturesco manto de alegria. Vale um pequeno inverno o plantio das vazantes.

## 4

A região do baixo-Banabuiú sugere aspectos que lhe dão fisionomia típica.

As *várzeas* aluvionais são depósitos de princípios nutritivos, efeito das águas quando, mais calmas e mansas, se deixam decantar e acumulam-se, em espessura que vai a quatro metros. O solo é areno-argiloso e escuro, não raro preto, resultado químico de substâncias orgânicas vindas de roldão e em abundância, suspensas na corrente refluída.

O chão das *várzeas*, a começar quase sempre dos barrancos, ostenta-se vaidoso com a presença da frondosa e agigantada oiticica, da umarizeira renitente, da carnaúba elegante agrupada em densos e intermináveis conjuntos — os carnaubais, que se alteiam, na eloquência das suas colunas esbeltas e suas copas redondas, entre uma confusão de cipós e moitas de toda espécie, das quais se destacam as do mofumbo, trescalantes de agradável odor. Nas partes alagadas ou ipus há verdadeira orgia de vegetação aquática — pacaviras, bananeiras-bravas, canudos, juncos, onde se impõem pelo suave aroma as ninfáceas várias cobrindo a superfície líquida. O mofumbo e a aguapé bastariam para fazer do sertão um encantado Reino do Perfume: os pulmões aspiram largo e o homem sente-se bem.

Por entre as várzeas, espontam as *coroas*, terrenos mais elevados na planura, de constituição sílico-arenosa, profunda e permeável e, como aquelas, muito férteis, permitindo vegetação arborescente, bem diversa da vegetação das várzeas rasas, mais pobres de umidade. Apresenta essa vegetação das coroas transição de caracteres hemadriáticos e driáticos. "A flora permanente é mais robusta do que nas caatingas; ocorre por vezes colossal, eleva-se com caracteres higrófilos". Impe-ram na associação florística a timbaúba, o pau-branco-louro de lindos caules, a mutamba, o sabonete de frutinhas espumosas, o mulungu levíssimo, com que se constroem balsas e cavaletes para natação, o juazeiro, o gonçalo-alves, a canafístula, a jurema-branca, sobressaindo da camada em maranhados arbustos o cipó-do-rio, o gordião, o cabeça-de-negro, o pinhão e malváceas sem conta.

Depois, o terreno sobe e, através dos *altos* pedregosos e erodidos, se está no vasto campo, plano de léguas, ponteados de lagoas em que se conjugam, numa comunhão descuidosa e álaque, aves e pernaltas — patos-bravos, marrecas, putriões, patarronas, tururus, paturis, garças, mergulhões, pecaparas, galinhas-d'água, jaçanãs, tagarelando, gralhando, gritando, cantando, piando, num festim orquestral de mil instrumentos díspares e bem afinados.

Entra-se agora no domínio da *caatinga*, o mato pequeno com árvores maiores, que têm aos pés as herbáceas e as gramineas. Intercalam-se tabuleiros, que são a terra tecida em tapete de plantinhas rasteiras — melosas, cabeça-branca, ipecaconha, betônica, feijão-de-rola, pra-tudo — misturadas, unidas, cobrindo-se em desenhos mimosos; e a gente se apraz na contemplação daquele *show* de florezinhas pulcras de todos os matizes, que sabem dar aos olhos a visão de um trabalho de arte em tons vivaces e delicados.

Quebra essa visão de meiguice, para emprestar-lhe maior realce, a intrusão de blocos de cactáceas, agrestes mas de muita beleza de porte, céreus insolentes, ameaçadores na maneira como saúdam os que deles se aproximam, tocando-lhes as vergonteadas alfinetadas e penetrantes: o xique-xique, que

é o "pau-de-espinho", o mandacaru, com as suas grandes flores níveas e frutos rubros, as macambiras, que se estendem sobre os lajedos, num entrançado impenetrável, refúgio dos mocós e dos preás.

A grande incidência é, no entanto, a da mata, a caatinga mesma, a maior parte do sertão, na variedade e rudez do seu parque arbóreo, que na estação hiberna alegremente convive com arbustos e ervas dos mais diferentes tipos, os quais na maioria vão mirrar-se e morrer à falta de umidade e excesso de sol. O solo eluvial, delgado, desidratado, não autoriza a vida em toda a pujança da seiva. Por isso, nos verões a árvore se retrai, esquiva-se a qualquer empenho que não o da sobrevivência: as folhas caem, a floração não vem, a galharia mais tenra se resseca e a planta hiberna. Se não morre é porque as raízes penetram fundo, em busca da umidade fugidia.

É aí, na caatinga fechada, que pompeiam e triunfam a aroeira duríssima, o angico taninoso, o pau-branco de tantas utilizações, o cumaru, que é "pau-de-cheiro" e matéria-prima da carpintaria sertaneja transformado em portas, caixões, baús, móveis diversos, o juazeiro, eternamente verde, o jucá, a jurema preta, o sabiá, o pau-d'arco, o pereiro, o mororó, a imburana, que é "pau-de-abelha". Dá-lhe majestade e formosura o engrinaldamento das jitiranas trepadeiras, cobrindo a mata, mais nos abertos, com o manto imponente de suas flores roxas, vermelho-roxas ou brancas. A caatinga é sadia, o ar é puro, não sacrifica o homem com nenhum miasma, nem o impaludismo, nem o beribéri, nem as feridas brabas. F. — e já foi muito mais — o desafio ao vaqueiro, que, domando-a destemido, tal como faz ao boi bravo, se glorificou na história e na vida do sertão.

## 5

É assim o meu sertão do Banabuiú de Morada-Nova, que se completa com as ribeiras dos seus afluentes, como o riacho

do Livramento e seu caudatário, o Santa Rosa, à direita, e o da Aroeira à esquerda; e com as terras marginais do rio Palhano, o Bonhu dos indígenas, e as do rio Piranji e seu afluente, o riacho do Feijão, os dois últimos separando o Município dos de Quixadá e Aracoiaba.

A constituição geológica da região não varia quase.

Mais ou menos plano, o território apenas se enrugua de acanhados serrotes, e o mais saliente deles é a serra do Olho-d'Água, seca e de modesta altura, quase toda revestida de seixos rolados, dos mais bizarros feitos.

Por esses campos e matas, até o século XVII pervagavam tribos de ameríndios, os Canindés e Jenipapos, provavelmente de grupo Tarairiú, que Tomás Pompeu Sobrinho estudou vantajosamente, para concluir que, longe de ser tapuia, formava gente de características definidas, de origem láguida e, portanto, "descendentes mais ou menos diretos das primeiras hordas invasoras que, vindo da Sibéria em épocas muito remotas — 26 a 24 milênios A.C., passaram pelo Alasca à América. Impelidos para o Sul, transpuseram o istimo de Panamá, difundiram-se largamente e acabaram ocupando a maior parte desta metade do Novo Mundo". "Os representantes mais lídimos desse povo foram ocupar o extremo-sul do Continente e o planalto central do Brasil, derramando-se pela sua encosta oriental, inclusive o Estado de Minas Gerais. Desta Região passaram paulatinamente para o Nordeste brasileiro, já, então, semi-árido e coberto de caatingas" (Carlos Studart Filho).

Não conheciam a utilidade dos metais, ignoravam o ouro, não construíram monumentos, não tinham escrita e portanto encontravam-se no estágio neolítico, trabalhando rudimentarmente a pedra, a cerâmica, o osso, as plumagens, as fibras, a madeira, artesanados com alguma habilidade. As mais das vezes nômades, por força das circunstâncias geofísicas ou em consequência de lutas com as tribos vizinhas, não praticavam agricultura senão a de alguns cereais — milho e feijão e abóboras, batatas e tubérculos.

Desconheciam o trato com os animais e aves domésticos,

viviam nus, caçando e pescando, colhendo frutas e mel silvestres, valendo-se de instrumentos ou armas primitivas, como o arco e a flecha, e também do ardil das armadilhas ou outro processo de surpreender a caça e o inimigo.

Obviamente, não legaram como os Incas, os Maias, os Astecas nada que pudesse documentar maior grau de adiantamento material e cultural. Desaparecidos, os campos em que viviam ficaram quais a Natureza os preparou, na genialidade de sua sabedoria ou no mistério dos seus caprichos.

Somente através de estudos e indagações mais constantes e pacientes, baseados em fragmentos ou peças isoladas e na informação dos cronistas do tempo, mais acentuadamente os padres jesuítas, podemos hoje ter noções um tanto precisas dos seus hábitos, costumes, vida familiar, os tipos de suas moradas, a sua língua, ou melhor as suas línguas, pois cada nação tinha a sua, às vezes meros dialetos, desde a chamada língua geral ou abanheenga até as inúmeras variantes tapuias da chamada língua travada.

Tais eram os índios que ocupavam o sertão do Banabuiú de minha terra, e a imaginação nos traz à mente como poderiam ser felizes, descontraídos na sua naturalidade, sem a disciplina dos imperativos e normas criados pela civilização artificiosa. À nossa imaginação vem o panorama daqueles rios, daquelas margens dos rios, dos campos floridos, dos tabuleiros, das associações florísticas mais densas da caatinga, das lagoas cheias de aves e pássaros, tudo silente, na harmonia das coisas que demoram no seu lugar toda a vida, porque o homem não perturbou, não buliu.

## 6

Até que veio o branco europeu, trazendo os seus conceitos e preconceitos e suas ambições, o seu desígnio de ganhar mais terras, mais riqueza, mais limites para o incontido desejo de dominar as gentes *bárbaras*.

Portava o colonizador — ou invasor? — a sua carta de sesmaria com a palavra do Rei, de não difícil concessão. Houve sesmeiro que as obteve às dezenas.

Podia penetrar o sertão, matar ou aprisionar o senhor milenário da terra, montar currais e criar os gados.

Em nome de que razão legítima trazia o direito de espoliar, de trucidar, de tomar o patrimônio alheio, de roubar a liberdade dos outros, de tirar a vida e vangloriar-se disso?

O princípio, o respaldo era o da *civilização*, Seria necessário civilizar, e o instrumento havia de ser a força, a faculdade livre de sacrificar o mais fraco e inermes.

O Rei queria outras superfícies e a Igreja, a Santa Madre, acompanhava o morticínio e perdoava o pecado, porque não lhe cabia sair contra o Rei. Depois, caindo em si, a Fé chamou ao seio das missões a proteção ao gentio, dir-se-á melhor os alcaides da gentilidade sacrificada.

Mas o espoliador, esquecida essa qualidade, teve o seu heroísmo: venceu a reação terrível do silvícola, enfrentou onças, serpentes, aranhas, insetos, aves de rapina, abelhas virulentas, doenças, feridas.

Sofreu o sol quente, escaldando o corpo, a tempestade das chuvas, amedrontado de raios e trovões, e às noites, que seriam o seu repouso, só ouvia o agouro das corujas, os passos da reposa sutil, os voejos riscantes dos morcegos, e, sobretudo, o medo dos lobisomens e das almas do outro mundo.

E aqueles sertões ouviram a coisa nova do aboio dos vaqueiros, do cantar dos galos, do mugir dos bois, do balir das ovelhas, a estrilante voz dos capotes, o latido dos cães, o relincho dos cavalos, o zurro dos muares, o ronco mole dos suínos preguiçosos.

O índio teve aos ouvidos o tilintar de armas de aço que não conhecera e o estouro dos bacamartes que o apavoravam. E teve aos olhos a capelinha que se levantava branca, com o sino a tocar, e a casa de tijolo e telha, abrigando o homem, confortando-o no sono da rede armada no copiar, diferente

da sua oca sem nada que não fosse a coberta de palha e o chão para dormir.

O machado do branco cortava mais que o seu de pedra, e a enxada do branco plantava mais que os seus cavadores de pau.

A geografia humana aparecia com os seus *precipitados geográficos*: os caminhos largos, as pontes, a barragem dos açudes, as casas, a casa da fazenda, centro e governo das atividades da sesmaria, doada por Sua Majestade. Aí regia o dono, o senhor, com a tranquilidade reduzida a minutos, preocupado com o zelo da família, com a defesa contra o índio e as feras, contra as moléstias do rebanho, contra a carência da alimentação deste nos verões estirados, e também contra o fazendeiro vizinho, insatisfeito de mais terras, pretendendo usurpá-las.

A sua missão de colonizar envolvia tamanhos percalços, e só a crença em Deus e a sua ambição o estimulavam nos misteres da fazenda, nas múltiplas solicitações da organização desta, na qual vem desempenhar papel fundamental o homem das vaquejadas — o Vaqueiro.

## 7

Não é simples literatura dizer que a gente do Nordeste constitui grupo específico na ainda indecisa etnia brasileira. Na realidade o nordestino é diferente, e a geografia por certo explica a diferença. Habita uma região de *facies* própria, inconfundível, que o obriga a diferenciar-se. As carências da terra forçam a diferenciação do seu tipo racial, dos costumes, dos processos de lutar e viver. A luta na vida do Nordeste é fundamental, é pressuposto. Desde o preparo do *habitat*, pois a Natureza lho deu incompleto. Se é certo, como se tem repetido, que “Deus fez o mundo e o holandês fez a Holanda”, também aqui o nordestino amassa e cozinha o seu meio físico que, por sua vez, lhe prepara as qualidades morais da

audácia, do destemor, da tenacidade, da intransigência, do triunfo. Talvez se dissesse melhor — da sobrevivência.

Formou-se, aqui, na grande região semi-árida, um povo forte, que o desconforto e o abandono oficial não têm conseguido destruir.

Das praias aos sertões ínvios, sozinho, esse povo luta, vence e, quando os recursos da vitória lhe escasseiam, emigra e vai vencer lá fora. Por isso mesmo se igualam os tipos formadores dessa gente, nivelados no sofrimento comum dos tempos inditosos e, também, na felicidade das épocas propícias.

O escritor Sílvio Júlio, que dedicou às letras nacionais um livro sobre *Terra e Povo do Ceará*, apreciou habilmente este aspecto nivelador e regista a sua impressão. “Em São Paulo, o matuto é do mato, e o litorâneo dele difere. No Rio Grande do Sul, o gaúcho é do pampa e o habitante das costas não se parece muito com ele. Existe, entre o homem do interior e o dos portos, no Brasil, a distância verificada entre dórios e jônios. Uns restritos, outros universais. Aqueles, localistas; estes despreocupados do exclusivismo jingoísta. Faz excepção o Ceará, que prolonga o sertão até o mar, unindo, idealmente, o vaqueiro e o jangadeiro. Tire-se o cavalo ao vaqueiro, dê-se-lhe a jangada, e a sua alma arrojada não mudará. Tire-se a jangada ao jangadeiro, dê-se-lhe o cavalo, o seu carácter será o mesmo. O sertanejo é o jangadeiro do sertão. Ambos calados e teimosos, ambos desprezadores dos perigos, ambos sujeitos a um destino denso e escuro, que os torna fortes para o martírio e resignados como santos”.

A despeito desta assemelhação ecológica, não os olhamos, contudo, igualmente, numa lastimável miopia.

O homem do mar, mais feliz, logrou as atenções mais fáceis, mais à flor, e a sua jangada o fez um símbolo. O frágil lenho, que teria o destino de conduzir o Guerreiro Branco e o filho e o cão fiel, na admirável concepção de Alencar, querendo traduzir a predestinação do nordestino à expatriação ainda no berço, fez do jangadeiro o braço da nossa heráldica sentimental. E o motivo do quadro se requintou na moldura

que lhe oferecem os “verdes mares bravios” e as “praias ensombradas de coqueiros”, exagerando-o em nossa sensibilidade superficial. E passou então a jangada, e com ela o jangadeiro, à sublimação estética das pinturas e dos versos, das páginas literárias e das delícias fotográficas, das reportagens sensacionais e dos filmes da cinematografia.

.....

E nunca mais a jangada saiu da lira dos poetas e dos pincéis dos pintores, das toadas dos cantos melancólicos, na síntese afetiva da quadrinha célebre:

“Minha jangada de vela  
que vento queres levar?  
— De dia vento de terra,  
De noite vento do mar?”

tão delicadamente explorada pelo nosso *Béranger das Lendas e Canções Populares* — Juvenal Galeno.

\* \* \*

Mas os nossos arroubos de admiração ao jangadeiro têm-nos levado à injustiça de esquecer o vaqueiro, a mais legítima configuração do homem sertanejo. E cabe-nos a nós todos o movimento reparador para que a nossa omissão não concretize uma injúria. Incumbe-nos repor o vaqueiro no seu pedestal de merecimentos superiores, que objetivam os cultos cívicos. Será dever nosso cultivar o apreço ao vaqueiro e sem demora erguer-lhe, na praça pública, o bronze do nosso mais alto reconhecimento. Porque ao vaqueiro é que devemos a nossa formação de povo através de três séculos de evolução histórica.

Sabemos como se fez a penetração civilizadora do Nordeste, baseada no pastoreio. Do São Francisco ao Parnaíba cadinhou-se uma civilização típica, fundamentada nos

“currais” e os currais fundamentados na intrepidez e perseverança do homem de chapéu de couro. A economia da região caracterizou-se, pois, na criação do gado, e toda a vida política e social refletiu, necessariamente, esse suporte econômico.

*Civilização do couro*, chamou mui precisamente o sempre preciso Capistrano de Abreu, porque, na realidade, quase tudo era tirado da exploração do boi: “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha de carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brucas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.”

Encheu-se o Nordeste de fazendas de criar e tudo nelas se fazia quase exclusivamente por vaqueiro ou com o vaqueiro.

E os vaqueiros iam-se transformando em donos de fazendas, criando os filhos, educando-os, transformando-os em doutores, padres, comerciantes e quantos mais que consolidaram a nossa estrutura econômico-cultural.

Somos, assim, produtos do vaqueiro, e quantos de nós não nasceram, como eu, de pais vaqueiros ou quase-vaqueiros, em camas banguês de couro!

Foi Euclides da Cunha, o insuperável Euclides, quem descobriu o vaqueiro para o conhecimento e estudo dos sociólogos, e o figurou com as tintas certas.

Afirmou, para incômodo e desapontamento de alguns suelistas finos, que “o sertanejo é antes de tudo um forte” e que o abandono em que jazeram os homens do sertão do Norte “teve função benéfica, pois que os libertou da adaptação penosíssima a um estágio social superior e, simultaneamen-

te, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados”.

“Sem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” o sertanejo é um tipo que fixa uma fortaleza, desgraciosa e torta, mas resistente, indobrável. E o genial escritor de *Os Sertões* o põe em paralelo com outros, num confronto indiscutível entre o vaqueiro do Nordeste e o vaquejador do Sul Este, “filho dos plainos sem fins, afeito a carreiras fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, apresentando feição mais cavaleirosa e atraente — é o gaúcho, cujas vestes são um traje de festa”, amplas bombachas que não se estragam nos espinhos dilaceradores das caatingas. Aquele, ao contrário, “criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis”, “fazendo-se homem quase sem ter sido criança”.

Foi este homem assim quem, destemidamente, forjou a colonização do Nordeste e a mantém até hoje. Venceu o índio, venceu a agrestia do ambiente, venceu as feras que o cercavam em cada instante, venceu a falta de ajuda e, mimado do amor da mulher e dos filhos e do amor ao seu cavalo campeiro e ao cachorro amigo, soube plantar na soa-lheira nordestina os elementos indestrutíveis de uma brasilidade sem jaça, porventura menos afeita aos ademanos dos punhos de renda, porém sincera e forte no apego da gleba, cantada nas horas dos seus afadigados lazeres ao som dolente da viola, toda melodia e ternura, musicalmente rudimentar e simples, mas eloquente nas suas cantigas de amor e na toada vibrante dos desafios improvisados.

Recuado das cidades do litoral, estas não o enxergam, os visitantes não o vêem, não vêem a sua bravura, a sua coragem nas carreiras brutais de mato a eito, não o percebem, sequer, porque ele não se oferece à contemplação dos artistas que o desconhecem, não se mostra, como se mostram as jangadas, às vistas comuns, vaidosas das suas proezas de algumas milhas oceano a dentro, correndo ao dorso das águas ondulantes.

O seu mundo, o mundo do vaqueiro, é uma oficina de trabalho em silêncio, que mal se pressente.

Mas lá está sendo caldeada a têmpera de uma gente construtiva no afã de uma realização dadivosa. Gente que não pode continuar esquecida, ignorada, sem cantos de cigarras para atrair os olhos indiferentes dos que só sabem ver as delícias cômodas, macias, de uma existência de superfície.

Tomemos, pois, aos ombros a tarefa da reparação da injúria que se tem feito ao homem do mato, e vamos resolutamente colocá-lo no destaque que merece, reabilitados nós, e não ele, da falta de não tê-lo homenageado, até agora, na devida conta.

Que resplenda aos espíritos justos e no valor das suas linhas a figura possante do vaqueiro.

Escrevi isso há tempo e vejo hoje que o Vaqueiro já é fotografado, respeitado o seu esforço, colocada a sua figura em estátuas na praça pública.

## 8

As fazendas de criar melhoraram de estrutura e cresceram de número, não só pela divisão dos primitivos latifúndios, em razão de partilhas hereditárias, como pela chegada de novos colonos. Surgiram novos grupos familiares que se iam entrelaçando, favorecendo a expansão demográfica e fortificando as relações econômicas e sociais.

A primeira sesmaria que outorgou terras do Banabuiú — e todas iam sendo dadas seguindo-se rio-acima — obtiveram-na dez heréus: Lourenço Cordeiro, Bento Pereira, Jorge Bucarro, Manuel Gomes de Sousa, Antônio de Vasconcelos, João Gomes, Domingos Ferreira, Gaspar de Medeiros, Domingos Ferreira Pereira, Manuel de Almeida Azevedo.

A carta é de 2 de setembro de 1683. Alguns dos co heréus, como Antônio de Vasconcelos, Gaspar de Medeiros e Manuel de Almeida Vieira, não se apossaram da parte concedida, e

dos demais resultaram glebas que se localizaram, sucessivamente e a começar da embocadura e são os sítios Danças, Congo, Santa Cruz, Onça, Bento Pereira, Patos, Tapera, Juazeiro de Baixo, Juazeiro de Cima e outros.

De origens diversas, encheram a região de Morada Nova, mais antigas umas, mais recentes outras, as famílias Correia de Brito, Brito Pereira, Saraiva Leão, Ferreira Nobre, Chagas, Evangelista, Bezerra, Borges, Cavalcante, Monteiro Maia, Gomes de Castro, Rabelo, Nogueira, Guerreiro, Correia, Girão, Carneiro de Sousa, Freitas, Castelo Branco, Lacerda, Moreira.

É de imaginar-se o tecido de descendência e cruzamentos desses troncos genealógicos. A gente foi aumentando, desenvolveram-se os negócios e interesses, de fazenda a fazenda, enquanto núcleos dênicos se aglutinavam em determinados pontos, gerando arraiais e povoados, alguns categorizados, depois, em sede de distrito, ou vila.

No sítio Bento Pereira, às margens do Rinaré, formou-se o núcleo de Casinhas, que se denominou mais tarde Morada Nova e é a sede do Município. Mais ao poente, ainda às ribas banabuiuanas, o de Juazeiro de Baixo. A leste, nos limites com o Município de Limoeiro do Norte, o de Pedras, produto da fazenda deste nome, instalada em 1882 por João Monteiro de Oliveira Gondim. Ao sul, no riacho do Livramento, tomou corpo a povoação deste nome, hoje denominada Uiraponga, e a de Roldão, cuja origem é a fazenda Boa Vista, de Valdevino Felício Roldão. No extremo oeste, a de Areia Branca, atualmente Ibicuitinga, topônimo que traduz, em tupi, o nome originário. Ao norte, banhada pelo rio Piranji, a vila de São João, hoje Uruaru. A noroeste, no riacho do Feijão, a que recebeu o batismo de Boa Água.

São esses os Distritos administrativos componentes do território moradanovense, de 3.350 km<sup>2</sup>. O oitavo dos Municípios cearenses em tamanho geográfico.

A cidade de Morada Nova, pequena, de topografia arripiada, constrange-se entre a várzea do rio, a lagoa da Salina, barrada em 1877, e o serrote, quase uma pedra só, em cujo cimo domina o sobradão da cadeia pública e da Casa da Câ-

mara. Nesse trecho assim irregular, morava o alferes José de Fontes Pereira de Almeida, dono da fazenda Morada Nova, e, mais abaixo, na elevação Bento Pereira, tinha a sua o irmão, capitão Dionísio de Matos Fontes.

Em 1831, requereram ambos licença para construir uma capela, que teria a invocação do Divino Espírito Santo. A permissão do bispo de Pernambuco, a que eclesiasticamente se sujeitava o Ceará, D. João da Purificação Marques Perdigão, data de 2 de agosto daquele ano.

Todavia, na escolha do local para o modesto templo houve discordância entre os dois irmãos, os quais, afinal, democraticamente, deliberaram fosse escolhida a posição pelos moradores circunvizinhos e por meio de voto. A maioria das opiniões ficou com o alferes e a igrejinha, de fato, foi levantada em 1833 no lugar onde se acha a atual matriz. Exemplo de boa compreensão cívica o dos Fontes de Almeida.

A povoação alentou-se. Contava 150 casas de tijolo e telha em 1876, quando a Assembléia Provincial resolveu conferir-lhe o título de vila, com o nome estranho de Vila de S. Crisólogo, recebendo, porém, o projeto emenda do deputado Joaquim Pauleta, que modificava a denominação para Vila do Espírito Santo, em homenagem ao padroeiro da Freguesia. Contra esta emenda se insurgiu o deputado Maximiano Barroso, sugerindo o nome Vila de Morada Nova, que a Assembléia rejeitou, preferindo a proposta de Pauleta. Posteriormente, pela Lei n. 107, de 20 de setembro de 1893 (art. 2.º), prevaleceu o topônimo Morada Nova.

A primeira Câmara Municipal, eleita em 1876, constituiu-se dos vereadores prof. Manuel Antônio Ferreira Nobre, presidente, Eduardo Henrique Girão, José Carneiro de Sousa (o primeiro e este cunhados do segundo), João Mateus Regino de Oliveira, João Crisóstomo de Sousa, José Raimundo Evangelista e Antônio Elias Saraiva de Brito.

A paróquia havia sido criada pela Lei n. 1561, de 9 de setembro de 1873, e instituída canonicamente pela Provisão

de 17 de fevereiro seguinte. Instalou-a o padre encomendado Francisco Alvares Teixeira Lima, na matriz do Divino Espírito Santo. Em julho do outro ano prestou juramento do cargo de procurador e administrador dos bens do patrimônio paroquial o major Eduardo Henrique Girão, e logo mais veio ser co-vigário o seu irmão, pe. Manuel Vicente da Silva Girão, ordenado em 1845, na capital maranhense.

Acanhada, de casario térreo, com a matriz ocupando a praça principal, a cidade dispõe de poucas ruas. A Rua de Baixo, a mais importante, tem as casas, de um lado, com os quintais voltados para a várzea, e do outro com eles subindo o morro. Mais algumas tímidas vias, a maioria com a parte posterior dando para a lagoa. A minha cidade havia de ser assim tão singela para caber bem acomodada nos carinhos do meu coração.

Relembro, meninote, os dias de domingo, acompanhando meus pais à missa obrigatória e aos negócios triviais da feira. Rezava-se com fervor ao Divino, no seu altar-mor e representado na forma de uma pomba, como do simbolismo católico, e depois de cumprida a obrigação da fé ia-se ao mercado para adquirir o provimento da semana. Visitávamos os tios e os amigos residentes na vila e era de ver como nos tratavam afetuosamente. Um deles, meu tio-avô, era o Lulu — Luís Eduardo Girão, fazendeiro e também negociante na Rua de Baixo. Casado, sem filhos, mas criou como tais quatro meninos alheios. Mulherengo a seu modo, muito espirituoso, boa-prosa, carregava um coração maior que êle próprio. Ninguém o procurasse, que não fosse atendido. A sua mesa era de todo o mundo e a sua casa um entra-e-sai interminável. Metido a entender de medicina, esse fato aumentava a sua *clientela* de almoço e jantar. Não cobrava nada e, aqui e ali, aventurava-se a uma pequena cirurgia, a sangue frio, no que sempre era muito feliz. Delegado de Polícia, exerceu vaidosamente o cargo por mais de trinta anos, menos com autoridade do que com a persuasão e o conselho, obtendo das partes os mais interessantes e estranhos acordos, que ele mesmo fazia cumprir, anotando na sua célebre *caderneta* as obrigações de cada

uma. Nunca se valeu da violência. Os seus gracejos desarmavam. O Interventor Beni Carvalho assinou, sem o perceber, a sua demissão, o que causou profunda mágoa ao velho delegado, depois renomeado e empossado em meio de festas. Tinha destas: certa vez, sentado à calçada, como lhe era hábito, viu passar um homem, a pé, com pequena maca às costas. Perguntou-lhe de onde vinha e para onde ia e teve como resposta ser aquele homem um romeiro de S. Francisco de Canindé, aonde fora pagar uma promessa e voltava para casa, no Rio Grande do Norte. — “É muito longe e você está cansado. Vou oferecer-lhe um burro selado para a sua viagem e logo chegue mo devolva como puder. Entre, venha jantar”. O burro voltou. Há um anedotário em torno do tio Lulu, cuja mulher, a tia Ludgéria, suportava com resignação as suas excentricidades... Criatura muito boa, era o tipo da mulher-triste.

A fim de guardar o nível da frente, alguns prédios terminavam, atrás, em dois andares, servindo o inferior mais para depósito. Galgava-se o de cima por íngreme escada de alvenaria. Nos quintais amarravam-se os cavalos de sela, que ali permaneciam até a volta dos donos, já tardinha.

Os meninos brincavam, passeavam curiosos de tudo, e os homens falavam de negócios, das coisas da vida comum, comentavam as notícias chegadas, com muito atraso, da Capital, trazidas no lombo dos muares lentos, pois inda não havia telégrafo. A política era assunto que não faltava naquelas conversas, veneno que era e ainda é no espírito do sertanejo. As mulheres trocavam-se impressões, informavam-se reciprocamente de suas atividades, descreviam doenças em detalhes cansativos e estendiam-se, venturosas, no relato das sabedorias e traquinagens dos filhos ou dos netos. Fumavam à puridade o seu cigarrinho gostoso.

A feira, animada e barulhenta, fazia a maior atração, a matutada — fazendeiros, vaqueiros, agregados e outros sem ocupação certa — a regatear com os feirantes o preço dos produtos, num vozerio de ensurdecer, muito espontâneo, a

que não faltavam as pilhérias e piadas. O sertanejo tem muita verve no que diz e os seus conceitos sempre encerram surpreendente filosofia, traduzindo a acuidade de sua inteligência. Sai de seus lábios cada uma, que realmente admira.

Discutia-se vintém a vintém, e não raro pela diferença de dez réis, meio-vintém, a transação não se ultimava. As moedas eram umas de cobre — 10, 20 e 40 réis e esta se chamava *dobrão*. Outras de níquel — 50, 100, 200, 300 e a de 400 réis, que era o cruzado. O resto era de cédulas.

Realizadas as compras e satisfeitas as visitas, tratava-se de arrumar o retorno para as fazendas, condicionando-se a bagagem como fosse possível. A cidade, então, caía no monótono costumeiro, preparando-se para dormir cedo, à luz de lamparinas e candeeiros. Conversas de cadeiras na calçada, refrescadas pela viração do *aracati*; logo mais, a ceia, a rede, o sono tranquilo, amores perpetuando a espécie.

Já rapazinho, nas visitas à minha terra, eu ainda sentia bem o suave tom daquelas coisas da meninice e procurava as mesmas ternuras, a bênção respeitosa dos tios, os banhos do rio com os meninos da rua, a gulodice pelos doces das Duvirgens e da Maria Rosa, servidos em pires, a vintém cada um. Doce de leite, de melancia, broas e roscas de goma, pastezinhos de espécie ou doce-seco, línguas de mulata, pés-de-moleque, bolo de milho, quanta coisa saborosa aos paladares inocentes.

Prendiam-nos a atenção, na simplicidade ou excentricidade de seus procedimentos, os tipos populares. O José Cego, capaz de, sem a visão, *ver* todos os obstáculos do caminho e conhecer as pessoas pela voz; o Lula, sempre a repetir que “sou filho de Morada Nova, deste lugar, daqui”; o Santiago, coveiro do cemitério, que nos infundia medo, de tão sujo e feio. Ir ao campo santo, aliás ali pertinho, era-nos uma temeridade com o pavor de encontrá-lo. Mais tarde, eu ia lá sem nenhum receio, com a mente povoada de lembranças tristes de quantos dos meus dormiam eternamente sob o peso incômodo do barro visguento da várzea.

Perto da cidade, talvez uma légua, levantava-se a casa da *Palestina*, de taipa, coberta de telha vã, ladrilho de tijolo comum, portas de cumaru, alpendre acolhedor, com a frente para leste. Próximo do rio, pois a poucos metros se começa a descer para ele. Construiu-a, segundo a melhor notícia, o meu tio Luis Carneiro de Souza, irmão de meu pai.

Andava o ano de 1900, o último do século, e não houvera inverno. Uma seca, a suceder a um ano copioso. As estatísticas dão-me conta de que em 1899 foram 147 dias de chuvas, com a precipitação de 2.770 milímetros.

Mas em 1900, “choveu em quantidade de água cerca de 5 vezes menos que em 1898 e 3 vezes menos que 1877” e se a estiagem não foi tão pavorosa como a de 77 é porque muita água se armazenara no ano anterior, produzindo abundante pastagem e muito cereal, e porque no seguinte o inverno se iniciou sem demora.

No mês de outubro, já os recursos escasseavam, desaparecera o pasto, secaram as fontes e as *retiradas* se tornaram contingentes.

Meus pais moravam na fazenda Açude-Novo, não longe, porém acharam mais conveniente aos gados e ao seu esforço de salvá-los vir para a vizinhança do rio. Tomaram a casa do tio Luisinho por ele cedida.

Achava-se minha mãe em vésperas de dar ao mundo o primeiro filho e a dádiva do seu amor conjugal, entre os mil receios do parto, concretizou-se no dia 3, ao sol-por de uma quarta-feira. Hora do Angelus, quando a Natureza como que se acabrunha exausta das alegrias do dia. E mais triste era aquele entardecer de outubro seco, sem nenhum verde que chegasse aos olhos, a não ser algum resto das copas do juazeiro, a árvore que não aprendeu a morrer.

Nasci. Marquei naquela hora ou, melhor dito, o destino marcou para o recém-nascido a complexidade de uma vida

humana. Certamente, milhares, milhões, porventura, de outras crianças respiraram a primeira vez naquele dia, mas a mim basta a história do menino que surgiu na *Palestina*, a minha Palestina mais grata por certo que a da Ásia Menor, separada por Deus para o nascimento do Filho.

Por que se nasce e para que se nasce? Esta pergunta se faz a todo momento, e eu pergunto novamente.

Fruto do amor — e nesta palavra e neste sentido o amor contém os mais vários aspectos, desde o amor puro e abençoado ao mais bestial — fruto do amor, o homem traz a sua predestinação, a marcha boa ou má, venturosa ou iníqua, no caminho que paradoxalmente o nascimento abre para chegar-se à morte.

Lembro-me de que li em Papini: “O nascimento, o nascimento de um homem novo, uma alma, há pouco encarnada, que vem sofrer com as outras almas, é um mistério tão doloroso que excita a piedade dos mais simples”.

Meço bem a alegria de meus pais ao verem o filho, o primogênito, chorar sadio, forte, limpo, perfeito. Se a maior alegria do homem bem formado de alma é fazer a alegria dos outros, eu já contava, ali, a minha, inconsciente, de tornar felizes os que me haviam gerado. Sempre me cênvenci de que a nossa felicidade está na razão direta do grau de felicidade que proporcionamos aos demais.

Nasci na *Palestina*, na casa de taipa do tio Luisinho, tão singela de paredes, de telhas e de chão, e a rústica mansão integrou-se nas minhas querenças, nas minhas recordações mais estremes e meigas. Tenho que só os insensíveis não se impregnam desse apego à casa em que nasceram. Força íntima nos conduz a isto.

Como todo ente humano deve ter um nome, eu tive o meu — Raimundo, promessa de minha mãe ao Santo Nonato, temerosa das dores que intranquilizam as mulheres que pela primeira vez vão conhecer e suportar a tragédia biológica da maternidade. O batismo, na matriz de Morada Nova no dia 18 de novembro, pelo padre João Luís de Santiago, assegurou

o desejo materno, que o registo em cartório, para a vida civil, confirmou nas letras do tabelião. Padrinhos: meu avô materno — Tibúrcio de Moura Cavalcânti e, místicamente, Nossa Senhora da Conceição, a mais bela das invocações com que é venerada a Virgem Maria. Minha madrinha de apresentar — a tia avó, irmã do mesmo meu avô, Raimunda Cavalcânti — a bondade em essência, conservada por Deus neste mundo durante mais de noventa anos. Noventa e dois anos de candidez de sentimentos e ação, pomba sem fel. Eu lhe chamava Titia e nunca a esqueci. Nunca a vi senão orando ou praticando o bem. Casou-se um pouco idosa e cedo enviuvou de Cícero Girão. Teve um sonho em que este a avisou de sua morte próxima. “Viria buscá-la”. Preparou mortalha bem cortada de seda preta, que conservou durante a longa viuvez e com ela foi vestida para o sepultamento. Nem devo, como preito de homenagem, omitir referencia à negra *mãe* Vicencia, velha *aparadeira* que me ajudou a sair do mundo nonimestral do ventre. A muitos o fez, em sua humana e obstétrica missão, valendo-se do empirismo das rezas e mezinhas, simplorio e crédulo, sem outra assepsia que os cuidados do anjo da guarda, para ali convocado e apto ao exercício de sua eterna vigilância em benefício do futuro menino. Algumas práticas insólitas, uns cheirosos unguentos, umas baforadas de cachimbo, a paciente à espera de que a “natureza obre”, e pronto.

## 10

Meu pai, Luís Carneiro de Sousa Girão, nascido em 3 de julho de 1877, e minha mãe, Celina Cavalcânti Girão, nascida em 26 de maio de 1881, ele casado aos 22 anos de idade e ela aos 18, eram primos irmãos, ou, como se usa mais vulgarmente, primos legítimos.

As minhas avós eram irmãs, primogênita uma do meu bisavô Eduardo Henrique Girão, no seu primeiro casamento,

e primogênita a outra do seu segundo matrimônio. Minha mãe, a primogênita desta última. Primogênito nasci.

Entra aqui algo de minha genealogia.

O português, capitão-mor Manuel Antônio Rodrigues Machado, casado com Luzia Maria Pessoa, filha de português, situou-se na fazenda Logradouro, do Município de Quixeramobim. De seus doze filhos, três filhas casaram com três portugueses — Antônio José Girão, Joaquim José Carneiro Monteiro e Luís José da Cunha Correia.

Do primeiro e sua mulher Maria José de Jesus proveio, entre outros, meu bisavô, Eduardo Henrique Girão, que se uniu, em primeiras núpcias, à sua prima irmã, Mariana Carneiro (Dona), filha do segundo português indicado e de sua mulher Isabel Maria Pessoa. Do casal foi primeiro filho a minha avó Luísa Cândida Carneiro (Lulu).

Já aqui, vê-se tenho nas veias sangue lusitano por dois lados — pelo de meu bisavô Eduardo, filho do português Antônio José Girão, e pelo de minha bisavó Mariana, filha do português Joaquim José Carneiro.

Em segundas núpcias, ligou-se a outra prima irmã, Benvenuta Cunha Correia, filha do terceiro português, Luís José, e de sua mulher Ana Joana Pessoa (Aninha do Campo Grande) e do consórcio resultou, afora outros, minha avó Domitília Pessoa. Acresce-se-me deste modo, um terceiro contributo luso. Dir-se-á, então, que sou *marinheiro* demais, o que é verdade e disto me honro. Conheci a terra de Portugal, convivi com a sua gente, senti a sua sinceridade e benquerença em relação aos brasileiros, e razões muito legítimas, portanto, levam-me a amar o povo de minhas origens. Para mostrar quanto o luso quer ao Brasil e quer ao brasileiro, cito o fato de sempre perguntar, como teste, a qualquer homem do povo, por que motivo tanto desejava vir para o Brasil, e a resposta era a mesma: — “Se os que de cá vão para lá cá não voltam é que aquilo lá é muito bom”. A pergunta se já conhecia o Brasil respondiam-me: — “*Infelizmente*, não”. Há mesmo aquela passagem, anedótica, de indagar um brasileiro, sem declarar a sua qualidade, ao motorista de táxi, em Lisboa,

quantas pessoas já havia transportado naquele dia, tendo como resposta: — “Dez, oito turistas e dois brasileiros”.

Meu avô paterno, Leandro Carneiro de Sousa, da família dos Carneiros de Sousa, casado com minha avó Lulu, faleceu muito moço, quando meu pai ainda era criança. Numa viagem a Fortaleza, aqui morreu e nunca foi possível localizar o seu túmulo. O materno, Tibúrcio de Moura Cavalcânti, casado com minha avó Domitília, era comerciante em Maranguape. Dos Cavalcânti de Albuquerque. Falecido aos 61 anos de idade, em janeiro de 1905. Não conheci, obviamente, os primeiros senão por informações, que me asseguram ter sido ele homem de bem e ela fisicamente bonita (guardo-lhe o retrato, que o confirma) e cheia de beleza de alma: de nome Cândida, era, segundo se dizia, uma candura. Dos últimos, conservo apenas vaga lembrança de meu avô, mas com minha avó Domitília privei longos anos, que me deram a sua nítida fotografia de mulher corajosa, expansiva, muito franca nas apreciações, devotada à Igreja e alvo das melhores amizades, pois que sabia criá-las firmes com a sua simplicidade e jeito de agradar com a palavra e os gestos. Morreu repentinamente nas mãos de Frei Bernardino de Mornico, em ocasião em que lhe fazia uma visita.

Antônio José Girão, filho de Manuel Rodrigues e Mariana da Silva, lisboeta, veio, de menor, para Pernambuco, em companhia dos irmãos José de Matos Girão, que se fixou no Recife, e Henrique Pope Girão, localizado em Goiana. Deste descendem os Girões Pope pernambucanos.

Deslocando-se para o Ceará, casou-se Antônio José, em 10 de outubro de 1810, no Oratório particular da fazenda Logradouro, dos sogros, indo viver na fazenda São José, ambos do termo de Quixeramobim. Conhecia a técnica geodésica e exercia, quando solicitado, o mister de topógrafo, como tal funcionando em muitos processos de demarcação e divisão de terras naquele interior. Em 1836, adquiriu do senador Afonso de Albuquerque Maranhão, herdeiro do ten. cel. Afonso José de A. Maranhão, o sítio Patos, uma das divisões da primeira sesmaria do Banabuiú, na parte que tocou a Jorge

Bocaro, ou Bocarro. Aí passou a viver, comprando mais as terras do sítio Boa Vista, de modo a tornar-se grande latifundiário.

Os filhos foram localizando-se em faixas sucessivas do sítio, que se constituiu, por isto, centro das atividades dos Girões, multiplicados no tempo, descendentes dos doze varões e mulheres nascidos do seu matrimônio.

Na primeira faixa do Patos, ao nascente, estabeleceu-se o meu bisavô Eduardo Henrique, mais conhecido por major Eduardo, o qual dos seus dois casamentos batizou e criou treze filhos. A sua influência na família foi notória, e no meio social gozava de grandes considerações, sempre atuante nos negócios públicos e religiosos do Município. Não tive a ventura de conhecê-lo, pois faleceu em 2 de dezembro de 1901.

A sua fazenda Paraíso, próxima à vila, era, em verdade, a casa dos necessitados, para ali acorridos certos de amparo ou auxílio, qualquer que fosse. Ao lado da casa estava o engenho de cana, que ainda vi rodando, muita vez sentado na banquetta da almanjarra a tanger os bois da tração. Os banhos do açude velho eram deliciosos, as palestras da Dindinha, a Dona Bem de todo o mundo. Morreu aos 90 anos, em 1920. Aí nasceram os filhos de minha avó Domitília que, apesar de morar em Maranguape, logo se aproximava o último mês da gestação, ia dar à luz na casa paterna.

A pouca distância do Paraíso situava-se a casa do Retiro Novo, comumente chamado Açude Novo, assim porque ao lado construiu o meu bisavô outro açude, que mais tarde arrombou, deixando no meio das ombreiras um enorme poço, de muita serventia e de convidativos banhos. Quando o poço secava, tinha-se de cavar cacimba no leito do riacho, à procura do esquivo líquido indispensável à vida. Naquele poço escapei de morrer por afogamento, se não fora a pronta interferência de minha prima Ângela (Anginha), que ao ver boiando os meus longos e loiros cabelos imediatamente me socorreu, já quase desmaiado. Mais tarde, em 1930, reconstruímos o açude, Raul e eu, e montamos engenho de cana, mas

tivemos de vender a propriedade a terceiros, por força de circunstâncias mais poderosas que a nossa vontade.

Na casa do Retiro Novo moravam os pais de meu pai. A morte de meu avô deixou vovó Lulu com os filhos em tenra idade: meu pai não contava mais que três anos, pois nascera em 3 de julho de 1877. Falecida Lulu, em dezembro de 1893, os irmãos órfãos continuaram no Açude Novo, e, casando-se meu pai, ali permaneceu com a jovem esposa. Aí nasceram os manos Raul — bacharel Raul de Sousa Girão (25-3-1903), Francisco (Sousinha), que iria falecer em Maranguape (1906), e Maria do Carmo, falecida aos dois anos. Mais seis irmãos morrem assim crianças, estes nascidos em Maranguape, onde igualmente nasceu a segunda Maria do Carmo (Babá), casada com Aداuto Pinto. O caçula — Geraldo, nasceu em Fortaleza, em nossa casa da Avenida do Imperador, no dia 13 de abril de 1920.

## 11

Transferindo sua residência para a cidade de Maranguape, anualmente meus pais retornavam a Morada Nova, no intuito de rever os seus rebanhos e fruir das alegrias que o sertão verde sabe oferecer, notadamente após passadas as águas, a começar de junho. Já a esse tempo os fazendeiros ribeirinhos costumam deslocar o seu gado leiteiro para o centro da caatinga, para os chamados *recreios*, onde cada qual possui casa mais modesta, currais, aguadas, e a pastagem se apresenta ainda viçosa.

E a época dos queijos, das caçadas nas lagoas, da procura do mel silvestre — abelhas enxuí, enxu, jandaíra, canudo, moça branca, uma infinidade de tipos. As lagoas estão repletas de aves aquáticas — marrecas em bandos numerosos e de várias qualidades, patos, putriões, tururus, patolas, galinhas-d'água. Entusiasmo ao caçador atingi-las a chumbo de espingarda, não sem *tomar chegadas* difíceis, a fim de sur-

prender a caça visada. Uma traição evidente aos incautos animais, armada pelo homem sempre ardiloso. Afinal, o direito de caçar é bíblico, e isto consola, pois no Maior Livro se escreve que a melhor criatura de Deus se alimentará das alimárias da terra, das aves do ar e dos peixes da água. Entre-gava-me, rapazinho, e mais tarde já casado, a êsse admirável esporte venatório, no decorrer do qual não se pensa em nada, na crueza da vida, na maldade dos homens, na aflição dos problemas morais, senão em obter o maior número de peças abatidas. Muitas vezes saía pela manhã e só à tarde voltava, delas carregado. Noutras, a caçada era *de cachorro* nas águas rasas, agora confiada a cão experimentado — e há deles extraordinários. O seu trabalho é o de, com o seu faro, apanhar a peça mergulhada e trazê-la presa aos dentes para entregá-la ao dono. ou, então, por a pata sobre ela, prendendo-a para que o caçador venha colhê-la. Há cães caçadores tão insatisfeitos de sua missão destruidora, a prear quanta ave haja, que é preciso amarrá-la para sustar a sua gana de caçar. Meu pai possuía um desses. O Tom, cujas qualidades de cão de caça eram quase incríveis. Admirava-me dessa capacidade do inteligente... irracional.

É o tempo do leite farto e bom, mungido com *capucho*, tirado em pequenas cuias; da queijaria fresquinha saindo dos sinchos e rangindo nos dentes; da coalhada saborosa; da carne sadia assada no espeto para comer-se com rapadura e farinha de mandioca.

Toda a vida simples do sertão exulta nessa exuberância e fartura. O sertanejo paga-se, de sobra, das suas penuras e mágoas. Não tem ainda invadida a alma dos males que nas maiores aglomerações humanas cercam o indivíduo, impondo ao homem tantas restrições, tantos preconceitos e o sobre-carregam de tentações ilusórias que o constroem, sem que ele o sinta, absorto no lufa-lufa diário, diuturno, horas sem lazer, noites sem repouso. Engana-se com isso e quer viver na ilusão das cidades, amolecendo o corpo no macio dos estofos e martirizando o espírito na ânsia de tudo alcançar quase à mão, no delírio do gozo das coisas efêmeras.

Essas voltas em torno de mim mesmo, nos meus pensamentos do sertão, enrijaram-me o amor do sertão, num saudosismo a que não resisto e que me euforiza qual ameno perfume ou indefinível enlevo. É uma das minhas fugas.

## 12

Na classificação do sociólogo Kimball Young está a família na faixa do *in-group* ou *we-group*, isto é, “a associação de pessoas com as quais experimentamos um sentimento de comunidade e mutualismo, com quem participamos da mesma função social, e com quem exibimos os padrões do grupo”.

As relações entre os elementos deste tipo de grupo têm o sentido de profundidade, são *verticais*. “É a família o grupo social básico, a unidade social fundamental”, sendo certo que sua influência sobre o indivíduo se destaca em primeiro plano.

Tais relações, de pais-filhos, de irmãos-irmãos, de parentes-parentes vão-se alargando e diluindo, como as pequenas ondas concêntricas que se formam ao jogar-se a pedra na superfície de águas tranquilas. A solidariedade familiar tem ampliação semelhante.

A resistência das relações ora perdura, ora afrouxa, conforme as circunstâncias. Nesse meio, configura-se o *clã parental*, que não deve ser confundido com a *família senhorial*, “fechada, vivendo *dentro* de suas raias” qual observa Oliveira Viana, nas *Instituições Políticas Brasileiras*, I, 259.

O clã parental, saído da família senhorial, “exorbita as lindes do domínio-tronco. Um tanto imprecisa, sem organização definida, somente ele aparece em determinadas circunstâncias, com lutas de famílias, prédios eleitorais, formações partidárias, etc.”

Clãs do tipo parental tiveram poderosa atuação nos velhos tempos da evolução brasileira. Havia municípios inteiros na posse de uma só família ou de famílias aparentadas, isso até mais recentemente. Citemos os Feitosas, dos Inha-

mun. “Pelo número de sua parentela, dominaram o Ceará, uma província inteira” — é do mesmo Oliveira Viana.

A família dos Machados-Girões constituía um desses grupos parentais, conquanto pequeno e sem poderio bélico ou político.

Descendentes do capitão-mor Manuel Antônio Rodrigues Machado, e do seu genro, Antônio José Girão, em parte localizaram-se, como já referi, no Sítio Patos. As divisões hereditárias fragmentaram a *base física* do latifúndio, a terra, mas permaneceu a afinidade do parentesco.

Ao longo do Banabuiú, sucediam-se as fazendas dos Girões: meus tios-avós, tios-legítimos, primos.

Meu pai ensinou aos filhos a quererem-lhes, e nós aprendemos a lição. Tanto, para nós, fazia estar na casa de um como na de outro. As nossas demoras de férias em Morada Nova davam-nos ocasião para visitá-los, no que se obedecia a uma espécie de calendário: um dia na fazenda deste, outro na daquele. Com um bom almoço e muitas expansões de afeto. Essas visitas mantinham viva a amizade recíproca.

Recordo-os com saudade, a saudade dos velhos tios, afáveis, hospitaleiros, bons. Alguns, tocados de uma certa bondade ingênua, que é uma das belezas da bondade. Cuidando dos filhos e dos seus gados, rezando diariamente o seu terço, na crença de estarem servindo a Deus. Tio José Paulo, tio Assis (Francisco de Assis), tio Alexandre Evêncio, tia Petronila eram desses. Corações sem maldade, uniformes. Tio Chiquinho (Francisco Eduardo), um tanto contraditório. Tio Tonho (Antônio Eduardo), austero porém amável, rígido na educação dos filhos, muito sensato. Todos rebentos de meu duplo bisavô, Eduardo Henrique Girão (o sênior).

A casa do tio Tonho — a Floresta, era onde de preferência me hospedava, o que mais me irmanou aos seus filhos, doze da primeira mulher, a tia Felícia Carneiro, um humano favo de mel. Amiga íntima de minha mãe, morreram ambas com o intermédio de uma semana: aquela no dia 4 e esta no dia 11 de abril de 1922. Se não estiverem no Céu, desconfio muito que alma deste mundo chegue por ali. Tio Tonho casou

segunda vez com Margarida Machado e dela nasceram mais seis filhos.

Dos tios irmãos de meu pai — o Inácio Carneiro (Carneirinho) e o tio Luís (Luisinho). Tia Felícia, com o marido e os meninos, haviam abandonado o seu lugar da Volta, na seca de 15, para irem trabalhar na Colônia Rodolfo Miranda, da Comissão Rondon, em Ariquemes, norte de Mato Grosso. Retornaram muito depois, menos o tio Guilherme e uma filha, falecidos lá, mas fixaram-se em Fortaleza.

Tio Carneirinho, pequeno de estatura, era um leão do trabalho, simples e carinhoso como ninguém. Quis-lhe estremado bem. Também me *arranchava* em sua fazenda Bom Destino, dando mais calor à estima dos primos. Tio Luizinho, inteligência clara, extrovertido, teve a desventura de cegar ainda moço, mas encarou a cegueira com altanaria. Lia muito — livros, jornais, almanaques — com os olhos pacientes das filhas e da mulher, a tia Luzia (a sua Lôza), a mansidão feita gente. Se erravam na leitura, ele as corrigia. Ninguém foi mais alegre. Ao pressentir a aproximação de alguém, ia logo gritando: — “Quem é, donde vem, para onde vai? Apeie-se e conte a história direito!” Conversava sobre tudo, indagando de tudo, sempre desconformado com a ignorância que ainda cobria, qual pesada nuvem, a gente isolada do sertão. — “Seu Raimundo, esta Morada Nova é uma ilha, terra de silvícolas, de tupiniquins e de tupinambás. Nesta terra só quem enxerga sou eu!” Merece um estudo a personalidade do tio Luisinho. Os seus filhos são outros meus irmãos.

Outras figuras singulares, generosas, cativantes na brandura de trato foram os Damasceno Girão — Luís e José (Zèzinho), moradores no Canto da Onça, também do Sítio Patos. Luís e d. Belzinha, sua mulher, recebiam encantando. Com distinção afetuosa. A sua fazenda “Recreio” era bem um recanto de acolhimento, Zèzinho, doente crônico de uma perna, entendido em remédios, receitando homeopantias, devorava livros e compunha com d. Cecília um casal de candidez humana.

Todos foram. Mas souberam deixar fotografado no espírito dos descendentes o formato da decência, do bom exem-

plo. Aperta-me o coração quando vejo que não mais se encontram ali.

## 13

A meu pai, o Sousa como era conhecido, não lhe foi possível estudar regularmente, porém dotava-se de pronta inteligência, invulgar disposição física e indisfarçáveis qualidades de líder. Afirmava com vaidade — e não mentia — ter frequentado escola primária apenas seis meses. Autodidata assim, empolgou-se pelo charadismo, então em voga, e o exercício intelectual e perquirente de matar charadas forneceu-lhe aso para constantes leituras e o acúmulo de apreciável conhecimento da sinonímia. O comércio, que exerceu algum tempo, melhorou a prática das relações sociais, e, ardoroso de idéias, não pôde fugir às lutas políticas, ainda hoje irritantes no interior brasileiro.

Fez-se partidário, ao lado do tio Porfírio, a quem dedicava especial admiração. Sempre repetia que mulher da família Girão não pariria outro Porfírio, realmente figura de respeito, aprumo moral, honradez, solidário com a dor alheia e averso às opressões. Porfírio Henrique Girão nasceu em 16.2.1850 e faleceu em 4.3.1905.

O governo oligarca do comendador Nogueira Acióli, cada dia mais acirrava a oposição, o chamado grupo ou partido *maloqueiro*, a chocar-se constantemente com os *cafinfins*, a gente governista. Qual em outros Municípios, em quase todos, senão todos, negava-se pão e água, mesmo o direito de ir e vir e o de manifestar-se a quem não soletrasse a cartilha do aciologismo. Em cada comuna, um *chefe político*, de vontade absoluta, mandava e desfazia. Muitos deles excederam-se nesse domínio abusivo.

Em Morada Nova, os Girões pertenciam à *maloca* e sem demora o Sousa se encontrou na linha de frente da reação.

No dia 11 de abril de 1904 realizar-se-iam as eleições para

a sucessão estadual dos candidatos do comendador Acióli. Subira a temperatura da exaltação, lado a lado. Tiveram os cafinfins locais ordem expressa de não perder o pleito, houvesse o que houvesse. Para garanti-lo a seu favor, alguns elementos governistas socorreram-se do meio perigoso de trazer para a cidade o conhecido cangaceiro Manuel Bento, um dos terrores dos sertões cearenses. De seu turno, bem prevenidos, mantinham os contrários, em prédio vizinho, um arsenal de armas brancas e de pequeno calibre. A hora da votação, na Casa da Câmara, onde se instalou a mesa eleitoral, abre-se forte discussão entre contrários e, insolente; o apaniguado, de rifle em punho, visa meu pai, que só não foi sacrificado porque, agindo com rapidez, para evitar a desgraça, um dos cafinfins levanta a arma com um soco, indo o projétil atingir ponto alto na parede em frente. Foi o bastante para que se generalizasse o tiroteio e, no fim, se encontrasse morto Manuel Bento, varado de balas, e feridos diversos participantes do conflito.

A consequência mais imediata seria a perseguição aberta aos maloqueiros, e o Sousa, por certo, um dos mais apontados. De fato. O mais aconselhável era que procurasse sair daquele ambiente pesado e de resultados imprevisíveis. Por intermédio de meu avô Tibúrcio adquiriu meu pai um velho sítio no alto da serra de Maranguape: iria explorá-lo para manter-se a salvo de novas tribulações morais.

Mudou-se com a família para lá, mas não abandonou os amigos e parentes de Morada Nova, com os quais estava todos os anos. Quando, em 1911, outras eleições iriam dar-se, tendo em vista outra vez, a sucessão do comendador Acióli, eis o Sousa a movimentar-se em defesa da facção oposicionista.

Surgira a candidatura do ten-cel. Marcos Franco Rabelo, frontal à do poderoso governante, e todo o Ceará por ela se entusiasmou, até o delírio. "Franco Rabelo ou morte!" o *slogan* repetia-se em todos os recantos.

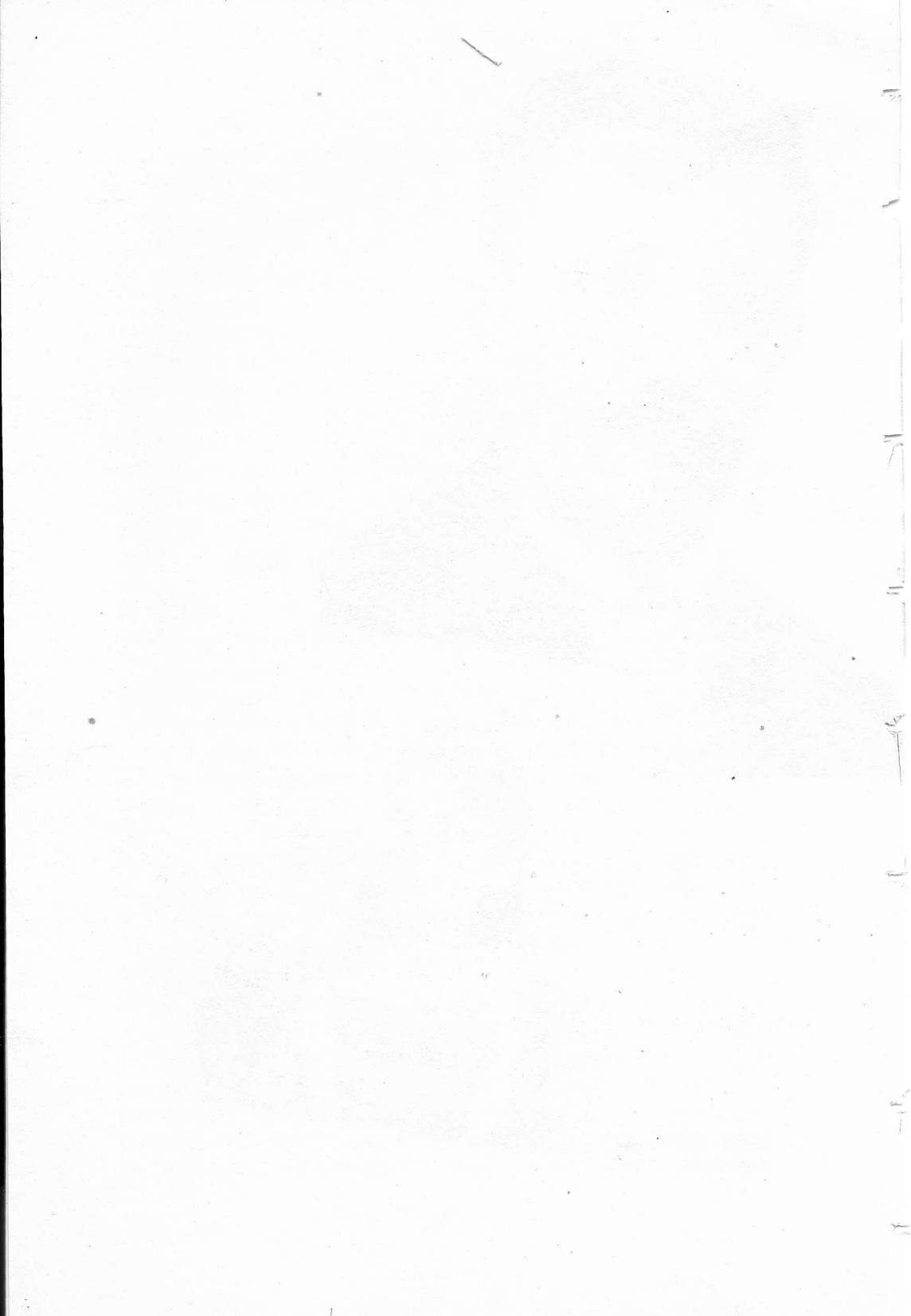
A vila de Morada Nova agora era um borbórinho, sem temor do *chefe*. Passeatas, discursos, foguetórios, manifestações as mais calorosas. Numa dessas passeatas, achando-me



*Meu Pai*



*Minha mãe, ainda  
muito jovem*



lá com os meus onze anos, na companhia de meu pai, recebi a séria incumbência de gritar a todo pulmão — “Viva o Tenente Coronel Doutor Marcos Franco Rabelo!”, ao defrontar-se a marcha cívica com a casa do tabelião Manuel Honorato Cavalcante. Devia destacar-me um pouco e gritar com força.

O entusiasmo por Franco Rabelo dominou homens, mulheres e crianças de maneira insopitável. E eu era uma das crianças dominadas pelo fervor da causa. Enchia-me de ânimo, e só me inquietava qualquer inibição no momento justo; porém, tal como fora bem ensaiado, desempenhei o papel valentemente. “Viva o tenente-coronel Doutor Marcos Franco Rabelo!” explodiu de minha boca, e toda uma pirotécnica troou de ensurdecer. Era uma atitude política, mas na realidade um acinte a quem há tantos anos sustentava, convictamente, os instrumentos de defesa da política aciolina e que naquela ocasião se portava corajosa e dignamente, não se retirando de sua calçada, onde sentado conversava com a família.

As coisas mudam, mudam as idéias, os sentimentos também e também os ódios, e desgraçado do mundo se tudo não mudasse. Para mim, a raiva daquele grito rouco e insultante mudou, um dia, em respeito ao velho tabelião, cuja única mácula, em última análise, era estar do lado de lá... Leal amizade nos aproximou, eu já formado em Direito e ele velho notário ainda, trabalhador, sereno, cavalheiro. A amizade transmitiu-se ao filho homônimo, seu sucessor no cartório, e o selo mais significativo seria o convite que este me fez, e pressuroso aceitei, de ser padrinho de um de seus distintos rebentos. E no dia em que a cidade quis prestar ao antigo serventuário a homenagem de um busto na praça pública, coube a mim pronunciar o discurso principal da solenidade. Escrevi o discurso para que o vento não levasse a minha palavra de admiração e apreço ao meu antigo *inimigo* de 1911. O ódio é a negação do homem por ele próprio: o que odeia desfigura-se e não mais é ele, é um espectro. De mim digo que jamais o escondi nos ventrículos do meu peito. As

lutas da vida, não nego, levaram-me, mais de um momento, a enfrentar outros homens, estivesse eu, ou não, com a razão melhor, ganhasse ou perdesse na contenda, porém não odiei a nenhum. A ira não tinha raízes, passava ligeiro, e de todos os modos esforçava-me por neutralizar os malentendidos. Na lista dos meus bons amigos conto vários com quem me atri-tei no caminho da existência. A auto-educação, por mim mesmo e pela boa leitura, como a dos Evangelhos, as obras de Samuel Smiles, Orison Marden, Emilio Faguet, Charles Wagner, Dale Carnegie e os ensinamentos de Rotary trouxe-me a graça tonificante. Tenho, com os poderes de Deus, a faculdade de perdoar.

## 14

Resolvido a deixar, assim a contragosto, a sua Morada Nova, a casa do Açude Novo, o seu rebanho, os parentes e amigos, desenraizando-se, cortando, em lágrimas íntimas, laços carinhosos, o Sousa arrumou o que podia levar e apresetou o *comboio* que nos conduziria. A viagem seria longa, cinco dias talvez, percorrendo-se a cavalo estradas péssimas, pois ainda não havia as boas rodagens de hoje.

Iria acostumar-me a esse tipo de mudança, porque meu pai, com a família, anualmente reproduzia viagem assim, indo e vindo de Maranguape a Morada Nova. Dias antes, cuidava-se de engordar os cavalos de sela e os burros cargueiros, reforçando-lhes a alimentação com milho em grão servido em mochilas de couro ou de pano grosso, suspensas à cabeça do animal. O conserto e ensebamento dos arreios, o *aparelhamento* das cangalhas, a aquisição de boas peias e das *borrachas* para a água de beber, o reparo das malas e baús, o preparo da matalotagem, tudo enfim indispensável à caminhada, constituia objeto de especial preocupação.

Saía-se manhã cedo, a fim de, antes do meio dia, alcançar-se o *descanso* previsto: o bom alpendre de uma fazenda

hospitaleira, ou a sombra convidativa de uma oiticica à margem de um rio ou riacho qualquer. Chegados, a primeira providência era descer as cargas, retirar as cangalhas e as selas, dar água aos prestimosos *veículos* e peá-los, para que não se afastassem muito. Os chocalhos presos ao pescoço avisariam o ponto onde estivessem. Os arreeiros conhecem, a miúdo, o timbre de cada cincerro e por eles identifica o animal que o conduz.

Em seguida, armar as redes, distribuir os pratos e cuias e servir a comida já virtualmente feita. Matava-se a fome e fazia-se a sesta. Depois, juntar as cavalduras, subir os costais e continuar viagem. No meio das cargas dos burros mais mansos colocavam-se os meninos. Andavam-se poucas léguas, lenta e monotonamente, até chegar o por do sol e de novo, noutra copiar generoso ou no próprio mato, repetir a descarga e os dispositivos do alojamento. Tais dormidas no mato continham singular encanto. Retiradas às ramagens, bem limpo o chão, acendia-se a fogueira que servia para assar as carnes ou cozinhar algum outro alimento e, igualmente, para clarear o ambiente e espantar os bichos — cobras, onças, etc. Apetitoso jantar e ao mesmo tempo ceia: carne gorda assada, com farinha, rapadura e queijo. Água fria das borrachas, o café, a rede armada duma árvore para a outra, o doce sono reparador do corpo *moído*. E dessa forma a primeira etapa, a segunda, as outras, até a chegada, que parecia eterna, tal o desejo de atingi-la, a incontida vontade de ver as maravilhas da cidade desconhecida.

De Morada-Nova, tocando nas localidades Chilê, Boa Água, Quixinxé, alcançar-se-ia o Cala Boca (Acarape), onde possivelmente eu iria olhar o trem de ferro, pela primeira vez. Efetivamente, coincidiu a nossa com a chegada dele, monstruoso, barulhento, fumegante, em estirada composição com vagões de carga e de passageiros. O apito estridente da locomotiva me espantou. Engoli com os olhos aquela coisa descomunal e, depois, vi-a deslocar-se aos poucos, lograr maior velocidade rodando na paralela dos trilhos.

Vi os fios de telégrafo suspensos de poste a poste, com

a explicação, dada por meu pai, de que por ali transitavam os recados de um lugar para outro — os telegramas. E por mais que pusesse o juízo a conjecturar, difícil me era compreender como por aqueles arames corressem as cartas nos seus envelopes. Mais tarde, eu seria um telegrafista e entenderia melhor o processo da transmissão pelo sistema de Morse.

A aproximação de Maranguape enchia-me de expectativa, a observar que as casas se iam adensando em número à medida que avançávamos. Maior o espanto, meu e do Raul, ao encontrarmos-nos no centro da urbe, as ruas tomadas de gente, muitas a se cruzarem. Nunca vira coisa igual, pois até a idade de cinco anos não tivera, que me lembre, oportunidade de ir à vila da minha terra depois do meu batismo.

Afinal, o término da jornada de cinco dias se marcou no meu espírito de criança como acontecimento de alegria intensa, mas, bem pensado, aquilo era um êxodo, o motivo de minha primeira grande saudade, a saudade do meu sertão. A agulha de marear da minha vida tangia-me noutra direção: eu iria ser um serrano, deixar a planície cálida da caatinga e galgar a montanha dos frios e dos ventos, com outras árvores, outros pássaros, outras pessoas, outras visadas panorâmicas.

## 15

Não sou fatalista, desses que preferem confiar no predeterminado, porventura vesgo, e entregar-se ao rumo que a sorte indicar, ou, melhor, que a sorte ditar, nem ao relaxado o-que-vier-virá. Mas creio em forças transcendentais, a nós alheias, e nas energias interiores do homem, umas e outras empurrando-o para a frente, tanto quanto a sua inteligência, a sua vontade e a sua cultura não bastem para modificá-las. Não creio no determinismo inexorável, como não aceito o livre arbítrio, que sai da realidade e nos quer uns senhores de nós mesmos, auto-juizes de nossos atos, sem importar-se com a infinidade de causas que retiram do indivíduo a faculdade

de querer, causas de fora e causas a ele intrínsecas, ou sejam os fatos que se verificam independente dele, condicionando-o, e as carências ou distúrbios do seu psiquismo, da sua fisiologia ou da sua anatomia. Uma literatura imensa e polêmica se avoluma em torno desse assunto muito antigo e filosófico por excelência, e não o discutirei aqui nas minúcias dos seus argumentos, mais baseados na razão do que na experiência.

Quero isentar-me da participação *teórica* dos meus atos no jogo das circunstâncias e motivos e deixar que a narração da minha jornada dos dias ela própria forneça o grau da interferência desses fatores nas várias fases do meu caminhar e do jeito da minha personalidade, ainda sorridente, de setenta anos.

Nasci librariano, o que na linguagem dos horóscopos quer dizer: surgiu no signo da Libra ou Balança, o sétimo do Zodíaco. Segundo as concepções astrológicas, as pessoas vindas à Terra nesse período zodiacal — 21 de setembro a 23 de outubro — possuem magnetismo pessoal e são capazes de influenciar outras pessoas, direta e indiretamente; têm muito equilíbrio e são do tipo mental-emocional. A sua personalidade mesma pode influenciar ponderantemente no seu destino. São bondosas, simpáticas, generosas e leais, com momentos de impulsividade ou zanga passageira, e outros de calma, suportando as provações sem se aborrecerem. Gostam de ser independentes e levar sua própria vida. Além do mais, têm espírito de observação que vai à curiosidade, em procura da verdade essencial, boa percepção dos fatos e raciocínio firme, liberto da prevalência dos sentimentos pessoais ou emocionais e dos preconceitos. Também lhes poderá interferir nos atos a sua capacidade mental, muito versátil, que varia do sonhador ao pragmático. Capazes de adquirir grandes conhecimentos, têm iniciativa de idéias para cuja concretização se mostram persistentes, às vezes teimosos, terminam em conclusões não lógicas. Expressam-se bem, manifestando com clareza o pensamento; são imaginosos e inspirados. Têm inclinação para os esportes e amam as viagens. Afetivos, amáveis e amorosos, não raramente se sacrificam pelas amizades. Quando

se tornam pragmáticos conseguem amplas vantagens nos âmbitos das finanças e dos negócios, atingindo uma prosperidade inegável. Que há de verdade nisso?

## 16

A serra toda verde, elevada de 920 m, sinuosa na linha divisória de suas encostas, entrou pelos meus olhos infantis qual uma visão mirífica. Via-a de perto e contemplava a alvura de algumas casas brancas como que penduradas naquela verdura em declive e, lá em cima, os flocos de algodão da névoa, coroando a montanha. Não era azul como me pareceram as outras que eu distinguia longe, ao longo do caminho percorrido.

A cidade está ao sopé, a mor parte já na planície, o vale rodeado de canaviais, a tal ponto que muitos engenhos de cana situavam-se na própria área urbana. O dos Batistas Vieiras, depois do cel. Afonso Braga, ajudando a formar a praça, com o mercado a leste o velho e majestoso solar da família Sombra, todo o vasto edifício em estilo ogival sustentado por elegantes e fortes colunas dóricas, o do cel. Antônio Correia, o "engenho do Ipu", bem ao lado da matriz; o do cel. Sebastião Braga, no sítio Preguiça, cuja casa de morada termina a rua Major Agostinho; o do cel. João Correia de Melo, no bairro das Cajazeiras; o do major Antônio Viana e o de seu sobrinho Zacarias Viana, no bairro da Tangureira.

Casas em geral térreas, entre as quais afloram alguns sobrados, a cidade contava poucas ruas mais importantes, como a do Major Agostinho, a do Bagaço, a do Comércio, a da casa da marinheira Mendes, todas paralelas, cortadas pela rua da Igreja, pela travessa do coronel Moura e outras menores. O mais era a periferia, pobre, de residências carentes de qualquer conforto. Muitas praças. A da Matriz, onde se levantavam, ao sul, o velho sobrado dos Correias e a casa residencial do dr. Antunes de Alencar. Fechando-a ao nascente, o sobra-

do do cel. Afonso Braga, e na outra esquina a padaria do português Teófilo das Neves; ao lado norte, a estrada para Fortaleza, separando a praça do canalial viçoso. A praça central, com a sua antiga avenida em linha reta de norte a sul, da rua do Bagaço à rua do Major Agostinho. A do Mercado, e mais ao nascente a da Prefeitura, enquadrada pelo velho prédio desta, pelas ruas do Bagaço, rua do Cotovelo e rua do Comércio. Mais, ainda, a praça da Estação da Estrada de Ferro, larga e indefinida. Ali estava o viradouro, dispositivo de reversão metálico e giratório, com a finalidade de mudar a direção das locomotivas, que vinham de Fortaleza, na direção norte-sul e precisavam voltar em sentido contrário. Nós meninos brincávamos pondo-o a rodar sobre o seu eixo, servindo-nos de carrossel.

O mercado, à semelhança dos mercados das cidades do interior, compunha-se de dois galpões cobertos de zinco, um para a venda de frutas e outro para a de carnes e peixes; estava circundado de pequenos estabelecimentos de comércio, com a fachada para fora e os fundos, em alpendre, para o pátio interior calçado de pedra tosca. Comércio de todo feitio: lojas de fazenda, mercearias, sapatarias, objetos de palha, cafés, garapeiras, barbearias, salvo algumas sem apresentação melhor, sujas, de modesto mobiliamento. Quando em 1910 irrompeu na cidade a peste da bubônica, sacrificando muitas vidas, foi preciso queimar totalmente os galpões centrais para liquidar com a ratazana perigosa, levantando-se no lugar outros mais decentes.

Porque a cidade, como aconteceu mais tarde, não era sufocada economicamente pela Capital, distante apenas 24 km, o seu comércio, animado, tinha a função de centro distribuidor para os municípios vizinhos. Lojas sortidas, de movimento intenso. Empórios comerciais como os de Albino Irmãos Manuel Aprigio de Albuquerque, Abel Ribeiro, Napoleão Lima, Adolfo Ribeiro, dispunham de variados sortimentos e de grande freguesia, uns vindos de núcleos do próprio Município, outros de lugares mais distantes. Podia dizer-se uma cidade florescente, sede de uma comuna de fartas possi-

bilidades de produção. A diversidade fisiográfica trazia-lhe tantas vantagens: primeiro, a serra fresca cheia de sítios frutíferos — café, bananas, laranjas, abacates, abacaxis, goiabas, mangas, jacas, limas, tangerinas; depois o vale úmido, de massapê, plantado de cana-de-açúcar, de fruteiras e forragens; e por fim a parte sertaneja, com uma pecuária desenvolvida e sadia. Integrante do Cordão Central do Ceará, a serra de Maranguape é de formação arqueana granítica, de solo aluvial e coluvial bastante espesso; desenvolve-se por mais de 30 km, sem cumeadas que a sublimem, mas aberta em baixadas e ladeiras fertilíssimas. As faldas ventiladas, de vegetação pujante, de águas em córregos e fontes permanentes, propiciam a fruticultura e ensejam vivendas de clima excelente, com temperatura baixa e nevoeiros, donde se desdortinam panoramas indescritivelmente belos. A mata driática apresenta espécies gigantes, soberbas, e outras de menor tamanho, arbustos, cipós e samambaias. Tudo isso e o relevo do solo, subindo e caindo em ladeiras e grotões, obriga à vida do homem outro estilo, outro modo de trabalhar, de comportar-se, diferente do sertão e do litoral.

Da encosta oriental descem pequenos rios, como o Pirapora e o Gavião, que ladeiam a cidade e, depois de juntos, a dividem em duas partes: a cidade mesma e o subúrbio da Outra Banda, antigo Alto da Vila.

## 17

Nesta Outra Banda a cidade começou, em redor duma capela, sem demora caída em ruínas. Tentaram reconstruí-la, mas quando se pensou em instalar a Freguesia sob a invocação de São Sebastião teve a preferência o local do outro lado do rio. De fato, aí se levantou o templo que veio a ser a matriz, tendo como orago Nossa Senhora da Penha, transferida da vila de Messejana, em virtude da sua extinção declarada pela lei provincial n. 485, de 4 de agosto de 1849. Transferido

foi igualmente o vigário, pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho. Dessa maneira, os maranguapenses cultuam dois padroeiros — São Sebastião, a 20 de janeiro, e N. Senhora da Penha, a 10 de setembro, cada qual recebendo as homenagens votivas dos fiéis, em festividade que se tornaram afamadas. Tais festas, além da gente cidadina e das demais paróquias do Município, atraíam numerosas pessoas vindas de Fortaleza, em sucessivas viagens de trem, durante todo o novenário. Principalmente rapazes, caixeiros e estudantes, bem vestidos e perfumados, interessados nas danças em casas de família, com o alvoroço das moças sempre prontas a corresponder com a sua gentileza e graça aos convites dos jovens para os românticos volteios. Ficaram célebres os bailes da casa da Marinheira Mendes. A' noite, a *avenida* regorgitava de gente, passeando ao correr da longa pista de cimento, ladeada de bancos de madeira. No centro da avenida encontrava-se o bar, com as mesas ao ar livre e sempre frequentado, e em frente a este o coreto, elevado, onde as bandas de música tocavam as mais diversas composições. A iluminação era feita a carbo-reto, encimando postes de madeira os respectivos depósitos. As áreas da praça não ocupadas pela pista e sem piso ou com o piso de capim-de-burro, nos quatro cantos, enchiam-se de jaburus, roletas e outros tipos de jogos de azar, a que se entregavam os nele viciados e os que somente queriam divertir-se aventurando alguns tostões. Nessa movimentação promíscua, tabuleiros de quantos sequilhos, bolos e guloseimas, garapas e refrigerantes, tabuleiros forrados de toalhas brancas, iluminados a lamparina. Não faltava a fermentada gengibirra, a grande cerveja do pobre, servida em garrafas com a tampa presa por barbante ao gargalo. As novenas, na matriz, apinhavam-se os devotos, e também rapazes cuja devoção era o flerte com as jovens, ajoelhadas na nave principal, exclusivamente tomada pelas mulheres. Os homens conservavam-se nas áreas laterais e na do altar-mor. Muito respeito, sem no entanto faltar o *carão* do oficiante nos que não sabiam cumprir à risca os preceitos da Religião. Os atos litúrgicos iniciavam-se com o levantamento do pau-da-bandeira, imensa ver-

gôntea de bambu, em cujo topo se atava, flutuante, o estandarte com a efigie do santo. A subida, difícil e lenta, era acompanhada de música vibrante executada pela banda, ao estrondo e efeito de uma pirotécnica que apresentava espetáculos surpreendentes, dando nome e fama aos mestres fogueteiros. E os infalíveis *balões*, armados de arame e cobertos de papel de várias cores, ganhando altura, imponentes, tangidos pelo vento chamado ao assobio de quase todo o mundo ali presente. Se não assobiasse, o vento não chegava e o balão demorava a encher e elevar-se.

Nas últimas noites, no patamar da igreja, efetuavam-se leilões das prendas oferecidas ao padroeiro. Vasta mesa, em cima da qual e sob a qual se acomodavam os objetos — frutas, cachos de banana, jerimuns, melancias, bolos, galinhas assadas, peças de fazenda, garrafas de bebida, uma infinidade de coisas, inclusive os *segredos*, ofertas cujo conteúdo nem mesmo o conhecia o leiloeiro. Era este, via de regra, um homem espirituoso, de especial capacidade e perspicácia para jogar com a situação dos lances oferecidos. Sabia explorar a vaidade dos presentes e instigar rivalidades entre eles, para obter o máximo de preço pelo objeto leiloado. “Dez mil réis por este copo de cerveja para o cel. Afro não beber!” “Doze, para o cel. Afro beber!” “Quinze para não beber!”... E assim, em muitas ocasiões, um copo de cerveja arrematava-se por importância fabulosa, com maior regalo dos “encarregados da festa”, geralmente uma comissão, ou mais de uma, de pessoas escolhidas com o acordo do vigário e que vontadosamente se propunham a arrecadar prendas, na cidade, na serra, nos distritos próximos. De tudo se fazia objeto de uma prenda, desde uma peça de renda de almofada, de bico cu-de-pinto, até uma rês, um boi, um bezerro, um cavalo, um papagaio falador. Certos *leiloeiros* já se sabia que eram clamados, como Luís Campos, Senhor Vieira, Joaquim Jorge Vieira, e não deixavam de aparecer os eventuais, surgidos na hora, como uma vez o Quintino Cunha, subindo de pronto, com a sua miopia de último grau. Viu como uma das prendas lindo bolo cercado de papel azul recortado, oferta de gentil

senhorita e gritou: “Azul é o céu que nos cobre/Azul é a cor mais bela./Azul é o manto da Virgem./Azul é o vestido dela!” Nunca houve leilão mais concorrido.

O vigário, padre Vicente Salazar da Cunha, muito estimado, contava para ajudá-lo nas coisas paroquiais e nos movimentos em favor da sua Freguesia, com a dedicação nunca ausente de destacadas figuras da sociedade local, por exemplo d. Sinhá Braga, d. Estrela Quinderé, as professoras Biluca Simões, Amélia Pinheiro, Candinha Vieira e os srs. José Bandeira, Joaquim Jorge Vieira, José de Sousa e muitos outros irmãos do Santíssimo.

Desde 1889 e até 1913 dirigiu o padre Salazar, com acerto, os interesses da paróquia, cuidando de melhorar a matriz, numa de cujas torres colocou o relógio que ainda hoje marca as horas; deu início a um templo que teria como protetora mística N. Senhora do Rosário, o qual todavia nunca se concluiu, sendo depois demolido o que já estava feito. Fora o padre um educador, tendo mantido em Fortaleza, com o dr. Antônio Augusto de Vasconcelos e até aceitar a vigararia de Maranguape, um educandário — o Instituto de Humanidades, de muita fama no seu tempo. Político, foi deputado estadual em várias legislaturas. Veio a falecer, na cidade a que tanto servira como representante de Cristo, em janeiro de 1937.

Relembro as suas aulas de catecismo cristão, na sacristia da matriz, instruindo-nos no horror que devíamos ter de Satanaz, no amor a Deus e aos Santos e aconselhando-nos a proceder bem, a respeitar os dez mandamentos instituídos para o homem e que se reduzem a nove em relação à obediência das mulheres. Certa vez, o tema era “não furtar” e, com a ingenuidade dos bons, nos disse que não seria pecado tirar escondido guloseimas do guarda-louça das nossas mães. — “Tire, tire”, repetia gracejando, e isso me autorizou a praticar tais furtos sem o mínimo temor dos espetos do Cão.

O pior é que dos furtos dos doces e bolos do armário estendi a autorização e roubei, crime perfeito, nunca descoberto, uma Geografia. Já àquele tempo a minha predileção pelos estudos geográficos era irresistível, e nas estantes da

casa em frente à nossa, onde residiam umas senhoras velhas — as Damianas — dei com um tratado da bela ciência que nos descreve e nos arrasta a viagens imaginosas a toda a superfície da Terra. Talvez nascesse daí o meu gosto de viajar, de conhecer outras regiões e outras gentes, o que, apesar de não dispor de bons recursos financeiros, consegui em boa parte visitando, sempre ao lado de minha esposa, todos os Estados do Brasil, menos dois, bem como dois países da América do Sul e muitos da Europa. Do Ceará, rara a cidade que eu desconheça.

Aquele volume da *Terra Ilustrada*, grosso, encadernado, por detrás do vidro da estante, era-me uma tentação forte. A concessão do padre Salazar na aula de catecismo à minha honestidade, de não locupletar-me do alheio, como que me acalmava do ato criminoso que ia praticar. Costumava entrar na casa das Damianas e por elas, tão bondosas, ser bem recebido e acarinhado. Observei não ter chave a estante e, assim, a porta facilmente seria aberta. No momento mais propício, a almazinha (eu era menino e a alma devia ser menina também) não sei como não saltou fora do seu escrínio e correu espavorida. Mas a *Terra Ilustrada* acenava-me e me insinuava a que fosse seu amigo, livrando-a daquela prisão da prateleira, ao lado de outros livros que não tinham com ela qualquer afinidade. Dizia-me na sua linguagem muda e incitante achar-se ali constrangida, pregada ao seu lugar e somente saindo, por alguns minutos e muitos raramente, quando a empregada da casa se dava, na sua preguiça, ao trabalho de desempoeirá-la com os seus companheiros de infortúnio. Coordenei os nervos e atendi, generoso, ao pedido súplice da Geografia, sem ser percebido. Mas suspeito de que o fui e teria recebido a convivência das Damianas, relevando e guardando em eterno sigilo aquele procedimento feio, mas para a *Terra Ilustrada* libertador, do seu amiguinho filho do Sousa e da Celina.

Declaro e atesto, lealmente certifico em público e raso que nunca mais roubei de ninguém, nem mesmo o coração das pessoas que amei, porque eu o conseguia pela insinuação e o

jeito, admirável jeito, que o amor nos ensina, sem a menor necessidade de assistir às aulas de catecismo do padre Salazar.

Com este, fiz a primeira confissão e comunhão e não me recorde de ter-lhe comunicado o pecado da Geografia. Calculo não o tenha confessado por não o achar nem sequer venial, escudada a minha consciência religiosa no conselho do querido mestre da doutrina cristã. Dispensável é dizer que o roubo, a despeito de todos esses motivos tranquilizantes, passou a constituir ao mesmo passo um prazer e um incômodo para mim. Deleitava-me com a leitura — eu já lia correntemente — das suas páginas tão cheias de atração, porém tinha pavor de mostrar o fruto do delito, escondendo-o como o avarento esconde o seu miserável dinheiro.

Vamos que não confessei o crime, ou que o confessei, mas a primeira comunhão trouxe-me incontida alegria, envolta a muita dúvida. Minha mãe costurava bem à máquina e ela mesma preparou a roupinha branca do seu noviço dessa obrigação católica. Bem vestidinho, com a vela e o laço de fita, tudo branco, com os outros meninos e meninas vi-me defronte do altar a ouvir a missa e pregação do padre, convencendo-nos de que o ato da confissão e comunhão liquidaria com as nossas faltas, ficariam as nossas almas limpas como a de Jesus. Poderíamos, se não pecássemos mais, ir para o Céu, em linha reta, que é a mais curta, sem nenhuma parada pelos suplícios do Purgatório. Assim convencidos, recebemos, ungi-dos de santa emoção, a Hóstia Consagrada, rezamos as nossas orações aprendidas de cor e, em meio a maior satisfação dos nossos, voltamos para casa, a conjecturar como seria dali por diante, depois do incondicional compromisso, a nossa conduta subordinada a uma santidade impossível.

Afinal, certo é que a vida será o pecado de todos os dias, filho das nossas fraquezas e também das nossas fortalezas, tudo a nos tentar — a carne, os luxos, as intemperanças, a satisfação dos nossos ódios, os gozos da existência. Deus mandou-nos para este minúsculo planeta com todas essas ameaças, e escapar dessas ameaças não é fácil, ainda aos mais fornidos de fé, de firmeza de caráter ou de inata inclinação

para a pureza dos sentimentos e pensamentos. Porque, desgraçadamente, a Santa Madre Igreja nos diz que nos perdemos para o Inferno por “pensamentos, palavras e obras”. O pensamento é infinito e com ele podemos ir além do infinito, soltando-o à imaginação; a palavra, seja a oral, a escrita ou a manifestada por outros meios, a mímica por exemplo, não nos custa muito esforço e usamo-la para agradar ou ofender, para expressar a verdade ou mentir, para exteriorizar a nossa baixa moral ou a nossa dignidade; as obras são as nossas ações, o retrato ou concretização das nossas habilidades e nossas criações mentais e espirituais. O complexo de tais fatores é labirintico demais, para por em prova, a cada instante, a couraça de nossa personalidade, em todos os seus aspectos. O elogiável não precisa de prestação de contas perante o Tribunal de Deus e o dos homens, pois é a regra geral; o censurável, ao contrário, é exceção, é o pecado, a infração da lei, a lesão à moral, levando-nos, agrilhoados, à presença do Criador, ou, para os que não crêem, à presença de nossa consciência, da nossa auto-crítica, ou à barra dos pretórios, para o julgamento último e inapelável.

## 18

Chegados a Maranguape, coube-nos morar numa casa de porta e janela na rua do Major Agostinho, paredes meias com a residência de minha avó Domitília.

Já viúva, heroicamente — e inumeráveis são as heroínas desse jaez — se esforçava na manutenção e educação dos filhos, em número de doze, menos minha mãe, já casada, e o Manuel, que, no Rio de Janeiro, cursava a Escola Militar. Ao Tiburcinho (Tibúrcio Cavalcânti) pesava como que a responsabilidade maior nessa admirável missão. Viera aos 15 anos para ser caixeiro do primo João de Moura. Eduardo e João de logo procuraram a Amazônia, refúgio largo dos cearenses pobres. José empregou-se em Fortaleza e aí morreu

antes de nossa chegada. Maria (Dona), Ana (Mimosa) e Raimunda, a caçula, Joaquim, Luís, Antônio tinham menos de dez anos.

Por quantia irrisória, porque quase nada continha, adquiriu Tiburcinho, ocupando um dos quartos circundantes do Mercado, uma bodega ou pequena mercearia, que aos poucos foi suprindo e interessando a mais fregueses. De integridade moral intocável, humilde e cavalheiresco, constante no seu labor, pôde angariar, sem dificuldade, a confiança de casas comerciais da Capital e transformar a bodega num estabelecimento de varejo — secos e molhados — de boa apresentação e movimentado, em solícito atendimento aos compradores que lhe davam preferência. Mantinha a casa num a que chamamos verdadeiro pé-de-boi, para que nada de essencial faltasse. Meninotes, Raul e eu todas as tardes, espontaneamente, íamos auxiliá-lo a fazer pequenos embrulhos, cada qual com certo peso de mercadoria — açúcar, arroz, feijão, farinha, milho, a fim de que na manhã seguinte não houvesse necessidade de pesar coisa por coisa, à medida que fosse pedida pelo comprador. A nossa única vantagem era comer algumas pedras do saboroso açúcar mulatinho. Progrediu, ampliou os negócios e tornou-se um dos mais abastados comerciantes de Maranguape, com lojas de fazendas e armazéns de compra de gêneros exportáveis. Exemplo de decência pessoal, convicção religiosa e fineza de trato, a sua prestimidade pessoal fê-lo um bem-quisto e admirado, padrinho de muito mais de quatrocentos afilhados — e isto é um recorde — e amparo dos irmãos, de parentes e de quantos recorriam a seu espírito de servir. Conservou-se solteiro até idade mais madura, porém teve a felicidade de esposar moça distinta — d. Graziela Correia de Paiva — que lhe não deu filhos e sim o amor e a ajuda com que soube fazer a integração de sua merecida felicidade.

Entre minha avó, meus tios e meus pais a compreensão era perfeita. A autoridade do Sousa, por ser o mais velho e casado com a irmã mais velha, servia de equilíbrio no conjunto dos Tibúrcios, os quais não obstante serem Girões, não

adotaram esse nome e passaram a assinar Tibúrcio Cavalcanti, usando como tal o prenome de meu avô. Minha tia Dona casou-se com Antônio de Sousa Prata e daí vêm os Cavalcânti Prata. Raimunda morreu inupta, e Ana, a Mimosa, como é chamada, igualmente não se casou e vive como relíquia da família, querida, acessível, herdando da mãe a mania de agradar a quem lhe entra em casa, com o mimo de doces delicados, frutas gostosas, bolinhos mais gostosos ainda. Casou, isto sim, com o dom da bondade, e ambos se mantiveram e se mantêm sem qualquer desavença. Manuel faleceu como oficial do Exército e sobre ele falarei depois. João ficou no Acre, onde constituiu prole e está sepultado. Eduardo e Joaquim voltaram de lá: o primeiro morreu inupto e o segundo se casou e, como Luís e Antônio, também casados, exercitam em Maranguape as suas atividades profissionais.

## 19

O sítio "Guarani", comprado por meu pai a Antônio Ribeiro do Nascimento, estava na linha da serra, mais para a encosta ocidental. A casa, de construção pesada, paredes de pedra, começava por estreito alpendre e dispunha de poucos compartimentos, sem nenhum conforto, a não ser o soalho e forro de madeira de tábuas largas em dois quartos, ali postos para prevenir a intensidade do frio. À frente um pátio ou *fachina* sustentado por muros de arrimo. Cercando esse conjunto, árvores frutíferas. O mais do sítio eram ladeiras e algumas pequenas baixadas, servidas por fios líquidos saltitantes saídos dos olhos d'água. Semi-abandonado pelo dono anterior, era quase todo uma capoeira, o mato nocivo a tomar conta, as fruteiras maltratadas, os bananais mirrando à falta de replantios. Clima, de bom a frio impertinente. Manhãs, em certos meses, de névoa cerrada, tomando-nos a vista a apenas alguns metros dos olhos. Não raro, o sol se esquecia de abrir.

Assim no alto da serra, era penoso o acesso, a cavalo ou a pé, uma légua de ladeira em caminho estreito e dificultoso, onde os atoleiros se sucediam.

Abria-se ali a nossa nova arena da luta da vida, durante os dias monótonos e as noites tristes, escuras, faltando pouco para gélidas, sem luares e sem outra coisa que recolher-se e dormir.

Estava-se a ver que não íamos palmilhar uma estrada suave, mas confiávamos em que os deuses nos sorrissem.

A coragem de trabalho de meu pai e a dedicação de minha mãe, de fato, ampararam-nos com os seus bafejos. Disse bem Rebelo da Silva que as almas viris podem vergar por momentos, mas não quebram. Aquelas duas almas, tão irmãs nas vicissitudes, nos sustos e nas felicidades, estavam dispostas a não se aquebrantar, a suportar as carências, os obstáculos e deles tecer a beleza, o colorido de uma conjugação venturosa.

Feitos os reconhecimentos necessários, saber dos limites da propriedade, da natureza geológica dos vários *roçados*, decidir por onde começar, meu pai, a capacidade de meu pai, as suas energias do corpo e da vontade deram o golpe inicial no mister de limpar o terreno. Fazer do quase nada alguma coisa era o que era.

Aos poucos os bons resultados foram-se firmando e já as primeiras cargas de frutas desciam para a cidade, onde se vendiam. Alguns jumentos e burros deslizavam na ladeira pegajosa, cargas tombadas ao chão eram levantadas, porém a meta era atingida. O negro Ricardo, agregado do sítio, robusto e experimentado, foi grande parte nisso, ajudado, depois, pelo meu primo-irmão Benigno, trazido do sertão, filho do meu tio Carneirinho. E, mais tarde, a minha colaboração e a do Raul, entravam em jogo.

Muito cedo, o tempo coberto de nevoeiro, saíamos, após o café, para o campo a colher frutas que seriam devidamente acumuladas no *separador* e aí, depois de selecionadas, condi-

cionadas nos caçuás, cada um formando um costal. A semana toda nisso, e também preparando os replantios.

Não tardou que a venda das frutas tivesse de ser feita em Fortaleza, onde se acertaram algumas freguesias ou compradores. O comboio saía de Maranguape, para pernoitar no Siqueira e na madrugada seguinte alcançar a Capital bem cedo. O Sousa cumpriu muitas de tais viagens e, mais crescido, a tarefa aqui e ali me tocava ou ao Benigno, meninos de 11 e 12 anos, a marchar no piso da burralhada, montados no cavalo Sardinha, estradeiro como nenhum, vindo de Morada Nova.

Assim um ano, dois e os demais, na mesma labuta, com os mesmos suores, com as mesmas pressões e os mesmos alívios.

Enquanto isto, minha mãe passou a fabricar doces e tijolinhos de laranja, banana e goiaba, com os quais, bem enrolados em palha de bananeira, reforçava a pequena economia da casa, mandando vendê-los em Maranguape. Foi-lhe cireneu nessa *via crucis* a Lia, hipocorístico de Maria — Maria Suzana da Conceição, o seu nome todo. Numa visita de minha mãe, ainda solteira, à cidade de Mossoró, naquela época empório comercial muito procurado pelos comerciantes e fazendeiros do baixo-Jaguaribe e Banabuiú, recebeu ela como *dádiva* uma negrinha, que trouxe para a casa paterna, sob cujo zelo a Suzana permaneceu, acompanhando a minha mãe depois de seu casamento. De constituição física sadia, trabalhadora, fiel, a negrinha de Mossoró servia meus pais e estes a consideravam e nela depositavam a máxima confiança. Cresceu conosco, os primeiros filhos do casal, e aos seus carinhos e cuidados nos habituamos, qual se fora, realmente, uma integrante da família. Fazia por merecer e merecia, e de nossa parte o amor que lhe devotávamos parecia o que devotávamos à mamãe. A sua cooperação foi inestimável, na dor e na alegria, e ainda depois de casada o nosso afeto não diminuiu. Ela morreu levando, eu creio, a certeza disso.

O esforço da Celina, a sua resignação, vendo os filhos nascerem e morrerem — morreram oito dos doze que conce-

beu — veio ao meu juízo de apreciação qual um exemplo e o motivo de uma admiração comovedora. Quando descíamos para a cidade na temporada da invernia, a sua labuta não era menor, preparando os filhos para a escola e ajuntando às suas obrigações a tarefa de costurar, especialmente roupas para homem, no que era muito perita. Antes de começarmos a frequentar aulas escolares, ouvíamos os seus ensinamentos de primeiras letras. Para o de caligrafia, adotou o processo de, na linha do papel pautado, acrescentar outra, traçada a lápis, a fim de que escrevêssemos os exercícios dentro no espaço marcado pela linha suplementar. Tinha ela cursivo bem regular, digno de modelo, e uma coisa e outra serviram para que eu conseguisse uma caligrafia mais apurada.

## 20

Minha mãe, de traços fisionômicos corretos, inteligência desenvolvida, frequentou o afamado Colégio N. S. de Lourdes, de Ana Bilhar, em Guaramiranga, naquele tempo denominada Vila da Conceição, obtendo instrução bastante para orientá-la intelectualmente. As suas cartas o dizem. De boas maneiras, temperamento calmo e tolerante, conversa agradável, muito acessível a pedidos de favores, extremada no amor dos filhos, soube conquistar o bem querer da família e grande número de amizades. A cidade a estimava. A sua afanosa vida de dona de casa e o seu apego à máquina de costurar, até quando não o devia fazer, aliados à sucessão dos partos e ao sofrimento de perder os filhinhos que iam nascendo, abalaram-lhe a saúde, sem que desse muito por esse fato, na sua preocupação de ser útil, de não negar. Não faltava a ninguém se dispusesse do que lhe solicitavam. Desta forma, não iria durar muito, e em abril de 1922, aos 41 anos de idade e 23 de matrimônio, veio a falecer. A morte, consequência do seu duodécimo parto, deu-se em Maranguape, em casa de minha avó Domitília, sem que lhe assistisse eu aos últimos instantes por achar-me em

Fortaleza. Não descrevo a dor que me feriu, pois só eu posso avaliá-la, talvez tão lacerante como a de muitos que tiveram a desventura de ver-se privados do santo amor materno, tão aconchegado como o meu. Na minha pobre alma aninhar-se-ia, indelével, outra grande saudade das minhas saudades. E então me vem à mente o versinho, não sei de que poeta:

“A saudade é um parafuso  
Que, na rosca, quando cai,  
Só entra se for torcendo,  
Porque batendo não vai;  
E se enferruja lá dentro  
Leva o diabo mas não sai”.

Outro poeta quis definir a saudade “... como se fosse espinho cheirando a flor”. Não esta, a saudade da morte, o sentimento amargo de quem ficou para sempre sem o seu ente querido. Dessa que Gonçalves de Magalhães considerou mais cruel que a morte: “Menos dura é a morte que a saudade”. Daquela de que o coração se deixa invadir e nós nos sentimos sem poder expressar.

## 21

Na posse dos rudimentos da leitura e da tabuada, aos oito anos, de calça curta e cortados os meus compridos cabelos louros, muito louros, dos quais ainda guardo um pequeno cacho, encontrei-me um dia na escola. Era a escola de d. Naninha, defronte à nossa casa da rua Major Agostinho, de uma porta e duas janelas. A sala de aula tomava a sala de visitas: com as carteiras, a mesa da professora e o quadro negro. Ficavam os alunos ali confinados, salvo quando era preciso *ir lá fora* para satisfazer necessidade fisiológica. Apanhava-se uma pequena pedra redonda, sobre a mesa, e a

ausência da pedra indicava já se achar ocupado o lá-fora. Até que a pedra retornasse. E como demorava, às vezes!

O ensino era o decorativo, com o da tabuada em cantilena: dois e um ,três e um quatro e um cinco e um seis e um sete e um oito e um nove, noves fora nada. A leitura, obrigatória, o que encerrava o mérito de treinar o aluno e corrigir-lhe os erros de pronúncia e de entonação da frase. Havia os *argumentos* ou sabatinas, com os alunos em semicírculo, de pé, a responder, ou não, às perguntas propostas pela mestra. Se um errava, cabia ao seguinte acertar ou não: se acertasse, tinha de aplicar, no que levara quinau, o clássico bolo de palmatória. E havia as apostas, escolhidos dois a dois, ambos obrigados a escrever um texto qualquer, para ver-se qual apresentava melhor grafia e mais asseio na prova. O asseio era do currículo.

Transferida d. Naninha para Fortaleza, substituiu-a d. Isabel Pereira, com quem logo me indispus, não me lembro por que razão, vendo-se meu pai forçado a matricular-me no Colégio São José, do *seu* Henrique.

## 22

Escrevi sobre d. Naninha, no jornal *O Povo*, de 17 de abril de 1959:

“Oh! que saudades que tenho/da aurora de minha vida,/da minha infância querida/que os anos não trazem mais!”

Quem não nas tem como o poeta, ainda o menos ditoso? Saudades daquilo que a névoa do tempo esmaeceu, reduziu a vagos contornos e guarda distante...

Relembro a aurora da minha vida, do menino de cinco anos que acompanhava os pais na sua viagem triste de quem se via obrigado a abandonar o lar e a felicidade do sertão para vir construir, tijolo por tijolo, outra felicidade e outra ordem de vida.

Tudo confuso, porém me recordo da minha curiosidade,

das minhas surpresas diante de coisas novas, da minha ingenuidade de criança de uma fazenda de Morada Nova, às margens do Banabuiú decantado, que após dias de caminhada a cavalo deitava os olhos nas primeiras casas da cidade de Maranguape, entrando pela estrada das Cajazeiras.

A serra azul, longe ainda, despertava em mim as delícias da visão das serras inais azuis que o céu azul, e eu me perguntava por que na fazenda da "Palestina", onde nasci, não havia elevações garbosas como aquela, tão raso era ali o chão, na horizontalidade aluvional da várzea ou, quando muito, na subida de alguns metros dos "altos" cheios de pastagens e de mofumbos cheirosos, que enchem de aroma os pulmões da gente.

Maranguape, a cidade sopedânea que ia ser o meu novo campo de diabruras e traquinagens, como que me deslumbrou, com as suas praças e as suas ruas, e as casas juntinhas, formando fileiras, dum lado e do outro. E que movimentação em tudo, na imaginação atordoada do garoto matuto, o comércio ativo, o mercado irrequieto, o povo sem parar, num ir e vir constante, comprando e discutindo.

O vidro de aumento das impressões infantis chamava à minha contemplação visual aquele movimento como hoje vejo o das grandes cidades. E eu via as lojas de Maranguape como admiráveis empórios e eu via aquela casa do coronel Sombra, sustentada de grossas colunas, tal qual um palácio suntuoso e encantado!

Correu o tempo e tive que entrar para a escola. Para mim não era tão difícil, porque esta ficava quase *vis à vis* à nossa casa, na rua do Major Agostinho. A escola era a sala de visitas da residência da professora e, como extensão da sala, o corredor e o "lá-fora", que as contingências fisiológicas nos levavam a frequentar.

A professora era aquela. Baixinha, testa larga, cabelos longos, que desciam à curva dos joelhos, o ar sisudo, mas temperado de atraente doçura, nos gestos e na fala. Casada com um marido bonito, gordo, moço, que vinha a Fortaleza todos os dias, de trem, único transporte de então. Três fi-

lhinhos: a Edna, o Panchitinho e a Laís, que de repente ficaram órfãos, com o pai abatido por um colapso cardíaco.

Chamava-se ela, por extenso, Ana de Oliveira Cabral, e nascera no Icó, em 1873. Diplomara-se em 31 de março de 1894, recebendo o diploma das mãos do Presidente Bezerril Fontenele. Já havia ensinado as primeiras letras em Pedra Branca e Quixeramobim, passando, por nomeação de 11 de janeiro de 1905, a reger a cadeira do sexo masculino na terra de Capistrano de Abreu, Antônio Augusto, Djacir Meneses e Braga Montenegro. Mas ninguém a conhecia senão por DONA NANINHA. O hipocorístico carinhoso é que lhe dava a identidade, e no meu coração gravou-se indelevelmente. A minha professora, pois, chamava-se Dona Naninha e era aquela moça baixinha, de testa larga e cabelos longos como nunca eu vi.

Evoco a ternura daqueles tempos de aluno de DONA NANINHA, do discípulo que lhe ouvia lições e conselhos tão suaves.

Os verdadeiros mestres, tanto quanto os pais e não raro mais que estes, modelam as mentes jovens. Dão-lhe forma e expressão, como o estatuário dá ao gesso e ao barro, transformando-os em beleza. Sinto, lealmente o afirmo, que na minha formação espiritual o exemplo de DONA NANINHA está em mim presente, com muita força.

Jamais a esqueci. As lutas dos dias, as lutas do corpo e as da alma, que nos conduzem aos barrancos e trancos através deste mundo de "lágrimas, suor e sangue", não desmancharam, não enfraqueceram a minha afeição. Não o estou dizendo só por dizer, tocado de qualquer sentimentalidade, mas com a sinceridade com que devo e quero ser acreditado.

Dona Naninha, aos 84 anos de idade, já sem ver o sol, nem distinguir as estrelas, morreu faz quinze dias e a cidade não o sabe, porém muitos sabemos que morreu uma criatura feita todinha de amor e meiguice. Muitos seus ex-discípulos, nesta cidade, choram sentidamente a sua morte e eu sou um deles. E sabemos porque choramos."

Conservo, como preciosidade, as provas de meus exames finais de 4.<sup>a</sup> classe, feitos em 7 de novembro de 1912: ditado

de um trecho de *Iracema*, exercício de cópia do texto Reis de Roma (754-510), análise lógica de outro trecho do *Iracema* e um exercício de caligrafia. Aprovado com distinção, declarada pela comissão constituída do pe. Otávio de Castro, inspetor escolar, e das professoras Maria Leonese de Sousa Brasil e Alice Vieira Chaves. A nota máxíma era 5.

## 23

O Colégio S. José ficava na rua do Bagaço. A casa de sobrado servia de residência ao professor e, nos altos, de acomodação aos alunos internos. Destes, lembro-me de Francisco Celestino Júnior, Getúlio Rodrigues Chaves, Leovigildo Herculano, Ulisses Ramos, o Berrapote, Pedro Paulo Cavalcante, Ananias Santiago e Francisco Mapes Barroso. Não tenho mais em mente quanto custava o internato, mas a mensalidade do aluno externo era de 5\$000 (cinco mil réis), qualquer que fosse a classe. Muitos colegas externos ficaram com os seus nomes na minha memória: Ataliba Barroso, que foi médico em Fortaleza, Hibernon Pessoa, Cícero Braga, Jaime, Raul e Maurício Sombra, Heráclito Barroso, Jaime Correia, médico, João Baima, funcionário da Rede de Viação Ceatense, Claudino, Raimundo, José, Francisco, Alfredo e Antônio Bessa, os quais tinham as aulas pagas pelo major Antônio Viana, da Tangureira, José Fernandes Vieira, Alfredo Câmara Ribeiro, Humberto Ribeiro, Adriano Câmara, João (Dão) e Clóvis Gaspar de Oliveira, João Belo da Mota Filho, Anísio, Américo, José, Josué e Joaquim Cláudio de Oliveira, Samuel Silva e Hildebrando Silva, do Jereraú, José Buerval Cirino, Pedro Nunes, Luís Mavignier, Luís e Antônio Tibúrcio Cavalcânti, Sebastião de Pinho, Lauro e José Mendes, José Roberto, o José Mocó de d. Chana Pinheiro, Lauro Chaves, médico psiquiatra, filho de *seu* Henrique, Francisco Pereira, destacado nos estudos, Macário Fernandes Vieira, exímio aplicador de feros bolos de palmatória, Pedro Sales, José Uchoa Pinheiro,

João de Castro, Gil e Eloi Pereira Valentim, José Câncio de Araújo, Francisco Prata, Oseas Braga.

O salão de aulas estava num prédio em frente do sobradinho e todas as disciplinas eram ministradas por um professor único — o dono do estabelecimento — Henrique Freire Chaves, filho de Serafim Tolentino Freire Chaves e Joana de Jesus Chaves.

Nesceu em 14 de março de 1882, em Limoeiro do Norte, donde saiu aos 17 anos de idade. Foi professor em Caucaia, onde conheceu Alice Vieira, de Maranguape, com a qual em 25 de abril de 1905 se casou, já estabelecido aí com uma mercearia. Vendendo-a, adquiriu o Colégio S. José (curso primário) a José Benvenuto e mais tarde o passaria a Edilson Teixeira. Mudou-se para Fortaleza em 1922, depois de ter exercido as funções de pagador da Inspetoria de Obras Contra as Secas (hoje DNOCS), servindo com o eng. Elesbão Veloso. Até 1923, manteve-se nesse departamento federal, para, por fim, ser nomeado despachante da Alfândega, cargo em que trabalhou durante 24 anos, ou seja, até aposentar-se. Falleceu aos 89 anos.

Era homem um tanto sisudo, porém afável, comunicando-se facilmente. Leal nas atitudes e amizades, constituiu família, que o amava e admirava: Hermes Chaves, abraçou a carreira do Exército e atingiu o Generalato; Wilson e Lauro Chaves fizeram-se médicos. As filhas casaram-se umas, e outras se diplomaram.

A sua severidade no tratamento com os alunos era proverbial e mais proverbial ainda o rigor dos bolos que aplicava. Se, nas sabatinas, o aluno desse o bolo-quinau sem a devida força, ele notava e o convidava a vir aprender a dar bolo.

Nem por isso deixou de ser querido dos seus discípulos, entre eles eu, que sempre o homenageava em nossos constantes encontros nas ruas de Fortaleza, mantendo cordial palestra.

Também conservo como relíquia a prova do meu exame final no Colégio S. José, realizado em 28 de novembro de 1913. A nota geral era registada na prova de português: um

trecho do *Iracema*, livro de leitura indefectível nos estabelecimentos de ensino daquela época. Distinção, grau 5. Firmada a nota pelo bacharel Alcebíades B. Vieira, pelo pe. Otávio de Castro e o acadêmico de Direito João Vieira — João Jorge de Pontes Vieira, falecido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Ou o examinando era um esforçado, ou a banca generosa, mas a distinção atesta que ele se saiu bem.

Na solenidade de entrega das notas finais, recebi a incumbência de recitar o soneto *Fortaleza*, de Paula Ney. Decorei-o bem, mas sentia que aqueles catorze versos eram poucos e resolvi acrescê-los de outro quarteto, se não me engano versos de Gonçalves Dias. Na hora precisa, sem nenhuma inibição, declamei o soneto e o seu estranho apêndice, sendo aplaudido, porém em meio de algumas gargalhadas, o que me confundiu um tanto. Explicaram-me depois que um soneto não pode ir além dos versos de sua medida, dois quartetos e dois tercetos, nunca se lhe permitindo adendo nenhum. Aprendi aí as primeiras noções de estrutura poética, estrutura sim, porque de composição nunca fui capaz. Alguns sonetos que tentei, mais por teimosia do que por inspiração, de nada prestavam. Convenci-me de que em assunto de poesia tinha de restringir-me a admirá-la. A poesia na minha vida foi a minha vida mesma, filha dos conselhos do bom senso, da coragem de ação e dos incalculáveis fatores que a fortuna tão bondosamente me separou até hoje. O título da minha obra poética é este — Alegria de Viver. A agulha magnética da minha trajetória neste val de lágrimas, que também é um val de rosas, nunca me abandonou, graças a Deus.

## 24

Assim, entre os trabalhos do sítio e os deveres escolares, aproveitava as horas de lazer, com o Raul e outros meninos, a percorrer pontos da cidade e suas imediações, a tomar

banhos no Zepinheiro, no Escorrego, no Preguiça, no sítio Pirapora, do tio José de Moura, irmão de meu avô Tibúrcio, e a distanciar-me um pouco mais, até a Tangureira, em busca de talos de carnaúba para fabricar pequenas gaiolas de pá-saros, no que cheguei a aperfeiçoar-me bastante.

A despreocupação dessas horas livres completava a minha felicidade, apenas perturbada pelos castigos de meus pais, principalmente de meu pai, um tanto rigoroso, a punirem-me de faltas mais sérias, como aquela em que brigando com o caboclinho que, em um tabuleiro, conduzia diariamente o almoço do tio José de Moura, vi-o totalmente espatifado, com a revolta do estômago do velho parente. Dono de uma fábrica de beneficiamento de algodão na cidade, passava aqui o dia e a primeira grande refeição vinha, já preparada, de sua cozinha no citado sítio Pirapora, onde residia.

Os banhos do sítio de José Pinheiro e sua mulher, d. Chana, eram os preferidos pela gente mais distinta, de Maranguape e de Fortaleza, de onde vinham pessoas gradas e amigos, com a intenção de almoçar em sua casa e gozar o frescor da piscina natural, de cristalina água corrente, à sombra de altas árvores crescidas ao redor. O do Escorrego, no riacho Gavião, era mais popular. Formava-se de uma grossa bica a despejar-se de certa altura sobre terreno muito pedregoso, sendo necessário pular duma pedra para a outra. Aí os banhistas se libertavam de quaisquer restrições do pudor e banhavam-se sodomicamente nus, alguns bebendo cachaça, outros apresentando os seus corpos, ora hígidos, ora cheios de maselas, não sendo poucos os que se apresentavam em estado deplorável, chagados de males venéreos. Uma promiscuidade. Outro ponto de nudismo eram os Canos, abaixo do sítio de José Pinheiro. Às noites, constava de minha obrigação ir à padaria do Teófilo a comprar pães e bolachas para a ceia e o café da manhã. Eu o fazia tomado de medo, pois a panificadora estava distante, tendo-se de atravessar o trecho de caminho às escuras. Exatamente no trajeto situava-se frondoso tamarindeiro tido como lugar de assombrações, ao que se dizia com irrequietas almas penadas a jogar objetos

sobre quem passava. Fazia-o de uma carreira só, sem olhar para os lados. E o medo aumentava de volume porque a árvore ficava no quintal do sobrado da esquina, onde funcionava a maçonaria, considerada então como obra do Diabo. O padre Salazar cansou de nos dizer isso. Com frente para a rua do Bagaço, o bar e mercearia do Sinfrônio Nascimento, sempre frequentado, dava alguma luz ao ambiente tétrico, mas não tanta que vencesse a escuridão. Antes de fazer a compra das bolachas, entre estas as afamadas bolachas *fogosas*, grandes e fofas, eu demorava no Sinfrônio, a apreciar os jogos de bilhar ali costumeiros, torcendo a favor desse ou daquele taco, por mim mais simpatizado. O Sinfrônio, pai do dr. José Nascimento, do comerciante Gontran Nascimento e do professor Gilson Nascimento, seria talvez a pessoa mais conhecida de Maranguape. O seu bar, lugar de reuniões não só de jogadores de bilhar, como de afeiçoados da cerveja, ou dos refrescos por ele preparados, tornou-se referência para quem viesse a Maranguape. E ele, também: "Procure lá o Sinfrônio, que ele lhe orientará". De fato, a perseverança à frente do seu negócio, a sua prestimosidade, o seu espírito de gracejo, a sua correção pessoal haviam de fazê-lo digno da admiração geral e de quantos o procuravam. Não deixava eu, tanto quanto pudesse, de assistir aos congos do Zé Binga, nos quais o Luís da Balbina, marido da Lia, representava o papel de general de armada. Zé Binga era o marechal. E também os fandangos, em que fazia de rei o Joaquim Corcunda. Achava tudo aquilo maravilhoso, pois em verdade esses atos populares, já quase desaparecidos do nosso folclore, eram muito interessantes na sua interpretação profundamente alterada pela ignorância dos participantes.

Em muitas ocasiões, os meus folguedos de menino deslocavam-se para o sítio Cachoeira, quatro léguas de Maranguape, propriedade de minha tia avó Isabelinha e seu enteado, José de Moura Cavalcânti Filho, ou para temporadas no sítio Olho d'Água, de Antônio de Sousa Prata, casado com a Tia Dona (Maria). Ele muito jovial, às vezes jocoso, e ela muito cavaquista, criavam situações de desacordo que, afi-

nal, terminavam em gargalhadas. No Olho d'Água havia engenho de cana e açude de habituais pescarias, o que aumentava a atração daquele logradouro, tão gostosamente visitado pela família. Muito queridos os primos do Olho d'Água.

## 25

“O sítio da Cachoeira, o sobrado da Cachoeira, o açude, o pomar, o engenho, o jardim, a capela de S. José existiram porque os construiu José Antônio de Moura Cavalcânti.

Chegou ali por volta de 1839, naquele trecho de mata-ria, que adquirira para campo de sua tenacidade realizadora. Desbravou, plantou, colheu, e em 1854 começou o sobrado, que antes de 1860 já estaria concluído. Uma perfeita Casa-grande, com senzala e tudo. Edificação muito sólida, cercada de alpendres amplos, sustentados de colunas brancas e roliças, a casa dominava a região toda, no flagrante da sua imponência, no patriarcalismo que se fez em seu redor. A igrejinha de S. José, acabada em 1862, integrou o sobrado no coração e na alma do povo da redondeza.

O açude consolidou o lastro econômico: os canaviais, o engenho de boi, a produção negociável. E as atitudes do patriarca, severo, solícito, social, foram as tintas que emprestaram ao conjunto as tonalidades da consideração e a admiração de que se tornou alvo, até o dia da morte. Chefe político liberal, ocupou em duas legislaturas (1878-79 e 1880-81) uma das cadeiras da Assembléia Provincial. Coube-lhe, por muitos anos, o Comando superior da Guarda Nacional de Maranguape. A sua nomeação, firmada pelo Imperador, é de 8 de março de 1884.

Viera o velho Moura do Icó, onde nasceu em 6 de fevereiro de 1820. Um dos que escapara ao bacamarte de João André Teixeira Mendes, na sua insanidade contra os Cavalcânti, não menos birrentos e indomáveis. Luta de família, igual a muitas outras que deram característica de sangue à

nossa formação sócio-política. Não ficara, na antiga e gloriosa cidade de Nossa Senhora da Espectação, pedra sobre pedra: nem um só Cavalcânti pôde resistir aos clavinotes dos Canelas-pretas. Morreram ou fugiram.

O velho pernambucano Francisco Cavalcânti de Albuquerque, já paralítico, não escapou ao punhal facínora, dentro do seu próprio estabelecimento comercial. De emboscadas, tombaram mais tarde os filhos tenente Antônio Cavalcânti de Albuquerque e o alferes José, cujo cadáver é atirado ao rio, como o de um cão. Por um triz esteve Joaquim Cavalcânti Bulhões, outro filho que, afinal, veio morrer melancolicamente em Fortaleza, no posto de major reformado da Tropa de 1.<sup>a</sup> linha.

Francisco Cavalcânti de Albuquerque casou-se duas vezes, sendo filhos do segundo matrimônio, além de outros, Tomás Cavalcânti de Albuquerque, pai do General do mesmo nome, muito influente na política cearense; d. Tudirha, avó dos drs. Pedro Borges, Frederico Borges e Artur Borges; e D. Francisca Cavalcânti, casada com José Antônio de Moura Cavalcânti, o "Moura da Cachoeira". Do mesmo casal foram descendentes Francisco de Paula Cavalcânti, avó do naturalista Professor Dias da Rocha, e Josefa do Carmo, mãe do tenente Carlos Augusto Peixoto de Alencar, destemido abolicionista, e de d. Josefa (Bindu), casada com José Feijó de Melo, de ambos descendendo, entre muitos, o eng. José Oriano Menescal Júnior. Por outro lado — a professora Adélia Brasil Feijó, diretora do Grupo Escolar de Parangaba, a decana das diretoras de Grupo Escolar em nosso Estado. (Mais de cinquenta anos de dedicação ao magistério).

Do primeiro casamento de Francisco Cavalcânti, vem Joana Cavalcânti de Albuquerque Torres, casada com o Brigadeiro Luís Xavier Torres (Lucas Torres), ramo de que procede, através dos avós Jorge Vítor Ferreira Lopes e Florinda Cavalcanti Torres, o dr. Paulo Sarasate, que foi Governador do Estado; e, também o dr. Edson de Moura Cavalcânti, diretor da Biblioteca Pública Estadual, e o general Stênio de Albuquerque Lima, cujo avô, major Manuel Bezerra de Albuquer-

que, se casou com a Cavalcânti — Jesuína, filha da aludida Joana Cavalcânti Torres. E, ainda, Maria Felícia de Albuquerque Cavalcânti, mulher de Manuel Filipe Cavalcânti, pais do meu avô materno — Tibúrcio de Moura Cavalcânti, casado com Domitília Pessoa Girão.

Com três irmãs de meu referido avô uniu-se, sucessivamente, José Antônio de Moura Cavalcânti, seu primo legítimo. A primeira vez, com Josefa (n. 1.6.1820 f. 13.9.1860), da qual teve três filhos. A segunda, com Jerônima, nascendo então os filhos José, Antônio e Francisco. Do terceiro casamento com Isabel (Isabelinha) não houve prole.

O primeiro filho do Moura da Cachoeira com a minha tia-avó Jerônima — José Antônio de Moura Cavalcânti Filho, nasceu no dia 13 de setembro de 1865 e veio a falecer, solteiro, em 21 de setembro de 1928. Foi seu padrinho de batismo o senador Pompeu, chefe liberal, de que o pai era prestigioso prosélito. Destinara-o este aos estudos e fe-lo vir para esta Capital, onde frequentou o "Ateneu" dos afamados educadores Araújo Costa Mendes. Daqui, a estudar Direito, foi para o Recife, não chegando, todavia, a bacharelar-se. Fixou-se em Fortaleza, onde exerceu as funções de professor da Escola Normal, das quais foi demitido, por injunções políticas, pelo Presidente Bezerril Fontenele.

Antônio Sales era-lhe grande amigo e, como se sabe, foi Secretário do Interior e da Justiça no governo do citado militar.

Tendo-lhe recomendado o governante que lavrasse o ato de demissão de José de Moura, Sales de fato mandou-o lavar, mas, ao apresentá-lo ao Presidente, disse-lhe em tom peremptório que não o referendaria, pois que daquele momento em diante já se considerava fora da Pasta. Jamais selaria com a sua assinatura semelhante injustiça. E por mais que Bezerril insistisse não voltou Antônio Sales ao cargo. O gesto do autor de *Aves de Arribação* só por si mostra a sua altivez de caráter e a dedicação que devotava aos amigos.

José Antônio de Moura Cavalcânti Filho, com o mesmo Antônio Sales e vários mais, foi um dos fundadores da "Pa-

daria Espiritual". O seu nome de guerra era Silvino Batalha. Contudo, não demorou muito no meio febricitante da "Padaria", porque em consequencia da morte do genitor (10 de abril de 1892) teve que recolher-se à Cachoeira, a chamado da querida madrasta e madrinha. A grande afeição que lhe votava e a necessidade de manter a organização da importante herdade fizeram dele um eremita. Nunca mais veio a Fortaleza senão já muito em idade, para tratar-se da doença que por fim o matou.

No seu recolhimento monástico, no entanto, dia algum esqueceu as belas letras, nem deixou se abastardassem as boas maneiras, sempre o *gentleman*, o pé na meia, de camisa e palitô, a ler os seus livros prediletos e a acompanhar a marcha do mundo longínquo pelas páginas dos jornais da capital e do Rio de Janeiro, assinante que era de vários deles. A essas leituras, juntava a de *Chácaras* e *Quintais*, uma espécie de breviário dos agricultores.

Nas minhas demoras de adolescente no sítio da Cachoeira e, com os tempos, já homem feito, acompanhei-lhe o singular modo de viver, assim todo limpo e de apurado trato, a palestrar horas a fio com os seus simplórios agregados e com tantos quantos ali passassem ou, deliberadamente, fossem visitá-lo. E as suas indefectíveis parlas com a madrinha, derramando-se os dois, mutuamente, nas mais efusivas das compreensões.

Pena é que o Silvino Batalha não tenha podido encontrar-se ombro a ombro em todas as lutas e vitórias dos "padeiros". Só por via de correspondência com Sales, Sabino Batista, Alberto Magno da Rocha, Waldemiro Cavalcante e alguns outros dava largas à sua viva inteligência, tão injustificadamente sacrificada aos imperativos de um golpe do destino. Ficou assim um dos *esquecidos*.

Morreu José de Moura e morreu tia Isabelinha. Morreu a Cachoeira, o espírito da Cachoeira, com o seu sobrado, o seu açude o seu jardim, a sua capela de S. José. O que ainda lá se encontra é um túmulo de tudo isso. E o sino da capelinha a tocar de quando em quando, como a dizer, a anun-

ciar que um dia mais passa e um dia mais se soma na morte do que aquilo foi." (*Almanaque do Ceará*, 1958).

## 26

Muito nos recreavam os modos e esgares dos tipos populares de Maranguape, a se apresentar cada qual com as suas peculiaridades ou maluquices, indivíduos que a sorte pôs à margem, fazendo-os uns doentes, uns infelizes, desajustados sociais, alvo da piedade ou dos motejos, quando não de perversidade de alguns. O Domingos da Marcelina, imbecil, maltrapilho, de riso alvar, vivendo, se tal era viver, de abastecer de água as residências de sua *freguesia*. O Guilherme, a puxar por um dos pés, entrava em fúria e distribuía pancadas quando lhe gritavam: "Comi cocada./ Arrotei coentro./ O pé do Guilherme/ tem cão dentro!" O Piloto, zarolho, pequenino, irritava-se com os que lhe chamavam por esse apelido. A Sabina, vendedora de redes ambulante, oferecia-as ao preço de 10\$000, para no mesmo instante acrescentar: — "Mas o menor preço é oito". O Tatzinho, de estatura fanada, a dirigir nomes feios a quem o tratava assim. A Angélica, tomada da mania de desvestir-se e correr qual Eva esquelética pelas ruas afora. O João Bubu, a provocar o riso, ou a comisseração, pela desconformidade de seus gestos, com as suas caretas e os braços nos mais desconjuntados movimentos.

Causavam-me admiração outras pessoas da sociedade, objeto do nosso respeito, tais como o cel. Joaquim Sombra, farmacêutico, o professor Vieira, o cel. Afro Campos, intendente do Município, o cel. Afonso Braga, o dr. José Bonifácio, que seria o meu mestre de Direito Romano na Faculdade de Direito, o major Antônio Viana, cel. Antônio Botelho de Sousa, Abel Ribeiro, Rogério Prata, cel. José Albino, o tio José de Moura, cel. Evaristo Madeira Barros, Manuel Apriégio de Albuquerque, Napoleão Lima, Luís Vieira, João Gaspar de Oliveira, chefe da Estação da Via Férrea, Otávio Albino.

O cel. Afro Campos era o Intendente desde muitos anos e portava-se, com as suas barbas à Pedro 2.º, como um patriarca. Antônio Botelho, que os seus contrários apelidaram de Boi Fusco, o chefe político, ambos da facção aciolina. Joaquim Sombra, o boticário de todas as horas e de todas as doenças, autor de fórmulas terapêuticas muito conhecidas, e Otávio Albino, comerciante, formavam no partido da oposição. Com o aparecimento da candidatura do cel. Franco Rabelo à Presidência do Estado, empolgando em todos os recantos cearenses, agitaram-se fortemente os ânimos, e em Maranguape o atrito entre as duas hostes culminou com violento ataque à barbearia do Paulo Elpídio, mais conhecido por Paulo Barbeiro, exatamente na ocasião em que, à noite, barbeava um dos seus clientes. O resultado foi a destruição da barbearia, a morte de um dos atacantes e a fuga milagrosa da vítima da estúpida agressão. Preso no dia seguinte, foi recolhido à cadeia pública. A minha curiosidade levou-me a acompanhar os fatos que ali se passavam, para testemunhar a cena, que seria de consequências trágicas se não fora a ação enérgica de Otávio Albino, evitando que um dos bandidos ali presentes disparasse o seu rifle contra o prisioneiro.

Paulo era o Delegado de Polícia e teve que imediatamente retirar-se de Maranguape e, à pressa, desfazer-se dos seus móveis, alguns dos quais foram adquiridos por meu pai, que passou a residir na casa daquele homem tão humilhado. A casa era defronte à nossa, na rua do Major Agostinho. Retirou-se para Belém do Pará, donde voltou depois da queda de Franco Rabelo, em 1914. Homem de têmpera rija, algo letrado, entrou para a redação do *Diário do Estado*, jornal do Governo, fez exame de madureza, estudou Direito e foi meu colega de turma na Faculdade. Escrevia com graça e correção, tendo deixado um livro de memórias — *O Crato do meu tempo*. Exerceu as funções de Procurador Fiscal do Estado e faleceu em 1970, aos 92 anos de idade, sempre moderado nos atos e correto na vida funcional e social. Pronunciei o discurso de despedida, no momento em que o seu corpo iria baixar ao túmulo. Paulo Elpídio de Meneses pai do notável sociólogo Djacir Meneses

e do professor Paulo de Meneses Filho, valeu como exemplo de tenacidade e fortaleza de disposições nos embates da existência. Dedicava-lhe eu especial estima. *Amicus Paulus* era o meu usual tratamento para com ele, que, sei, correspondia, em medida igual, à minha amizade.

## 27

Em 1913, com a aquisição por meu pai, de um cartório em Fortaleza, tivemos de mudar-nos para a Capital. Problemas diversos se implicaram nessa transferência de caráter definitivo, inclusive o da manutenção do sítio da serra. Tudo se acertou, enfim, e em outubro a mudança se operou, sem que pudesse acompanhar os meus, porque devia terminar o ano letivo do Colégio de *seu* Henrique, cujas provas finais se realizariam nos últimos dias de novembro. Fiquei na casa de vovó Domitília.

Efetuada os exames, munido de minha aprovação distinta, levaram-me para Fortaleza. Ao abandonar duma vez a minha outra terra, na qual plantara a arvorezinha da infância, ligando a nó cego o coraçãozinho às coisas e à gente, apresentava-se-me a despedida com as cores confusas da tristeza. Não diminuía a angústia da separação o natural desejo de ir ver novos aspectos, apreciar novos hábitos, outras diversões da cidade grande. Abracei os meus, os colegas da escola de d. Naninha e de *seu* Henrique, e da estação da Estrada de Ferro, talvez o mais acabrunhado passageiro daquele trem, dirigia o olhar, indefinido olhar, o olhar demorado do adeus à serra inesquecível. Chorei, e na caixa de veludo das minhas saudades outra viria depositar-se inoxidavelmente. Iria plantar-me no litoral.

A planície, as alturas, a praia. A canícula, a névoa, a brisa. A vila, a cidade, a Capital. Os engatinhos, a meninice, o homem. A indefinição, os brinquedos, a luta. Uma vida.

Eu não ía, o trem é que me levava. Já havia demorado em

Fortaleza, em 1908, uns dias na casa do tio Eduardo Girão, na Rua da Assembléia, hoje Visconde de Sabóia, e em 1911, alguns meses na mesma companhia, porém já em sua nova residência da Avenida do Imperador. Nessa época frequentei o Colégio Colombo, do professor Francisco Gonçalves, muito sério, muito míope, muito preparado em letras, notadamente no conhecimento da língua portuguesa. Somente sobre o pronome *Que* escreveu um volume, tanta matéria lhe forneceram as complicações e artifícios da Gramática.

Em 1912, chegava ao Ceará, pela primeira vez, o cel. Franco Rabelo, já deposto o comendador Nogueira Acioli, em 24 de janeiro. Meu pai, rabelista, não compreendia a sua ausência naquela oportunidade, que se esperava triunfal, mas havia um embaraço: os empregados da Estrada de Ferro achavam-se em greve e os trens não transitavam. Iríamos então por terra, a cavalo e, com efeito, ele, o seu velho amigo de Morada Nova, Francisco Reinaldo, e eu logo mais estávamos em Fortaleza. A praia era uma multidão a aclamar o seu ídolo e o Sousa achou melhor sairmos de lá para assistir à chegada do triunfador à casa em que ia hospedar-se, na Rua General Sampaio, vizinha à Casa de Juvenal Galeno. Ao aproximar-se a massa humana, tamanha a pressão sobre nós, que meu pai houve por bem, em minha defesa, colocar-me numa das varandas do prédio, sustentando-me para que não caísse.

Coincidiu que dessa varanda é que falaria ao povo, saudando o nosso herói, o dr. Solon Pinheiro, e dali responderia ele à saudação e agradeceria aquelas manifestações vibrantes. Foi assim que naquele instante histórico ficamos ali, os três: a gentileza dos oradores proporcionou-me o imenso prazer de olhar de perto aquele homem que nos vinha como um salvador.

Nessas idas à Capital, conhecera os bondes de burro e já agora me falavam dos elétricos impulsionados por uma lança de carretel a rodar nos fios suspensos. Não podia formar juízo exato sobre o novo tipo de carril e, por isso, ansiava por vê-los. Na viagem, colocara-me à esquerda do vagão, de modo a poder divisar a praça da Lagoinha. No cruzamento da rua Guilher-

me Rocha com o Trilho de Ferro (hoje Avenida Tristão Gonçalves) encontrava-se um dos tais veículos, e foi alvoroçado que o cobri com os olhos.

A casa alugada por meu pai situava-se na Rua da Assembléia (depois São Paulo), no quarteirão entre as avenidas do Imperador e Tristão Gonçalves, não longe portanto da estação central, onde fui recebido com festas, como filho e filho que, “fazendo bonita figura”, dava gosto aos pais com a distinção nos estudos. Casa de porta e janela, lado da sombra, dispondo dos cômodos mais essenciais a uma pequena família. Fui-me adaptando e sem demora fiz camaradagem com os filhos do sr. Doroteu Aragão, merceeiro da esquina — o Jarbas e o irmão. Jarbas fez-se general do Exército e uma das autoridades respeitadas na Filologia no Brasil. Estima igual ligou-me aos filhos do português Antônio Manuel de Carvalho, dirigente da fábrica de cigarros São Lourenço, na outra esquina. Raul Carvalho e o irmão Lauro tornaram-se comerciantes, o primeiro abrindo a casa “Christmas”, pioneira da venda de roupas para criança, em Fortaleza. Pessoa muito conhecida da cidade, soube educar os filhos, três deles engenheiros com aperfeiçoamento, na América do Norte.

O quarteirão todo era-nos familiar, e aos vizinhos vendíamos frutas, das vindas do sítio da serra, parte que não era colocada nas freguesias. Essas vendas ajudavam a nossa economia e mais de uma vez eu e o Raul tivemos que ir fazê-las no mercado público, no barracão que, àquele tempo, servia para o comércio de frutas, verduras e cereais, local atualmente ocupado pelo edifício dos Correios e Telégrafos. Dispunhamos as bananas e laranjas em forma adequada e fazíamos, muito acanhados, o nosso pregão: — “Olha a laranja boa de Maranguape!” O fato é que vendíamos, assim passados de vergonha, mas confortados com o raciocínio de que não éramos conhecidos de ninguém, naquele ruge-ruge de compradores e vendedores. Na realidade, o fato não nos aviltaria, antes nos enalteceria. Pobreza não é vileza, e lutar honestamente pela vida é a missão de todos. Como costumava dizer meu pai, com aquilo não nos cairia parente na lama.

Muito nos preocupava resolver o nosso problema de *telefone*. Os dois Raulis, o Lauro e eu preparávamos uma linha de barbante bem esticada e presa em cada ponta aos fundos de latas de manteiga, abertas, que serviam de *fone*. Efetivamente, falando-se de um lado, era ouvido no outro, nitidamente. Mas entendemos ampliar a nossa técnica querendo ligar a nossa casa à do sr. Carvalho, conduzindo o barbante assim como são distribuídos os fios de metal. Por mais que nos esforçássemos, nada conseguíamos, obviamente.

Da Rua da Assembléia transferimo-nos para a Rua 24 de Maio, lado da sombra, quarteirão compreendido entre a Rua hoje São Paulo e a Guilherme Rocha, então denominada 24 de janeiro, em homenagem ao dia da queda da oligarquia Acióli. Na esquina, a mercearia do seu Antônio português, e sucesivamente, as residências do João Pinto Nogueira, proprietário de uma casa de chapéus de sol, a nossa, a do deputado Afonso Batista Vieira, a das velhas Pinho, a do leiloeiro Afonso Maia, a do dr. Jorge de Sousa, genro do comendador Acióli, a de Francisco Pedro de Azevedo, a do dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, cunhado do Comendador e, ainda em construção, o prédio da Fênix Caixeiral, levantada no terreno da Chácara dos Leões, moradia do decaído governante, incendiada na revolta, direi melhor desatino popular de 9 de novembro de 1912. Do outro lado, e no mesmo sentido, a mercearia Minerva, de Joaquim Maia, estudioso, e afinal conhecedor da língua alemã, nas horas em que não havia freguês, residência de Neco Sardinha, Clóvis Mendes, da Livraria Imperial, e atual decano dos nossos livreiros, dr. Henrique Leite Barbosa, médico do Exército, família Tinoco, família Teófilo Gaspar de Oliveira, a de Venâncio Ferreira Lima, a de José Nogueira, despachante da Alfândega. Terminava o quarteirão com a mercearia de Lupicínio Maia, sovina como ninguém, a ponto de negar o pedido, que, por despique alguém lhe fez, de uma barata pousada no balcão. Negou, alegando que precisava dela para alimentar o seu canção...

As nossas relações com os João Pinto estreitaram-se e também com os Henrique Leite. Desde aí, a minha especial defe-

rência ao Clóvis Mendes e ao falecido irmão Oscar e às irmãs, uma das quais muito bonitinha — a Lili, que veio a ser a esposa do farmacêutico Aluísio Mamede. Recebi um dia envelope a mim endereçado, a primeira vez que isso me acontecia. Entre curioso e alegre, o envelope foi aberto e o conteúdo era um cartão com uma mensagem amorosa, assinada por Lili. Forte, o meu embaraço, pela coisa em si e pelos comentários dos meus em torno do fato. Admirava a Lili Mendes pela sua beleza e graça, mas não podia acreditar dela viesse aquelas palavras de simpatia. E não era a carta senão um trote, partido não sei de quem. Iniciou-se nesse dia a minha correspondência epistolar, hoje muito volumosa.

Certa manhã, ouvimos horrível estrondo com uma densa nuvem de poeira assustando todo o quarteirão. Desabava quase totalmente o prédio da Fênix, ainda a concluir. Ferimentos e mortes de operário, consternação geral, notadamente a do construtor, Augusto Lopes.

Doutra feita, já de calças compridas — uma das minhas conquistas infantis — dirigia-me para a missa na igreja do Patrocínio e passava muito rente às fachadas dos prédios quando senti violenta pancada no rosto e caí. Levantei-me sem ferimento aparente e ouvi, em voz muito fraca, um pedido de desculpas. Era o velho Comendador Acióli que me falava. Tinha por hábito apreciar o movimento da rua através do postigo da porta, dessas que dispunham de dois, um que abria para dentro e outro que, levantado, abria para fora. Exatamente no minuto da minha passagem um tanto ligeira, o postigo se abriu, para atingir-me de cheio. Muito alcançado em anos, o dr. Acióli voltara ao Ceará e hospedara-se na casa do genro. Derribava-me daquele modo, um rabelista que, indo na onda, como se diz, tanto gritava por que o apeassem do governo. Com o tempo, depois de estudar-lhe a personalidade e os atos da vida pública e particular, acabei de convencer-me de que o oligarca tinha a seu favor, positivas e incontestes, as veras qualidades da honestidade, da lealdade ao seu partido e da bondade pessoal. Agitou-se como homem público num ambiente político compatível com a educação cívica e o jogo

das circunstâncias que envolviam, atropelavam e arrastavam os dirigentes de um povo. Deliberadamente, não criou as circunstâncias; foi um títere das circunstâncias. Hoje, dir-se-ia um teleguiado. Deu o que podia dar na conformidade delas.

Nesse ano de 1914 cursei novamente o Colégio Colombo, então dirigido pelo dr. Manuel Leiria de Andrade: no 4.º ano. Tenho sob os olhos, bem conservado, o diploma (atestado) das minhas notas finais, datado de 15 de novembro e firmado pelo diretor, pelo secretário, dr. Manuel Antônio de Andrade Furtado, e a banca examinadora — drs. Henrique de Alencastro Autran, Antônio Teodorico da Costa e José de Israel Cisne. Aprovado plenamente, grau 8,5, o que me causou forte decepção, porque nos anos anteriores, em Maranguape, somente conquistara distinção. Ocupava o Colégio toda a parte superior e parte posterior do sobrado da rua Senador Pompeu, lado par, esquina com a rua da Assembléia (São Paulo), achando-se na parte térrea anterior uma casa de estivas, a mercearia “Camocim”. A família do dr. Leiria alojava-se em cima, na frente. Em baixo e numa espécie de sobreloja, os alunos internos, dos quais me vêm à lembrança, Clodoaldo Pinto, Vergnaud do Vale Melo, Américo Raulino, Levi Saavedra, do Amazonas, Adelino e Álvaro Parente. Professores: Andrade Furtado, Henrique Autran, Arão Sidou, Antônio Teodorico, Israel Cisne, José Porfírio Cavalcante, todos muito cordatos. Entusiasmava-me a capacidade intelectual do diretor Leiria, dando lições em qualquer das cadeiras do curso, se faltava o professor. Um talento. No citado ano de 1914, em dezembro, diplomou-se em Direito e logo em março do ano seguinte se inscrevia como candidato, aliás sem competidor, no concurso aberto, na Faculdade de Direito do Ceará, para provimento da Cadeira de Enciclopédia Jurídica, vago com a morte doutra fulgurante inteligência, o dr. Manuel Soriano de Albuquerque. Venceu, obtendo notas distintas. Tinha 26 anos de idade. Ingressou na carreira política, foi deputado estadual e federal, desligando-se do Colombo. Orador vigoroso e de poderosa imaginação, os seus discursos de improviso e as suas defesas e réplicas na tribuna judiciária arrancavam

os melhores aplausos. Em 1935 submeteu-se a outro concurso, para a Cadeira de Direito Penal, na Universidade do Brasil, porém, sem conhecer o resultado do julgamento de suas provas, faleceu, no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro, aos 46 anos, pois nascera, em Fortaleza, a 21 de março de 1889.

Terminado o ano letivo e para melhorar as nossas premissas financeiras, pois a renda do cartório ainda não nos bastava, tive de servir, aproveitando o período das férias, como caixeiro da mercearia do meu parente José Acúrcio Saraiva, localizada na Rua Rufino de Alencar. Dormia lá e tinha as refeições, pois a bodega era ligada à casa de residência. Venda a retalho de cereais, açúcar, farinha de trigo, querosene, achas de lenha, algumas bebidas e quinquinharias. Despachava os fregueses com solicitude, ao lado do dono ou sozinho, quando ele saía a fazer compras ou a outros negócios quaisquer. Homem bom, católico de comunhão diária (a igreja da Prainha ficava bem ali), correto nos compromissos, mostrava-se no entanto, um neurastênico. Enfezava-se facilmente e não só uma vez eu fui o visado pela suas raivas. Mas desforrava-me preparando batida de ovos com farinha do reino e açúcar, muito gostosa, lavando bem o prato e a colher para que ele não percebesse minha vingança. Depois, saboreava uma lata de doce, de goiaba ou banana, de umas muito pequenas, vendidas ao preço de 200 réis. Tantas as raivas contra mim, quantas batidas e doces eu engolia. Afinal, gostava da *profissão* e teria demorado mais como caixeiro se não fosse a obrigação de retornar às aulas. Acúrcio deixou a mercearia e empregou-se no jornal *O Nordeste*, arauto do catolicismo no Ceará. Mantive com ele cordial aproximação que se envolvia com a minha estima à Teté (Teresa), sua mulher, tão delicada, e aos filhos, que soube educar e bem encaminhar na vida.

Foi nesses antanhos que iniciei as minhas atividades ou andanças *jornalísticas*. Fundei um jornal. Jornalzinho escrito à mão, ocupando as quatro faces da folha de papel almasso. Tinha o título — *O Porvir*, e nunca vi futuro tão curto e melancólico. Saía aos domingos. Portanto, um órgão semanário,

e, para indicá-lo, estava o subtítulo — “Jornal hebdomadário”. Assisti certa feita a meu pai explicar que hebdomadário queria dizer aquilo que se efetua ou renova todas as semanas. E o bombástico adjetivo ficou-me na mente. Enchia a boca. Jornal “independente e noticioso”. Eu mesmo o escrevia, caprichando na letra, e como tivesse certo pendor para o desenho, traçava as vinhetas. Desgraçadamente, não cultivei essa inclinação, porém muitos postais pinteí, à aquarela, os quais oferecia às amiguinhas e primas: anjos, pombinhos, laços de fita, paisagem de pequeno regato com patinhos nadando. Tudo cópia, visto que o toque criador nunca se dignou de visitar-me. Pequena, a tiragem, Minitiragem: um único exemplar, que passava de mão em mão para ser lido. Era o tempo da primeira grande guerra mundial, e dos outros jornais a minha “agência telegráfica” extraía as notícias. Se num combate qualquer haviam morrido 2.000 alemães, eu colocava um zero na frente, para liquidar o mais cedo possível aquela raça abominável dos boches do Kaiser. A minha aliafilia chegava a tanto. E se a guerra durou mais tempo, com alemães morrendo, é porque o jornal... não era diário. Aprazia-me matá-los, assim tão sumariamente. Lamento não ter guardado nenhum exemplar do meu jornal, para poder, hoje, gargalhar-me de mim mesmo. E aquela aventura em que entrei, muito convencido, de escrever outro *Porque me Ufano do Meu País*. Pois comecei a viagem geográfica, mas a certa altura cansei de ser tão ingênuo. Ficaria o *livro* entre as minhas obras incompletas. Mas permanece ao lado das minhas melhores obras: as que não escrevi.

## 28

Do Colombo passei ao Liceu, Liceu do Ceará, o mais antigo e vitorioso dos educandários cearenses. O quarto mais velho dos estabelecimentos desse tipo no Brasil. Criado pela Lei n. 304, de 13 de julho de 1844, instalou-se em 19 de outu-

bro do ano seguinte, sob a direção do padre dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, mais tarde o Senador Pompeu.

Inúmeras gerações de homens ilustres do Ceará estudaram nele e dele saíram para as mais diversas profissões e funções na carreira pública, civil, militar, no clero e nas atividades liberais.

Ocupou desde o início prédio de instalações precárias, improvisadas para o seu funcionamento. Somente em 1894 pôde receber sede adequada, sita na Praça dos Voluntários e construída pelo engenheiro tenente João Arnoso, na administração do coronel José Freire Bezerril Fontenele. A Praça dos Voluntários não tinha jardim, era plantada, sombreada de grossas mongubeiras, e para o lado da lagoa do Garrote, hoje Parque da Liberdade, continuava com o terreno em declive. Mais ou menos no centro, uma cacimba, levantada com anéis de pedra de Lioz, sem tampa, sempre suja.

Aí é que conheci o Liceu e o frequentei. Para as minhas evocações somente aí o compreendo, austero, acolhedor, paternal, qual circumspecta figura humana vestida na roupagem de sua fachada inconfundível. Gustavo Barroso, um dos que mais o amaram, dedicando-lhe, para as suas memórias, um volume com o título *Liceu do Ceará*, legou-nos esta descrição real: "O Liceu era um casarão de platibanda, pintado de verde, com cinco arcadas de gradis de ferro, de cada lado de alta porta abrindo sobre meia dúzia de degraus de mármore. No vestíbulo, sob uma sineta de bronze pendente dum arco, a mesa do porteiro, o negro José, tipo de abexim, de pince-nez de ouro, sempre a escorregar, pretensioso, malcriado, antipático, continuamente de má vontade, mas desmanchando-se em adulações ao diretor e aos professores. Ali, os corredores que dividiam as salas cortavam-se em cruz. Havia ao todo oito salas, seis para os seis anos do curso, uma para a Secretaria e outra para o Gabinete de Física e Química e História Natural. Esta vivia sempre fechada. Uma vez por outra, ali entrava o professor Francisco Moura e pela porta entreaberta se lobrigavam seus mistérios: bichos empalhados, macaquinhos estranhos, um esqueleto apavorante! Quatro salas davam para

a praça e quatro para a larga varanda corrida, debruçada sobre um pátio interno entre cujas colunas se estiravam compridos bancos de pau. Alguns anos mais tarde, essa disposição interna seria completamente modificada.

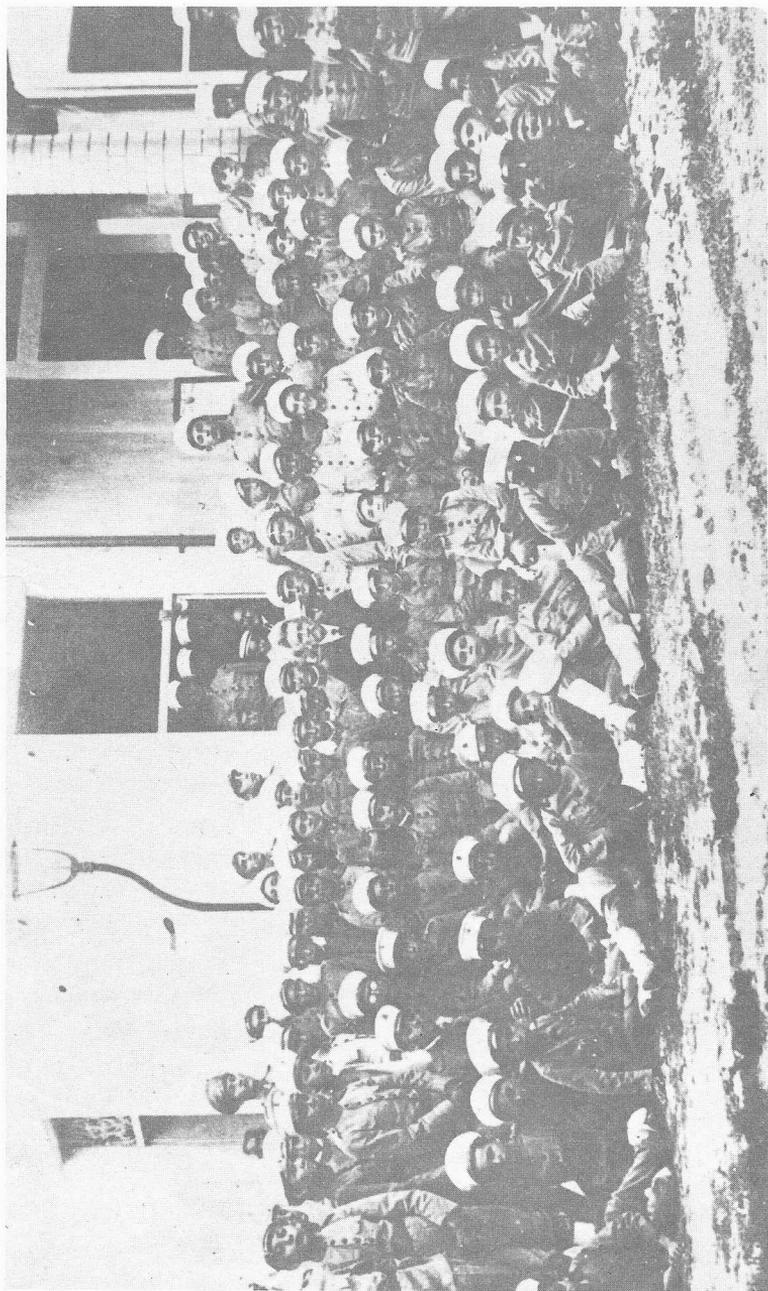
Ao lado contrário do pátio ou quintal, como chamávamos, as portas trazeiras de outro edifício semelhante, levantado pelo mesmo construtor, com frente para a rua mais crismada de Fortaleza: Direita, de Baixo, Conde d'Eu e Sena Madureira. Hoje nem sei mais que nome tem. Nela estava instalada a Biblioteca Pública. Nas faces laterais do pátio, dois pequenos pavilhões em que ficavam as sentinas, um destinado à Biblioteca e o outro, ao Liceu”.

Essa descrição de Gustavo pretende retratar o estabelecimento à época em que o cursou. Na minha, já a Biblioteca se havia mudado para os baixos, lado ocidental, do palacete da Assembléia Legislativa, e o edifício da Sena Madureira foi todo ocupado pelo Liceu. E o porteiro deixava de ser o negro José, substituído pelo velho Rogério Acióli de Vasconcelos, dotado de todas as qualidades contrárias do seu antipático antecessor. Muito ameno, cordial, generoso.

Matriculei-me, em 1915, no curso avulso, no em que o aluno estudava sem a continuidade das séries ou anos letivos, podendo no final destes submeter-se a exame das matérias que escolhesse, quatro em cada ano, no máximo. Terminados todos esses exames, estaria com os seus doze *preparatórios*, aptos a credenciá-lo ao vestibular nas Faculdades Superiores.

Todo *bicho* ou noviço estaria condenado ao trote, tortura a que teria de submeter-se, calado, resignado, bufando de ódio mas sem dizer pio, qualquer que fosse a extravagância, às vezes a perversidade dos *veteranos*. As mais incríveis formas de sadismo galhofeiro, absurdo até hoje infelizmente não de todo superado, quando muito, amenizado.

Apavorava-me, e aos outros iniciantes, a história dessas crueldades, aumentada de cores negras pelos que no-las relatavam. Eu tremia. Penso que os outros não mantinham os nervos muito quietos. Novinho, de 15 anos incompletos, via em cada veterano um algoz, e havia deles verdadeiros gi-



*Grupo do Liceu do Ceará em 1918. Vê-se ao centro o Diretor Guilherme Moreira*



gantes, rapazes de compleição musculosa e larga, diante da qual eu me considerava um desgraçado liliputiano. Não justificava a atitude de meu pai entregando-me, indefeso, à sanha dos que se julgavam com o direito de maltratar sem punição. Bem podia ele ter escolhido um colégio particular. Mas o Liceu era gratuito.

Fui, metido já na farda obrigatória, de brim cáqui e boné de pala branco, confeccionado na Casa de Sirgheiro, do velho Arruda Câmara, na Rua Major Facundo. A alma não podia encolher-se mais e os suores correram frios e abundantes ao aproximar-se da Praça dos Voluntários. Uma algazarra só, alunos por todos os lados, trocando-se carochos de monguba, numa guerra idiota. “Olha o bicho!” — e o miserável entrava para o sofrimento.

— “Olha este!” — chegara a minha vez, mas vi surpreso que os atacantes recuaram ante o grito — “Este não! Neste ninguém toca!” Era o Ataliba Barroso, meu ex-colega do Colégio de *seu* Henrique, de Maranguape, e desde o ano anterior aluno do Liceu, veterano portanto. Corpulento, gordo, como o foi no resto dos seus dias, valeu-me como um antemuro tranquilizador. Quem iria enfrentar a *massa* do Ataliba? Escapci, e sua defesa deu mais grã ao sentimento que sempre nos uniu.

Penetrei assim, os umbrais daquele templo — e não seja isto um lugar comum, pois que era realmente um templo de respeito e disciplina aquele Liceu — e a Secretaria me informou que o meu número seria o 132. Por este seria identificado e indicado no livro de chamada das diversas aulas. Passei a ser o 132, saí como o 132 e gostaria nunca mais deixassem de me considerar o 132. Saí do Liceu do Ceará. Melhor que isto: o 132 do Liceu do Guilherme Moreira.

Até hoje, não vejo como denominar diferentemente o Liceu da Praça dos Voluntários, o *meu* Liceu. Cada qual tem o seu, os que o frequentaram e sentem-se felizes disto. O meu é um inapagável sinal tatuado nas minhas lembranças, de linhas bem cortadas, com o Guilherme Moreira fazendo centro.

Diretor, seria o *meu* Diretor até desperdir-me do Liceu.

Desde 1899 lecionava Inglês, cuja gramática sabia, mas não tinha a pronúncia muito correta. Também lecionava Francês, motivo de irreverentes piadas. Após tentar o curso de medicina, na Bahia, e voltando para o Ceará, dedicou-se aos labores agrícolas na serra de Baturité e, mais tarde, ao comércio de bar e casa de bilhares — o conhecido Palhabote, de sociedade com Antônio Dias Pinheiro e Pedro Muniz.

Pela segunda vez dirigia o educandário. A última, de março de 1914 a março de 1919. O tempo em que fui o 132.

Por motivo de saúde, tornou-se um morfinômano, porém discreto, sabendo disfarçar o uso do tóxico indispensável. Rigoroso na disciplinação da estudantada, não perdoava facilmente qualquer falta. Certa vez, em aula do dr. Henrique Autran, na sala contígua à do Gabinete da Diretoria, por ocasião da chamada e por que estivesse bem longe da mesa do professor, respondi, em tom muito alto, talvez acanalhadamente ao meu 132. — “Pronto!” Foi o bastante. Levantou-se do seu lugar, chegou à aula, perguntou quem havia gritado e teve a minha resposta: — “Eu, professor”. — “Levante-se e retire-se. Está suspenso por cinco dias, com falta dupla” — foi a decisão rápida. Quando cheguei em casa, à tardinha, já lá estava o seu aviso, comunicando a minha suspensão.

Prendia-o verdadeira obsessão pela decência e asseio dos alunos, não admitindo a ausência, na farda, de um botão sequer. Quem viesse em desalinho, não entrava. Ele próprio comandava o batalhão de alunos, mais que o instrutor oficial, o tenente Paulo de Aguiar, muito acessível e tolerante com as atitudes do Diretor.

Armado de grossa régua de madeira, uma de cujas extremidades se dividia em taliscas para percutir melhor, batendo com ela nas colunas do alpendre, chamava a tropa para entrar em formatura. — “Sentido!, vapo. Meia volta! vapo. A direita! vapo,” — ia assim colocando em fila os seus soldados, obedecendo na composição dos pelotões à ordem do tamanho. Os mais altos na frente, e sucessivamente até os menores, atrás. Saía comandando-os até chegar ao centro da praça, quando os entregava ao instrutor. Por isso, o batalhão do Liceu bri-

lhava nas formaturas ou paradas, todos bem engomados, as armas limpas e reluzentes. Cada qual zelava pela sua.

Tanta disciplina, entretanto, não evitava alguma explosão individual, prontamente corrigida com a aplicação do regimento, sem faltar a coletiva de todo o corpo discente, insatisfeito ante deliberação exagerada. — Greve! Ninguém irá às aulas! E, não obstante duas ou três defecções, o movimento se generalizou, com a medida extrema de entupirmos as fechaduras do prédio, impedindo a sua abertura. Nem o Diretor, fulo de zanga, pode penetrar. Uma semana de atoardas, vivas e morras, invasão dos bondes, todos de boné com a pala para trás — sinal ostensivo do grevista. A cidade assistia à nossa rebelião e contemporizava, tendo sido necessário que o Presidente do Estado, gen. Benjamim Barroso, destacasse o delegado Alípio Baltar a fim de, parlamentando conosco, colher ao exato informações sobre os nossos intentos. Muito educado e hábil na sua missão pacificadora, com ele nos entendemos bem e lhe entregamos o teor de nossas reivindicações, entre estas a do retorno às aulas sem desconto de ponto dos dias da greve.

O Batalhão, além do *comandante* Guilherme Moreira e do instrutor tenente Paulo de Aguiar, obedecia na ausência deste a comandantes-alunos, assim graduados. Paulo Bezerra, Hugo Vitór, depois meu colega no Telégrafo e historiador cuidadoso, Joaquim de Castro Meireles, mais tarde formado em Medicina, e Floriano Peixoto, Peixotão, garboso, peito cheio, vaidoso do seu físico — guiaram-nos muitas e muitas vezes pelas ruas da cidade.

## 29

Bem posso dizer, como Gustavo Barroso, que os nomes dos professores do Liceu eram de estarrecer a um fedelho como ele, espécies de deuses ao serem vistos de longe para, de perto, com o tempo, revelaram-se, na maioria, feitos de

argila comum. O autor de *Terra de Sol* acrescenta que “alguns deles eram pior do que isto, porém houve os que se fizeram respeitar, estimar e mesmo amar, o que é muito difícil”.

Por mim, dos meus mestres do Liceu não faço restrições a nenhum, embora quisesse e admirasse menos uns que outros, talvez mais como resultado de melhor aproximação ou contatos mais estreitos depois do estágio liceista. Nessa fase, recebi lições de Raimundo Arruda, Língua Portuguesa; José Francisco Jorge de Sousa, Francês; Guilherme Moreira, Inglês; Henrique de Alencastro Autran, meu conhecido do Colégio Colombo, Aritmética e Algebra; Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade, Geometria; Luís Costa, História Natural; Antônio Teodorico da Costa, Geografia e Corografia; pe. Misael Gomes da Silva, História do Brasil; Hermenegildo Firmeza, História Geral; pe. José Quinderé, Latim; Francisco Borges de Moura, Física e Química.

Raimundo Arruda, conhecedor da disciplina, algo sisudo, não bom expositor, primava pelo gracejo de botar apelidos nos discípulos: Samuel Botelho ficou sendo o *Pirolenhoso*, Manuel Braga da Rocha, o *Manuel Bota*, Aristóbulo de Castro, o *seu Teóbulo* e assim muitos. Não gostava de suas explicações, muito gramaticalizadas, e a linguagem não é gramática. Esta e para os gramáticos comprazerem-se em brigas ferozes. Briga de gramático, consagrou-se a expressão. Por isso, resolvi inscrever-me no curso do Martinz de Aguiar. Martinz com z, valham-me todos os santos se alguém grafar o nome sem esta consoante linguodental fricativa sonora... Com z ou sem z, o Aguiar (Antônio Martinz de Aguiar e Silva, e ai de quem omitir o Silva!) sabia ensinar e, o mais importante, levava o aluno a aprender. Identificava-se com ele, de igual para igual, falava-lhe o idioma da simpatia e o prendia. Só os curtos de massa cinzenta não o acompanhavam na explanação dos fatos da linguagem: eu custava, mas acompanhava. O curso era na sala de visitas do seu velho pai, na Rua Senador Pompeu: um sofá e uma porção de antigas cadeiras austríacas, um consolo, e só. De mangas de camisa, calça de fantasia com os fundilhos remendados, pé no chi-

nelo, loquaz, voz alta, desabusado no dizer, fazia-nos conhecer a composição, a lógica e o gênio da língua, sem martirizar-nos com as cinegéticas procuras do sujeito ou do verbo da oração escondidos dentro no cipoal intricado das estrofes do Camões. Barbaridade, aquelas caçadas inconseqüentes, tão das delícias dos engramaticados. Nem sei se professor algum logrou mais popularidade e a admiração dos discípulos do que o Martinz com z de Aguiar. A nossa mútua estima foi de cimento armado. Foi autoridade de Filologia no Brasil, da estirpe dos grandes mestres Said Ali, Sousa da Silveira, Mário Barreto, Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, José Oiticica, Evanildo Bechara.

De Português, havia recebido algumas aulas do professor Torres Portugal, baixinho, muito avançado em idade, fala demorada, uso constante dos proletários cigarros "Peito de Vaca", de papel amarelo e fumo ordinário. Ao entrar na sala de aulas guardava na soleira da janela a *ponta* do seu cigarinho e a apanhava depois, reacendendo-a. Prolixo, conversador desses que não concedem um segundo ao interlocutor, era o "rei dos cacetes". Residia numa chácara à rua Guilherme Rocha e dera-se à mania de adquirir móveis e trastes velhos, reformá-los e revendê-los. Já era tal o acúmulo de coisas imprestáveis nas suas oficinas, que um dia a esposa achou por bem, durante a sua ausência, amarrar grande parte daquilo e mandar, por um carreteiro, jogar tudo ao mar, em benefício do maior espaço livre em casa. Ia o carregador com o original fardo destino à praia e, vendo-o, indagou o velho professor se ele não venderia aquilo. O homem exultou. — "Acompanhe-me", e foi com espanto e decepção que a senhora viu o amarrado retornar, *comprado* pelo marido. Gustavo Barroso, no seu *Liceu do Ceará* dedica-lhe capítulo contundente.

Jorge de Sousa martirizava-se com a tradução do *Théâtre Classique*, as *Fables de La Fontaine* e os temas da *Seleta de Kühn*. Bonito, apesar da pouca estatura, voz cheia, de exposição agradável, dava certo interesse às suas lições. Encontrá-lo-ia mais tarde como meu lente de Medicina Legal, na Faculdade de Direito. Escrevia com letra indecifrável as apostilas

das aulas e as decorava, com a sua memória prodigiosa. Orador fluente, como que crescia nos arroubos da oratória.

As preleções do dr. Autran eram fascinantes. Tinha bom método expositivo e modos suaves de tratar com os ouvintes. Pernambucano, radicou-se no Ceará e lecionou as matemáticas em diversos colégios da Capital. Positivista convencido, típico era o seu modo de terminar as preleções sempre com uma referência ao “nosso mestre Augusto Comte”. Cheio de corpo, avermelhado de face, sensível a qualquer desatenção ou indelicadeza, sabia sobretudo agir com justiça.

Rodrigues de Andrade, considerado como químico e como poeta, ensinava Geometria. Um deslocado, portanto. De bondade quase ilimitada. Parecia sofrer do pulmão. Lembro-me de que no exame final da matéria compunha a banca, por ele presidida, o tenente, depois general Heitor Borges e outro de cujo nome não me recordo. Cálculo de  $\pi$  foi o ponto sorteado. Para demonstração do cálculo seria preciso traçar no quadro negro uma circunferência e ao fazê-lo verifiquei estar o compasso defeituoso, emperrado. — “Trace mesmo à mão” sugeriu o examinador. Peguei do giz e risquei a figura tão perfeita como jamais o fiz, por mais que experimentasse. — “Esta circunferência que o sr. traçou à mão livre lhe vale um 10”, manifestou satisfeito. Realmente deu-me esta nota, que, somada à da escrita, me garantiu um cheio plenamente. Mas com o Jáder de Carvalho não se passou assim. Viveu ele comigo e o Raul uns tempos, em nossa casa da Av. do Imperador. Certa noite, ao chegar vi-o deitado na rede a dormir, com um livro aberto sobre o peito. Despertou e perguntei o que estava lendo. — “Geometria”, respondeu. “Geometria assim de papo para o ar?” — “Sim, aprendo Geometria como quem lê romance”. Vem a prova e Jáder é reprovado. Chegou furioso. — “Vou cortar o cabelo no zero e matar o Andrade! Um cretino”. — “Mas a leitura de romance não serviu?” — gracejei. Riu e não matou o Andrade. Talvez se desse que poetas por poetas são entendidos. Mesmo num caso assim.

Diferente, o dr. Luís Costa, alagoano-cearense, lente de História Natural. Jovial, sadio, elegante, arrebatava imedia-

tamente a simpatia dos alunos; por isso e pela maneira eloquente com que desenvolvia as suas lições. Sempre o cumprimentei chamando-lhe Mestre. Exercia eu o cargo de Prefeito, muito depois, e ao repetir o tratamento afetuoso me obtemperou: — “Girão, você agora é o governador da Cidade, com a respeitabilidade própria do cargo, e chamando-me Mestre vão dizer que sou muito velho. A gente é mestre é de meninos e de rapazes. — “Qual a solução?” — “Chame-me de colega”. E daí por diante nunca o tratei doutro modo. Colegal! Um daqueles professores que na classificação de Gustavo a gente ama... sem ser difícil.

A ciência geográfica, aquela que me levou a cometer o roubo da casa das Damianas, em Maranguape, era, bem se podia afirmar, privilégio do dr. Antônio Teodorico. Autoridade. Os jornais toda vida com artigos seus, doutorais, acerca do conhecimento da superfície da Terra e as maravilhas da Astronomia. Não havia quem o superasse. Com efeito, as suas aulas prendiam. De tanto escrever, na imprensa e em livros, acabou alvo de chacotas. Conta-se que os tipógrafos, por fim, deram em explorar os seus zelos pela boa revisão dos seus trabalhos e um dia premeditaram uma perversidade. Onde o mestre escrevera — Maria, esposa do cândido José, saiu — Maria, esposa do bandido José. Um *tableau!* O seu livro *Folhas ao Vento*, ia sair com o título Bolhas ao Vento, o que exigiu muito trabalho para consertar, pois na segunda revisão saiu Rolhas ao Bento.

Do pe. Quinderé nem é preciso acrescentar. A sua verve deu-lhe renome. Se porventura não foi um grande latinista, muitos raras o venceram na riqueza dos repentes e trocadilhos. Um verdadeiro anedotário. O meu tio Antônio Tibúrcio, colega de ano, declinou Rosa, a seu mandado: Rosa, rosa, rosa, rosa, rosa, assim tal qual, sem as desintências características dos casos. — “Tudo igual, não é, seu Tibúrcio? Grau seis, uma nota, um ponto para cada rosa”. As *Reminiscências* que ditou, pois já estava cego, retratam a finura do seu espírito picaresco. Afilhado de minha avó Domitília, considerava-me como um neto de sua madrinha e

seu ex-aluno e eu correspondia nas expansões dos mais castos afetos. Sem poder sair de casa, deleitava-se em palestras pelo telefone, demoradas, mas cheias de atrativos. Numa dessas, com minha mulher ao ouvir através do aparelho enorme algazarra, perguntou o que era aquilo. — “São os netos, padre Quinderé”. — “É isso mesmo Marizot; casa de avô chiqueiro de neto”. E é. Tomam conta e remexem, quebram e a gente acha graça.

Firmeza, mais apreciado como H. Firmeza, possuía o dom de não deixar o aluno distrair-se, tanta a sua suavidade de suas preleções eruditas. Miúdo de porte, palavra de sonoridade fraca, educado. Influuiu na política e alcançou projeção nos parlamentos estadual e federal. Tido como a *raposa do partido*, manhoso, sabendo onde as andorinhas dormem. Chamaram-lhe de Mucuim, pelo seu tamanho e a sua penetração nos meandros da politicagem. Uma das mais vigorosas expressões de jornalista no Ceará.

Padre Misael não era mestre efetivo, e sim interino quando fiz o ano em que se estudava a História do Brasil. Doutor em Cânones, com as armas do saber bem prestas. Fala um tanto estridente, tirante a gasguito, era de ver com que desembaraço explicava os temas históricos. Submeteu-se a concurso no Colégio Militar do Ceará, e brilhantemente obteve a cátedra. É outros dos que a gente ama. Risonho, saltitante no andar, nunca foi um padre sugigado a intransigências. A nossa amizade fortificou-se no Instituto do Ceará, sempre a lembrar o ter eu sido seu aluno. Atingiu no ensino militar o Generalato. É o meu *General eclesiástico*, modo carinhoso com que o trato.

Borges de Moura enfiava-se nos esquemas gráficos das combinações químicas, que, afinal, eram mais para ele mesmo do que para os assistentes. Não tinha método expositivo. Sujeito a crônicos insultos renais, mal humorado. Fato é que dominava a matéria e não estava ali senão pelo mérito. Farmacêutico, desde 1905 professor do estabelecimento.

O meu período de Liceu, além de preparar-me para o curso superior, dar-me-ia oportunidade à conquista de va-

liosas estimas, cultivadas até hoje, tendo como suporte o velho companheirismo da Praça dos Voluntários. Quem encontra um amigo encontra um tesouro, é da Bíblia, pois a verdadeira estima liga-nos a outrem, ainda aos mais distantes de sangue, por laços de cordões de veludo, que apertam dando prazer e não feridas. A amizade é um grau deste sentimento, quase divino — o amor, inerente ao homem e aos outros da escala animal, capaz de dividir-nos em dois, metade para nós e metade para o amigo. Vemo-nos nele, completamo-nos nele, Como disse Zenon, um amigo é um outro nós. E as verdadeiras amizades não as destroem o tempo, nem a distância, antes como que as aumentam e tornam mais doces.

Muitos dos colegas do Liceu, muitos, ainda andam pelos corredores das minhas recordações, uns vivos, outros continuando comigo no delicado e ameno abrigo das saudades. A terra recobriu os seus corpos, nunca a sua relembração dorida.

Guardo carinhosamente fotografia tirada ao lado de grande número deles no pateo do casarão e tendo ao centro, de fisionomia satisfeita, o diretor Guilherme. Estes na posição de semideitados, aqueles de joelhos ou sentados, os demais em pé, alguns por detrás dos outros, cada qual querendo aparecer. Reconheço-os na totalidade, decorrido contra mim mais de meio século, mas não vejo muitos outros, que não estavam na ocasião. De alguns esqueci os nomes. Raros os que não venceram nas profissões em que se encarreiraram, nas atividades civis, eclesiásticas, oficiais do exército, médicos, engenheiros, advogados, magistrados, comerciantes, industriais.

Juraci Magalhães, Carlos Cordeiro de Almeida, Alípio Barros dos Santos, Jarbas Cavalcante de Aragão, Azuil Lima Franklin, Edilberto Pinto Nogueira, Carlos de Queirós Falcão, fizeram-se generais. Ubiratan Carneiro, César Campelo, José Leite Brasil, Naldo Bastos Vieira, Nestor de Góis Ferreira, Walter Pompeu, José Rodrigues Rocha, Moésia Rolim, abraçaram a caserna, sem todavia chegarem ao fim da carreira. Médicos vieram a ser Livínio Pinheiro, César de Faria Lemos,

Aderbal de Paula Sales, Orlando Falcão, Crisanto Moreira da Rocha, Manuel de Melo Machado, Raimundo Vóssio Brígido, Meton de Alencar Neto, Hermógenes Pereira, Rodrigo Codes Sandoval, Clédon Cavalcante de Holanda Lima, Francinet Barroso Salgado, Joaquim de Castro Meireles, José Deusdedit de Vasconcelos, Hélio de Góis Ferreira, Gaubi Sá, César Almeida, Deoclécio Lima Verde, Hildo Garcia, Waldemar Cavalcante, Alfredo Nogueira de Castro, Ataliba Barroso, Joaquim Pinheiro Filho, Jurandir Picanço. Identifico bem os então futuros engenheiros Antônio Urbano de Almeida, Sabóia Ribeiro, Adbeel de Góis Ferreira e Carlos de Alencar Pinto, bem como os que seriam agrônomos — Paulo de Almeida Sanford, Samuel Botelho, João e Francisco (Bida) Gomes de Matos Nogueira, José Aristóbulo de Castro, Pimentel Gomes, Newton Beleza, Júlio Monteiro Gondim, Huxley de Sousa Carvalho, Emídio Lobo. Também os depois desembargadores Faustino Nascimento, do Tribunal de Justiça da Guanabara, Juares Bezerra de Meneses, do de São Paulo, Ubirajara Carneiro, Joaquim Olímpio da Silveira Carvalho, Eurico Alves Monteiro, Vicente Bessa, Luís Gonzaga Alves Bezerra e Virgílio Firmeza, do Tribunal do Ceará; tal como os que se encaminhariam nos estudos jurídicos — Hugo Vítor Guimarães e Silva, Carlos Falcão, Rubens Falcão, Jáder de Carvalho, Raimundo e Raul Girão, Carlos Sidou, Joaquim Hélio Caracas, José Façanha da Costa, José Garrido da Nóbrega, Adolfo Barbosa Pinheiro, Aloísio Coimbra, Renato Carvalho, João de Góis Ferreira, Daniel Carneiro Sobrinho.

Numa enumeração de fragmentos, posso citar mais Alfredo Ribeiro, Abelardo Leite Barbosa, Afonso de Carvalho Mesquita, Alberto Brígido Borba, Antônio Tibúrcio Cavalcânti, João de Pinho Pessoa, Araken Silva, Juvenal Pompeu, Fernando de Castro Lima, Lauro Roiz de Andrade, Manuel Braga da Rocha, Nilo Costa, Milton Firmeza, Miguel Picanço, Brunilo Jacó de Castro e Silva, Sabino Vieira Cavalcante, Rui Costa Sousa, Sadi Picanço, Eduardo Rocha Salgado, Cândido Meireles, José Gama Filho, Carlos Brito, Ciro Ciarlini, Gotardo Moraes, José Vidal da Silva, José Torquato Praxedes Pessoa,

Francisco Prata, Mário Gadelha, Pedro Malmann, Hausmann da Cunha, Alfredo Barreira Filho, Mauri e Bráulio Carvalho, Sebastião Robespierre, Paulino Jaguaribe, Lajeunesse Maia, César Pacheco de Meneses, Alberto Pinto, Aécio Meneses, Afonso de Albuquerque e Sousa, Mozart Rocha Forte, César Magalhães, Clóvis Nogueira Ramos, Demóstenes Braga, Francisco de Sousa Cavalcante (Fandeco), Hildeberto Ribeiro, Alcebiades Gomes de Matos, Francisco Moura.

Havia o grupo das alunas, parece-me que as pioneiras na frequência do Liceu, muito vistosas, garbosas, provocantes nas suas túnicas bem justas, alvo contínuo da objetiva dos nossos olhos, das codaques da nossa curiosidade e admiração, de mistura com pensamentos travessos, mas dignas, respeitadas, sorridentes e amigas: as Belo — Maria (depois dra. Menininha), Laura, Elvira, Celeste e Magnólia Sousa Cavalcante, Noeme Leite Brasil, Maria do Carmo Moura, Beatriz Vieira da Costa, Ester Gomes Pereira, Júlia Rolim, Josefina Peixoto (depois médica), Maria Pio Pinto Nogueira, esta muito miudinha e terna, que se bacharelou em Direito. Eram belas rosas numa multidão de girassóis, nós outros em plena juventude, tendo o estudo e a vida escolar como uma alegria, sem contaminação de idéias ou aspirações que não fossem a vitória da nossa luta pelo Saber

Falham muito as cores deste quadro que tentei esboçar do Liceu do meu tempo. Foscamente, mal surgem à retina da memória vultos e perfis que eu gostaria de ver mais nítidos. Há cinza perturbando a visada. Percebo não me vêm como eu queria me viessem.

A vida liceista, eu já nos vigores da mocidade radiosa, por certo riscava mais a fita gravadora das minhas recordações do que aquela da adolescência, na escola de D. Naninha e nos colégios S. José e Colombo. E ademais, os companheiros do aprendizado primário foram menos e a distância é maior. No Liceu éramos centenas e, portanto, foi fácil encher-se a cornucópia da felicidade de ter amigos.

Assim como comprou o sítio da serra de Maranguape abandonado e o recuperou, adquiriu meu pai o cartório de Fortaleza. O titular anterior, vencido pelo álcool, deixou-o completamente desorganizado, tudo em atraso e disperso. O ofício, o da Escrivania do Crime, Júri e Execuções Criminais, de si não representava boa fonte de economia ao serventuário. Repor e dispor as coisas, para que pudessem bem funcionar, valia trabalho árduo.

O novo responsável trazia alguma experiência, pois havia sido escrivão da Polícia em Maranguape, mas sobretudo trazia a sua inerente disposição de ter os braços em movimento. Não desanimou, e em breve o serviço do cartório estava regularizado, com a visível satisfação dos juízes do foro criminal e das partes interessadas. O seu título de nomeação, firmado pelo presidente Franco Rabelo é de 27 de outubro de 1913.

Sem contar com um escrevente, de certo modo eu supria a falta, restrito a trabalho de cópias das peças processuais, à mão, visto como ainda não se generalizara o emprego da máquina de escrever. Outras cópias, tirava-as minha mãe, sempre disposta a auxiliar o marido.

Haja vista o seu empenho em aproveitar alguns jericos vindos do sítio, no pequeno e original comércio de distribuição de água potável a residências. Não existia na cidade esse serviço público e a água das cacimbas ou poços dos quintais não servia para beber. Alguns poços de abastecimentos municipais e particulares vendiam cargas do precioso líquido, cada carga com quatro canecos ou barrilotes. A carga era comprada a dois tostões e revendida com pequeno lucro. Meu pai trouxera do sertão um rapazinho — o Porfírio, que se encarregava da revenda explorada por minha mãe. Melhorava o exíguo orçamento do casal. Isto e a fabricação de tijolinhos de frutas iniciada no sítio Guarani. Ainda ao Porfírinho cabia a responsabilidade das vendas.

Já residíamos na Av. do Imperador, numa casa adquirida a troco de enormes sacrifícios. A sorte é que, por uma lei então vigente, todo aquele que se habilitava ao título de eleitor pagava por este 2\$000 ao escrivão, e meu pai era o escrivão eleitoral. Boa soma de dinheiro lhe veio à bolsa e com ele a casa de porta e janela com terreno ao lado pôde ser comprada. No terreno foi construído largo alpendre e no fim deste um quarto destinado a meu aposento e do Raul.

Estudava e, agora, servia de escrevente juramentado do cartório, pois que meu pai requereu a minha emancipação legal, antes de atingir os 21 anos, ficando assim apto a exercer cargo público e praticar os atos da vida civil.

Nesta função de escrevente achava-me continuamente com os juizes criminais: dois juizes de Direito e dois substitutos. O de Direito da 1a. Vara era o dr. Francisco Fernandes Vieira, conhecido por dr. Tabaquinho, talvez devido ao seu pequeno tamanho. Morava muito recatadamente com uma companheira na Rua General Sampaio, em casa ampla no local hoje ocupado por um dos blocos da Galeria Pedro Jorge. Engrolado no falar, baixote, roupa sebosa, algo inquieto, criava pombos em grande quantidade. Ao bater-se à porta, ouvia-se ensurdecadora revoadada, pois os colombídeos moviam-se livremente também dentro de casa, em todos os compartimentos. Pombos e dejetos de pombos até na mesa de trabalho, acumulada de papéis e autos processuais, que não escapavam à sujeira. Deveras engraçado o dr. Tabaquinho. O seu juiz substituto, dr. José Eduardo Torres Câmara, solteirão, gorducho e careca, residia sozinho numa casa vizinha à Empresa Funerária, na Rua Senador Pompeu. Pudico, algo nervoso, muito lhano, a sua personalidade, tanto a moral como a física, era inconfundível. Reputado como conhecedor do Direito, reputadíssimo como magistrado, da mais pura correção. Com essa mesma dignidade exerceu as funções do cargo de Chefe de Polícia no governo do dr. João Tomé de Saboia e Silva.

O outro juizado de Direito exercia-o o dr. Francisco Joaquim da Rocha, de quem se dizia que ao receber certos processos de *habeas-corpus* para julgamento insinuava o acrésci-

mo dos óculos. Os óculos valiam o preço da sentença, sem os quais o juiz *não estava vendo nada*. Jamais cri em tal aleivossia. Teve como sucessor o dr. Felismino Norberto da Costa, corpulento, pesadão, extremamente míope, calado, com a cultura jurídica indispensável à rotina das decisões judiciais, magnânimo na aplicação da lei, até onde não ferisse a justiça. De sua vara era substituto o dr. Gabriel José Cavalcante, solteiro, rico, alto, fino de corpo, vestindo impecavelmente. Tido e havido como modelo de magistrado. Morreu já aposentado no cargo de desembargador do nosso Tribunal.

O cartório, então único do Crime e Júri, tornou-se o outro campo de tenacidade e ação inteligente do Sousa. Nele serviu durante trinta anos, solícito, generoso para com os advogados neófitos, aos quais procurava orientar, e, mais ainda, ombreando-se com profissionais mais veteranos na interpretação das leis penais. Aprofundou-se nesse conhecimento, sendo constantemente consultado. Chegou a provisionar-se na advocacia. Gomes de Matos, um dos mais brilhantes causídicos dos pretórios do Ceará, tinha por hábito repetir: "O meu código é o Sousa". Recebia as partes com a consideração que elas devem merecer, na maioria réus pobres e ignorantes, sem o amparo mesmo dos chamados advogados de ofício. Ajudava-os no que podia. Nunca ouvi referências a ele senão de elogio ou agradecimento.

Processos rumorosos passaram pela sua escrivania, agitando os ânimos de defensores e acusadores, chegados à paixão, ao ponto de tentarem subtrair peças dos autos, a fim de inutilizá-los. Mas o escrivão, vígil e experimentado, sabia estar atento, e, de fato, evitou, mais de uma ocasião se concretizasse o feio procedimento. Na crônica forense ficaram conhecidos esses casos. Não cito nome para não jogar pixe em túmulos caiados e ferir a sensibilidade de descendentes que não podem responder pela fraqueza de seus maiores. Tudo passou, porém intocável permaneceu a probidade do velho serventuário. No Forum Clóvis Beviláqua ainda se vê, evocativa, a placa — *Cartório Sousa Girão*. O meu irmão Luís é o seu atual cuidadoso titular.

Reproduzo palavras do professor e escritor Albano Amora: "O ofício de escrivão, no Brasil, surgiu com a epopéia do descobrimento. A imponente frota de Cabral, coroada de glória na manhã de 22 de abril de 1500, para maior alegria do Rei Venturoso, foi a grande responsável pelo fato. Pero Vaz de Caminha, natural do Porto, antigo mestre de balanças da Casa da Moeda da mesma cidade, personagem cuja vida é um tanto ignorada nos seus detalhes pelos biógrafos, foi o primeiro oficial no gênero, na nova terra. Mas, a missiva destinada ao soberano, lavrada em linguagem singela e ingênua, foi o primeiro documento escrito sobre o nosso país. O autor de tais letras teve um encargo singular, muito se distancian-do dos escrivães comuns, servindo antes ao futuro e à história.

Na vida forense, os escrivães, são, conforme o ensinamento de Pereira e Sousa nas *Primeiras Linhas*, "as pessoas do juízo, que reduzem a escrito os atos da causa, e sucessivamente os coordenam" ou, como rezava o livro 1.º tit. 79, das *Ordenações do Reino*: "Estes empregados para escrever nos processos e atos respectivos". São os homens que escrevem, escrevem sempre, nos autos ou em livros o que deve ser lido pelas autoridades judiciárias e representantes das partes. A prática da profissão os tornam hábeis no trato da papelada, na contagem dos prazos, na redação das certidões. Os mais inteligentes apreendem até as soluções jurídicas, sabem discutir sobre casos e concordam, vez por outra, em ensinar o bom caminho aos moços inexperientes e vontadosos que penetram na floresta sedutora da advocacia e do Ministério Público. Os mais honestos são dedicados auxiliares do órgão de defesa da sociedade na vigilância da lei, agindo de acordo com os preceitos exarados nos Códigos. Os mais bondosos são para os causídicos como anjos terrenos, facultando-lhes a retirada de autos de cartório sem a "vista" ordenada pelo magistrado e permitindo que fora permaneçam depois de esgotados os prazos legais.

Na cidade brasileira, os escrivãos começaram a ser conhecidos no tempo de Martim Afonso de Sousa, quando funcionavam junto aos Ouvidores e às primeiras Câmaras municipais. Hoje, as suas corretas figuras encontram-se retratadas no teatro de Martins Pena e nos romances de Graça Aranha e de Lima Barreto. A instituição, porém, é antiga e remonta à dos tribunais. Roma, a pátria do Direito, a princípio não considerou bem tal classe de funcionários, mas depois deu-lhe o merecido destaque e indispensáveis prerrogativas. A Grécia, o berço das belas letras, das artes e da filosofia, tinha em muita honra o emprego de escrivão e só o dava ao cidadão o mais puro e o mais capaz. Antes de ocuparem o lugar, segundo conta Paula Pessoa, deveriam os pretendentes dormir três noites no templo da fé, como para receber a inspiração da deusa.

Um escrivão que, no Ceará, nesta terra helenizada pelo poema de Alencar, parece ter dormido também três noites no templo da fé, foi certamente Luís Carneiro de Sousa Girão. Ele era probo e capaz. Exerceu digna e eficientemente durante longos anos o cargo de Escrivão do Crime, Júri e Execuções Criminais da cidade de Fortaleza. Viera de um longo aprendizado em Maranguape, onde mantivera de pé o seu conceito de homem de bem e de homem inteligente.

Nascido em Morada Nova, cedo deixou aquela cidade jaguaribana. Primeiro na terra de Capistrano de Abreu e de Antônio Augusto e depois na capital do Estado, os dias de pressa se passaram. O serventuário envelheceu no ofício. Era inteligente, hábil, trabalhador, prestimoso, desambicioso, simples, amável. Não traía a dignidade humana com o amor do dinheiro. A advocacia, talvez, tivesse feito parte dos seus primeiros sonhos. Compreendia que o Direito é luz que brilha bem alto, no firmamento das nações. Como escrivão ganhara a estima pública. Joaquim Feijó de Melo, também serventuário de Justiça, saudoso tabelião desta cidade, teria orgulho

de um colega assim. Para os militantes do foro passou a ser, depois, o Sousa Girão e, às vezes, até simplesmente o SOUSA.

Sousa Girão era figura tradicional na Sala das Audiências. Era popular. Conhecia os segredos da profissão e sabia direito processual penal como raros advogados. Fora parte e gostava de narrar os principais episódios da história criminal de Fortaleza nos últimos trinta anos. Amava o debate das questões ocorrentes, no cartório com os juizes e os promotores. Tinha o prazer da consulta das velhas leis estaduais e dos livros esgotados de doutrina. Gostava de esclarecer aos novéis bacharéis, sem malícia e com um jeito antes de diplomata do que de mestre-escola. Tratava bem e não criava dificuldades a quem quer que fosse. As anedotas eram o seu fraco, entre uma pitada de “torrado” e um gole de café. As vezes ensaiava longos artigos sobre a praxe forense. Quando a sorte o permitia, “rabulava”. No cartório, era como um valoroso comandante que no momento da batalha sabe movimentar todo um exército, na sua tenda de campanha. Fora dele, enamorava-se da natureza e ia, ao sol e chuva, para o campo, plantar. Vivendo entregue a muitas preocupações funcionais e às árduas obrigações da família, nunca esqueceu, talvez porque haja lido o *Itaborahy* de Manoel de Macedo, o pobre burgo onde nascera, ao qual dedicou até o fim amor tão grande quanto o do Barão de Sobral pela cidade de Januária e o de Soares Bulcão pelo seu Arraial.

Mas, um dia o cansado viandante sucumbiu ao peso de tanto esforço, na estrada da vida. A tristeza enlutou a terra, trocando as gotas do orvalho em lágrimas ardentes. E houve nas consciências a certeza de que aquela alma tão boa subira ao céu.

O convívio com os indivíduos de boa formação cria os deveres da amizade. Sousa Girão possuía uma bela alma. Ninguém no andar superior do Palácio da Justiça pode ainda agora admitir que ele não seja dos presentes. Quem sobe as escadas coloniais do edifício, atinge o segundo pavimento e penetra no Cartório do Crime, pensa que será mais uma vez recebido pelo sorriso simpático do velho funcionário.

A saudade, longe de ser espinho de roseira, é rosa de amor. Não fere; inebria. Ela dá a ilusão da felicidade perdida e cria, pela lembrança do ente querido, a sensação da sua permanência. O cavalheiresco sentimento, herdado dos povoadores de Lusitania, é que nos anima, aos funcionários do Fórum, a não esquecer aquele que foi nosso, vivendo e lutando ao nosso lado nesta casa de trabalho.

O chorado ausente continua entre nós, favorecido pelos nossos pensamentos. Queremos contemplar de novo e muitas vezes mais o seu rosto e o seu olhar. Por isto o seu retrato, fiel pintura de uma fisionomia serena e meiga, figurará doravante em lugar de destaque, neste recinto. Assim renovaremos continuamente as nossas impressões visuais e as nossas emoções de amigos. Os que vierem depois de nós terão uma pergunta à flor dos lábios e alguém existirá para dizer que ele foi a honradez em pessoa.

Outrora, o mais humilde Promotor de Justiça de Fortaleza costumava saudar o respeitável ancião de um modo que exprimia admiração e carinho. Mas, se é crença vitoriosa que só a morte permite sejam julgados desapaixonadamente os mais ilustres cidadãos, não existem motivos para uma outra atitude, antes parece sagrado dever, no momento que passa, o emprego da velha frase cordial, em nome de todos os que, como diria Roberto Lira, aqui estudam e velam: Bom dia, Mestre!"

## 32

Não estou sublimando com amor de filho a pessoa de meu pai; estou mostrando o que realmente foi.

De modéstia que tocava à espontaneidade, católico disciplinado, isento de qualquer mancha no dever conjugal, desdobrava-se na prestimosidade, que descia ao amor do próximo em sua feição mais cristã. Não se limitava a dar, ia fazer.

A nossa residência parecia um consulado de aflitos e asilo de doentes, vindos de Morada Nova, de Maranguape, de muitas partes. Esmerava-se nas providências exigidas pela solução de cada caso, até vê-lo resolvido. Vi-o, quantas vezes!, pensando feridas, ele próprio, de enfermos, parentes e pessoas estranhas trazidas para casa. Praticava, assim, a verdadeira caridade, a oferecida de alma, humildemente, anônima, dada pela dextra sem que o saiba a sinistra. É uma celestial missão a do fazer e dar sem a intenção da recompensa, nem do agradecimento. É o manancial inexaurível com que o homem, parcela de Deus, mais se identifica com Deus. É a essência, a suprema expressão do Amai-vos uns aos outros. É São Francisco de Assis, é São Vicente de Paulo, é Santo Antônio.

Falecendo minha mãe, convolou novas núpcias com uma prima, também de feitio muito natural e altruístico — a Mariinha, muito mais jovem que ele e mãe, com ele, de seis filhos, dos quais morreram dois em tenra idade. Com os do primeiro leito, foram dezoito. Restaram oito, bem divididos — quatro do primeiro e quatro do segundo casamento. Para estes (Carlos, Celso, Luís e Maria Celinã), a Mariinha é mãe; para nós os mais velhos, uma segunda-mãe.

Em 15 de junho de 1945 faleceu. Não cria na medicina e recusava tratar-se do mal que o iria matar. Touxe-lhe à casa, fingindo mero encontro casual, o dr. Antônio Jucá. Recebeu-o bem e, gracejando: — “Doutor, quando vejo médico em minha casa parece-me ver uma cascavel”. No outro dia, ao seu lado e vendo-lhe uma interrogação nos olhos, perguntei-lhe se queria dizer alguma coisa. — “Enterro mais simples do mundo, união muita”, foram as suas derradeiras palavras. Tal vida, tal morte: a sua simplicidade acompanhou-o até o momento extremo, ao lado da preocupação com a harmonia da família, que é a maior beleza do lar. Cumprimos-lhe a determinação. Os filhos são, realmente, uma irmandade integralmente unida com a solda do seu exemplo e da sua saudade.

Escrevi *Os Braços de Meu Pai*: “Vi-os sobre o seu corpo no caixão funério. Nunca os vira assim imóveis, inertes, impotentes. Faz dez anos, hoje.

Os braços que ali estavam não eram mais os braços de meu pai, antes nem um só momento repousantes, quedos, em descanso. Sempre os vira em movimento, como que esgrimindo e na verdade lutando, construindo na ânsia de trabalhar, no insofrido, impaciente, incontido desejo de não parar.

Nas madrugadas aurorais do sertão já estavam a mover-se empenhados nas labutas suarentas do campo, que ele era do sertão, fundamente campônio, integrando-se no amanhã difícil da terra e no pastoreio perigoso dos gados nas caatingas. E os dias todos, as horas todas, os minutos todos, aqueles braços másculos não cessavam de agitar-se como braços de guerreiros lendários em duelos renhidos.

Mas as maldades da politicagem forçaram-no a emigrar de lá, de sua fazenda, do seu chão nativo, do seu rio decantado — o Banabuiú de Morada Nova, “Deus magnífico, protetor das plantas e dos animais, bendito pelas estrelas nas alturas, e a quem, na imponente nave da terra, os ventos entoam exaltações, vibrando, festivos e farfalhantes, nos vastos carnaubais”, — e o trouxeram para outro cenário todo diverso, o da serra, em Maranguape, o cenário alto de um sítio ali, no mais alto da montanha, adquirido quase em abandono, o mato tomando conta de tudo. E ei-lo com os seus braços, eis os braços de meu pai a por as coisas em febril apresto para a transformação produtiva — as laranjeiras com comidas mudadas em laranjais, pomosos, os velhos cafeeiros, agora, feitos cafezais em flor, os roçados sáfaros estuando em bananais abundantes.

E os braços não tinham sossego, de manhã até noite, fazendo, desfazendo, refazendo e plantando e regando e podando e colhendo, ajudados pelos meus doze anos e os dez do Raul, anos de recordações já distantes, ajustados nós

ambos por força do exemplo e da necessidade ao ritmo de trabalho daqueles braços. Dobravam os nossos ombros de menino o peso dos fardos de frutas e ao da gravidade, puxando para baixo, nas ladeiras íngremes, desde que o sol se anunciava, rasgando o nevoeiro denso e aliviando um tanto o frio da serra, dilacerantemente frio, e até que resolvia esconder-se, tarde triste, nas quebradas do poente, onde reboavam os retinidos metálicos das minúsculas arapongas, como que saídos da bigorna de ferreiros coléricos e invisíveis.

E os braços de meu pai refizeram o desgosto da saudade do sertão, da pobreza com que o exílio o feriu. Recuperaram o sítio, refizeram o pão de cada dia, refizeram a roupa da família, amenizaram os sacrifícios de minha mãe, na solicitude de cada instante, maternalmente santa no auxílio que nos dava, resignada e forrada de ânimo, fabricando doces e bolinhos que vendia vintém a vintém, para jogar no mealhinho das despesas a sua admirável, sagrada contribuição.

Depois, veio o Sousa para a Capital, atraído por mão amiga, para os misteres de uma escrivania do foro, que encontrou em dismantelo e desordenado atraso, tal como o sítio da serra. E os braços de meu pai transplantaram-se para nova lida, diferente, toda outra, e consertaram o cartório e deram marcha aos processos, garantiram a confiança das partes, conquistaram a estima dos magistrados — os sacerdotes daquele buliçoso templo da Justiça.

Não estancaram de um segundo sequer aqueles braços de coragem e de fé, escrevendo com letra firme e cheia de tinta e dignidade, as peças processuais, as certidões, os mandados, os depoimentos e — o que ele fazia com maior contentamento — os alvarás de soltura de culpados que a ignorância e a crueldade da sorte haviam empurrado às desgraças e agruras das prisões.

E o Sousa Girão fez-se o serviçal do templo, multiplicando favores e dando asos à sua bondade desafetada, à sua obsequiosidade que não pretendia volta, nem uma vez negando ou se excusando, antes sempre compreensiva, indulgente, tolerante para quantos a solicitavam — advogados, juizes, liti-

gantes e réus, misturados no afã das defesas e das acusações, dos despachos e das sentenças.

Durante mais de trinta anos praticou o bem e foi útil, servindo com desinteresse, dando de si cordial e satisfeito, espontâneo e simples, na sua função pública e nos deveres do seu CONSULADO de mil providências em benefício de parentes e estranhos, sempre com os seus braços que os meus olhos fitavam agora sobre o corpo, sobre o peito com um coração sem sangue e sem calor, não mais a pulsar, como tanto pulsara dantes, pelos bons intentos, pelas probas atitudes sem qualquer mácula de ódio ou malquerença.

A morte prostara os braços vigorosos de meu pai naquele silencioso adormecimento, que a dor dos filhos e da segunda esposa haviam enfeitado de flores, e nunca mais havia de ver fortes, diligentes, lesto, operantes, paternais, acolhedores, nunca mais havia eu de os ver fazendo, desfazendo, refazendo.

Os braços de meu pai não eram mais os braços de meu pai.”

## 34

Já no término do curso do Liceu, habilitei-me a concurso aberto na repartição dos Telégrafos, logrei aprovação e fui admitido em 21 de setembro de 1921. Auxiliar de estações, interino, com o ordenado mensal de 150\$000. Cinco mil réis diários. Para ganhar-se um conto de reis, hoje um cruzeiro, teria de trabalhar quase sete meses. Afiz-me ao Morse, recebi a nomeação de efetivo, ganhando 6\$000 Promovido a telegrafista de 5.ª classe em 1 de setembro de 1926, com a diária de 8\$000.

A vida do telegrafista de uma estação central, com enorme carga de serviços, é uma aspereza, a requerer séria responsabilidade funcional e muitas noites sem dormir. Os pernoites são extenuantes. Como o padre confessor é detentor dos pecados, o telegrafista é detentor, a cada hora, de segredos que não pode revelar. Os fios telegráficos são um con-

fessionário. Os recados de todos os tons, negócios, comunicações íntimas, às vezes indefensáveis, outros perigosos, hão de ser silenciados pelo telegrafista e por isso bem se aquilatará da sua delicada posição.

Cedo deixei o Morse e confiaram-me a seção de expedição dos telegramas, onde todos os recebidos pelos diversos aparelhos se reúnem para serem dobrados, colados e distribuídos aos destinatários por intermédio dos estafetas. Vê-se que aí está a caixa de sigilo do Telégrafo. O conhecimento do teor de muitos telegramas estarrece e nada se poderá fazer senão ignorá-lo. Outros podiam ensejar, traído o sigilo, vantagens de gordos proveitos.

As noites, à cadência do teclado dos Baudot, decorriam inteiramente em claro, quase sempre sem intervalo nenhum na recepção e transmissão. Qualquer negligência no receber ou expedir os recados resultaria em enorme prejuízo para a rapidez do serviço. *Ficar na tripa*, como se traduzia na gíria esse acúmulo, não podia ser admitido. Porém os dirigentes de turma, cômicos das suas obrigações, não descansavam e via de regra tudo corria bem. Alberto de Albuquerque Monteiro, Luís Domingues da Silva, Flósculo Barreto (o ás do Baudot), Raimundo Araripe, José Álvaro de Abreu e Luís Memória foram os do meu tempo. Manuel Bernardo Vieira Filho — o velho Nascimento — e Leite da Luz foram os meus chefes na Expedição, muito afáveis e compreensivos.

Ocupava a chefia da Estação de Fortaleza o baiano Antônio Jacinto Guimarães, obeso, feioso, mas acomodando na alma os melhores sentimentos de exação do dever, sempre humano e cordial. Devo-lhe inúmeras atenções, pois, já estudante de Direito, permitia-me ir às aulas e sempre mantinha comigo condescendentes palestras, confidenciando-me muitas das suas atribuições de pai. Uma vez, escrevi, não me lembro que palavra e o dirigente me observou que eu estava em erro. Sustentei o meu ponto de vista e, chamado o Chefe Guimarães, desempatou pelo meu delicado censor. Respondi-lhe amavelmente que não aceitava a sua decisão e traria provas d meu acerto. No dia seguinte, levei-lhas e diante delas não

discutiui, elogiando-me a atitude. Eu bem podia ter calado, diante da autoridade de um superior.

Depois, fui transferido para a Pagadoria, confiada a Demócrito Rocha. O meu trabalho seria a confecção de folhas de pagamento do pessoal, elaboradas à mão, com algarismos alinhados em colunas e os cálculos de seu total, tudo com exatidão. A minha caligrafia talvez haja contribuído para essa nova tarefa, que pedia muita atenção e cuidado.

Demócrito Rocha estimava-me. Inteligência faiscante, jornalista sem medo, capacidade de direção, era no entanto dominado por um coração nobre, que o levava a ajudar demais os colegas, sem um melhor controle, o que lhe custaria, afinal, os piores dissabores. Não precisa que diga como foi, nem que lhe faça o gabo do talento e da sua atuação na imprensa e na intelectualidade de nossa terra. Iríamos encontrar-nos, tempos, passados, como sócios do Instituto do Ceará, sempre amigos. Já muito doente do mal que o roubou ao convívio da família e da sociedade, sem poder falar, visitei-o na casa em que se encontrava, em Maraponga, Parangaba. Fez-me por escrito algumas perguntas e a primeira foi — “Como vai o Instituto?”

Não pude ser no Telégrafo um servidor integral. As exigências do cartório obrigavam-me a licenciar-me e os estudos não só uma vez levaram-me a esse recurso de exceção. Sentia que o emprego era uma etapa e não um objetivo ou meta final.

A interrupção maior de exercício deu-se quando fui posto, sem remuneração, a serviço do Estado para ocupar o cargo de Secretário da Prefeitura de Fortaleza e em seguida o de Prefeito. Terminada a disposição voltei às funções, mas para logo abandoná-las definitivamente em face da nomeação de juiz do Tribunal de Contas do Ceará. Ainda pude contar mais de doze anos de serviço, ali.

Gostei da temporada do Telégrafo, não só por me haver fornecido os primeiros auxílios financeiros, suficientes para me fazerem menos pesado aos pais, como porque acresci à minha relação de amigos muitos colegas telegrafistas. Alguns

eu já conhecera no Liceu: Hugo Vitor Guimarães e Silva, César de Faria Lemos, Hildeberto Sabóia Ribeiro, Eurico Fortuna Mendes, Mauri de Carvalho. De outros me lembro bem: Plínio Santiago, João Batista Saraiva Leão, Osias Rodrigues, Jarbas Guerreiro, Luís Brígido, Artur Sampaio, Paurilo Barroso, Neri Camelo, Lauro Monteiro, Pedro Bozó, Augusto Aristóteles Ribeiro, Galdino Gondim, Waldemar e Walter Bezerra de Meneses, Jorge Garcia, Lauro Rodrigues, Gil Filgueiras, Vasco Furtado, Artur Moura, Paulo Barroso, João Pedro Seraine, Euclides César, Eduardo de Castro, Mozart Viana do Amaral, Fábio e Sílvio de Castro, Bolivar Bandeira, Mozart Pinheiro, Benjamim Falcão, João Câncio Ney, Adalberto Domingos Carneiro (Zito), Antônio de Alencar Santiago, André Caminha, Juarez Barbosa, Manuel Godinho, José Clóvis Barroso, Neri Camelo, Lauro Monteiro, Pedro Bozó, Augusto Loureiro, João Mac Dowell, Argolo Dias, Augusto Mena Barreto, Raul Memória, José Barreto Aires, Raimundo Justa, Clóvis Cabral, João Brasiliense, Raul Rabelo, Pedro Felismino Pereira, Homero Castelo Branco, Leontina Castelo Branco, Renato Fortuna, Luís dos Santos Colares, Jaime Washington, José Ramos, Teodorico Barroso, Carlos Barbosa, Agenor Moreira e Odorico Leite, estes dois últimos meus companheiros da Expedição.

Instalada no Ceará em 1878, na Praça da Sé, a estação telegráfica de Fortaleza mudou de sede várias vezes. Achava-se no prédio da Rua Guilherme Rocha, esquina com Rua General Sampaio (hoje, no local, se levanta um dos edifícios do INPS), quando comecei a trabalhar. Assobradado não dispunha das necessárias acomodações para a repartição. Posteriormente, transferiu-se para o Palacete Iracema, o chamado sobrado do Pastor, enchendo todo o andar superior e parte do térreo. Em fevereiro de 1934 instalou-se na sede definitiva, na antiga Praça Capistrano de Abreu, parte antes ocupada pelos barracões do mercado de frutas e cereais. Construiu-o o eng. Romeu Gouveia, executando, projeto de Humberto

Menescal e Santos Maia. Ainda servi aí, já unificadas as repartições dos Correios e dos Telégrafos.

## 35

Enquanto frequentava o Liceu, resolvi participar do curso de agronomia, na Escola que acabava de fundar-se. Em 1918. As instalações situavam-se no antigo Esquadrão de Cavalaria, fim da linha de bondes do Alagadiço.

Matriculei-me e assisti às aulas do 1.º ano: fui assim, como discente, um dos pioneiros do novo estabelecimento de ensino superior, hoje tão vitorioso. Outros alunos liceistas o fizeram, quais José Aristóbulo de Castro, Antônio Drumond de Aguiar, Antônio Tibúrcio Cavalcante, Júlio Gondim, Newton Beleza, Alípio Aníbal dos Santos, Alberto Pinto, Emídio Lobo, Nilo Costa, Completavam a turma, entre outros, Artur Albuquerque, Inácio Barreira Nanã, Clóvis Meton, Clóvis Janja, Oscar Guilherme, José Sampaio, Raimundo Xavier de Lima Filho, Borges Rangel, Alcides Valente. Nem todos se diplomaram. Eu, por exemplo. Verifiquei custar-me dobrado esforço acompanhar os dois cursos, já pelo peso dos currículos, já porque as aulas práticas eram muito cansativas. A rabiça do arado, uma manhã toda, forçava demasiado os músculos, com a agravante de ser obrigado a levantar-me antes do sol, viajar de bonde grande distância e assim retornar para o almoço.

Deixei a Escola contrariado, pois sempre me senti propenso aos labores agrícolas. Mas conforta-me relembrar essa passagem episódica da minha jornada cultural, porque fiquei ligado a afeições até hoje muito gratas a mim, entre antigos colegas, e professores como Humberto Rodrigues de Andrade, Joaquim Frederico de Andrade e Henrique Autran, os dois últimos também meus mestres no Liceu.

Nenhum esporte caiu tanto no gosto brasileiro como o futebol. Desde o começo deste século, cada vez mais domina a alma nacional. Chegou ao delírio, é preocupação absorvente, assunto constante de palestras e das páginas dos jornais. Empolgou as mentes, interessou fundamentalmente aos próprios círculos governamentais, que o auxiliam com os seus favores.

Para quem o conhece e sabe sentir os entusiasmos das suas partidas, não deixa o futebol bretão de ser fortemente emocional. Arrasta o assistente, transporta-o a alegrias às vezes violentas.

Digo-o porque na minha juventude participei muitos anos dos seus prélios apaixonantes, defendendo com ardor as cores do meu time, aplaudido vibrantemente quando jogava bem. Era o meu enlevo, a minha vitória a vitória do meu time.

Porém, há os que censuram o futebol. Os que dizem que é o predomínio do pé sobre a cabeça. Os que lhe imputam a causa de desavenças, até internacionais.

Nada disso, entretanto. Nenhum esporte, pela sua complexidade e desenvolvimento de ação, pede tanto da inteligência como o futebol. Assim como no artista a mão desempenha o papel de instrumento do cérebro e dela saem as maravilhas da Arte, no futebol o pé é instrumento do raciocínio, para dar em resultado efeitos surpreendentes.

Pode-se comparar uma jogada de futebol à de xadrez, em que as pedras, em vez de serem movimentadas, se movimentam por si. Cada componente do quadro age obediente ao influxo do bom entendimento, da boa combinação para o objetivo do conjunto. Não dá pontapés e, sim, dispõe lances que, bem ajustados, vão enfeixar o resultado feliz ou não.

É a inteligência, o raciocínio em movimentos rápidos, tras-zas, admiravelmente lúcida, diferente da inteligência do enxadrista demasiadamente lenta.

Também não pode o futebol ser acusado de fator de separação. Antes pelo contrário. Como luta desportiva, pode determinar choques momentâneos, não raro desagradáveis, mas em verdade serve de elemento de aproximação e mútuo conhecimento entre gentes de municípios, estados e países diferentes.

As embaixadas de futebol acorrentam muito mais as reações entre os povos do que as diplomaticas, de extensão muito restrita e cheias de reservas.

Não se nega aconteçam atritos entre aquelas, mas não se pode negar, igualmente, que são amiudados e desagradáveis os atritos verificados nas conferências e congressos internacionais, políticos, culturais ou doutra ordem.

Devemos, portanto, encarar o futebol tal qual é, no tocante ao seu império nos corações brasileiros. Deixemos que a alma nacional vibre nas justas dos estádios e concorramos para que estas se dêem sem exageros nem excessos, procurando, mais a mais aprimorar o espírito — *mens sana in corpore sano* — por meio de conveniente educação.

O esporte bretão teria chegado ao Ceará nos idos de 1903, praticado por ingleses da Ceará Gas Co., da Booth Line e da Ceará Tramway Light and Power Co., e por alguns cearenses que, indo estudar na Europa, voltavam de férias, ou definitivamente já experimentados na sua empolgante movimentação.

Há notícia de que naquele ano time local enfrentou uma seleção britânica, de passagem por Fortaleza e destinando-se ao Rio de Janeiro. O campo, pequeno e cheio de inconvenientes, era o segundo plano do Passeio Público, na Praça dos Mártires. Do primeiro plano e dos muros da velha Fortaleza podiam-se admirar bem, dado o desnível, as exhibições que vez por outra se repetiam, defrontando-se elementos da terra com equipas formadas de tripulantes de navios parados em nosso então miserável ancoradouro.

No ano seguinte, 1904, demonstração mais evidente da técnica de nosos *footballers* teve o povo da Capital assistindo dali, daquelas *arquibancadas*, a uma partida entre os de

casa e a representação de outro barco aqui aportado. Entre os nossos, relembram-se os nomes de Raul Cabral, Prisco Cruz, Marcondes Ferraz, Machado Coelho, José Silveira, da alta sociedade fortalezense.

Expandiu-se e popularizou-se o interessante desporto, agora executado por jovens reunidos em pequenos clubes e por meninos comprometidos em furiosas *peladas* de bola de meia ou coisa parecida, nas calçadas, nos jardins, em toda parte.

Novos estudantes vindos do Velho Continente e do Rio de Janeiro garantiriam a continuidade do entusiasmo: Walter Barroso, Oscar e Jaime Loureiro, Paulo e José Bruno Menescal Fiúza, João da Frota Gentil, Pedro Riquet, Walter e Orlando Olsen, Humberto Ribeiro, Adriano Martins, José Raimundo Costa, Lucídio Silveira (Suíço), por exemplo, passaram a salientar-se, quais estrelas maiores, no meio da rapaziada aprendiz, a exercitarem o futebol em praças da cidade, sem as devidas condições para servirem de gramado, pelo menos regular — praças de Pelotas (hoje, Clóvis Beviláqua), da Estação (Castro Carreira), da Lagoinha (atualmente, Capistrano de Abreu), Fernandes Vieira (mudada para Gustavo Barroso), da Alfândega e outras.

Em seu *Datas e Fatos*, regista o Barão de Studart a criação de um Ceará Atlético Club, em 26 de abril de 1908, sem no entanto esclarecer quais as suas finalidades.

Não demorou se inaugurasse o nosso primeiro estádio, muito acanhado — o Campo do Prado, no Benfica, já servido o local de linha de bondes. Amplo terreno pertencente a Boris Frères & Cie. foi comprado, ao preço de oito contos de réis, por A. Santos & Cia., firma comercial de Alcides de Castro Santos, de cuja massa falida o adquiriu Otávio Frota, transferindo-o depois ao Estado do Ceará. Referido terreno em parte está ocupado, atualmente, pelas instalações imóveis da Escola Industrial Técnica do Ceará e, em parte pelo Estádio Presidente Vargas. Alcides, a quem muito deve o nosso esporte, concorreu para a construção da raia de corridas do Jockey Clube, colocando no centro o campo de futebol. João

Brasil Montenegro e Ademar Albuquerque, obtendo por empréstimo um trator do Estado, encarregaram-se da terraplenagem.

Formaram-se por essa época os grêmios: Rio Branco Foot-Ball Club (fundado em junho de 1914 por Pedro Freire, Luís Esteves Júnior, Gilberto Gurgel e outros), que em 2 de junho de 1915 se transformou no Ceará Sporting Club, o Rio Negro Foot-Ball Club, dirigido por Aluísio Mamede, e fundado na mesma época o Maranguape Foot-Ball Club (de 1914), o Hisperia Athletic Club (fundado em outubro de 1918), o Stella Foot-Ball Club (de 1918), deste participando como organizador, Alcides Santos e, como jogadores, Walter Olsen, Paulo e José Bruno Menescal, Walter Barroso, Mário Petter Bernard, Oscar Loureiro, Pedro Riquet, Lúcio Baurfeldt, João da Frota Gentil, o inglês Speed, Humberto Ribeiro, Clóvis Barbosa de Moura. O Stella transformou-se no Fortaleza Sporting Club, cuja fundação é de 18 de outubro de 1918. Outros clubes menores igualmente se constituíram: O Tabajara (1914), o Humaitá, o Riachuelo (fundado em 11 de junho de 1915), o Olímpico (fundado em junho de 1919 sob a presidência do eng. Henrique Couto Fernandes) Houve um segundo Rio Negro Foot-Ball Club, fundado em 23 de maio de 1919, por Felinto Morais, Jefferson Braun e outros.

Surgindo em 1915 a Liga Cearense de Foot-Ball — à qual sucedeu em 23 de março de 1920 a Associação Desportiva Cearense (ADC), depois de 1941 substituída pela atual Federação Cearense de Desportos (FDC) — classificaram-se na 1.ª Divisão aqueles clubes maiores para concorrerem ao 1.º Campeonato cearense.

Por iniciativa de Franklin Monteiro Gondim, que desenvolvia as suas atividades profissionais no Maranhão, em abril de 1919 foi a São Luís o Fortaleza Sporting, enxertado de elementos de outros clubes, jogando ali algumas partidas, sem contudo obter qualquer êxito. A composição desse time era: Raimundo Cearense — Meton Pinto e Gotardo Morais, Lúcio Baurfeldt, Mozart Pinheiro e Moacir Sampaio — Walter Barroso, Moacir Pinta, Humberto Ribeiro, Aluísio Mamede e

Jefferson Braun. Reservas — Júlio Gondim e Mário Petter Bernard. Dias depois de sua volta joga, em 18 de maio, com outro combinado, o dos que não puderam ir, assim constituído: Aldo Silva — Clóvis Cabral e Eduardo Martins — Francisco Gomes, Antonico Salgado e João Gentil — Renato Rola, Eurico Costa Sousa, Bolivar Purcell, Walter Olsen e Juarez.

Quando retornava a Fortaleza aquele combinado, a bordo Aluísio Mamede lembrou a criação de um clube próprio que pudesse figurar nas disputas anuais, ao que Mozart Pinheiro prontamente declarou: — “E o nome do clube é Guarani”. Já existia com essa denominação um pequeno grupo de estreates — Júlio Gondim, Edgard Lavor, Manuelito Monteiro, Jurandir Matos, Cesar Bezerra de Meneses, Jurandir Magalhães, Nilton e Nelson Rola, Eurico Costa Sousa, João Montenegro Ferreira Gomes, José Maria Filomeno Gomes, como que constituindo uma sociedade, sob a presidência de Juraci Magalhães, o futuro grande político brasileiro, porém sem organização regular. Jogavam na Praça de Pelotas, e alguns deles ingressaram no Guarani Athletic Club, assim crismada a sociedade ideada na viagem do Maranhão.

Fundou-se o novo clube em começo de junho, e no dia 15 desse mês, um domingo, foi empossada a sua primeira diretoria. A solenidade, no Clube dos Diários, iniciada às 13 hs., contou com a presença das autoridades, dirigindo os trabalhos da reunião o Presidente do Estado, dr. João Tomé de Sabóia e Silva, que, na mesa ficou ladeado pelo Arcebispo d. Manuel da Silva Gomes, pelo comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, cap-tenente César Machado da Fonseca, pelo diretor do Colégio Militar, cel. Marciano Ávila, pelo padre Silvano de Sousa, pelo capitão dos Portos e o cel. Jeremias Arruda, presidente da diretoria a tomar posse. Secretariou a sessão o bacharelendo José Juarez Bastos, que durante longos anos exerceria as funções de presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no Ceará.

Essa diretoria compunha-se de:

Presidente — Cel. Jeremias Arruda

1.º Vice-presidente — Dr. Raul Lobo

2.º Vice-presidente — Cel. João Batista Lopes

1.º Secretário — José Soares Bezerra

2.º Secretário — Alberto Pinto

Tesoureiro — Domingos de Sabóia Barbosa

Diretor representativo — Bolivar Barreira Cravo

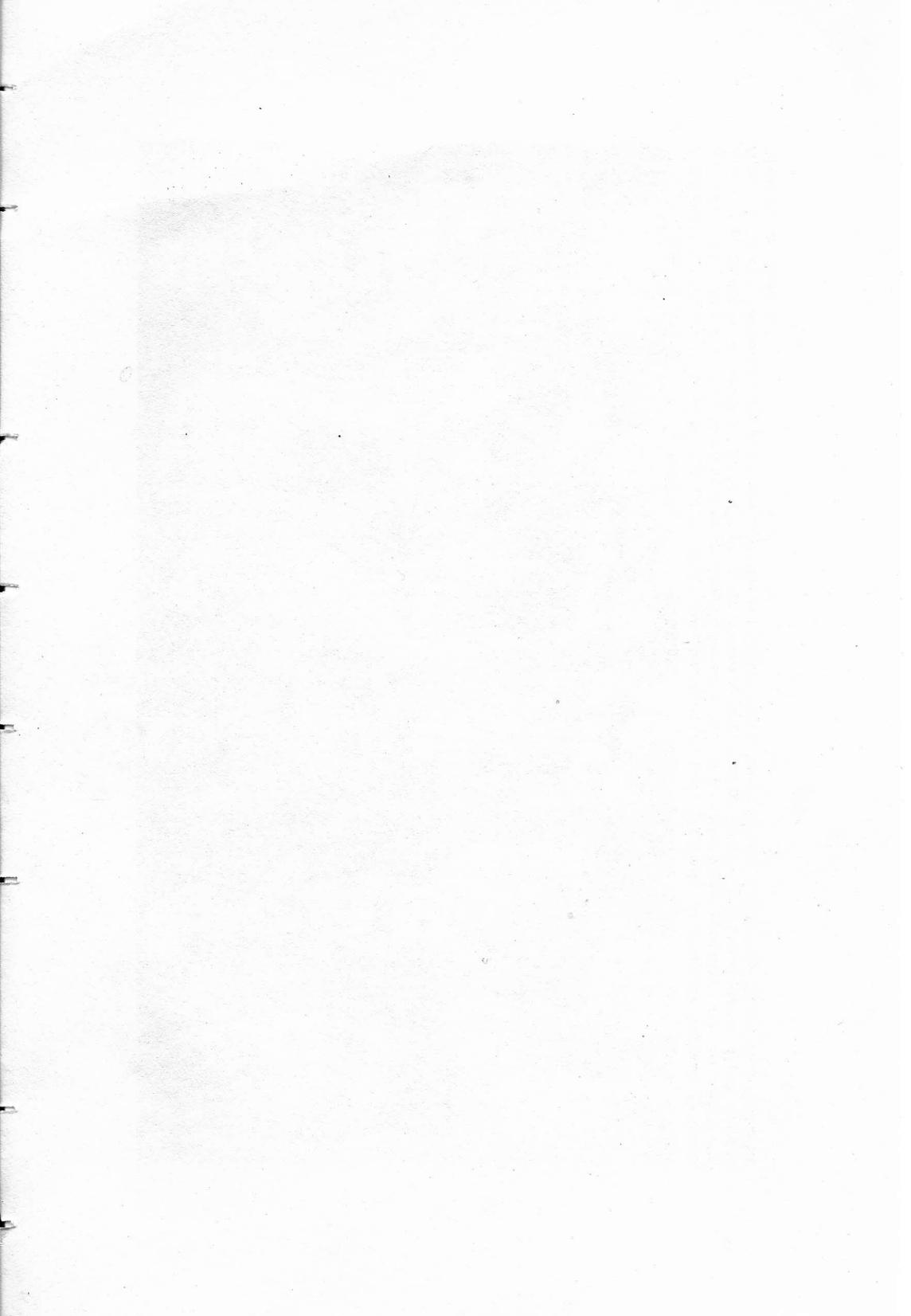
Diretores — Dr. Tomás Pompeu Filho, dr. Mozar Pinto  
Damasceno, cel. José Magalhães Porto, cel.  
José Gentil, Oscar Araripe e Meton Gadelha.

Nascia, assim, o Guarani em berço de rendas, vigoroso e promissor, tendo à sua direção figuras exponenciais do comércio e da intelectualidade da Capital. E, doutro lado, seu elenco de atletas pudera interessar moços de boa nota social — estudantes, bancários e caixeiros, o que lhe asseguraria espontâneos e selecionados admiradores. Primária, com efeito, por essa qualidade a sua numerosa *torcida*, notadamente a da linha feminina, a aplaudirem todos, freneticamente, os sadios e animosos ídolos. Se a platéia do Ceará Sporting era a mais popular, tanto que se dizia não ser possível encontrar engraxador na cidade no dia em que ele jogava; se a do Fortaleza Sporting congregava a chamada gente do dinheiro, mais burguesa, portanto; a do Guarani Athletic se mostrava jovial e guapa, expressando-se na saúde espiritual que inere à juventude bem formada.

Realmente, para a estrutura do quadro do Guarani entraram — aqui e ali uns substituindo outros — Raimundo Cearense (tenente da Força Policial, boêmio de boa marca e muito querido), Casimiro da Costa Montenegro (do Banco do Brasil), Mozart Vitoriano Pinheiro (telegrafista, um dos ases do Morse), Antônio Diogo de Siqueira, o Tótó (comerciante), Moacir Sampaio (Fiscal do Consumo), Raimundo Girão (estudante do Liceu); Francisco Gomes (comerciário), Aluísio Mamede (estudante de Farmácia), Eurico Costa Sousa (estudante do Liceu), Antônio Vitoriano Pinheiro (comerciário), Carlos Brêido Monteiro (estudante), José Vidal da Silva (estudante do Liceu), Júlio Monteiro Gondim (estudante de Agronomia), Luís Filipe Batista, o Gradim (do Banco do Brasil), Mário Cavalcante (estudante do Colégio Militar), José Maria



O Guarani Atlético Clube foi fundado em junho de 1919 numa sessão solene no Clube dos Diários, presidida pelo Presidente do Estado, Dr. José Tomé de Sabóia e Silva e com a presença do Bispo D. Manuel e outras autoridades. Eleito presidente o alto comerciante Jeremias Arruda. GUARANI ATLETICO CLUBE. Em pé: Antônio Pinheiro, José Vidal da Silva, Pe. Raimundo Cearense, Mozart Pinheiro, Francisco Gomes e Raimundo Girão. Ajoelhados: Júlio Gondim, Catão Craveiro, Moacir Sampaio, Eurico Costa Sousa e Mário Cavalcante. Só há um sobrevivente: eu!



Filomeno Gomes (estudante), José Lavor, Aluísio e Viriato Ribeiro (estudantes).

Cada qual carrega o seu destino, sem saber para onde, e o desses antigos camaradas das alegrias desportivas logicamente seria vário, cada um procurando arquitetá-lo, muita vez sem o poder armar. Não sei de melhor informação sobre o de Raimundo Cearense. Casimiro Montenegro viveu no justo gozo de sua aposentadoria em elevado cargo do maior estabelecimento de crédito do País. Tótó Siqueira e Antônio Pinheiro tombaram vítimas de atropelamento de automóvel. Mozart Pinheiro, porventura o maior *center-half* cearense em todos os tempos, foi aposentado dos Correios e Telégrafos. Moacir Sampaio continuou a carreira de agente do Fisco e faleceu no Rio de Janeiro. Francisco Gomes desapareceu do nosso convívio ainda quando frequentava os campos de torneio. Aluísio Mamede diplomou-se em Farmácia e foi líder de sua classe. Eurico Costa Sousa e Mário Cavalcante morreram no posto de General. Júlio Gondim, agrônomo do DNOCS, aposentado, dedicou-se aos negócios de seu escritório de construções, José Vidal foi sócio capitalista da empresa Livraria Comercial. Carlos Brígido morreu em plena mocidade, e José Lavor também. Luís Filipe fez com brilho a sua carreira bancária. Aluísio e Viriato Ribeiro aposentaram-se como funcionários estaduais e viveram satisfeitos em sua modéstia (Memória de anjo, a de Aluísio).

As sessões do novo clube realizavam-se na casa do presidente Jeremias Arruda — a mais luxuosa residência de Fortaleza àquela época, mudando-se posteriormente para um prédio da Rua Barão do Rio Branco, que, demolido, cedeu lugar à atual Galeria Branca. Mas o ponto preferido das reuniões era a Livraria Araripe, de Oscar Araripe, o segundo presidente do Guarani e seu grande sustentáculo, recebendo ele a ajuda solícita de Rui Guedis, Ten. Eurico Sampaio, Franklin Gondim, Francisco Paracampos, Meton Gadelha, Raul Bezerra, Lívio Arruda, Aristides Quevedo, José Juarez Bastos, Alfredo Montenegro, Carlito Pamplona, Vicente Barreto, Mário Brígido, cedo desaparecido, como uma bondade que se acaba,

assim como a vela que vento apagou, e outros. A Livraria de Oscar era frequentada, igualmente, pelos intelectuais, sempre ávidos das novidades livrescas, ao que o proprietário dispensava especial cuidado. Amigo das boas leituras, desde moço pensou que bem podia orientar-se profissionalmente abrindo em ponto central da cidade uma casa de vender livros. Conhecia muitos autores ainda não divulgados em nossos meios literários e científicos e, expondo à venda as respectivas obras, aos poucos pôde cercar o seu estabelecimento comercial do necessário conceito.

Integrando-se na 1.<sup>a</sup> Divisão da Liga Cearense, viu-se o Guarani a enfrentar fortes contendores, como o Ceará, o Fortaleza, o Bangu, o América (fundado em 11 de novembro de 1920) e o Botafogo, de alunos do Colégio Militar. Foi sempre adversário temido, ora vencendo, ora perdendo valentemente, e a sua atuação não há de ser subestimada ou esquecida, como o fazem aqueles que escrevem sobre a evolução do nosso esporte máximo. Explica a omissão, talvez, o ter desaparecido há muitos anos (durou até 1925, tão só), enquanto os demais — Ceará, Fortaleza e América — prosseguiram na sua trajetória, sempre lembrados em suas tradições e nos seus triunfos.

Chegou o meu clube a ser duas vezes campeão de torneio-início, e vice-campeão de 1920, porque perdeu para o Fortaleza no encontro final de desempate, pelo escore de 2 x 0. Muitas vitórias escreveu nos placares das partidas; a sala nobre de sua sede ostentava muitos e valiosos troféus.

Ao mesmo Fortaleza Sporting venceu em diversas oportunidades, inclusive a em que o derrotou por 3 x 0. Em nosso incontido júbilo cantávamos ao som do ofício das almas, ao voltar do campo, trepados nos bondes da Light, estes versos improvisados:

“Pobre Fortaleza  
Vai se acabar,  
Meu Deus que tristeza  
Morreu sem ganhar.

No gol derradeiro  
Tentou resistir,  
Mas o gol certoiro  
Pronto o fez cair”

Por seu turno, ao Ceará, invicto desde o seu aparecimento, infligimos a primeira derrota, abatendo-o por 1 x 0. Nem é possível avaliar o grau de alegria entre os guaranis, e menos ainda o desgosto imenso do hoje chamado Vovô. Em jogo muito anterior com o time de Maranguape, e naquela cidade, havia o Ceará Sporting perdido o orgulho de jamais terem sido as suas redes sacudidas por bola inimiga. Mal obtivera um empate, quando já perdia por 1 x 0. As suas vibrantes torcedoras derramaram as lágrimas do desespero. E no dia da queda do *invencível* é bem de supor que outra vez choraram amargamente. O grande torcedor do Ceará era o cel. Joaquim Magalhães, figura respeitada e estimada, que não deixava de assistir aos jogos do seu amado clube, a fumar nervosamente o seu cachimbo (possuia valiosa coleção deles) Gracejava-se que naquela tarde fatídica, em vez de baforar o seu gostoso forninho, o que havia feito era engolir três, mastigando-os com o cabo e tudo, mordido de contrariedade. A festa com que no palacete do presidente Jeremias Arrúda, à Praça do Carmo (atual sede do Instituto do Ceará), se comemorou a vitória, dificilmente poderia ser descrita. Dou o meu testemunho do fulgor daquela noite.

Em 1922, em janeiro, a convite do Parnaíba Sporting Club, mandou o Guarani uma delegação, com o seu time, à simpática cidade do antigo Punaré. Compunha-se a delegação do presidente Oscar Araripe, de Aluísio Mamede, diretor de esportes, Francisco Paracampos, Jutaí Magalhães e, como orador, o acadêmico Hortêncio Alcântara Filho. Formavam o quadro: José Lavor — Antônio Pinheiro e José Vidal — Francisco Gomes, Moacir Sampaio e Raimundo Girão — Milton Mamede, Artur de Oliveira, Raimundo Cearense, Luís Filipe (Gradin) e Aluísio Ribeiro.

Viajamos a bordo do pequeno navio “Monte Moreno”

que de tanto balançar quase líquida com as nossas naturais resistências. O enjôo generalizou-se. Ao tocarmos no porto de Camucim, apesar do nosso desânimo físico, empenhamo-nos, em justa amistosa, com o time local, vencendo-o por 2 x 0. No retorno, outra partida, de *revanche*, para conseguirmos igual resultado.

Em Parnaíba ganhamos o prélio principal, disputando o troféu de honra — a rica *Taça Ceará-Piauí* — com o Parnaíba Sporting, abatendo-o por 1 x 0, o que nos proporcionou o mais indizível contentamento. O esforço foi grande, considerando-se o valor do adversário. Mas cansados e menos tecnicamente preparados que eles, perdemos os demais jogos com outros clubes. Já, infelizmente, não contávamos com a presença confiante de Mozart Pinheiro, incapacitado que se achava, doente de um dos joelhos, em virtude de grave hidrartrose, da qual nunca totalmente se curou. As derrotas entristeceram-nos, porém não nos amofinaram, ante o cavalheirismo com que éramos tratados a todas as horas. José Correia, presidente do Clube anfitrião e seu jogador também, excedia-se no trabalho de cercar-nos de atenções e homenagens cativantes. Afinal, trazíamos o prêmio maior, a razão da nossa viagem, e bem podíamos exibi-lo como succulento fruto de uma peleja em que os contendores se mostraram dignos um do outro.

Igualmente, trazíamos da terra do Piauí as melhores recordações. Doutras vezes que lá depois estive, em visita e passeio, vi confirmada a proverbial lhaneza e sinceridade daquele povo irmão e vizinho. Desde então eu fiquei sabendo que “o Piauí existe!”...

Até o citado ano de 1922 distinguia-se o futebol cearense pelo mais saudável amadorismo. Para nós era um divertimento, a prática espiritual de exercícios do corpo, sem outro fim que nos deleitarmos e proporcionarmos aos que assistiam às nossas exibições um deleite também. Não se lucrava em dinheiro ou outra vantagem material; antes, tirava-se do bolso para manter o clube e comprar a roupa típica de uso no gramado. Ninguém era objeto de negócio, comprado ou vendido,

nem se vinculava ao seu time senão pela simpatia e o idealismo. Passar o jogador de um clube para outro seria um escândalo. Foi nesse ano que vieram para o nosso Estado os primeiros profissionais. (Antes, Alcides Santos havia trazido um do Recife — Nelsinho — para o Fortaleza, empregando-o em sua firma de comércio). O Ceará Sporting recebeu alguns do Pará e o Guarani um do Maranhão e dois do Piauí. Desfigurava-se o amadorismo e consequentemente arrefecia o calor com que se ia ao Campo do Prado.

As demonstrações no retângulo verde do Benfica compareciam as mais projetadas famílias, uma elite alvo de todo o respeito. Maior que fosse a exaltação do torcedor, não ultrapassava, para ferir, a exaltação alheia. As moças, no seu entusiasmo, emprestavam ao ambiente o tom florido e aromado da vivacidade e da meiguice.

O Guarani orgulhava-se de suas torcedoras, e muitas se destacavam nessas manifestações de aplauso: as Mamedes — Hilda e Jandira, as Monteiros Gondim — Hélia, Lourdes e Nila, as Moreiras — Isolda e Suzana, as Sales — sobrinhas do grande poeta Antônio Sales, as Alcântaras — Maria José e Maria Augusta, as Costas Sousas, as Carneiros Monteiro — Julita e Laureta, as Monteiros de Lima — Inês, Luísa e Maria, as Moraes — Emília e Maria do Carmo, as Mendes — Lili e Lídia, Mosa de Castro, Araci Freitas, Ivone Soriano de Albuquerque, Margarida Weyne... e a desgraçada memória não me oferece outros nomes. De tal convivência, desprendida e feliz, surgiram alguns casamentos, como o de Mozart Piniheiro com Hilda Mamede, de Milton Mamede com Maria do Carmo Moraes, de Aluísio Mamede com Lili Mendes, de José Maria Filomeno com Suzana Moreira, de Carlito Pamplona com Zélia Gondim, de Alfredo Montenegro com Emília Moraes, o meu com Maria Monteiro.

Defendi com ardor as cores do Guarani, as mesmas do Fluminense, do Rio de Janeiro. As nossas primeiras camisas tricolores foram trazidas por João Arruda, irmão do presidente Jeremias, que nas ausências deste comandava o Clube. Escravizei-me — é o termo exato — ao futebol, desde a mi-

nha vizinhança com Ovídio Leopoldino da Silva (na Rua General Sampaio, em frente ao Centro de Saúde), cujos filhos Edilberto e Olívio — o tão conhecido *irmão Olívio*, eram meus parceiros de ferozes encontros de pelota de meia, na área lateral da casa, pacientemente suportados pelo bom e enxundioso dono. Vivia, como todo menino, a chutar o que encontrasse à frente, estragando os sapatos, com indisfarçável mal estar de meu pai. Depois, tomei parte no Republicano Football Club, de alunos do Liceu, com Aristóbulo de Castro, Paulo Sanford, Newton Beleza, Demóstenes Braga, José Gama Filho, Francisco Prata, Zoroastro Ramalho, Gilberto Câmara, quantos outros.

— Não me lembro de como ingressei no Guarani; certo é que o fiz no início de suas atividades. A minha posição de *half* esquerdo de logo a consegui, com exclusividade. Até ausentar-me, saudoso, do time querido. Tive a minha *notoriedade* ao lado de Raimundo Cearense (*goal-keeper*), Antônio Pinheiro e José Vidal (*baks*), Chico Gomes, Mozart Pinheiro e depois Moacir Sampaio (*half-baks*), Júlio Gondim, Viriato Ribeiro, José Maria Filomeno Gomes, Eurico Costa Sousa, Aluísio Mamede, Luís Filipe, o Gradim, Aluísio Ribeiro (*fowards*).

Essa nomenclatura está mudada, traduzidos para o vernáculo os termos ingleses. As posições, identicamente se modificaram, distribuídas noutros esquemas, parece um tanto fantasiosamente. O ser humano ama a novidade e ilude-se com o dar nome novo a coisas tradicionais: a tal ponto nos enganam as transformações, que nos convencemos de estar *inventando*, quando, na realidade, estamos apenas repetindo o que já era. O futebol, de regras clássicas, de estrutura inalterável quanto ao número de jogadores, desenvolvendo-se num campo de medidas que não mudam, jamais deixou de ser o mesmo. Tecnicamente mais perfeito, mas o mesmo. Queremos atribuir ao futebol de hoje vantagens sobre o de ontem, só porque não procuramos voltar ao passado e reconstituí-lo, com os seus times admiravelmente treinados e integrados de craques do mais apurado valor. Jogadores como Humberto Ribeiro, Juraci

Machado, Mozart Pinheiro, Antônio Pinheiro, Eurico Costa Sousa, Gotardo Morais, Walter Barroso, Aluísio Mamede, Jefferson Braun, Júlio Gondim, para citar apenas alguns, não desmereceriam de qualquer boa equipe do Brasil. Humberto terá sido o mais perfeito atacante de todos os quadros cearenses, até hoje.

Amei o esporte que o Brasil faria seu, insuperavelmente; fui um escravo da bola, até que os deveres da vida me obrigaram a abandoná-la — os estudos, o ganha-pão.

A história do futebol no Ceará ainda não está feita, com as cautelas e a imparcialidade que exige o seu total e correto levantamento. Existem apenas ligeiras crônicas, pretendendo dar realce à vida de alguns clubes, mais ditirâmicas. Não raro, omissas ou falseadas. Frederico Maia tentou um resumo geral, porém não foi muito feliz: o seu livrinho tem o mérito de uma tentativa.

Edigar de Alencar, cearense vitorioso nos centros culturais do Rio de Janeiro, escreveu, em *O Povo*, de Fortaleza (o recorte não me fornece a data), que o futebol cearense precisa ser bem conhecido nas suas origens e primeiros passos, e afirma, textualmente: “Resta que os historiadores da terra não abandonem esse material e naturalmente o escoimando de falhas e imprecisões façam a verdadeira história do futebol cearense. O tema não é menos digno. O futebol é hoje, apesar do profissionalismo, assunto nacional. Por que relegá-lo a plano inferior? Raimundo Girão bem pode desincumbir-se da tarefa. Fá-lo-á com brilho e com a sua autoridade de historiador consciente que é, e de craque impetuoso e eficiente que o foi”. Depois, ele próprio escreveu completa esta história no seu belo livro *Fortaleza de Ontem e Anteontem*.

Desgraçadamente, não posso aceitar a deixa, mas indiscutível é que se impõe concretizar o que Edigar sugere. Não sou historiador, senão modesto e assíduo aluno da Bela Ciência, e, doutra parte, não me bastam, já agora, as disposições corajosas para a efetuação, honesta, de trabalho de tal volume.

Com as presentes lembranças do *meu tempo* de futebolista, não tive em mira reconstituir o desenvolvimento histórico do futebol no Ceará, e sim reparar a injustiça do silên-

cio feito em torno de uma agremiação de jovens que, cheios de fé e convicção, souberam dar refulgência ao esporte de nossa terra, durante aqueles poucos anos em que, garbosamente, competiu em nossas quadras de atletismo.

## 37

Em 1920, ingressei na Faculdade de Direito, naquele tempo funcionando no sobrado conhecido primitivamente por "sobrado mole", com entrada pela rua São Paulo e compreendido entre esta e as ruas General Bezerril e Conde D'Eu. Venci o vestibular submetendo-me a provas perante uma comissão constituída dos professores Tomás Pompeu de Sousa Brasil, José Bonifácio Câmara e Antônio Augusto de Vasconcelos. Recebi o cartão de matrícula (conservo-os todos) em 30 de março, firmado pelo Diretor, Tomás Pompeu e o Secretário, Ildefonso Pinto. Visado pelo Fiscal federal, dr. João Santos. Assinava-me até aquele momento — Raimundo de Sousa Girão, mas por entender que o *de Sousa* não correspondia ao nome da família Carneiro de Sousa, resolvi contraí-lo para o atual. Poderia ter preferido — Raimundo Cavalcânti Girão, honrando o lado materno, e todavia não o fiz: minha mãe era também Girão e assim este designativo bastaria para representar meus pais. Raimundo Girão viriam dali por diante chamar-se as minhas derrotas, as minhas pequenas vitórias, as minhas ilusões e os meus desencantos, os meus projetos, os meus amores, o meu ser e modo de ser. Tem a vantagem de ser mais curto.

Os colegas de turma formavam uma dozena. Eu, o mais moço, de 1900, ano de que era Ubirajara Carneiro, porém nascido em maio. Raimundo de Queirós Ribeiro e Antero de Melo César, de 1899, Raimundo Amora Maciel de 1895, Alfredo Teixeira Mendes e Néelson de Lavor Aires, de 1896. Adolfo Barbosa Pinheiro de 1897. Paulo Elpidio de Meneses, José de Pontes Medeiros e Pedro Veríssimo de Araújo, respectiva-

mente de 1879, 1880 e 1885, por nós chamados os vovôs da turma. O 12.º, Olavo Gomes do Rego, não pôde continuar a marcha, atingido por cruel golpe do destino vesgo. O amor da noiva acionou o gatilho da arma que matou o ex-noivo. Crime passional, um delito que ecoou exarcebado no meio social: abatera um homem e não se indagava o móvel. Tirava a vida a um poeta talentoso, querido dos outros poetas, que lhe tomaram a defesa. Melhor: descarregaram as metralhas de suas intelectualidades na acusação ao autor da morte. A existência humana é pontilhada de tragédias assim, que o determinismo arma, sem dizer onde, nem quando. Olavo sofreu o cárcere quatro anos, escreveu a sua defesa — *Nullius culpae*, compareceu à barra do Júri e foi unanimemente absolvido, sob palmas. Casou-se com a preferida do seu amor, mudou-se para o sul do País e nunca mais retornou à terra de seu nascimento e de suas lacerantes dores. Estive mais aproximado dele por motivo de vizinhança. Moço do interior, viera como recomendado ao parente, dr. Henrique Leite, pai da noiva do poeta assassinado. Desfeito o noivado, Olavo passou a querer a distinta jovem, muito nossa amiga. Motivos que bem se percebem, exasperados por tendenciosos comentários, trouxeram ao novo enamorado a carga emocional e a desgraça consumou-se, com o sacrifício de uma vida ainda em flor e a tortura de outra vida igualmente mal desabrochada. Foi então que se mostrou aquela, que fora causa inocente de tudo, capaz dos grandes gestos que sublimam as criaturas humanas. Inexcedível a sua luta em favor da absolvição do ente querido. Nunca esmoreceu ante a barreira dos ódios e prevenções e a sua fina educação e sua meiguice puderam neutralizar as pressões. Não foram dias, foram quatro anos. O amor desgraçado é força que se agiganta. A adversidade, nas almas fortes, redobra o poder de ação e as resistências.

Continuamos os 11 e chegamos ao êxito, com o mesmo Diretor e o mesmo Secretário, assistindo às aulas já a Faculdade sediada na parte térrea, leste, do Palacete da Assembléa Legislativa.

A colação de grau deu-se no dia 8 de dezembro de 1924.

Dia daquela de que sou afilhado imerecido. Efetuou-se a sessão magna no Salão Nobre da Assembléia, presente o Bispo d. Manuel da Silva Gomes, o que para nós os bacharelados constituiu grande vitória, porque, fazia anos, não comparecia ele a tais atos como protesto ao discurso um tanto agnóstico, do orador da turma de 1916. José de Pontes Medeiros falou por nós e Jorge de Sousa, paraninfo, pelo corpo docente. O Quadro em que figuramos tem a legenda de Clóvis Beviláqua: — “Procurai e encontrareis sempre nas formas várias, que o Direito reveste, a expressão da cultura humana em seu constante progredir, cuja floração mais bela é a Moral”.

Agora, a agulha magnética de cada um indicaria o rumo em procura do futuro. A viagem de cada qual mirava a mesma coisa — vencer, sem saber-se em que ponto a vitória nos encontraria e com que afagos nos receberia. Diz-se que a sorte mistura as cartas e entrega-nos o jogo. Uns acertam mais, outros menos, outros não acertam nunca. Na carreira jurídica apenas se mantiveram quatro: Ubirajara e Teixeira Mendes ingressaram na magistratura, Paulo Elpídio foi Procurador Fiscal do Estado, eu fiz-me advogado e mais tarde membro do Tribunal de Contas, onde o Direito tem aplicação constante, e professor da Escola de Administração do Ceará. Pedro Veríssimo, cirurgião dentista, não saiu da atividade odontológica, como profissional e professor. Pontes de Medeiros, no comércio e em negócios imobiliários, Barbosa Pinheiro no magistério secundário. Queirós Ribeiro, Nélson Aires, postalistas sem maiores ambições, Amora Maciel, servidor da Fazenda Federal e Melo César, Fiscal do Consumo — continuaram nas suas rotinas funcionais.

Poderíamos ter ido além, mas o baralho não deixou. Ou não o soubemos jogar melhor.

A nossa vida acadêmica decorreu plácida, sem as movimentações febris e buliçosas das grandes Faculdades. Homens ocupados, dispúnhamos de tempo medido para ir às aulas. Cada qual estudava como podia, às vezes em pequenos grupos, como o de que fiz parte, com Raimundo Ribeiro e Nélson Aires, reunidos no quintal de uma *república* em frente ao Pa-

lácio da Luz, na rua Conde D'Eu. Trocávamos idéias à sombra de um frondoso sapotizeiro. Ficamos sendo da *turma do sapotizeiro*. Ribeiro, talento oratório, preparado no idioma português, não furava a crosta da timidez e do pessimismo. Na sua introspecção nada oferecia, porém dava tudo quando solicitado. Terminou alto funcionário do Tribunal Regional Eleitoral. Foi uma das minhas mais profundas e leais amizades. Nelson, igualmente retraído, não se expandia nem com os seus mais próximos. Parecia um amargurado. Contrário de Ubirajara Carneiro, *causeur* e espirituoso, incapaz de um recuo, afoito, dominando nas palestras. Saía-se sempre maravilhosamente. No exame de Direito Civil, perguntou-lhe o professor quantas eram as obrigações jurídicas. — “São quatro, mestre”. — “Quatro?” — “Sim”. Então as enumere: “A obrigação de dar, a de fazer, a de não fazer e a de não dar”. — “Mas, Ubirajara, não existe, não conheço a obrigação jurídica de não dar”. — “A do cel. Manços Valente, professor”. Gargalhada geral. Recebeu a nota 10. De fato, não há no Direito a obrigação de não dar, e a imputada pelo examinando ao coronel Manços era não mais que uma *blague*, em que inocentemente se envolvia Manços Valente, figura respeitada e respeitável do nosso comércio e de nossa sociedade, prestamista correto e humano, porém injustamente havido como *cajueiro*, na expressão da gíria, para significar aquele não muito amante do altruísmo. Os *vovôs*, almas brandas, por certo sentindo a diferença de idade em relação aos demais, não se comunicavam senão cordialmente com eles. Antero e Teixeira Mendes nem sempre compareciam às aulas. Adolfinho, metido com o esoterismo, e Amora Maciel com versos e os romances, de quando em quando participavam do bloco do sapotizeiro. Amora e Ubirajara também morreram e eu sou o único ainda a passear pela avenida dos dias na sua sucessão inexorável. Mas às margens do passeio vejo, acenando, os lenços brancos dos que chegaram primeiro.

Dos velhos mestres, os se todos estão ali, na alameda do passado. Os últimos a morrerem foram José de Matos Peixoto, Sebastião de Azevedo e Meneses Pimentel, morando no

Rio de Janeiro, em plena quietude de suas velhices, depois de brilharem nos pretórios nacionais, no Parlamento e nas cátedras das Universidades, honrando com o seu saber a terra de Beviláqua.

Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Antônio Augusto de Vasconcelos, Andrade Furtado, José de Borba Vasconcelos, José Francisco Jorge de Sousa, Antonele Bezerra, Edgar de Arruda, João Batista Vieira, Sebastião de Azevedo, José Bonifácio Câmara, Leiria de Andrade, Raimundo Gomes de Matos, Francisco Gomes Parente, Manuel Belém de Figueiredo, Luís de Morais Correia — foram os do *meu tempo*.

As preleções de Tomás Pompeu embalavam-nos pelo saber e o método de exposição. Cativavam — é bem o termo. A matéria, em si, Direito Internacional Público, por sua natureza se enovela com problemas de solução delicadamente sérias, nos entrechoques dos interesses dos povos. Todavia, a sua maneira de dirigir-se aos discípulos e as belas divagações com que ilustrava a explanação concorriam para torná-la mais atraente ainda. De idéias livres, não fazia por forçá-las à aceitação dos que o ouviam. Não transmitia apenas; ensinava realmente. Configurava o sábio, pois conseguira “transformar o seu possante cérebro num vasto e enciclopédico armazém de erudição, não simplesmente livresca mas, ao contrário, uma ilustração positiva com o mais equilibrado apoio na realidade”. Perfeita simbolização do Mestre, dominando várias ciências.

Mestre, igualmente, Antônio Augusto de Vasconcelos, porém doutro estofo: empolgava-nos com os seus discursos, que tanto valiam as suas aulas. Católico combatente, imaginoso orador, supria com a beleza retórica certa pobreza de conteúdo de suas lições. Um encanto ouvi-lo. Como Pompeu, muito afável, compreendido e querido dos estudantes. Ambos vinham de longe, no mister do magistério.

Bem orientadas as explicações de Andrade Furtado, Antonele Bezerra, talento que logo feneceu, Edgard de Arruda, que o substituiu, competente mas prolixo, e Belém de Figueiredo, todos adstritos aos capítulos dos compêndios e, assim, carentes de maior imaginação. João Batista Vieira, algo ras-

teiro, e Jorge de Sousa, muito fluente, preferiam descarregar nos resumos, que distribuíam, o ensinamento de suas matérias. José Bonifácio não podia dar, já bem velho, maior brilho às belezas do Direito Romano; e Gomes Parente não saía de monótonas repetições dos artigos e parágrafos do Código Penal Militar, que admiravelmente guardava de cor. Leiria, sempre cintilante. Gomes de Matos improvisava, e com os seus talentos e a sua verve emprestava às aulas bastante interesse. José de Borba expunha com simplicidade. Moreira de Azevedo, muito erudito, mas faltando-lhe o poder de preleção. Moraes Correia encantava com a sua lhaneza de expressão e mímica, procurando dar ao aluno exata idéia do seu potente saber jurídico. De Matos Peixoto ouvi poucas aulas, numa curta interinidade na Cadeira de Direito Civil. Mas o indispensável para mostrar a solidez da sua sabedoria, tantas vezes firmada, mais tarde, na advocacia e na cátedra das Universidades do Sul do País, honrando a Cultura brasileira.

## 38

Outra vez ouviria das cátedras a voz dos mestres. Por um triz. 1935-1936.

Passava pela Faculdade e despertou-me a atenção pequeno ajuntamento de pessoas. Indaguei do que fosse e tive a resposta: — “Vai reabrir-se o Curso de Doutorado e termina hoje à tarde o prazo das inscrições; porque não se inscreve?”

Cuidando da vida, suando para sustentar a família, relutei um pouco; venci a indecisão e matriculei-me, ali mesmo redigindo a petição necessária e pagando a taxa respectiva. Voltei para casa a conjecturar sobre o valor e importância do título de Doutor. Dos inscritos, a maioria terminaria naquele ano o curso de Bacharelato e a lei permitia-lhes fizessem concomitantemente o primeiro ano do Doutorado. José Waldo Ribeiro Ramos (turma de 1923) e eu (turma de 1924)

éramos já bacharéis. Daqueles, bem se poderia aceitar ainda mantivessem o ardor estudantil, o venturoso estado de graça dos aprendizes da Ciência. Mas os dois. . .

Não sei o motivo da decisão de José Waldo. A minha, momentânea, deliberação tomada de chofre, imputo-a ao meu espírito de testar — sempre o fiz — a minha pequenez nos embates da existência. Atrevimento, coragem, vaidade, confiança na minha valia? Os pequenos só se tornam grandes crescendo. Vinha outra oportunidade de aumentar-me algum centímetro e apanhei-a. De novo iria alizar os bancos escolares e já os havia alizado durante dezoito anos, desde a escola de d. Naninha. Dois anos mais, e passariam ligeiros.

No 1.º Ano, João Otávio Lobo lecionou Psicopatologia Forense e Beni Carvalho, Criminologia. No 2.º, o Direito Penal Comparado foi ministrado por José Vítor Ferreira Nobre, e Sistemas Penitenciários por Beni. Bons mestres. José Vítor, miudinho de tamanho, amando as anedotas, que armava com jeito especial, oferecia-nos aulas muito agradáveis, assim como agradáveis eram as de Beni, muito ilustradas com o que hoje está muito em voga: questões de sexo.

As de João Lobo primavam pela justeza da linguagem — orador completo que era — e pela amenidade das dissertações. Já o conhecia pela aticidade dos seus discursos, desde 1924 quando, na festa comemorativa de 11 de agosto, data da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, tive ensejo de ouvir a sua oração, em nome do corpo docente da Faculdade.

Naquela solenidade eu teria de falar também, em nome do corpo discente, o que hoje talvez me trouxesse um enfarte cardíaco, tal o medo com que me aproximei da tribuna. O ambiente, faustoso, os salões do Clube Iracema todos luz e flores, repletos das mais altas autoridades e do que a cidade melhor possuía de intelectualidade e elegância — tudo isso me oprimia. Era a minha estréia de discursador em solenidades como aquela, pois somente fizera oraçõezinhas e recitativos em reuniões muito mais modestas.

Preparado o discurso, sob o tema *O Direito e a Mulher* como fatores sociológicos, li-o para o tio Eduardo Girão, que

o achou bom. No entanto, o que me martirizava era o momento, e este para mim virou uma barra de chumbo, ao ver-me diante do esplendor da festa. O tio recomendou-me calma e, sobretudo, obediência às pausas do pronunciar a peça. Fui.

Ainda hoje não teria muito que alterar no desenvolvimento daquele tema e li-o com acentuação mais ou menos correta. A maneira como o Mestre Tomás Pompeu me ofereceu a palavra começou a tranquilizar-me e cheguei ao fim.

Jornal da época resumiu: "O orador do corpo discente discorreu sobre o tema — O Direito e a mulher como fatores sociológicos. Começou tendo palavras de agradecimento ao seletor auditório, pela honra que dispensava à Academia com o seu comparecimento; e, em seguida, mostrou a influência que tem tido o ato legislativo de 11 de agosto na organização do país.

Para melhor explanação da sua tese, fez ligeiro estudo sobre a Sociedade e sua evolução, salientando as diversas teorias que procuram explicar a sociogenia e a maneira como se fez a sua marcha evolutiva. Depois de mostrar os fatores que deram causa à formação social, pôs em evidência o Direito como fator primordial, como elemento regulador da mecânica sociológica, estudando-o na sua marcha através dos tempos, as vicissitudes por que passou e como o conceituaram as diversas escolas, terminando por dizer que acima desse encontrar de opiniões o que pairava como um troféu era o direito como força coercitiva, que estabelece o equilíbrio da Sociedade.

Dissertou, em seguida, sobre a segunda parte do seu estudo, mostrando a Mulher como elemento influenciador no organismo social, qual a sua história, de que maneira passou os seus primeiros dias e como é considerada hoje perante a civilização.

Afirmou que a mulher, na gênese evolutiva, teve o valor de uma coisa, o preço de uma moeda, a condição ínfima de um escravo; e acompanhou-a na evolução, através das civilizações egípcia, grega e romana, da idade média e por fim nas

sociedades cristãs, em que é bem diferente da antiga a atmosfera que respira.

Para prova das suas asserções, destacou o orador os grandes vultos femininos da História, desde a rainha Dido, que abalou o império romano com a fundação de Cartago, até Mme. Curie, que, na confusão química dos laboratórios, descobriu o rádio.

Gizou ainda o estudo social da mulher, sob o ponto de vista jurídico, os progressos que fez e vitórias que conquistou, quer quanto aos direitos civis, quer quanto aos políticos.

Não está de acordo o orador com a emancipação política da Mulher, pelo menos no que diz respeito ao nosso país, e termina dizendo que ela deve vencer pela austeridade dos costumes, pelo respeito de si mesma, pela ardência do afeto.

Há de vencer pela fé, que é o firme fundamento das coisas que se esperam e a prova das coisas que se não vêem; pelo amor que é a sua glorificação, sustentáculo da vida humana, força "tão vasta que abraça o mundo, tão alta que toca o Céu".

Não é preciso dizer que o discurso do professor Lobo foi a continuação daquilo que sempre mostrou como tribuno.

Concluído o curso, tive a sorte de classificar-me em primeiro lugar, aprovada com distinção a minha tese — *O Fenômeno Freudiano e a Criminologia*. Recebi o prêmio em dinheiro, o que me serviu para as despesas do registo do título e algumas mais. João Pinho Nogueira foi classificado em segundo lugar, e José Waldo teve a sua tese aprovada com distinção e louvor.

Dos que se inscreveram para a turma de Doutorado três não puderam submeter-se aos exames finais. O nosso Quadro de formatura apresenta José Vítor como paraninfo e José Waldo como orador. Diretor da Faculdade — José Francisco Jorge de Sousa, e Secretário — Heitor Correia. Homenageados — João Otávio Lobo e Beni Carvalho. Os doutores, nesta ordem: João Pinto Nogueira, Edilson Brasil Soares, Raimundo Girão, Carlos Monteiro Gondim, Eurico Sidou, Waldemar

Machado, Antônio Soares, Canamari Ribeiro, José Façanha da Costa, José Teles da Cruz.

Dos mestres, nem um mais existe. Dos discípulos, três já não os vejo senão com os olhos do tempo: José Waldo, Eurico Sidou, José Façanha. Os outros continuam em minha vera estima, que se consolidou e foi a melhor compensação.

## 39

Armado do título de bacharel, mantendo o emprego do Telégrafo, o primeiro cuidado foi candidatar-me a uma promotoria pública. Por interferência do tio Eduardo Girão, o deputado Manuel Sátiro, influência política do tempo, conseguiu-me a nomeação de promotor da Comarca do Icó. Pleiteava a de Maranguape, sem melhores possibilidades. As uvas estavam verdes... A quem sai duma escola jurídica, as funções de Promotor valem como primeiro batente da escada e, na verdade, representam missão nobre e basilar na estrutura social. É ele o defensor da sociedade ou coletividade, uma roda de eficiência na máquina da Justiça. Eu seria um desses defensores da lei. Mas Icó estava muito longe, sem fáceis comunicações com a Capital e temia que além do isolamento não me bastasse a remuneração do cargo.

Preferi ficar e tentar a advocacia, num ambiente já meu conhecido. O tio Eduardo Girão oferecia-se para ajudar-me.

No início do ano seguinte ao da formatura, recebi o convite do professor Moreira de Azevedo para ir a Quixerambim defender uns créditos na falência da mais importante casa comercial dali. Aceitei-o e lá encontrei como advogado do falido o dr. Olavo Oliveira, com quem me entendia bem, das minhas relações de escrevente do cartório de meu pai, quando era ele Promotor de Justiça. Auxiliou-me no que pôde, dei conta do recado e fui compensado com os honorários de 400\$000, mais do que um Promotor ganhava mensalmente. Nem será necessário dizer que externei a minha gratidão ao

Mestre Moreira de Azevedo, irmão do comerciante Francisco Moreira de Azevedo (Chico Moreira), este um dos homens mais interessantes do meu conhecimento. Pouco letrado, mas inteligente, iniciou a vida comboiando no sertão, trazendo para Fortaleza burralhadas carregadas de cereais, couros e peles, rapaduras, e terminou um dos líderes das atividades comerciais e industriais do Ceará. Franco de palavra, sério de negócios, ativo, perspicaz do segredo das trocas mercantis, aliava a tudo isso a firmeza das amizades e o espírito de servir. Amigo do meu tio Eduardo Girão, tornou-se meu amigo, até à morte. Defendi seus interesses profissionais, com a sua mais estreme confiança, fiz-lhe o testamento e dirigi o inventário de seus bens. Amante da leitura, inteirava-se dos desenvolvimentos do mundo, trocando idéias com aprumo, emitindo conceitos seguros. Lia, assimilava e comentava. Um diamante que se lapidou por si.

Aos poucos, ia recebendo procurações para defesa de causas no foro e em liquidações extraforenses. Na capital e no interior, em viagens cansativas, mas proveitosas. Compreendi bem cedo as asperezas da profissão, a impor ao advogado alto preço de seus esforços. Realmente, qual bem acentua Mário de Sousa, no livro *O Advogado*, “depois de se dedicar a uma tal profissão, o advogado não tem mais sossego, principalmente o do espírito, porque o bom advogado, aquele que se identifica com as causas que lhe são confiadas, sofre as mesmas angústias que os seus clientes, experimenta os mesmos desapontamentos, se abala pelos mesmos insucessos, padece os mesmos desesperos, as mesmas desilusões. Cada cliente sofre pelo insucesso e incerteza de sua causa; o advogado sofre as mesmas vicissitudes, pelas causas de todos os seus inúmeros clientes. Materialmente, também, não tem mais um dia de descanso. O domingo, por exemplo, dedicado à folga de todas as profissões, é para ele, talvez, o dia de maior trabalho, porque dispensado o seu comparecimento ao foro e ao cartório, ele o aproveita todo para os estudos de maior vulto”.

Está aqui um retrato, com todas as tintas, do mister do causídico. Multiplique-se isto pelos dias todos de sua canseira

e ter-se-á idéia da sua ingente labuta. E, sobretudo, acrescido a isso o dever de estudar, em contínua leitura, noite e dia, os livros e revistas de doutrina e de prática processual, de uma ciência de aplicação sujeita a flutuações da jurisprudência dos tribunais e às constantes modificações dos códigos regedores dos direitos e sua execução.

O advogado que se preza, que não seja mero aventureiro da missão, tem sobre as costas todo esse volume de obrigações e preocupações, e mais o molesta o receio de não alcançar a vitória, dependente esta de fatores externos, tais como, e principalmente, as falhas do julgador, nem sempre reto, nem sempre isento, nem sempre culto e, assim, a pique de cometer o erro do julgamento. Senti na carne a ferida de erros desses, o que logicamente me aumentava o *medo da Justiça*. Houve quem dissesse que a Justiça vale pelo erro de aproximar-se dela. Há causas que se defendem pelo dever do compromisso, duvidosas em face da variação das interpretações, porém outras há que são claras, definidas e, no desfecho, o juiz por suas carências morais ou intelectuais resolve de modo absurdo e injusto. No primeiro caso, perde-se porque o motivo do processo não parece líquido, a depender desta ou daquela maneira, pró ou contra, de entender os intuitos da lei; e então, o advogado lamenta-se sem revoltar-se. No outro, a revolta é compreensível, pois que nada mais ingrato aos nossos sentimentos bons do que uma injustiça. Indiscutivelmente difícil, porventura ingrato, é o ofício da judicatura. Suporta o magistrado as frechadas dos descontentes, não lhe é possível, muita vez, esquivar-se a situações morais, a injunções políticas ou amigueiras, pois que ele não é senão peça duma mecânica — a mecânica social, o ambiente em que se formou e vive. Mas quando o judicante foge à linha reta, por qualquer dessas razões, da sua sentença reponta a dor de muitos, a crítica de outros e a reprovação aberta dos menos contidos.

Outro fator de incômodo, talvez o desespero do advogado, é a demora injustificada dos procedimentos do magistrado, retardando os feitos. Isso é regra quase geral. Quando João Cordeiro, prócer político do Ceará, pôde dominar os ne-

gócios públicos cearenses, com a subida à Presidência da República do seu grande amigo Floriano Peixoto, disse enfaticamente: "Agora, para os amigos, todos os favores que a lei permitir; para os adversários, justiça... demorada".

É de Vieira: "Nada se parece mais à injustiça que a justiça tardia".

Com efeito, a execução dos códigos de lei tortura as partes contendoras, não só pelo emaranhado e complicação dos atos processuais, como pelo seu ramerrão, eternizando a decisão da demanda. A nossa Justiça ainda é um sono, uma sinfonia inacabada.

No meio desse jogo de bilhar vê-se o advogado, tentando recursos, apelando, embargando, agravando, em procura da recuperação justa, ao mesmo tempo que, não raro, tem pelas costas as insatisfações do constituinte, que não quer perder, não se conforma de perder e descarrega no seu mandatário a bÍlis de inconformação.

Aprendi cedo essa posição entre dois fogos, não só por efeito da experiência própria, como pelas advertências de meu tio Girão, reputado no foro, de mansuetude quase santa, a dizer-me como devia encarar os fatos e, também, a mostrar-me como os encarava êle, com paciência e serenidade.

## 40

Eduardo Girão foi-me outro pai: pai espiritual, direi. Desde menino frequentei-lhe a casa, objeto de suas atenções e dos carinhos de minha tia Jesus, para quem, depois da morte do marido por manifestação sua, expressa no seu testamento, tenho voltados os meus zelos filiais, outra mãe que considero.

Quem o conheceu de perto, sabe o quanto de qualidades limpas ornavam a sua pessoa, calma, bondosa sem ser muito expansiva, honesto no rigor da palavra, incapaz de uma maldade. Já disse dele, noutros lugares; o que podia dizer, sem

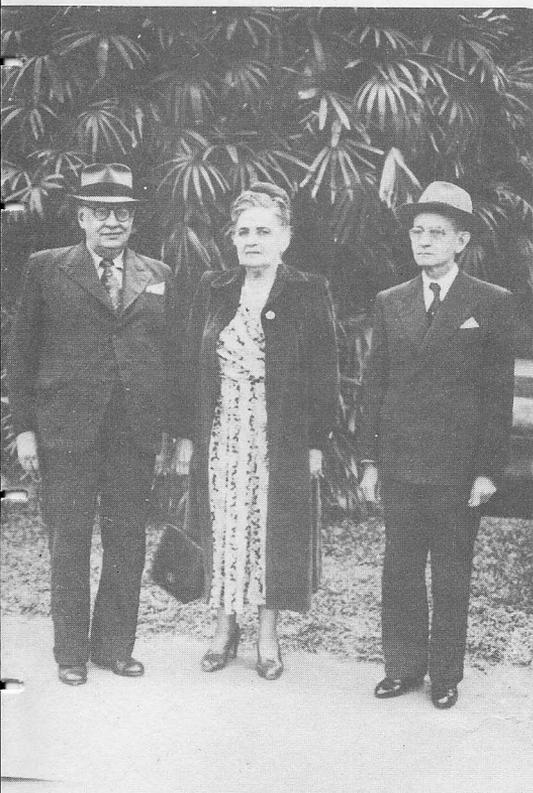
qualquer mancha de elogio falso ou sequer falseado. Queria a mim, eu sei, e durante vários anos, nos começos de minha advocacia, recebi sua solidariedade em causas forenses e o auxiliava no preparo dos seus arrazoados e pareceres, escrevendo-os ao seu ditado. O raciocínio era lento mas completo e a frase já saía bem feita. Retocava cada período e, aqui e ali, apelava para mim, a fim de que lhe lembrasse uma palavra melhor ou a forma gramatical mais adequada.

Os seus trabalhos eram longos, pensados, eruditos. Conhecedor dos mestres e tratadistas do Direito, nacionais e estrangeiros, sabia citá-los convenientemente, sem todavia cair no exagero de citações acumuladas só para o efeito de demonstrar sabença. Depois de concluídos, eu os passava a limpo, quando não os mandava datilografar. De muitas de suas razões tirava folhetos que atestam o seu saber jurídico. Podia dizer-se um juriconsulto. Clóvis Beviláqua tratava-o assim. Modesto demais e repetindo que não tinha descendentes para quem as deixar, não escreveu obras de Direito à altura dos vastos conhecimentos. Nem uma vez só o animei a tanto, comprometendo-me a ajudá-lo na arrumação do livro, desde os originais. Ria condescendentemente, e deixava o tempo passar. Depois de falecido, minha tia e eu resolvemos dar forma de volume aos seus pareceres, enfeixando nele a sua tese de concurso na Faculdade de Direito. Realmente o fizemos, editando a coletânea *Estudos Jurídicos* com minha apresentação e prefácio de Matos Peixoto, seu grande companheiro de advocacia, seu fraternal amigo, aquele que, sabendo-lhe o valor, o tirou da profissão e o integrou na vida política do Estado. O Direito Civil e o Direito Comercial não lhe tinham segredo e, acima de tudo, era admirável a sua intuição jurídica. Professor da Faculdade de Direito do Ceará, ninguém foi mais assíduo às aulas e isso durante trinta e seis anos. Dessas aulas organizou esquemas que atentamente relia na véspera da lição, num raro senso de responsabilidade, quase fanática.

Não lhe movia a vaidade. Mestre, jurisperito, deputado estadual, presidente da Assembléia Legislativa, deputado fe-

deral, Governador do Estado, jamais alterou os hábitos de sua pacatez, da jovialidade para com os amigos, da maneira despreocupada de ser e andar na sociedade. Na posse de todos esses dons, a inata simplicidade excluía-o de quaisquer exteriorizações. Os meses que passou no Governo foram-lhe angustiosos, obrigado a estar em evidência como Chefe do Estado. Contrariavam-no os protocolos oficiais e mais ainda ter que adotar medidas necessárias à modificação de métodos políticos por que, infelizmente, se orientavam os partidos, numa politiquice indesejável e cheia de ódios. Amargas indizíveis custou-lhe essa atitude, mas saneou, de muito, a administração nos seus vários setores.

Costumava dizer que não se sentia com as qualidades de liderança, porém combateria até o último alento na trincheira a ele confiada. Quando a cidade, assustada, viu o fogo destruir as casas e as empresas da família Acióli, ateados pelo povilêu no dia 9 de novembro de 1912, nenhum advogado se achou encorajado a defender, em juízo, os direitos dos espoliados, e ele, afrontando as animosidades, aceitou as causas e as defendeu eficientemente, vendo-as triunfantes uma por uma, sem nunca ajustar com os constituintes o valor dos honorários. Aposentando-se, pela idade, do professorado, entrou a encher o tempo devorando livros de literatura e de cultura geral, ao mesmo passo que retirava da leitura sugestões para a nova inclinação do seu espírito — o pensamento condensado em máximas e páginas de sabedoria filosófica. Escrevia-as tão rápido lhe vinha o conceito, em qualquer garra de papel, nos próprios livros que estava lendo. Acumulou grande número, selecionou, retocou e aí estava a obra feita, pronta para ser publicada. Submetia-as humildemente à apreciação do grande amigo Cruz Filho, poeta e purista da linguagem, o qual lembrava, timidamente, certas correções ou mais clareza na frase, sem ânimo de ir mais ao dentro, propondo a exclusão de algumas, de conteúdo menos original ou menos enérgico de sentido. A mim igualmente o fazia, porém, mais afoito, eu propunha, com franqueza, o que a sensibilidade do poeta não quisera fazer: a modificação essencial da máxima



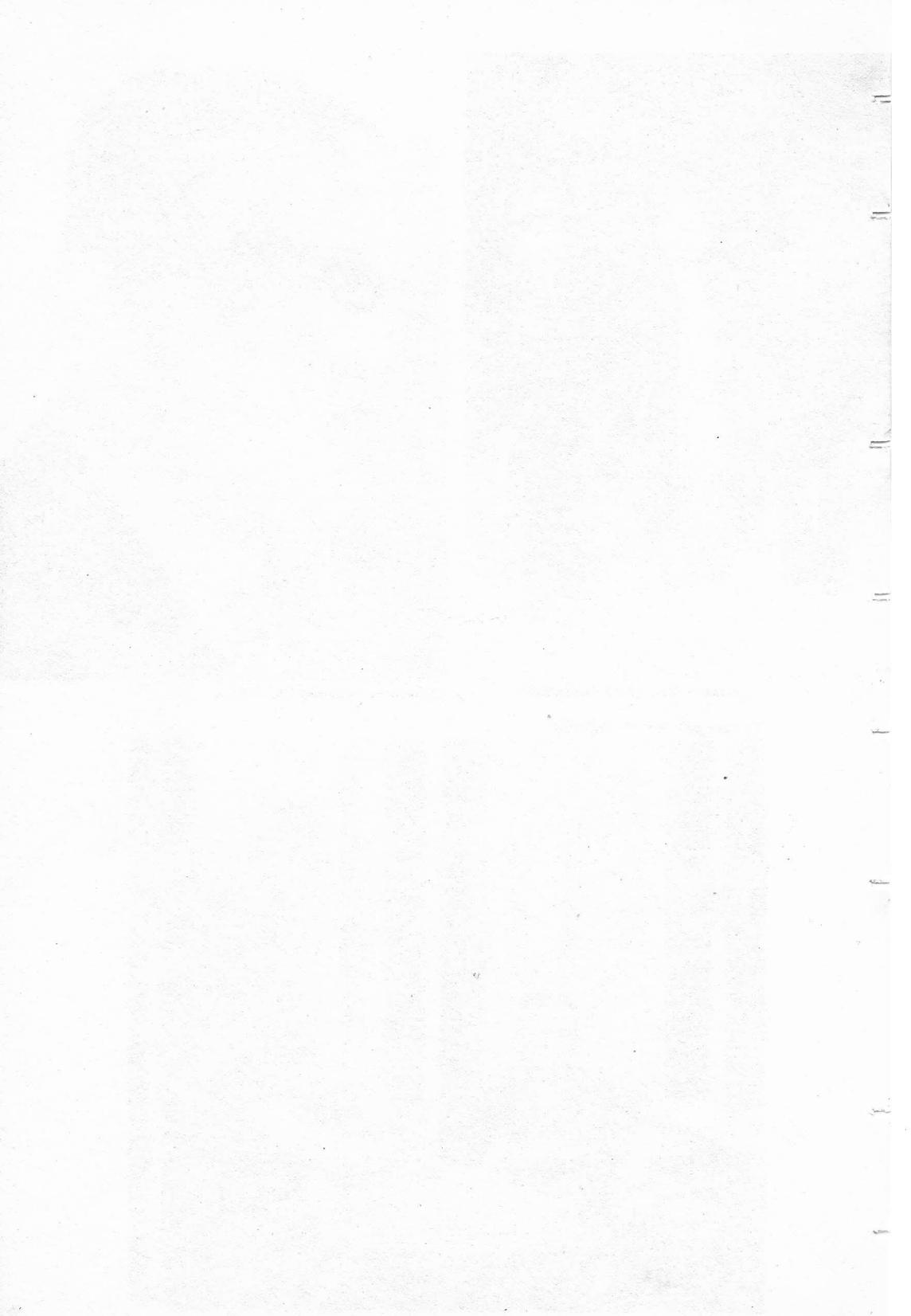
*Tio Girão, Tia Jesus e Tiburcinho*



*O Prefeito Tibúrcio Cavalcante*

*No meu gabinete de Prefeito*





ou a sua retirada *tout court*. Adotava esta, ou rejeitava aquela indicação, justificando-se amavelmente, como que a rogar perdão. O seu maximário consagrou-o neste tipo dificultoso de literatura-filosofia.

O temperamento retraído, a desambição, a obsessão da leitura e, por isto, certo alheamento das coisas, privaram-no de maior atividade social e mundana. Preferia estar lendo no seu *quarto da preguiça*, como dizia, embalando-se na rede a ranger nos armadores. A quem lhe chegasse à casa cabia à esposa o cuidado do atendimento, com receio de perturbá-lo. Só quando o assunto era com ele mesmo, é que se levantava da rede ou do birô para manter a conversa. Nos últimos meses, já desenganado da doença que o matou, lia, lia, lia. E porque esgotasse os seus, pedia-me levasse livros meus que ia indicando. Quase que morreu lendo.

Não odiou, não abriu feridas, antes à sua alma pulcra alguns inconsequentes trouxeram a mágoa. Perdoava. Era um indulgente.

## 41

Proseguí na frequência do foro tendo sempre aos olhos o exemplo de meu pai e o de meu tio, nos quais enxergava a decência de conduta e o sentido de exação do dever; naquele, a valentia no enfrentar situações difíceis, e neste, a prudência conselheiral, o modo com que sabia praticar a arte de advogar, correto, cordato, sincero para com os clientes, a convencê-los da inexequibilidade ou não dos seus objetivos.

Inúmeras questões me vieram e procurei desempenhar o mandato com a inspiração de bem servir. Vitórias conquistei e malogros me decepcionaram. Daqueles que a mim confiaram os seus interesses, quase não anoto nenhum que me reclinasse. Fio em que não explorei os honorários do meu serviço. No calor das defesas, algumas vezes me atritei com colegas *ex-adverso*, mas não tanto que descesse à inimizade. Uma

das ingratidões da advocacia é esta de encontrar adversários agressivos, quiçá desleais, e ver desvirtuada a nobreza profissional e a elegância a ser mantida no combate. Adversários que, na afirmativa de Tavares Brito, preferiam transformar a profissão em “arte de legalizar a fraude”, ou na de Oliveira Lima, na “defesa sofisticada do que é torto”. E há os que, forçados de prestígio político ou outro qualquer, coagem o magistrado, amedrontam-no com a ameaça de prejudicar-lhe a carreira para arrancar sentenças iníquas. Para esses, o compromisso jurado no dia da colação de grau de bacharel reduziu-se a mito: foi esquecido, traído, conspurcado. O diploma, em suas mãos, tem o valor de uma gazua. Deponho perante Deus a confissão de que não fui um deles. A minha formação moral, produto dos meus pendores e dos exemplos de meu pai e do meu tio Girão, acobertaram-me das solicitações aventureiras. Essas forças deram-me escrúpulos e princípios com que pude resistir às tentações do não-honesto. *Honeste vivere, neminem laedere, suum cuique tribuere* é o que aprendi, da sabedoria de Ulpiano, na minha preparação acadêmica. Não me enfeito, nem pretendo ser vestal. Não tenho o “insaciável sexto sentido” de Carlyle.

Excuso-me de referir casos de meu andejar no cumprimento de mandatos a mim outorgados; entretanto, gostaria de aludir a dois pela profunda lição de qualidades humanas que certos gestos mostram.

O primeiro: recebi do então Banco Frota Gentil duas letras promissórias, vencidas havia tempos, de responsabilidade do grande romancista e filantropo Rodolfo Teófilo. Conta considerada perdida ou de liquidação improvável. Contrafeito, entendi-me com o devedor, dele recebendo a declaração de que estava a esperar de Lisboa determinada quantia, resultante de negócio seu, ali. Que esperasse mais. Recebi, depois, carta sua dizendo-me que o negócio de Lisboa já se havia resolvido, e assim o dinheiro chegasse efetuaria o pagamento. O Banco dava escasso crédito a isso. Mas não tardou que em nova carta solicitasse a minha presença em sua casa, tendo em vista ultimar a quitação. Estava autorizado a fazer abati-

mento dos juros e mesmo no capital e comuniquei-o ao velho escritor. — “Não, meu amigo, faça o cálculo total, capital e juros até hoje e passe-me o recibo”. Concluído tudo, disse-me: — “Diga lá aos chefes do Banco que o Ceará é a terra em que os pais são ricos, os filhos nobres e os netos pobres”. Não dei o recado, porém restou-me a observação: uma pequena transação civil revelava o aprumo de um homem de bem, que eu já admirava. Poderia na sua dificuldade financeira ter-se aproveitado do oferecimento do credor reduzindo à metade a obrigação. No meu arquivo, tenho as cartas de Rodolfo.

O outro caso: Deu-me a Casa Boris, por seu chefe, Bertrand Boris, procuração para, em Quixeramobim, liquidar a hipoteca de que era devedor o falecido comerciante Arão Mendes Pereiro, cuja falência havia sido decretada. Fez-me Bertrand a recomendação de excluir da dívida a casa de residência da viúva do falido. Proposta a ação, verifiquei ser o prédio o imóvel de maior valor do espólio, resultando da exclusão ficasse o crédito quase descoberto. Transmiti essa informação ao Bertrand e a resposta foi que mantivesse a recomendação. Nobreza dos Boris. Procedem sempre assim.

Poderia citar muitos casos semelhantes e outros de sentido oposto, de constituintes alheios à miséria alheia. É bem certo que os sentimentos do homem têm variação por demais elástica, do 1 ao 100, do Bom ao Mau. Da intransigência à tolerância, do orgulho à humildade, do santo ao diabo. Cada um tem um rosto inconfundível, tanto quanto inconfundível, muito próprio, tem o íntimo, a alma, o espírito. Não há igualdade, aqui. Nem a morte — *mors omnia solvit* — iguala ou nivela, pois, morrendo, uns deixam de ser bons, outros, de ser maus. O conceito é de Pontes de Miranda.

## 42

Formado, munido do canudo clássico, crendo-me habilitado a ganhar o pão na advocacia e confiando em minha ca-

pacidade de vencer as barreiras na corrida de obstáculos que é a vida, animei-me a realizar aquele sonho que embala as almas jovens sensíveis ao mais belo dos instintos — o amor. Há os que não o sentem, mas, afora estes, ninguém se livra dos impulsos do coração, na força de suas manifestações misteriosas. Da mera simpatia, da troca de um olhar, dum galanteio nasce a doce inclinação do bem querer, que pode ser idílica apenas, ou levar ao delírio da paixão doentia de um Otelo. Pode-se amar simplesmente, pode-se arder em amor, perder-se de amor, morrer de amor, matar por amor. O sentimento, que se não mede, contém algumas vezes a violência dos raios e queima e destrói. O tema é eterno e indefinível, dos filósofos profundos aos poetas sonhadores. Afinal, o certo é que o amor vem, mostra-se, explode e não se sabe como, nem por que.

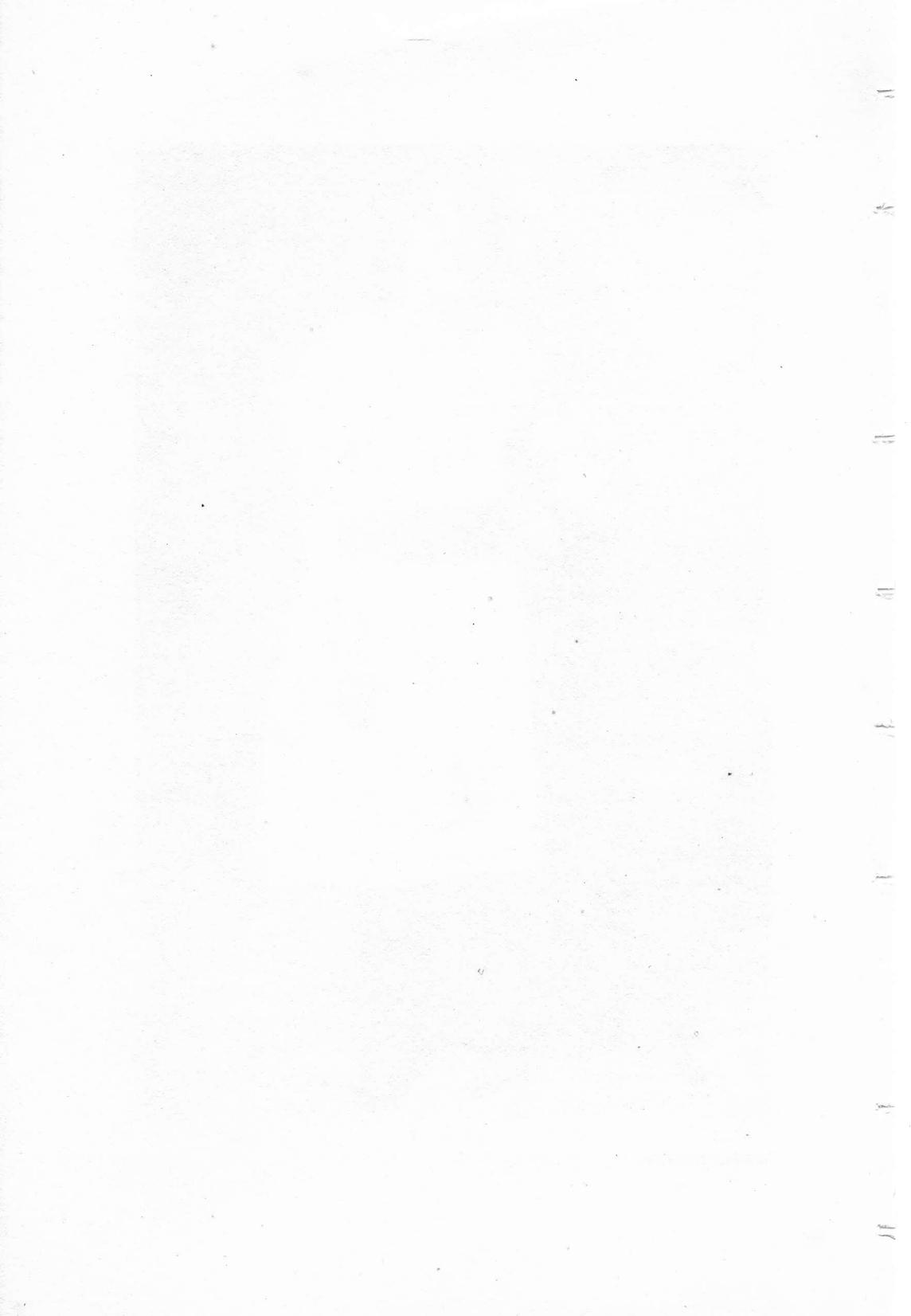
Os meus afetos de rapaz encontraram-se com uma jovem estudante e eu era também estudante mal saído do Liceu. Ambos pobres. Gentil, educada de modos, eu direi bonita e graciosa, a voz muito meiga, cursava o “Colégio La Ruche”, de Madame Gonthier, preceptora de muitas gerações de moças, no Ceará. Suíça de origem, adaptou-se à terra cearense e o seu educandário era um viveiro de jovens que a amavam. Abriu aulas de Francês para rapazes e foi com ela que melhorei os meus conhecimentos da língua de Victor Hugo. Posteriormente, mudou-se para Belém, do Pará.

Cinco anos corresponderam-se as nossas afeições, alicerçadas em estima sincera e forte. Íamos olhando o futuro, confiando chegasse o momento da concretização venturosa. Sem recursos financeiros para adquirir casa própria, resolvi, de acordo com meu pai, transformar em modesto apartamento o nosso quarto, meu e do Raul, acrescentando-lhe novos cômodos. Para o abrigo de dois basta um guarda-chuva. Casa-mo-nos em 23 de fevereiro, menos de três meses da formatura no bacharelato; e começamos a existência dos que se unem felizes. Quisemo-nos, e deixe fique em mim saber quanto e o quanto da nossa felicidade.

Mas veio o inesperado das determinações a que estamos



*A Maria Monteiro*



sujeitos neste val de incertezas. No conta-gotas dos dias, mais uma lágrima, quente e amarga demais, cairia de meus olhos. A nossa união não completaria dez meses: a morte nos separou, levada a esposa gentil, aos dezenove anos, em plena idade das esperanças e das róseas ilusões. Faleceu no dia 19 de novembro a preferida dos meus ideais enamorados — a Maria. Maria Monteiro, a estudante com quem me encontrara um dia indo para a aula do “Colégio La Ruche”. Não direi mais. Não posso, nem devo. A florzinha foi esmagada pelo tacão estúpido do Inexorável, porém na minha alma ficou o seu perfume.

## 43

Estava diante de mim uma ruína que era preciso reconstruir. As minhas energias morais e o conforto recebido dos meus e dos amigos reabilitaram-me para a reconstrução. Retirava os tijolos espalhados e os colocava no edifício novo da minha coragem. Trabalho doloroso que, refeito, sem desfalecimento enfrentei. E Deus me guiou no meu otimismo. Mandara-me o golpe como provação? Contei com a sua infinita misericórdia. Para um moralista americano, o otimismo é um homem que percebendo dezoito dólares por semana se casa com uma mulher que adora crianças. Eu estava ganhando os dezoito dólares e iria aproximar-me de quem adorava os meninos.

A viuvez é taça derramada que muitos se apressam de encher, talvez mais que o viúvo. Confluem as sugestões de todos os lados e de todos os tipos. Os nomes aparecem. Como que se trata de ofertas de uma mercadoria. Há bisbilhotices, gracejos, mas tudo sem maldade, só a intenção amiga de cooperar no penso da ferida. Ora em forma de insinuação jeitosa, ora frontalmente: — “Você devia casar é com Fulana”.

Vi meu pai enviubar, sofri com ele e com ele me vinculei de pronto à sua deliberação de casar-se novamente. Homem

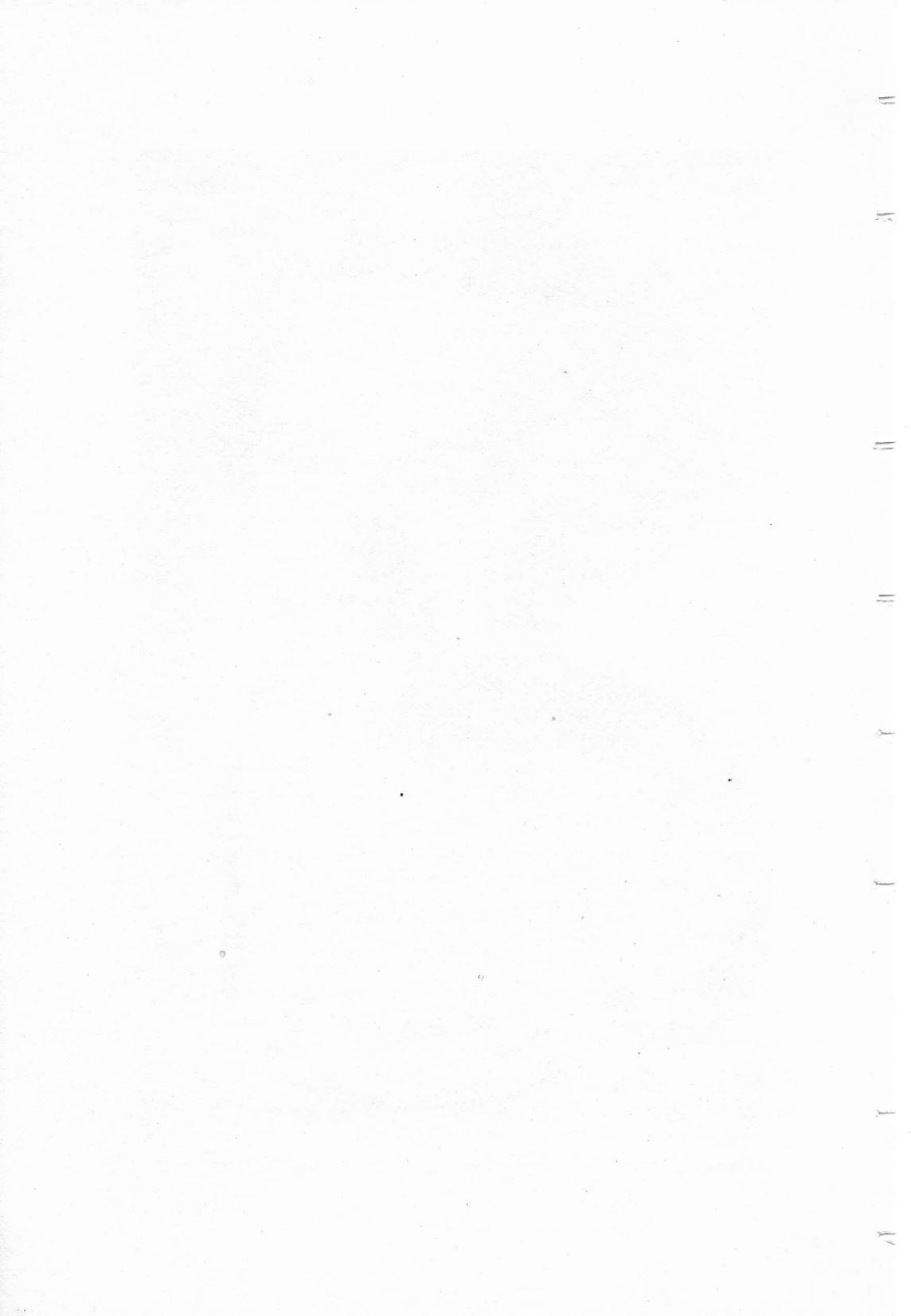
do lar, não suportaria a solidão do leito. E tratou de recompor-se da desventura. Acertou. Igualmente do lar, sentindo isso, deixei que a bússola amiga me indicasse o norte. E fê-lo, certa. Encontrei outra Maria, com o seu hipocorístico de Marizot, pelo qual é conhecida e tratada. Distinta, filha de pais exemplos de singeleza de coração e de líria probidade — Prudente do Nascimento Brasil e Inês Gaspar, nomes que se inscreveram no meu livro íntimo como razão de uma amizade nobre. Dois que vieram a este mundo para se encontrarem e juntos serem bons, dessa bondade abençoada, não somente compassiva, mas ativamente benéfica, incapaz de magoar e capaz de consolar. Os filhos saíram-lhes à exata: a Cléa, obsequiosa, recatada e, qual a mãe, fervorosa das orações e da liturgia da Igreja, e o Joaquim, quase santo, marcado no verdor dos anos pela desgraça duma doença tirana. Rica de dons, sadia, alma aberta aos eflúvios do bem, Marizot, quase menina, aos dezesseis anos, talvez nem calculasse a complexidade de um casamento. Casamo-nos a 27 de novembro do ano seguinte, marco de uma caminhada longa, até hoje e graças ao Criador, sem espinhos maiores. Só os espinhos comuns da vida, que não só de boninas esta se enfeita.

O meu encontro com Marizot devo-o aos meus vizinhos da Imperador, Inácio Gaspar de Oliveira Moura e sua mulher, Joana Gaspar (Joaninha), primos entre si e primos de d. Inês. Olga, irmã de Oliveira, também habilidosamente *teceu*, e pelo resultado do *trombone* lhes sou extremamente agradecido. Inácio é meu compadre, padrinho do meu primogênito — Célio. Há entre nós uma fraternidade verdadeira.

A nova esposa e a minha estrela guiadora ofertar-me-iam aquelas coisas saudáveis de que todos carecemos para fazer da existência um sorriso; e em tal montante que não sei como solver a dívida. E aí estão os filhos, aumentando-a, em parcelas vigorosas, tornando ainda mais embaraçoso o resgate, todos geneticamente normais, solidários, desdobrados em netos eugênicos e gárrulos, e também os genros e as noras, num conjunto de consistente solda. Quarenta e cinco anos de paz conjugal, sem desencontros de atitudes que pudessem alterá-la.



*A Marizot*



E um matriarcado, em verdade esse conjunto, tal a sua presença conciliadora, a sua formação religiosa, a saúde e fortaleza física, a sua benevolência, o zelo da casa, a espontânea renúncia às ostentações sociais e mundanas. Todos esses predicados a caracterizam como a mulher do lar, a mãe-de-família.

## 44

Vendi ao Raul por três contos de réis o apartamento improvisado, já havia conseguido amealhar alguns tostões, ajuntei a isso um pouco de aventura e meti-me a construir uma casa de morada. Do cartório e da igreja podíamos ir para lá. No bairro de Jacarecanga, além da ponte do riacho deste nome, em local ainda ermo, sem iluminação pública. Serviços profissionais prestados em rumorosas falências de firmas no comércio de Aracati puderam trazer-me bom contributo — oito contos de réis — ao pagamento do tugúrio. Representei nesses processos o Banco Frota Gentil, como o havia feito em outros negócios. E tive como companheiro de viagem, via Quixadá, estafante caminhada de trem e de velho *Ford* de bigode, o Dr. Waldemar Falcão, depois Ministro de Estado e do Supremo Tribunal Federal. Hospedamo-nos na mesma pensão, de um seu parente, e da convivência de alguns dias pude avaliar o fulgor da sua inteligência, da sua firme convicção cristã e o seu espírito de coleguismo. Antes de deitar-se, vi-o muitas vezes ajoelhado ao pé da rede, a orar contritamente.

O resto do custo da casa fui cobrindo à medida que os vinténs comigo simpatizavam. Vinte e um contos de réis o total, o preço do suor. Aos poucos fomos melhorando-a e também a despensa, mais provida agora, e podíamos privar da estima dos vizinhos. As visitas amiudavam-se, cá e lá, constituindo aquele trecho da Avenida Demóstenes Rockert, hoje Francisco Sá, agradável núcleo de palestras e troca de impressões. Lauro Rocha, grandalhão e loquaz, o inglês Harold Man-

ley, corretor de câmbio, a falar desgraçadamente o português, Elísio Aires, agente comercial, Adriano Martins, industrial salineiro, Oscar Pedreira, empresário de ônibus, Francisco Paracampos, comerciante, participavam do grupo. Depois, o Dr. Milton Studart veio residir ali.

A amizade de vizinhos que se entendem faz-se duradoura, pois se consolida no melhor conhecimento recíproco e sondam-se mais intimamente as qualidades de cada um. Éramos, efetivamente, uma boa vizinhança e muito gratas são em mim as recordações dos seus contatos amigos. As mulheres entendiam-se perfeitamente cordiais, todas muito distintas, simples e desafetadas.

Naquela casa de Jacarecanga nasceram os primeiros cinco filhos: Célio, Celina, Celita, Celmo e Celda. Os outros quatro: Celne, Célcio, Célber, Célvio e Celzir, na Rua João Lopes, n.º 14, que em 1940 construí. Carmelita nasceu no sítio Alagadiço Novo, do Município de Cascavel.

Esperávamos o primeiro filho com a alma engalanada de esperanças e projetos, mas o que nos veio foi a dor de ver um natimorto como primeiro resultado do nosso amor. Para Marizot terá sido decepção imensa, bem se calcula. Para mim, outra frustração, porque da primeira esposa o filho, vindo de parto provocado, mal respirou alguns minutos.

Porém sadios, bem dispostos, continuamos o nosso mourojar e outros frutos vieram, agora, felizmente, fortes e capazes de resistir a tantas vicissitudes com que se defronta o ente humano desde o berço. Partos normais, sem nunca termos recorrido a casas de maternidade, vieram-nos dez que, robustos, cresceram e se tornaram adultos. Como já referi, uma filha de estima veio completar o quadro.

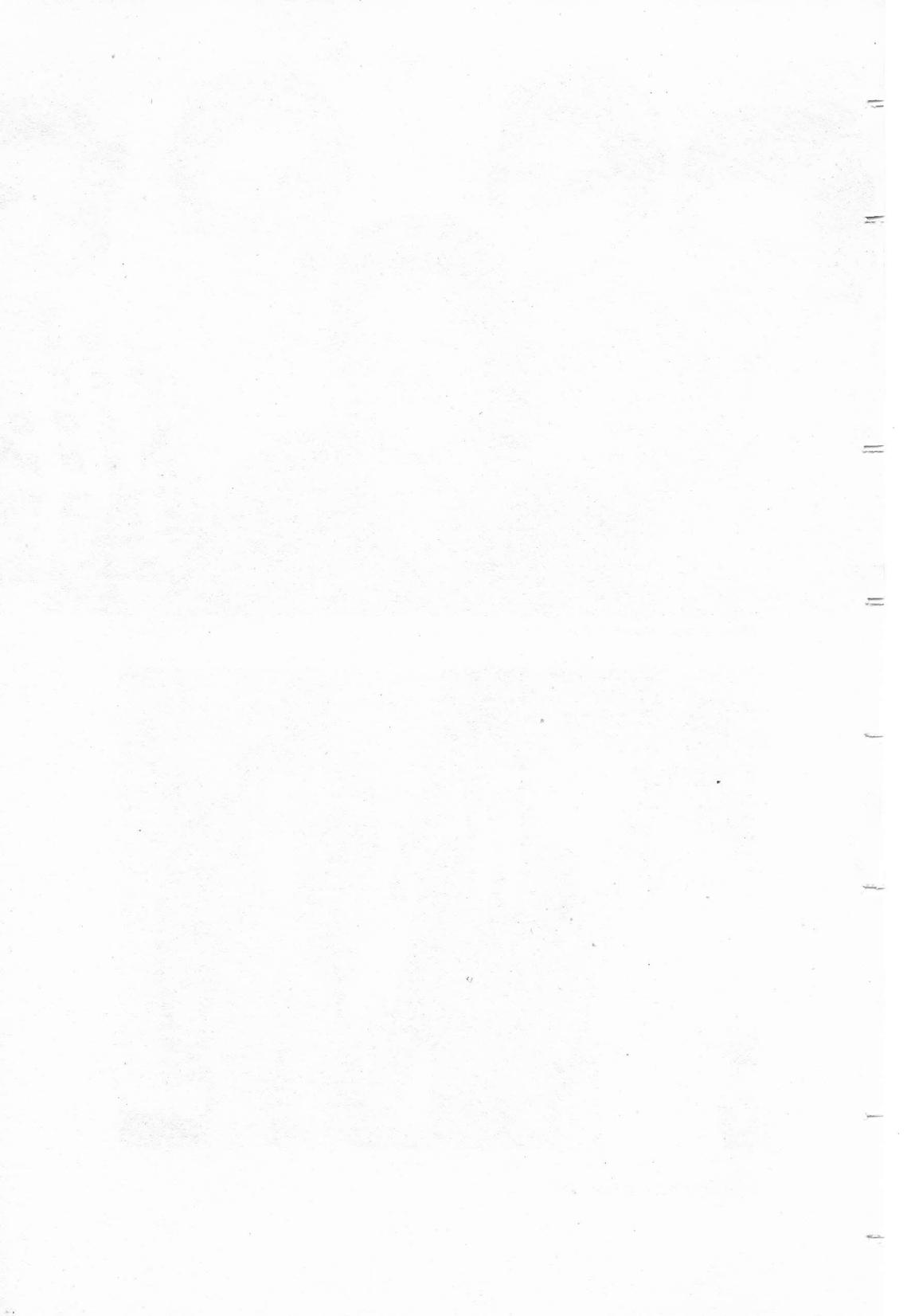
Uma família numerosa é um microcosmo, um país em miniatura, com os seus limites e a sua administração diversificada. Os setores diversos cada qual exige providências específicas, colimando solução dos inúmeros problemas que surgem. O chefe há de fazer de governante, ao lado da mulher. Problemas de saúde, problemas de educação, cansativos e absorventes, problemas de polícia, envolvendo a prevenção e



*Marizot e as quatro filhas*



*Eu e os seis filhos homens*



punição de faltas, problemas de justiça, diante de cada contendor gritando pela razão, problemas de relações públicas, na manutenção da boa linha para com os demais. Implicam-se ainda os problemas de teor moral, incômodos, de avaliação insegura, susceptíveis, se não afastados, de gerar mais sérios contratemplos. E, sobretudo, problemas econômico-financeiros, oriundos da necessidade do pão, da roupa, do teto. Forma-se uma gama de preocupações e ocupações que angustiam ou alegram, doem ou se traduzem em euforia. Variando os temperamentos e, por isso, constituindo cada qual uma personalidade, com a sua maneira de ser, de pensar, de querer, de reagir ou responder às solicitações ou ordens do seu eu, embaraçoso será aos pais compreender o que fazer e como fazer. Um é teimoso ou rebelde, outro dócil, outro o meio termo, e aí estará a habilidade paterna em equação, procurando encontrar a incógnita sem provocar ressentimento ou complexos muita vez insanáveis. O trabalho é melindroso e ininterrupto, de todas as horas, sem folgas, porque o expediente é de *full-time* — 365 dias no ano.

Tal microcosmo, assim emaranhado, tem sido o tema dos pedagogos e psicólogos sem chegarem a conclusões firmes, senão imaginosas, fora da realidade. Porém o que realmente vale é o bom senso, a prudência dos pais, a sua serenidade, os seus sensatos recuos em vez de avanços impensados, num tateamento sutil, ao mesmo passo tímido e enérgico. O papel da mãe é decisivo, e a mãe que sabe ser mãe pode ser definida, qual disse Almeida Garret, como a mais bela obra do Criador.

O equilíbrio de minha família, os meus filhos devem à mãe, e a ela e a eles eu o devo. Fizeram-se homens e mulheres ajudando-nos, ora fazendo, ora, e principalmente, não fazendo, isto é, não deixando que a harmonia desertasse do convívio, nem se infectando das descompreensões comprometedoras ou dissolventes, formadas as suas individualidades num mundo confuso e perigoso. Os filhos estão criados, vários reproduzidos em seus filhos, sem que tenhamos de lamentar qualquer desajuste mais grave. E então, até hoje, temos po-

dido, Marizot e eu, contemplar, agradecidos a Deus, um risinho panorama de felicidade. Fotografia, apanhada em conjunto e em nossa casa, num dia festivo, documenta essa ventura: todos reunidos — o casal, os filhos e filhas, os netos, os genros e noras, num total de quarenta e dois figurantes. Essa fotografia sintetiza para nós um triunfo. Abençoado triunfo. As pedras transformaram-se em rosas.

## 45

Entre os muitos conselhos do tio Eduardo Girão, um sempre me falou: “Não se ofereça; se for chamado ao exercício de qualquer cargo, pense; e, se aceitar, cumpra literalmente o seu dever”.

Com a banca de advogado em boas perspectivas, não tinha o pensamento voltado para a função pública, tanto mais quanto não me sentia atraído, de modo algum, pela carreira política, não obstante ter em meu pai um espelho de homem com acentuado pendor partidário. Apenas no tocante à política de Morada Nova, mais por amor à família do que por mim mesmo, ensaiei alguns passos, e tive aí, bem evidente, a certeza de minha alergia ao partidarismo. A política do Estado era-me indiferente, e no campo das reivindicações cívicas nacionais, como todo moço, comungava do movimento de idéias tendentes à modificação dos processos tortuosos da escolha dos dirigentes públicos, fosse do Executivo, fosse do Legislativo. Só os comprometidos nesses processos de obter resultados, quaisquer que sejam os meios, não se deixavam contaminar pelas agitações de espírito contrárias a tal ordem de coisas. Por isso, a juventude brasileira não quis compactuar com o patriavelhismo e almejava uma nova democracia, que não figurasse só no papel e nos discursos — clichês dos carancas de proa da República. Vi, a mocidade do Brasil viu, com entusiasmo, a pregação saneadora desde Rui Barbosa. Vibramos com os movimentos de 1922 e 1924 e resumíamos

toda a nossa aversão na pessoa do Presidente Artur Bernardes, símbolo da espuridade dos métodos de governar. "O seu próprio temperamento de quem facilmente não esquece, nem perdoa injúrias, mesclado de áspero nacionalismo de fundo jacobino, não poderia inspirar simpatias públicas; no entanto, no balanço final de sua presidência, reconheciam os espíritos mais serenos o relevante serviço que prestara, fazendo triunfar, como fizera Epitácio Pessoa, a legalidade. Governara o Brasil como de dentro de uma fortaleza, sob a constante pressão do sítio, realizando, no entanto, frequentes sortidas vitoriosas..." (José Maria Belo).

Tal antipatia não na pôde desfazer o seu sucessor, Dr. Washington Luís, que ao contrário do grave, formalístico e retraído Sr. Artur Bernardes, "mostrava-se frequentemente em público, cheio de saúde e força, de excelente aparência, esportivo e satisfeito, despertando, por isso mesmo, espontâneas e sinceras simpatias". (*Idem.*) Eu o admirava, pelo que realizou na administração do Brasil.

Quando surgiram as gestões da sucessão do Presidente Washington, experimentávamos iguais sentimentos de civismo, porém de logo vimos que a reação moça, tão cristalina-mente limpa nas suas reações anteriores, manchava-se, ou para melhor expressar, misturava-se às mesmas antigas raposas, politicóides inveterados, agora chamando o povo para as suas artimanhas e promessas, querendo manter a folgada permanência nos gamelões, gamelas e panelinhas do Tesouro Nacional. A revolução prometida, quem mais a reclamava eram velhos políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Aproveitavam-se do idealismo dos tenentes e de civis mais ardorosos, porém só tinham em vista continuar.

Getúlio Vargas apareceu com a capa de renovador, mas, havia pouco, servira incondicionalmente à *pátria velha* como ministro de Washington Luís, a quem jurava fidelidade em cartas sucessivas. Borges de Medeiros, agora redimido de erros, fora o oligarca da terra gaúcha anos a fio. Antônio Carlos, pela astúcia e a subreção valia, só ele, como alavanca propulsora da velhacaria partidária. Na Paraíba, João Pes-

soa, autoritário e destemido, dava apoio oficial ao movimento.

Não me ajeitava a essa meio-pantomima, conquanto desejasse ver uma revolução, mas em forma de renovação efetiva, saída de mentes novas e não viciadas até a ponta dos cabelos. Por outro lado, no Ceará, sentia-me de certa maneira inibido de manifestar-me abertamente, porque se encontrava no governo um grande e leal amigo de meu tio Eduardo Girão, por ele pessoalmente sustentado contra a má-vontade dos democratas influentes na estreiteza da composição situacionista.

No dia em que embarcou para ir investir-se na função de deputado federal, levou-me o tio a palácio e me credenciou, perante o dr. Matos Peixoto, como a pessoa que o representaria em algum assunto ligado ao município de Morada Nova, porventura em pauta de solução. Em verdade, nunca me valia da credencial. Ex-aluno do Presidente e recebendo de sua parte as melhores provas de consideração, não me convinha ir para a rua gritar contra a ordem nele personalizada.

Estive com ele, sim, na hora amarga. Ao sair de casa na manhã de 8 de outubro (1930) soube logo ter resolvido o Presidente Peixoto entregar o governo do Estado aos revolucionários, já vitoriosos. Dirigi-me ao Palácio da Luz. Na Praça do Ferreira encontrei-me com o meu primo Teotônio Girão, da Guarda Cívica, que me informou ter-se retirado o chefe do Estado para o Quartel do Exército, de onde possivelmente embarcaria para o Sul. — “Não vá, porque é grande a agitação popular em torno do Quartel ameaçando os amigos do Dr. Peixoto” — advertiu-me. — “Irei, porque se o tio Girão estivesse aqui não deixaria de estar ao seu lado” — foi a minha resposta. — “Então eu o acompanharei até lá”. Chegado às imediações do Quartel, verifiquei, efetivamente, o clima de hostilidade reinante. Furei a linha de separação e entrei. Encontrei o Dr. Peixoto na sala de comando, ocupado em redigir uns telegramas. Cumprimentei-o, disse-lhe do a que ia e me agradeceu cordialmente. D. Violeta, sentada numa cadeira e com uma das pernas estendida noutra, parecia sofrer bastante. Havia distorcido um pé. O ambiente refletia a apreen-

são dos que ali se achavam, amigos mais corretos do governante. Dr. Menezes Pimentel, João Otávio Lobo, Alvaro Fernandes, alguns outros. Sem demora saiu o Presidente, acompanhado dos demais, a fim de tomar os automóveis que nos levariam à ponte metálica. Achei-me no carro em que viajaram os drs. Pimentel e João Lobo e, sem ter ainda a exata extensão da renúncia, perguntei a este se como vice-Presidente, não lhe cabia assumir a Presidência. — “Para que?” — respondeu-me desalentado. No viaduto Moreira da Rocha ou ponte metálica, raras pessoas, afora os que iam embarcar também às pressas, auxiliares do governo até minutos antes. Já o Presidente e a família numa das lanchas, pois o navio estava distante, animou-se o Dr. Alvaro Fernandes a dar um “Viva o Dr. Peixoto!”, que foi molemente respondido. Tive o cuidado de anotar os nomes daquelas pessoas: não eram mais de vinte e oito. *Sic transit*... Estaria certo Napoleão quando afirmou que não é o homem que tem amigos, e sim a sua boa sorte?

Voltando à Praça do Ferreira, assisti dos altos do antigo e já demolido prédio da Intendência Municipal, onde meu pai tinha o cartório, ao povo em delírio aclamando a vitória da Revolução. Com aquela bondade sempre a aflorar e traduzir-se-lhe nos lábios, o dr. Moraes Correia procurava acalmar os exaltados. E o delírio subiu de ponto quando atravessa a Praça, em direção ao Palácio, o dr. Fernandes Távora, retirado da prisão para assumir o governo, por algumas horas acéfalo. Acompanhava-o uma multidão, a dos que vibravam de entusiasmo idealístico engrossada pelos que tinham em mira agradar os novos dirigentes, bajulando-os, e deles se afastando tão rápido verificassem nada poder receber. No exato momento em que o dr. Távora penetrou no Palácio começariam os descontentamentos e, nele, o arrocho das pressões injustificadas e dos pedidos absurdos. Em seu *Algo de Minha Vida* ele manifesta a sua dificuldade ao ver-se na contingência de tomar as rédeas governamentais quando outro, o major João Leal, teria sido o indicado. Explica os motivos, notadamente o de achar-se este na Paraíba e alguém deveria

assumir o cargo. Contrariado o fez, e muito mais contrariado iria achar-se com a sucessão dos fatos, em inevitável colisão as prestações de velhos amigos políticos com as intenções renovadoras, radicais dos jovens militares fatores diretos da intentona. Não deixaria de influir nisso a circunstância de somente uma farda figurar no seu secretariado. Até que a corda esticou demais e teve que retirar-se, decepcionado e amargurado, lembrando-se, talvez, daquela sentença do *Bonaparte*, tão experimentado dos homens, segundo a qual nas revoluções há dois gêneros de pessoas: as que as fazem e as que as aproveitam. O dr. Fernandes Távora, inegavelmente o chefe civil ostensivo da Revolução no Ceará, batalhador incansado, sofrendo prisões, não se aproveitou da vitória depois de tê-la conquistado.

Para substituí-lo, veio o carioca capitão Roberto Carneiro de Mendonça, revolucionário de sofrimentos e convicto da necessidade de aplicar, agora, o a que tanto aspiravam e por que tanto se bateram os seus colegas de caserna. O tenentismo viria prevalecer. Empossou-se no dia 5 de setembro (1931).

## 46

### Escrevi sobre Mendonça:

“Naquela manhã do sábado último, muito cedo, o telefone bateu. Seria o Leonardo Mota, na sua missão de *sineiro* do nosso Instituto do Ceará, como já se denominou, a fazer-me algumas sugestões ou comunicar-me algum acontecimento mais sensacional, ou estavam a transmitir-me notícia infausta dos meus, como tem acontecido àquelas horas?

Não era o Leota. Era outro amigo que, em pressurosa aflição, me avisava do falecimento repentino do major Carneiro de Mendonça.

Senti profundamente e a mim próprio perguntei por que homens daqueles morrem assim, como que asfixiando, dei-

xando o vácuo numa atmosfera, como a brasileira, já moralmente muito rarefeita.

Perdíamos os seus admiradores um grande amigo e o Brasil um dos seus mais notáveis filhos.

Fui-lhe um dos auxiliares diretos na administração do Ceará e honro-me disto. É uma das maiores vaidades, das quase nenhuma que possuo, ter ajudado com os meus esforços o seu governo, de tantos exemplos construtivos e de decência rara.

Ao ser chamado para o posto que me tocou, um dos mais embaraçosos, muito moço e falto da prática das coisas públicas, imaginei quanto se não podia medir a minha responsabilidade, para honrar a escolha do capitão Mendonça, que assim todos lhe chamavam e assim ficaria tatuado no coração dos cearenses.

Afora a minha desvalia de jejuno nos misteres da governação municipal, de si mesma difícil, eu me ponderava duas razões, dois complexos de receio a me amofinarem ante os meus deveres: o Capitão mal conhecia o Prefeito que nomeara. e eu não fora um participante revolucionário, não formava ao lado daquele movimento dito de regeneração nacional, que realmente muitos efeitos salutareos produziu, mas foi conspurcado, traído por inúmeros dos que só por ambição ou aventura empunharam a bandeira de 1930.

Porém a convivência com o chefe, na diuturnidade dos casos da administração, criou a estima recíproca. Quase todos os dias, à hora do seu café no Palácio, onde residia, reuníamos a trocar idéias, a ouvir-lhe a orientação que o seu admirável senso sabia dar aos negócios do Estado.

Confesso e asseguro foi enorme o meu trabalho, sem perda de nenhum tempo, dia e noite, querendo realizar quanto pudesse ser, a fim de merecer do Interventor e dos municípes o apreço e a confiança.

Dele sei que mereci e, mais ainda, os liames de uma amizade legítima que toda a vida mantive entre cordial e quero crer respeitosa. Éramos realmente amigos, mesmo depois que a distância social nos separou mais: ele subiu até os esplên-

dores das mais altas posições, permanecendo eu ao nível comum dos que andam terra-a-terra.

Ineria ao capitão Mendonça qualquer coisa de heráldico, na sua retinidade biotípica em harmonia com a retinidade moral, na serenidade fisionômica harmonizando-se com a simplicidade de maneiras e hábitos.

Todos por certo se recordarão dele, com a roupa preta de sua viuvez, o indefectível cigarro à boca, andando a pé pelas ruas da cidade, sem ordenanças, acompanhado de algum amigo.

A sua palestra atraía e conquistava, numa loquacidade moderada, raciociniosa e concludente, deixando o interlocutor hipnotizado à argumentação segura e espontânea, que invariavelmente imprimia às suas exposições.

Ninguém o excederia neste modo de impor-se à simpatia alheia, sem aparatos de linguagem nem encenação de gestos, só pela força presencial, catalítica da sua personalidade.

As atitudes morais, então, o alcançavam; fizeram-no indiscutível varão plutarquiano.

Narro um fato que as retrata e seria uma mimeografia dos demais.

Ao tempo da minha gestão prefetural encontrei dirigindo o Matadouro Modelo o coronel Manuel Freire de Andrade, homem probo e bom a todas as provas, que se cansara dos labores do comércio e, pobre, obtivera aquele emprego.

A delicadeza de temperamento e a velhice eram forças pequenas demais para permitir-lhe agisse com a indispensável eficiência naquela repartição. Resolvi transferi-lo para outro departamento da Prefeitura, respeitados os seus direitos de remuneração e categoria, e o ato não agradou a Demócrito Rocha, meu amigo e dele, que me enviou uma carta de protesto e outra ao Capitão Mendonça. Esclareci lealmente a Demócrito os intuitos que me animaram à transferência e a efetuei.

Certa vez, no seu gabinete, o Capitão me interrogou se eu havia dispensado o cel. Freire, e contei-lhe o que se passara,

O Interventor, todo calma e nobreza, disse-me que se eu

o tivesse demitido, a demissão estaria consumada e êle nada oporia.

Mas adiantou que se a hipótese houvera sido afirmativa iria imediatamente colocar noutro emprego o sr. Manuel Freire, pois este necessitava e, sobretudo, era alvo da sua máxima gratidão pessoal. Quando, anos antes, doente e ignorado, estivera no Ceará, com o objetivo de recuperar a saúde, fora o coronel Freire quem, no Quixadá, o obsequiara de toda forma.

A elegância de atitude do governante só era igual à elegância moral do homem agradecido.

Nunca me dirigiu uma insinuação, uma interferência escrita a favor de ninguém.

Durante as cogitações pós-revolucionárias, todos meros títeres no determinismo dos acontecimentos cujo espírito ainda não se definira, veio o capitão Mendonça governar o Ceará, onde, como no resto do Brasil, o tenentismo, tão mal-sinado mas na verdade idealista, pretendia expurgos radicais e salvadores.

Chegou sob a pressão desse radicalismo febril e porventura a solidariedade aos da classe o exagerou nalgum procedimento. Porque recebeu um telegrama insultuoso de certo jornalista, munuiu-se de um rebenque e procurou o insultador. A outro, levado pelas conclusões de um inquérito parcial, demitiu com nota desprimorosa, pensando zelar a pureza dos princípios da Revolução.

Quem, entretanto, apanhar a verdadeira psicologia do momento histórico, o escusará. Só os políticos interesseiros e feridos no amor próprio não o compreenderão.

Mais tarde, firmando-se no torvelinho das confusões, resurgiu a beleza da sua formação, lastreada por um quase intransigente espírito de justiça.

Nas águas tempestuosas, outros poucos também dominaram a nau cercados da consideração concidadã: Juraci Magalhães, Landri Sales, Nelson de Melo, Ari Parreiras...

Nenhum, todavia, se alteou como Carneiro de Mendonça.

O governo central teve de recorrer às suas qualidades

excelsas para os desempenhos mais sérios e ele o satisfez e à opinião nacional. Pacificou o Pará e o Maranhão, como pacificara o Ceará. Raros os que acreditavam o fizesse com tanta mestria.

Ficou na consciência dos homens de bem do Brasil como uma espécie de reserva cívica, de que se socorreria na hora das dificuldades. Quando os brasileiros, já fartos de câmbios negros, de coordenações e de opressões dipianas, entenderam vital a restauração democrática, convocaram-no de novo aos afãs, e ele atendeu, serviu, honrou-os.

De particular, nós cearenses lhe devemos saldo sem conto. Com José Américo salvou uma gente em martírio e, por isso, ficou entranhadamente na alma das populações. Com os seus auxiliares de governo proporcionou os mais edificantes exemplos de justiça, de operosidade, de honestidade e desvelo.

E nunca mais os homens dignos desta terra, que não os maledicentes e egoístas, o esqueceram, nem ele os olvidou.

No Rio de Janeiro, nos nossos instantes de conversa, as coisas do Ceará eram o assunto. Indagava de tudo, minudentemente, querendo trazer para os olhos a paisagem longe. Jamais se referiu, porém, aos fatos políticos ou à pessoa dos políticos. Não recriminava, não acusava, não censurava.

Quando deixou o Ceará, e o seu sucessor, entregue a politiquices, lhe desmanchava os atos administrativos, mantivemos, miúda correspondência e numa das cartas me perguntava se ainda não haviam arrancado os novos calçamentos que eu iniciara. Mutismo dignificante o seu.

Não estou enfeitando a sua personalidade porque as do seu estofa já têm em si o elogio. Não precisa de emolduramento artificial, pois se acha ricamente emoldurada na convicção dos seus patrícios.

A minha intenção, com estas singelas palavras de saudade, é prestar a minha homenagem de tristeza, tão sincera como as homenagens de alegria que sempre prestei em vida ao grande morto.

E também sugerir que em nossos anais, se registre a homenagem do Instituto, a que prestou assinalados serviços e de que era sócio benemérito". (Palavras ditas no Instituto do Ceará, em maio de 1946).

## 47

O então major Manuel Tibúrcio Cavalcânti atendeu à convocação do antigo companheiro de armas para preencher o cargo de Prefeito Municipal de Fortaleza. Era cearense, amante de sua terra, oficial brioso, engenheiro de longa prática. Durante doze anos serviu nessa qualidade ao coronel Rondon, nas brenhas de Mato Grosso, enfrentando os mil perigos da mata imensa, as frechas dos índios e as maleitas. Era meu tio, irmão de minha mãe, a sua querida Maninha, como a tratava. Nascido no mesmo ano do meu tio Girão — em Morada Nova, uniram-se os dois pela mais estreita afeição. Vinha ao Ceará, nas raras férias que tirava, para melhor curar-se da malária e rever a família. Considerava-me de modo carinhoso, eu o mais velho dos seus sobrinhos, e por mais de um turno se ofereceu para guiar-me na carreira do Exército. Excusei-me, e se acertei ou não será impossível afirmá-lo. Chegaria às estrelas do generalato ou graduar-me-ia num bacharel do rubi. O certo é que alcancei o rubi e disso me contento. Uma inteligência mediana poderia sair da mediocridade suprindo a deficiência com o estudo. Linimentei com ele a vida, na linguagem de Cícero, e ao estudo acresci o poder de vontade, para não ficar lá atrás.

Foi esse bacharel que o novo Prefeito houve por bem de chamar para Secretário da Prefeitura. Secretaria única, então. Encontrei-me na entaladela: permanecer na advocacia e no Telégrafo, ou ir. Alienei de mim a solução e entreguei-a aos dois tios. Resolveram que eu devia aceitar o convite. Concordei, e em 21 de outubro de 1931 recebi o título para exercício do cargo. Tibúrcio fora nomeado Prefeito por ato do dia

19 anterior. Pela primeira vez ia entregar-me a funções de direção.

O major Tibúrcio mostrou o que podíamos esperar dele: as suas qualidades de carácter, a competência, a orientação dirigente, o amor do trabalho. Confiou-me a parte relativa à organização burocrática da repartição e cuidou de ordenar a cidade nas suas necessidades urbanísticas. Ao lado do engenheiro, estava nele o homem de visão larga. Reformulou, modernizando-o, o Código das Posturas, dentro deste a das Construções. Rejuvenesceu a legislação municipal em linhas novas, lógicas, tirando-a de avelhantados dispositivos, geradores do atraso da cidade em vários de seus aspectos. Proibiram-se as construções de casas unidinhas umas às outras, compridas, com *lá dentro* interminável, sem aeração, sem luz franca, sem qualquer conforto sanitário, as privadas lá no fim do quintal, em casinhas imundas. Obrigaram-se as construções isoladas e recuadas; e as áreas laterais livres, quando muito conjugadas as casas duas a duas. Bastava essa medida para demonstrar a clarividência do novo gestor; e os resultados dela transformaram a fisionomia da cidade, até então de ruas com as casas paredes-meias numa sucessão de caixas de fósforos ou caixa de calçados em prateleiras da sapataria. Abriram-se novas ruas, interligando os bairros, cuidou-se melhor da arborização, incentivada na gestão anterior do Prefeito Álvaro Weyne. Outras praças foram ajardinadas.

A obra realizada pelo coronel Manuel Tibúrcio Cavalcânti — disse eu noutra lugar — é dessas que a morte não desmaiara, porque encerra intrínseca utilidade.

Sem os fulgores duma irradiação maior no amplo cenário nacional, tem, no entanto, sólida consistência e excepcional intensidade, dentro dos círculos de atividades em que se elaborou.

Dotado de alto espírito de objetividade e meticuloso senso das proporções, soube o ilustre soldado ornar essas qualidades inerentes dos vitoriosos com as forças superiores do carácter, da honestidade, do sentimento de justiça, da energia de ação, do cavalheirismo e do rigor do dever.

Ensina-nos Wagner que "aquele que se deixa penetrar na dignidade da vida leva este sentimento para todos os pormenores de seus atos e experiências".

Pois, na verdade, desde moço, como quem mais o haja obtido, impregnou-se dessa dignidade, que passou a cadenciar as mais mínimas das suas atitudes morais, sociais e afetivas, os seus esforços, o seu trabalho, a sua obra.

Na carreira militar, que só de si é uma disciplinação, as suas virtudes e merecimentos dele fizeram um tipo, um modelo, uma fonte de confiança. Amou e serviu integralmente ao Exército e ao Brasil.

Para a vida pública civil, quando chamado, transportou-se levando consigo esse harmonioso conjunto de disposições invulgares e acertou cabalmente, impondo-se à admiração dos seus conterrâneos. Amou e serviu integralmente à função governamental e ao seu Estado.

No convívio e nas relações com os seus foi escravo das afeições, fez-se ajuda, norte, coluna de apoio. Amou e serviu integralmente à família e aos amigos.

Completo em si próprio uma individualidade forte, atuante, dirigente, produtiva, que as singelezas da sua modéstia não foram capazes de tegumentar, antes, aflorou em magníficas concretizações.

Nunca traiu, pelo contrário, sempre deu pleno êxito às incumbências, árduas ou fáceis, que o dever lhe confiou, dentro das linhas rígidas da mais apurada retidão, isenção de ânimo e paixão do trabalho.

O trabalho era-lhe prazer obsidente, um antepasto aos seus labores constantes: viveu no trabalho, dia e noite, quase como um esquivo, e no trabalho tombou fulminado, a serviço do seu país.

Parece que se guiava por estas palavras de Thoreau: — "Quem tiver de fazer alguma coisa de valor nesta vida efêmera, há de dedicar-se à sua obra com tal afinco e ânimo, que os viciosos e fracos julguem estar assistindo a um ato de loucura. Ninguém deixou de realizar aquilo pelo que se esforçou em toda a vida".

Como São Paulo, o apóstolo dos gentios, teria ele dito de si para si: — “Isto faço eu”. E fez.

Jamais aninhou no coração o ódio e o preconceito, e a lisura funcional, tanto quanto a particular ou privada, foi um dos belos traços da sua personalidade inteiriça.

Num dos seus exames introspectivos passou para o seu canhando íntimo estas palavras de consciência e fé: “Não me esquivarei de dar todos os esclarecimentos dos meus atos, porquanto faço ponto de honra em assinalar que me orgulho de nunca haver praticado, em toda a minha vida pública, uma única ação que possa ser acoimada do menor deslize”.

Para um seu sobrinho dirigira em carta estes conceitos: “Tome a honestidade por norma de conduta, nunca se afastando dela em qualquer circunstância; não só a honestidade pecuniária, mas a honestidade em todos os seus atos. Quem executa mal qualquer trabalho podendo fazê-lo perfeito, é desonesto também. Quando tiver de fazer qualquer trabalho procure executá-lo bem, quanto lho permita a sua inteligência e capacidade prática. Tenha sempre em mente que é muito difícil e custoso desfazer a má impressão causada por um ato mau ou um serviço mal feito, e fuja de dar aos seus superiores uma impressão má do seu caráter, da sua inteligência e da sua educação”.

Prova maior da sua magnanimidade é o seu modo de agir na última função que exerceu — a de diretor da Rede Ferroviária Paraná - Santa Catarina — a braços com ingente tarefa, num ambiente estranho e cheio de paixões e animadversões. Recebeu no silêncio do seu gabinete montes de cartas anônimas contra os seus funcionários subalternos e depois de as ler uma por uma e investigar cuidadosamente a sem-razão dos seus conteúdos, nunca demitiu um sequer desses servidores, invulnerável, no seu espírito justiceiro, às investidas da calúnia e da maldade.

Disse um cronista de Curitiba: “Homens como este deviam ser enterrados de pé à similitude de como viveram. Nunca se animou duma paixão subalterna; nunca exerceu uma vingança. Devia ter sido um juiz”.

Se é certo, com Ingenieros, que “a perfeição do homem é obra sua”, também o é que a sua perfeição é a sua obra. E a obra moral que o coronel Tibúrcio Cavalcanti transferiu à posteridade pode ser considerada perfeita: nem um momento apenas afastou de si a “dignidade da vida”.

## 48

No tocante à reestruturação dos serviços burocráticos, tem-se de reconhecer que a melhora superou o desejado, desde o protocolo até a contabilidade. Alvaro Weyne, com a prática do comércio, começou a sistematização, mas com a sua ausência o caos ainda restou de muito. Muito havia que fazer, e foi feito, num trabalho diligente, que entrava às horas altas. Os que colaboraram conosco naqueles idos e estão vivos podem dar testemunho disto. Todos se esforçavam, salvo uns poucos, os vencidos, cansados, preguiçosos, contraditórios em todos os departamentos públicos. Alguns destes achei-me na contingência de punir, por tantas faltas comprovadas. Documentei os fatos e expus o caso ao Interventor Mendonça. Leu a documentação: — “Demita-os”. Não o fiz, preferindo a solução mais humana de aposentá-los com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Aceitaram agradecidos, pelo menos aparentemente, a solução. Mais tarde, retornaram a seus cargos...

Em fins do ano seguinte, 1932, em outubro, o major Tibúrcio é solicitado para o exercício de uma Secretaria do Governo — a da Fazenda, vaga com a exoneração do dr. Olímpio Barreto, e recaiu em mim a nomeação de Prefeito interino. Em 19 de abril seguinte, a de Prefeito efetivo.

É de ver quanto o gesto do capitão Carneiro de Mendonça me cativou e me pôs em *suspense*. Depois vim a saber que, ao entregar o cargo de Prefeito, pediu o major Tibúrcio ao sr. Interventor escolhesse outro nome para seu substituto. — “Por que não o Girãozinho?” — respondeu.

Para um jovem de trinta e dois anos, ver-se governador da cidade capital do seu Estado, era, de fato, causa de muito orgulho e, principalmente, de muito medo. O medo de não dar conta do recado, de ter aos ombros responsabilidades enormes, as imensas e dificultosas responsabilidades de comandar os interesses de uma coletividade adiantada de idéias, de exigências mais refinadas, de problemas diversificados, cada qual mais prenhe de implicações. E, acima de tudo, coletividade politizada, consciente do seu desenvolvimento material e cultural, dispondo dos instrumentos da crítica — o jornal, o rádio, a praça pública, a ação das entidades de classe, a vigilância do povo. Coroando tudo isso, a minha situação perante quem me nomeou, homem reconhecidamente austero, rigoroso no desempenho da função e impondo igual linha aos seus subordinados hierárquicos. Havia de adaptar-me a esse clima de austeridade e procurar não desmerecer a confiança. A atuação do meu antecessor tornou-se outro ponto fixo aos meus olhos, temendo não saber acompanhá-la. Era-me uma intimação e também um incitamento.

O capitão Mendonça, viúvo, residia no Palácio da Luz e também outros oficiais do Exército seus auxiliares e o major Tibúrcio, todos solteiros. De modo que, em virtude mesmo de ser Secretário deste, quase diariamente ali me achava, na hora do desjejum, ouvindo trocas de idéias, decisões e prestando esclarecimentos. Agora, como Prefeito, o hábito continuaria mais intensamente; na ocasião do café, expunha ao Interventor os casos e problemas municipais. Ouvia-os e deliberava, e a sua decisão valia-me um encorajamento. Nada mais havia que temer, certo de não ser desautorizado. Executava a medida, desse no que desse. Tinha por norma fazer *incertas* nas repartições e departamentos do Estado e não só uma vez encontrou omissões e erros que prontamente punia. Sabia eu disso e me conservava prevenido: na hora em que chegasse, encontraria a Prefeitura em pleno e bom funcionamento. Mas nunca foi lá, o que me desvanecia e aumentava em mim a determinação de andar certo.

Trabalhei muito. Todas as minhas disposições físicas e

espirituais dirigiam-se para os misteres de Prefeito. Realizava, e o povo via. Absorvi-me nisto e o povo ia-me fazendo justiça, que é a boa recompensa dos que sabem dirigi-lo. Aquele que obtém o aplauso do povo pode gabar-se de o ter realmente satisfeito. Tem-se dito que o povo é a grande criança, porém, na verdade, é sensível ao império da gratidão ao ver-se bem servido. Pode ser que demore o reconhecimento do serviço, e aí é que estará a justeza da máxima de que a gratidão é a virtude da posteridade.

É muito difícil consegui-la, a gratidão coletiva; para isto será imprescindível somar positivities que lhe cheguem bem claras ao senso crítico ou julgamento. Não se pode ser unânime nesta somação; contudo o povo, a coletividade tem o sentido, aliás todo seu, de pesar os prós e os contras e optar.

Recuo à minha posição de Prefeito e relembro quanto me custou, ao jovem bacharel, andar o caminho dos obstáculos, das ambições descabidas, da má-vontade gratuita, da prevenção pessoal, dos ressentimentos injustos, das solicitações não atendidas. O cargo de Prefeito da capital, àquele tempo, sem as peias do legislativo municipal, resumia poderes muito largos, prontos a levar o administrador ao excesso, se não se revestisse de prudência e profundo exame de cada caso, mantendo-se equidistante entre o interesse privado e o interesse geral. O interesse privado é, não raro, o cego que não quer ver; pouco lhe importa seja contrário à boa razão o que pretende, e dificilmente perdoa. O interesse geral é de certo modo impalpável, muito genérico, é superior e há de ser intocável. Quem o defende é o dirigente da coisa pública, colocada num divisor de águas nem sempre muito nítido. Um pouquinho para lá, e estará ferindo o direito da pessoa; um pouquinho para cá, e estará sacrificando o direito do Estado, que é o direito de todos, em conjunto.

O homem de Estado é um fiel de balança, e balança de precisão. Saber ou não funcionar como tal será a sua queda do coração coletivo ou a sua consagração, maior ou menor.

É uma porfia administrar com seriedade. O bom administrador o será até dormindo, porque na cama tem o pensa-

mento preso às questões submetidas ao seu discernimento e decisão. De modo especial, o gestor do Município. Nele terminavam todas as múltiplas dúvidas e providências sem conta oriundas dos negócios municipais. Não havia Secretarias pelas quais se distribuissem tais providências e dúvidas. O Secretário Geral era mais um chefe de gabinete, sem atribuições para resolver. Soltar um cachorro apanhado pela *carrocinha*, serviço encarregado de limpar as ruas dos cães vadios, ou assinar um contrato de alta relevância para a administração, ao Prefeito é que tocava dar a assinatura. Da reclamação contra uma simples taxa considerada excessiva à redação dum decreto da maior importância, quem resolvia era o Prefeito. E quem examinava os casos relativos à ordem interna, ao pessoal, era o Prefeito. Sempre entre dois fogos e bem acesos, numa época de renovação, a renovação prometida pela vitória de outubro de 30.

Não é necessário grande atenção para concluir como o gestor do Município ora descontentava, ora recebia elogios. O mero indeferimento a uma petição destituída de boas razões criava uma animosidade. A rotineira punição de uma falta de funcionário movimentava um rolo compressor de apadrinhamentos. Um dia, entra no meu gabinete velho e culto desembargador, a quem dedicava especial apreço, para pleitear a dispensa de uma taxa cobrada pela Prefeitura pelo fornecimento de água do catavento público a residências, no distrito de Cajazeiras. Um absurdo aquela cobrança de taxas não pagas e acumuladas de muitos meses! Não pagaria. Expliquei-lhe ser medida geral, pois muitos eram os beneficiados; a dispensa a um seria, além de ato ilegal do Prefeito, um precedente perigoso. — “Não faz porque não quer!” — e saiu. Chocou-me o incidente, mas iguais a este já suportara outros. Minutos depois o velho juiz volta e pede-me desculpas. Zangara-se sem motivo justo e pensara melhor. Safei-me dum peso superior ao do meu corpo.

Outros, em casos assim, não voltaram; guardaram a zanga.

Seria acumular sem proveito a narração de incompreen-

sões deste jaez. Todos os dias, repetiam-se. Mas o dever do dirigente era salvaguardar o patrimônio da Edilidade, defesa que não podia trair. Teria eu de almoçar com a jovem esposa e os primeiros filhos com esse tempero amargoso de não contentar a todos, como tanto desejava.

Contudo, não esmorecia. Cobria direitinho o rascunho do meu dever funcional, afastando as pedras ou mudando-as em relva boa de pisar. A cidade requeria tal sacrifício do governante. O seu crescimento populacional e a consciência do imperativo de acompanhar o progresso requeriam melhoramentos e transformações que não haveriam de ser adiados. Gritante era o problema de sua pavimentação, escassa e de pedra tosca, já incompatível com o tráfego de veículos e pedestres. Nenhuma das capitais do Brasil a possuía tão ruim: um martírio andar nas ruas assim mal calçadas, quando não calçadas, cheias de buracos e tropeços. Os automóveis e ônibus trafegavam sobre os trilhos dos bondes, pois as bitolas eram iguais, evitando fazê-lo sobre as pedras arestadas ou soltas. Tal fato originou por parte da Ceará Light & Power Co., concessionária do serviço de *tranway*, o pedido de medida judiciária que proibisse o aproveitamento de seus *rails*. Estranho meio de dificultar o tráfego geral, o que acabou não prevalecendo, obrigada a Companhia a adotar ônibus seus, a fim de não prejudicar-se com a competição dos alheios. Enfrentei esse problema e abri concorrência para a construção de pistas de concreto e de paralelepípedo, aproveitado o calçamento velho como base, depois de convenientemente restaurado. Estouraram os protestos. Não podia a Municipalidade cobrar o novo tipo de calçamento, porque os donos dos prédios já haviam pago o antigo. Agitou-se a imprensa, mais contra e violentamente do que a favor. Pareceres de juristas, de um lado e do outro. Ouvi, pensei, medi e assinei o contrato com a firma vencedora — Indústrias Brasileiras Portela S.A. pelo qual seriam estendidos nas vias públicas 10 mil metros quadrados de concreto e 10 mil metros de paralelepípedos.

Findo o contrato, nova concorrência e novos gritos, porém não recuei e firmei com o concorrente vitorioso, o dr.

Omar O'Grady, outro contrato, agora de 100 mil metros quadrados.

A essa altura, o jornal *A Rua* fazia-me campanha dezarrazoada. Dirigido por um professor e jornalista reputado, mas amante do néctar de que tanto gostava Dionísio, e mal assessorado, encampando sem qualquer exame o despeito de elementos a quem antes eu obsequiara (havia chegado a vez de não merecerem anuência as suas solicitações descabidas), o jornal parecia não ter outro assunto que o de censurar o governo e, de modo preferido, o do Município. A prevenção, por exemplo, de que se tomou contra o dr. Amilcar Barca Pelon, sanitarista de alta valia, trazido pelo Interventor Mendonça, teve aspecto de uma iniquidade, tão sórdida foi. Homem de fina educação, na realidade um técnico de saúde, vindo servir o Ceará, com o abandono de suas atividades na Capital da República, o dr. Pelon só elogios e até a gratidão deveria merecer dos cearenses. O desembargador Olívio Câmara, por seu turno, não saía do index do pasquim. Acusavam-no... de ser um *pátria-velha*.

Voltando de viagem ao Recife e João Pessoa, aonde fora ver de perto o que lá se estava praticando em relação a plano de urbanização, não faltou quem me enchesse os ouvidos das diatribes do diário do dr. Júlio Ibiapina. — “Pouco importa, porque não leio esse jornal”, foi a resposta. E, em revide, as acusações se acirraram, até a audácia, num dos editoriais, de apontar desonestidade na feitura do contrato com o dr. O'Grady.

Nessa ocasião, ausentara-se, indo ao Rio, o Interventor Carneiro de Mendonça e o cargo foi por ele transferido ao desembargador Olívio Câmara, Secretário do Interior e Justiça. Chamou-me este, todo temeroso, a Palácio e me sugeriu desse uma nota oficial esclarecendo o assunto. — “Não o farei, Desembargador, mais de uma vez já declarei não tomar conhecimento das imputações de *A Rua*, que continuo a não ler”. Notei-o apreensivo, poderia dizer medroso. — “Mas Girãozinho (velho amigo do forum, tratava-me assim), o jornal desta vez concretiza um fato. A nota é indispensável”. — “Não

farei, Desembargador”. Compreendi a sua aflição e quis tranquilizá-lo: — “Muito fácil, Desembargador. O meu cargo é de confiança, e desde já peço a minha demissão. O meu sucessor dará a nota”. — “Não darei a sua demissão, de modo algum. Estou no cargo enquanto o Mendonça estiver ausente e a confiança é dele”. E acrescentou: — “E se eu, como Interventor, pedir a você os esclarecimentos que julgo imprescindível, você mos dará?” — “Por certo, mas gostaria fossem por escrito o pedido e a resposta”. Efetivamente, em ofício me foram solicitados tais esclarecimentos e noutra ofício os forneci. Com eles a Interventoria emitiu a nota oficial. Não o Prefeito. Aquele procedimento do desembargador Olívio me decepcionou. Não o julgava indeciso ou fraco ante ataques injustos. Depois, entretanto, fazendo-lhe justiça, passei a ver no seu gesto uma atitude de cautela, tanto mais que zelava responsabilidade a ele confiada.

Retornando à Prefeitura, tratei de nomear uma comissão de peritos capazes de examinar o texto do contrato posto em suspeita, bem como a lisura de sua execução por parte do contratante. Com alegria incontida, pude obter a aquiescência de três nomes, conhecidos, reconhecidos e respeitados moral e tecnicamente, os quais constituiriam a comissão: general Eudoro Correia, Comandante do Colégio Militar do Ceará e ex-Prefeito do Recife, capitão José Rodrigues da Silva, professor do mesmo Colégio e engenheiro de integridade inatacável, e Waldemar Carneiro Monteiro, Diretor da Rede de Viação Cearense, engenheiro de igual fibra e acatamento.

O parecer desses expertos, minucioso e claro, baseado no estudo da letra do contrato e em provas experimentais por eles feitas, concluiu que:

“1 — Os dados e cálculos constantes da exposição feita pela Prefeitura acusam pequenas diferenças comparadas com os da Comissão e em alguns casos há enganos *prejudiciais ao contratante* (os grifos são meus), embora pequenos.

2 — Os preços dos materiais e mão de obra constantes da exposição, e que serviram de base aos cálculos do custo da pavimentação, são os mais baixos da praça.

3 — São vantajosos para a Prefeitura os preços por ela aceitos e constantes da exposição anexa aos quesitos". Tal parecer é datado de 16 de abril de 1934 e teve publicação em sua íntegra nos jornais da cidade. Guardo recorte da *Gazeta de Notícias* de 17 seguinte. Calaram-se as bocas sujas e etílicas dos acusadores.

E aconteceu que um dos diretores de *A Rua*, despeitado porque não venceu — e sim *O Povo* — a concorrência aberta para a publicação do expediente do Governo, dirigiu ao Interventor desaforado telegrama, que lhe custou a fuga precipitada e às ocultas para o Rio de Janeiro, recurso que encontrou de evitar a reação pessoal do ilustre militar, que, sem dizer nada, saiu de rebenque em punho para um encontro decisivo. Sabe-dores disso, os seus colegas trataram de adiantar-se e, apavorado, o imprudente mal escapou de uma surra.

Sei do valimento da imprensa, da liberdade que há de ter para veicular os fatos e os atos, sejam de particulares, sejam dos homens públicos; sei de como é delicado e até perigoso promover certas campanhas de moralização, sei do calor de que se tomam às vezes os que fazem jornal. Sei dos cansaços e fadigas da vida das redações e sei tudo isso porque há mais de trinta anos convivo com os que nelas mourejam. Sem ser um profissional de imprensa, tenho sido uma presença nas colunas das nossas gazetas. As coleções do *Correio do Ceará*, de *O Povo*, da *Gazeta de Notícias*, do *Unitário*, do *Estado* e de outros já desaparecidos podem documentar essa afirmação. Todavia, não justifico, ninguém justifica a pasquinada de imputações ignóbeis, sem direção honesta, sem o acatamento à sensibilidade alheia, tendo só em mira cevar-se o jornalista na faculdade de insultar, ou completar, seja como for, as colunas do jornal; ou, ainda, arrancar proveitos do medo que possa infundir às pessoas visadas. Admiro o seu destemor, a coragem de mostrar erros, males e abusos, aceito a função de vassoura da imprensa, limpando sujeiras, mas não há como concordar com o desvirtuamento da admirável missão jornalística, tornando-se pústula em vez de bisturi.

Não descurei nenhum setor da administração do Município, tanto quanto suportavam as suas rendas. No revestimento de novas ruas da cidade, com o calçamento comum foi alcançado índice ótimo, pois nos seis últimos exercícios financeiros haviam sido colocados 62.043 m<sup>2</sup>, e só nos dois anos de minha administração tal índice subiu para 107.480 m<sup>2</sup>. Abriam-se novas vias, outros jardins foram preparados, levantou-se a chamada "Coluna da Hora", relógio público da maior utilidade, na Praça do Ferreira, toda reformada. A Coluna resultou de projeto do engenheiro José Gonçalves da Justa e execução do construtor Clóvis Janja.

Contudo, o que mais considerei relevante foi o contrato com o arquiteto Nestor de Figueiredo, visando à elaboração do Plano Urbanístico de Fortaleza.

Já o meu antecessor na Prefeitura, o então major Tibúrcio Cavalcante, deixara consignado no relatório, em setembro de 1932, apresentado à Interventoria, que "a construção da planta da cidade (a de 1931) veio tornar evidente a *necessidade inadiável* de ser adotado um plano para o sistemático desenvolvimento da cidade e a conveniência de ser consultado um urbanista sobre o seu traçado.

Por esse tempo, lembro-me bem, o dr. José Cândido de Moraes, engenheiro cearense que brilhantemente vem honrando em Pernambuco o nome do Ceará, dirigiu ao seu parente, aqui, dr. Adolfo Campelo, uma carta que foi mostrada ao Prefeito Tibúrcio e na qual era lembrada a vantagem de ser ouvido, acerca da urbanização de Fortaleza, o dr. Nestor de Figueiredo, que se encontrava no Recife, cuidando dos planos da capital pernambucana e da cidade de João Pessoa.

Aceita a sugestão, veio para o Ceará, sem compromisso, o dr. Nestor, que, demorando-se alguns dias em observações pessoais sobre o traçado da cidade e a sua topografia, por fim apresentou o resultado dos seus estudos, em memorial, e, a pedido do governo municipal, indicou o preço provável de um contrato que porventura entendesse a Municipalidade de firmar para a elaboração do plano de Fortaleza.

Isso foi em abril de 1933. O memorial do dr. Nestor é

datado de 24, e no dia 25 assumia eu, em caráter efetivo, as funções do cargo de Prefeito.

Mas, para inteirar-me devidamente do trabalho do urbanista viajei até o Recife e depois a João Pessoa. Naquela cidade, o seu projeto limitava-se à remodelação do bairro de S. Antônio, e, na capital paraibana, estendia-se à remodelação e expansão de toda a cidade. Demorei, colhi informações, observei tendo em vista capacitar-me do valor técnico do dr. Nestor e da aceitação de seus planos.

Nessa ocasião, a convite do dr. José Cândido, meu solícito e amável cicerone na Veneza brasileira, foi-me dado visitar, na velha Penitenciária do Estado, o cangaceiro Antônio Silvino, o terror dos sertões pernambucanos, célebres pelos seus crimes e os seus desconcertantes gestos de estranho altruísmo, a tirar violentamente dos ricos para dar aos pobres. Condenado a mais de cem anos de prisão e, afinal, submetido à reclusão, o bandoleiro cumpria a pena em uma das celas daquele presídio. Preveniu-me José Cândido ser o preso um tanto rude para com os que o visitavam e por isso não me molestasse com alguma indelicadeza sua. Entramos. Ao ser-me apresentado, foi logo indagando se eu era afilhado do padre Cícero, ao que respondi naturalmente que não, mas conhecia o ex-vigário de Juazeiro. Conversamos, sem que durante a palestra se desviasse do seu trabalho de artesão, preparando com bastante aprimoramento pequenos objetos de chifre e de crina de animal. Adquiri alguns, inclusive um par de botões de punho, artisticamente acabado. Vi sobre um tamborete, aberto mas colocado de borco, um pequeno livro, que logo identifiquei — *Catecismo da Doutrina Cristã*. Perguntei-lhe se gostava de ler e tive resposta positiva. Lia e relia o Catecismo. E indaguei mais: — “E já chegou, em suas leituras, a alguma conclusão que o confortasse?” — “Sim, cheguei a duas”. — “Poderia me dizer quais?” — “A primeira, é que Deus existe” — “E a outra?” — “É que a alma sobrevive”. Elogiei-lhe a vontade de esclarecer o espírito e fiz justas referências ao seu artesanato, em verdade tão aprimorado. Era homem de cor branca tostada, alto, robusto, espadaúdo, ca-

belo à escovinha. Estava condenado a tantos anos de punição que jamais uma vida humana bastaria para expurgar. Mas, pela lei penal, em trinta anos cumpriria todos. Com vinte e dois de cadeia e bom comportamento carcerário, obteve o indulto. Educou bem vários filhos e faleceu na Paraíba, em 1942.

Não posso chamar a mim a vaidade de ter tido a iniciativa da organização do plano da cidade. Este prazer toca ao prefeito Tibúrcio, a quem, por esse motivo, além de outros, a cidade há de futuramente confessar a sua gratidão.

De posse do memorial-proposta do dr. Figueiredo, mandei-o, como me cumpria, ao Conselho Consultivo, sendo distribuído ao conselheiro Eurico Salgado, o qual emitiu parecer favoravelmente à proposta, chegando às seguintes conclusões:

“Os pontos de vista modernos para a remodelação das cidades, com a previsão do seu aumento de população e consequente intensidade de trânsito. com o intuito de facilitá-lo, são idéias vencedoras em todos os centros cultos, demonstrado como está que os atuais congestionamentos de tráfego urbano e dificuldades de comunicação entre os bairros das grandes cidades são oriundos do espírito de imprevidência dos seus dirigentes, em épocas remotas, imprevidência essa motivada em grande parte pela ignorância dos fatores de progresso e pelo *comodismo* administrativo tão comum antigamente e infelizmente ainda observado em vários departamentos da administração pública.

Fortaleza, cidade de aspecto modelar e que se presta admiravelmente a um plano inteligente de remodelação, bem merece as vistas previdentes dos seus administradores e, assim sendo, este Conselho, estudando convenientemente o relatório do engenheiro Nestor E. de Figueiredo, bem como a proposta apresentada ao dr. Prefeito Municipal e baseado nas informações deste, quanto à competência e honorabilidade do proponente, devidamente apuradas, tendo ainda em consideração a impossibilidade de ser o serviço posto em concorrência pública ou administrativa, por tratar-se de assunto de natureza técnica e artística, é de parecer favorável à aceitação

da proposta apresentada, sujeita, no entanto, a modificações de detalhes ou redução do "quantum" proposto, caso possível, a critério do sr. Prefeito Municipal".

Ausentando-se o sr. Eurico Salgado para o Rio de Janeiro, passou a proposta às mãos do conselheiro Júlio Rodrigues e este foi de opinião contrária à aceitação da proposta, não porque "não fossem justas as considerações sôbre a orientação que vão seguindo as grandes cidades do mundo nos seus processos de renovação urbana" e nem porque fosse inidôneo o engenheiro proponente, pois não nutre dúvida sobre a probidade profissional do ilustre arquiteto com quem se pretende contratar a elaboração do plano, mas sim pela inoportunidade da medida em face das condições do erário e também por que mais premente que o plano, que reputava obra suntuária, seria a criação de um instituto de menores abandonados e delinquentes, que a Prefeitura estava na obrigação de realizar, quanto antes.

Não concordei com a opinião do meu amigo Júlio Rodrigues, aliás aceita pelo Conselho: estava convencido, como ainda inteiramente estou, de que o plano de urbanização de Fortaleza não é obra suntuária e adiável, pelo contrário necessária e urgente, e também de que o Estado era quem devia tomar a si a criação do Instituto de Menores, como de fato tomou e hoje se acha concluído, em S. Antônio do Pitaguari.

Sem pretender, no entanto, agir com exclusão de outros esclarecimentos, resolvi ir ao Recife e a João Pessoa, para examinar de perto os trabalhos dos respectivos planos, a fim de melhormente julgar do seu merecimento e, ao mesmo tempo, em longa exposição que fiz acompanhar da atual planta da cidade, dirigi uma consulta ao Instituto Central de Arquitetos do Rio de Janeiro, — a entidade máxima em assunto urbanístico do País —, ao qual pedia esclarecimentos e subsídios para uma decisão firme e documentada.

Recebi, em agosto de 1933, a seguinte resposta:

"Em resposta ao vosso officio de 24 de julho do corrente ano, temos a honra de comunicar-vos que a diretoria deste Instituto, em reunião conjunta com o Conselho Deliberativo,

tomando conhecimento do assunto objeto da consulta de V. S., resolveu o seguinte:

a) O arquiteto Nestor Egídio de Figueiredo possui todos os títulos capazes de assegurar-lhe idoneidade técnica e profissional para o desempenho de questões de arquitetura e urbanismo.

b) 1 — Os planos de cidades devem ser entregues a arquitetos especializados em urbanismo.

2 — Para as cidades novas o concurso (concorrência) é aconselhável.

3 — Tratando-se de cidades já existentes, o concurso de urbanização é duvidoso quanto aos seus resultados técnicos, sendo, pois, aconselhável contratar ditos trabalhos com profissional idôneo.

c) De acordo com a área de 1.800 hectares e com os elementos constantes do relatório apresentado pelo sr. Nestor Egídio de Figueiredo, cuja cópia rubricada enviamos junto, parece-nos razoável o preço de rs. 140:000\$000 (cento e quarenta contos de réis).

Certos de que as informações prestadas possam orientar a vossa esclarecida opinião, aproveitamos o ensejo para felicitar-vos pela iniciativa da vossa administração, qual a de fixar num plano de conjunto as obras de embelezamento e desenvolvimento de vossa apreciada capital. Com as homenagens de nossa mais elevada consideração, subscrevemo-nos atenciosamente.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1933 — (a) Angelo Bruhns, presidente”.

Com a observação direta que fizera no Recife e em João Pessoa; tendo em meu poder a palavra autorizada do Instituto de Arquitetos; e cabalmente informado da honestidade profissional e capacidade técnica do urbanista, não tive dúvidas em fazer o contrato, desprezando, *data venia*, como fiz, baseado em judiciosos argumentos, o parecer do Conselho Consultivo.

Os considerandos do decreto municipal n.º 108, de 30 de

agosto de 1933, são quase exaustivos e demonstram, à sociedade, que a razão está comigo.

Não obstante haver inicialmente estimado em 140 contos de réis o preço dos seus honorários, concordou o dr. Nestor em diminuir de 20:000\$000 aquele preço, atendendo a solicitações minhas e só o fazendo por motivo de considerações pessoais a mim, conforme declarou em carta que possuo.

Desta maneira, o contrato foi firmado à base de ..... rs. 120:000\$000, pagos em cinco prestações.

Ainda com o intuito de não deixar só em mim as responsabilidades da solução de problema tão importante para o interesse da cidade, trouxe eu o major Carneiro de Mendonça, interventor federal, sempre inteirado das demarches do contrato, bem como o coronel Tibúrcio Cavalcante, secretário da Fazenda, e deles tive o mais decidido e franco apoio, a ponto de concordarem em que o Estado auxiliasse a Prefeitura, com 50% do preço do contrato, o que realmente se efetuou, recebendo a Municipalidade, para tal fim, a quantia de rs. . . 60:000\$000.

Tudo isto demonstra, por conseguinte, que não me moveu a vaidade no ter firmado o contrato do plano da cidade, senão o intuito sadio e certamente nobre de concorrer para o engrandecimento da nossa capital e para o bem-estar futuro do seu povo.

O nome e o renome do dr. Figueiredo afastam quaisquer receios quanto à execução de suas obrigações contratuais até agora um pouco infelizmente demorada por motivo de força maior e moléstia séria na sua pessoa.

O dr. Nestor é engenheiro laureado pela Escola de Belas Artes; foi presidente do Instituto C. de Arquitetos Brasileiros; presidiu o IV Congresso Panamericano de Arquitetos, foi presidente da Delegação Brasileira do 3.º Congresso Panamericano de Arquitetos, realizado em Buenos Aires, em 1927; presidente da Associação dos Artistas Brasileiros; vice-presidente da Associação Brasileira de Urbanismo; membro honorário do Real Instituto Britânico de Arquitetos, de Londres; da Sociedade de Arquitetos Portugueses, de Lisboa; da Socie-

dade Central de Arquitetos, Buenos Aires; da Sociedade A. del Uruguai e da Asociación de Arquitetos del Chile; membro correspondente da Société des Architectes Diplom  s par le Gouvernement, de Paris; da Sociedade Central dos Arquitetos Austríacos, de Viena; do American Institute of Architects, de Washington; da Sociedade A. Mexicanos, do México, e enfim, inúmeras comissões honrosas, que o tornaram um dos mais conceituados e autorizados urbanistas do Brasil.

Não devemos esquecer que a falta de um plano de desenvolvimento estragou o crescimento da cidade. Enquanto foram observados o plano Adolfo Herbster e os que o antecederam, Fortaleza se desenvolveu inteligentemente, constituindo-se a cidade que hoje admiramos com ufanias.

O esquecimento do plano H  rbster bastou para produzir uma soma enorme de defeitos, que    indispensável corrigir.

O plano atualmente em estudo, organizado nos moldes e nas regras do moderno urbanismo, deve merecer o apoio incondicional de todos e nunca preven  es desarrazoadas e personalistas.

Um plano de cidade, tem-se dito,    obra de puro civismo, que indistintamente todos estão no dever de amparar, auxiliar e proteger.

A imprensa, em aço conjunta, deve acompanhar com interesse e eleva  o de vistas os trabalhos de elabora  o do plano de Fortaleza e orientar a popula  o, preparando o ambiente de simpatia que se exige para a sua completa execu  o." (3.5.1935, na *Rev. do Instituto do Ceará*).

Faz pena assinalar que um dos Prefeitos seguintes, o Sr.   varo Weyne, mal-avisadamente, suspendeu os trabalhos do Plano não sem ter ouvido do urbanista que ele estava praticando ato de consequências funestas para o futuro da urbe. E assim porque sem as imediatas corre  es e lineamentos do mesmo Plano, de todo exequível naquele tempo, não seria decorridos anos, com o acelerado desenvolvimento da cidade a ocupar com edifícios áreas ora inteiramente livres e em ponto de obter-se com facilidade o seu aproveitamento em

logradouros amplos e modernos, sem o ônus de pesadas indenizações. Profética a advertência de Nestor de Figueiredo.

Durante a administração do dr. Raimundo Araripe, longa de oito anos, ainda teria sido possível sanar o erro, mas, desgraçadamente, só muito mais tarde veio cogitar-se novamente, de uma sistematização da cidade — o Plano Hélio Modesto — na administração Cordeiro Neto, a que servi como Secretário de Urbanismo. Antes houvera outra tentativa de planejamento diretor, infelizmente frustrada em virtude do modo como o elaboraram e quiseram a toque de caixa pôr em execução. Ficou tudo na letra de um decreto...

Outro empreendimento de minha gestão consistiu em normalizar a contenda em torno da rescisão do contrato de concessão para explorar o Matadouro Modelo, empresa de que eram responsáveis os srs. Antônio Diogo de Siqueira, Abel Ribeiro, Soares Bulcão, Artur Temóteo e outros. A revogação do ato, firmada pelo Interventor Manuel Fernandes Távora, deu causa a insanável rompimento entre este e os concessionários, à frente o cel. Antônio Diogo, até ali seu grande amigo e correligionário político. Disso resultou nunca fosse efetuada a indenização correspondente, apesar de encontrar-se o curro na posse do Município.

Dava-me bem com o cel. Diogo e falei-lhe a respeito de uma solução definitiva para o caso. Muito cordialmente, respondeu-me que com o Távora jamais acertaria nada, nem para ir ao Céu. Mas, desde que eu o procurava, podia dizer-me que tudo se concluiria bem. E afirmou: — “O senhor é que marca o preço da indenização”. Era uma deferência, gentileza dum homem bem educado, e fiz-lhe ver do meu embaraço ante uma declaração daquela. — “Está feito, marcado o preço, eu o receberei”. De fato, processado o expediente, ouvido o Conselho Consultivo do Estado, foi-lhe pago o valor de 1.300.000\$000 (mil e trezentos contos de réis), sendo 700.000\$000 à vista e o restante em 30 prestações mensais de 20.000\$000. Exultei com esse triunfo e jamais deixei de salientar o gesto do cel. Diogo, digno com ser elegante, resolvendo sem delongas ou exigências maiores transação do mais

subido valor patrimonial. Antes que eu sáisse da Prefeitura, já o Matadouro com suas próprias rendas se pagava.

A gestão municipal valeu-me a satisfação de ter servido ao Município e colaborado com um homem sem a jaça das intenções pessoais nem das políticas, honrando com a sua dignidade a dignidade do múnus. Os empregos do Governo não os distribuiu entre parentes e amigos, nem com os partidos, sempre uns e outros, como corvos, forcejando por obtê-los. Valeu-me a experiência adquirida no labirinto dos negócios públicos, da sua mecânica empeçosa, e também a vivência dos homens no jogo de suas disputas de fome ou de vaidade. Valeu-me o travo de ingratidões, de decepções, demasiadamente cruas para um moço cheio de fé nas atitudes humanas, a ganhar agora algo mais de dinheiro, sem que o dinheiro lhe bastasse ao sustento da família e aos reclamos inexcusáveis da representação oficial, onde se há de compa-  
recer rindo ainda que o íntimo esteja em pranto.

Até nisso a maledicência funcionou: encontrei a Prefeitura dispondo de um único automóvel, velho, quase impres-  
tável, para atender a um só tempo ao Gabinete e à Secção de Obras, em viagens por toda a cidade. Uma humilhação andar o governador do Município num tal veículo. Resolvi, então, adquirir um carro novo, de custo que se comportasse nós limites da Tesouraria. Veio um *Ford*, não me lembro de que tipo ou linha. Pequeno e simples: doze contos de réis o preço. Choveram as críticas ao Prefeito, que estaria a dar largas à sua vaidade em um "régio carro", como diziam.

Fui para frente, opondo como resposta às protérvias as obras que realizava, e deixei. Um dia, perguntaram-me com que dinheiro eu as construía, e isso me confortou. O povo o bom senso, a isenção de exame reconhece e aplaude o esforço de quem trabalha. Não os que têm nos lábios a palavra do despeito. Os vencimentos do gestor do Município eram de dois contos de réis, inclusive para que se representasse. Afastado da advocacia, não me vinha ao orçamento senão essa quantia. Não podia ir além desta nas minhas despesas. Teria de recorrer ao crédito nas ocasiões mais prementes. Confes-

so-o. No dia em que me desliguei do cargo, encontrava-me sem reserva alguma. Devia o preço de pequena mobília comprada ao comerciante Isauro Fontenele e só aos poucos amcr-tizei o compromisso. Devia a Joaquim Lima a quantia de 400\$000, de refeições que me fornecera (fornecia-a a diversos): espaçou o recebimento e continuou a mandar-me a marmitta do almoço, até me refazer. Foi amigo das horas incertas e sempre lhe fui muito agradecido. Era uma figura singular, um corpanzil, porém menor que o seu coração.

Palrador, liberal nos gastos para não faltar aos amigos ou minorar dores alheias. Chamavam-lhe *terror do Acre*, pois vivera muito tempo naquele distante Estado.

Afinal, a minha ida para a Prefeitura teve o mérito, direi mais acertadamente o efeito de deslocar-me, numa forte guinada, para a vida pública, onde permaneceria por mais de meio século. Prestaria serviços ao governo durante mais de 52 anos, descontadas férias e licenças. Gostaria que anotassem bem: 52 anos de serviço público.

Ainda voltei à advocacia e ao Telégrafo, agora instalado no atual prédio, como simples burocrata, o que poderia ter o caráter de humilhação. Mas não me abati por isso. Havia subido e agora descia; encarei a circunstância animosamente e prossegui. Não tomei essa realidade como um "funeral das ilusões", e, sim mais uma dificuldade a ser transposta. A minha bússola oscilou e esperei o reequilíbrio. Veio.

## 49

Antes de passar ao substituto a Interventoria, sugeriu o capitão Mendonça aos seus auxiliares diretos apresentassem por escrito as suas exonerações. Passaria ao que viesse o deferimento, ou não dos pedidos. A posse do novo Interventor, cel. Filipe Moreira Lima, deu-se no dia 5 de setembro e de logo as exonerações foram concedidas, menos a minha. Estranhei a demora. Naquela oportunidade, empenhava-me em do-

tar a cidade de um mictório público, pois não havia nenhum: aproveitar-se-ia o desnível da Praça General Tibúrcio e no canto da Rua Conde D'Eu se instalaria o melhoramento, em forma discreta. Para tanto, já havia comprado o material respectivo, louça inglesa de primeira qualidade. O cel. Filipe indagou-me da utilidade do serviço e comigo foi até lá. Achou excelente a solução. No dia 14, recebo letras do major Dias de Freitas, Secretário do Interior, cumprimentando-me e transmitindo-me que "de ordem do exmo. sr. coronel F. Moreira Lima, Interventor Federal, comunico deverá mandar sustar, com urgencia, o serviço da construção do mictório que pretende instalar na Praça General Tibúrcio". Escrevi-lhe outra em resposta, afirmando que não o faria, pois o Interventor autorizara a continuação da obra. E acrescentava que, já tendo solicitado e insistido na minha exoneração e estranhando ainda não viesse alguém receber o cargo, deste me afastaria às 4 horas da tarde, passando o exercício da função ao Secretário Ubirajara Negreiros. Exatamente às 4 horas, chega ao Gabinete o tenente José Barreira, manifestando a sua contrariedade por ter de substituir-me, ele que era tão meu amigo. Sem maior solenidade houve a substituição. Trazia-me um cartão do major Freitas: "Prezado amigo dr. Girão: Em face dos termos de sua carta, me vi no dever de mostrá-la ao exmo. sr. Interventor que, por sua vez, considerando as suas reiteradas alegações, resolveu atender seu pedido, mandando lavrar a sua exoneração. Muito grato pela consideração com que sempre me cativou, sou com muita consideração e apreço, am.º cord.º obrig.º R. Dias de Freitas. Em 14-9-934".

No dia 22 de agosto anterior, após demorar aqui alguns dias o dr. José Américo de Almeida, saiu de Fortaleza uma comitiva acompanhando-o até a Paraíba, por terra. Tomei parte na viagem e com o capitão Mendonça voltei do Açude S. Gonçalo. Dormimos em Morada Nova e, prosseguindo caminho na manhã seguinte, revelou-me ele ter recebido ali telegrama que o informava da nomeação do novo Interventor do Ceará o cel. Filipe. A uma pergunta minha, disse-me tra-

tava-se de um oficial digno, capaz de dirigir bem os destinos de nossa terra.

Esperei que fosse. E, cedo demais vi, vimos todos que não era. Inicialmente, declarara-se um juiz, equidistante das competições partidárias, mas, desabusado, afirmava logo mais, sem reboços, descrever da democracia, regime de governo já esgotado; não acreditava, por isso, no valor do voto. E sem tardar mostrou ter vindo com o desígnio de desautorar o colega a quem substituíra e o de, "pelo voto ou pelas armas", "com sangue ou sem sangue", opor-se às pretensões da Liga Eleitoral Católica, desejosa de eleger elementos bem escolhidos para o governo do Estado e parlamentares para a sua representação no Senado e na Câmara de Deputados.

Não vou contar quantas as loucuras do Coronel, um pobre teleguiado por alguns rapazes que não mediam consequências para evitar triunfasse a Lec. Os jornais da época retratam bem os desmandos filipinos, procurando cavar o medo entre os seus adversários com ameaças de toda sorte e até o sequestro de deputados. *Delenda Lec* era a ordem do Interventor, e os apaniguados a cumpririam. Revoltavam-me os insultos ao capitão Mendonça, e nas minhas cartas a ele eu deplorava aquela sanha contra o seu governo e o seu nome. Transcrevo uma de suas respostas, para documento de nossa história política; somente por isso, porque a morte já o levou, ao coronel Filipe igualmente e a muitos dos agitadores aninhados no Palácio da Luz. Aos homens, perdoa-se; às más atitudes dos homens, não, que estas são da história, de si mesma um Juízo de vereditos que não admitem reticências.

"Rio, 5.2.35.

Prezado amigo Dr. Girão:

Em mãos a sua prezada carta de 22, e como o Carnaval não me seduz, aproveito o dia de hoje para responde-la.

Preliminarmente, embora desconhecendo a desvalia de minha opinião, muito agradeço a prova de confiança, fruto, por sem dúvida, da confiança resultante do trabalho desprezioso mas sincero que juntos tentamos fazer em bem do público interesse cearense.



*O Interventor Major Carneiro de Mendonça e seus auxiliares (última fase do seu Governo)*



Não poderei dar, como seria para desejar, uma opinião segura, porque vivo afastado dos maiores do governo; entanto, firme ao compromisso que assumi, darei a impressão resultante da observação dos fatos e do conhecimento dos homens.

Começarei dizendo que não acredito nas ameaças desse juiz que infelicitava o Ceará. "Custe o que custar", "pelo voto ou pelas armas", "com sangue ou sem sangue", são apenas conhecidos chavões com que os cabotinos costumam ameaçar os que se assustam com barulho. Já o rifão popular afirmou que "cão que ladra não morde". O homem é valente ali, porque aqui viveu os dias quase que blandiciosos!... Ao Presidente sei que ele declarou que aguarda apenas as eleições para entregar o governo ao escolhido pela Assembléia!...

Ele é da marca do parceiro que gosta de "viver perigosamente" mas... aí, onde pode falar sem perigo. Se tivesse pai, talvez que o velho já tivesse assumido também alguma responsabilidade...

O que ele visa com isso é ver se consegue assustar os deputados estaduais da Lec para vencer pelo terror. Eles que fiquem firmes votando no candidato escolhido, que nenhum perigo houvera.

Embora tenha razão para acreditar pouco nos profissionais da política, e sem me admirar com qualquer surpresa dos politíqueiros, não acredito que o dr. Getúlio seja capaz de intervir visando entregar o governo cearense a esse louco. Não duvido que ele pudesse ficar satisfeito com uma solução conciliatória que pacificasse o Estado, mas nunca em torno do nome do Filipe, porque se isso acontecesse eu teria que concluir que o Presidente havia igualmente enlouquecido.

De há muito não o vejo, nem com ele falei sobre o assunto, mesmo porque, desde que deixei a Interventoria, não mais quis me envolver com as coisas que dissessem respeito à administração cearense; entanto, apesar disso, essa é a minha impressão. A Liga que fique coesa que a vitória será certa.

Aliás, sobre acordo, continuo com o pensamento de sempre, isto é, acordo é possível, viável e até às vezes aconselhá-

vel, com *adversários*, mas nunca com *inimigos*, mormente inimigos infames que lançam mão de processos torpes. Embora sobre o pretexto de pacificar o Estado, seria paz precária e muito provisória, porque a deslealdade surgiria imediatamente. Se fossem *adversários*, isto é, homens que divergiam no terreno das idéias e que combatiam com dignidade, muito bem, mas com inimigos desleais e infames, não vejo como possível acordo digno.

Se a Lec perdeu, honestamente que se conforme com a derrota, mas se venceu lisa e incontestavelmente, que eleja os seus candidatos fora de conchavos que desmoralizam, porque assim fazendo terá outra força moral, além do que, se o seu governador souber se conduzir, como no caso é de se esperar, num prazo curto terá ao seu lado a quase totalidade da Assembléia. Enfim, eu nada tenho com isso e nem sou conselheiro político; só dou opinião ou impressões aos amigos que a solicitam, aos quais sou obrigado a falar com franqueza, mas mesmo assim em *caráter particular*, pois hoje sou apenas major do exército que nada pretende da política.

Tem, assim, rapidamente, o prezado amigo, a minha opinião sobre acordos, bem como impressão sobre possível interferência do governo central na política cearense. Não sei se atendi bem aos seus desejos, no entanto, se há dúvidas, ou partes obscuras, pode falar com franqueza, que responderei com o prazer de sempre.

Pedindo recomendar-me aos seus, envio-lhe um abraço com a sincera amizade de

C. Mendonça”.

Tantas praticou o Coronel, que o Governo da República o chamou ao Rio. Quis reagir ao chamado e foi aconselhado a obedecer, e não mais voltou. Não era possível que voltasse. Entregou o cargo ao Secretário da Fazenda, Franklin Monteiro Gondim, que lhe falava sempre com a maior sinceridade e cujas ponderações aceitava. Pela ordem natural, devia ter passado as funções ao major Dias de Freitas, Secretário do

Interior e Justiça, mas a despeito das recusas de Franklin, foi a este que preferiu.

Tudo indicava se desanuviasse a pressão com a presença do substituto. Homem de bem, na vera significação do termo, o Secretário procurou o esfriamento dos carbonários, já sem tanto ardor ante a ausência da instigação. Meu amigo, auxiliar direto, comigo, do capitão Mendonça, ele na Chefia de Polícia, procurei-o e expus-lhe a necessidade de uma demonstração de confiança em relação à sua pessoa pelos componentes da Lec. Deu-me a palavra de confiança e autorizou-me a levar a Palácio o dr. José Martins Rodrigues, um dos líderes lecionistas. Conversamos e a sua posição, decente, ficou empenhada. Garantiria a normal reunião da Assembléia Legislativa para a eleição do Governador do Estado.

Ao mesmo tempo, provocado por João Dantas Landim e na casa deste na Rua 24 de Maio, manteve encontro pessoal com o Dr. Pimentel, assegurando-lhe idênticos propósitos.

O dr. José Martins saiu bem convencido, e eu. Mas, ante a tensão dos ânimos, pediu e obteve a Lec *habeas-corpus* para assegurar a ida dos seus deputados à Assembléia. Informação sigilar prevenia-nos de que a Força Policial, comandada pelo coronel Pretinho, não seguiria as ordens do Interventor para dar respaldo às garantias prometidas. E havia razão para tal suposição, visto que o cel. Gomes de Lima era tido e havido como simpatizante do comunismo, e vários dessa ideologia formavam com o cel. Filipe. Sabe-se que duas companhias daquela Força chegaram a sair do Quartel visando a impedir a eleição, sendo contidas por fim.

O fato é que a eleição se operou, sob a proteção da Força Federal, saindo eleito por 16 votos contra 14 o dr. Meneses Pimentel.

“O cel. Moreira Lima — escreveu monsenhor Quinderé, em suas *Reminiscências* — pretendeu imiscuir-se na política estadual numa hora de grande confusão, para aumentá-la, em prejuízo de sua administração, que afinava com o diapasão de uma autoridade irrequieta. Não se explica por que Moreira Lima se tomou de iras contra o seu antecessor —

Carneiro de Mendonça. Talvez fosse pelo bom nome que aqui deixou o Capitão, aureolado de uma simpatia nascida espontânea em todas as classes sociais. Desembaraçado da interventoria cearense, que exerceu com sabedoria, dignidade e sem apego ao cargo, Carneiro de Mendonça foi surpreendido com uma nova incumbência de alta relevância, a de presidir a eleição para governador do Pará e dar posse ao candidato eleito. Eram candidatos o cel. Magalhães Barata e o dr. Gama Malcher, de igual porte para competir na arrancada em busca do poder, causando grande agitação na política do grande Estado. A eleição se procedia de maneira indireta na Assembléia Legislativa, cujos deputados, temendo qualquer agressão por parte do cel. Barata, que gozava de grande influência entre o operariado e na massa popular, recolheram-se ao Quartel Federal, de onde só sairiam garantidos pela Força do Exército, no dia da eleição, para cumprir o mandato que o povo lhe outorgara. Foi eleito e empossado o dr. Malcher. Em trânsito para Belém o cap. Mendonça, espalhou-se em Fortaleza a notícia de que o cel. Moreira Lima estava disposto a impedir o desembarque do ex-Interventor. Neste sentido, os *chaffeurs*, estariam insinuados a não aceitar passageiros para o aeroporto que, naquele tempo, era na Barra do Ceará. O cel. Colares, então Comandante do 23.º B.C., recebeu do Ministro da Guerra um despacho urgente, ordenando-lhe que garantisse o desembarque do cap. Mendonça, de qualquer maneira. Convocou, nesse sentido, ao Quartel, no empenho de evitar violência, três pessoas que julgava capazes de ajudá-lo na pacificação dos ânimos: a mim, como amigo íntimo do itinerante; a Raimundo Girão, que, além de amigo, foi auxiliar de seu governo; e ao padre Helder, chefe popular do operariado. Depois de confiar a cada um de nós a delicada tarefa, adiantou o Coronel que o lugar dos padres era na sacristia. Padre Helder, com aquela valentia indômita que não encontra espaço naquele corpo franzino, retrucou: "Recolham-se os militares aos quartéis e depois venham dar lição ao clero!" O Comandante desmanchou-se em desculpas e o cap. Mendonça desembarcou calmamente, debaixo de música e foguete, acla-

mado por admiradores que o foram receber, de sorte que não houve necessidade da interferência da comissão designada pelo cel. Colares. Parece que não havia intenção da parte do cel. Moreira Lima de praticar aquela insólita descortesia para com o colega, pois tudo não passava de um plano forjado nos arcanos do Palácio para estabelecer confusão na cidade”.

Posteriormente ficou evidenciado que as arremetidas do cel. Moreira Lima tinham alvo certo: a sua eleição para Senador. O seu nome foi, com efeito, votado, mas derrotado. Em discurso que pronunciou numa manifestação ao major Barata, do Pará, em 7 de abril, o desassizado Interventor assegurava que não entregaria o governo aos seus adversários. Dizia confiar nas “vozes do sertão”, encorajando-o à resistência. O jornalista Pedro Firmeza, num dos seus admiráveis editoriais do *Correio do Ceará*, levou ao ridículo tal assomo de idiotia. As vozes do sertão... nunca lhe chegaram. Quem entregou o governo ao dr. Meneses Pimentel, e o fez elegantemente, foi o Interventor interino, Franklin Gondim. No dia 26 de maio. Es ava o Ceará reconstitucionalizado.

## 50

Perguntaram-me o que é o bom senso. Respondi: é o equilíbrio. Mas equilíbrio de que? Das muitas variações que confluem ao espírito do homem. O homem é o corpo e este é a anatomia e a fisiologia; e é o psiquismo, o conjunto de elementos ou forças que formam no homem o raciocínio. Tais forças podem resistir também da boa ou má contextura anatómica ou da boa ou má função fisiológica. Porém muito mais resulta de condições individuais — as do *ego* — e de condições do indivíduo colocado no grupo social. Este grupo social é que imprime ao homem o seu procedimento e é a sua censura, é o *super-ego*. Comportar-se devidamente no meio ou grupo social de modo a não feri-lo, antes harmonizando-se com ele, eis o equilíbrio. Mas cada grupo tem a sua peculiar-

ridade, o seu modo de ser, às vezes bem contrário ao dos outros grupos. O que é aceito por um grupo é repellido por outros. E assim, o equilíbrio, a harmonia do indivíduo e o grupo é relativa; e então, o bom-senso varia de grupo a grupo. E mais: dentro do mesmo grupo a posição do indivíduo como que flutua, oscila em procura do equilíbrio como o ouro-e-fio de uma pesada. Isto é que é o bom-senso. Acontece ser o ponteiro demasiado sensível, raramente se fixando, integral, no justo ponto. Há, pois, um mais e um menos. De modo que o bom-senso poderia ser definido como o *melhor* comportamento do indivíduo nas variações grupais. Quem ajuíza desse grau de harmonia entre o indivíduo e o seu grupo é o grupo; mas o grupo constitui-se de indivíduos desiguais e só a média dessas desigualdades dará o mais acertado ajuizamento. Fica, dessa maneira, o equilíbrio individual sujeito a muitas censuras e, por isso, não pode aparecer total, completo, perfeito. Em resumo: o bom-senso é a *qualidade* do homem nos seus gestos, atitudes e pensamentos, aceita pelo seu grupo.

Vauvenargues escreveu: "O bom-senso não exige mui profundo juízo; parece antes consentir em não perceber os objetos senão na proporção exata que mantém com a nossa natureza ou nossa condição. Não é pois bom-senso pensar nas coisas com demasiada sagacidade, mas em concebê-las utilmente, tomando-as no bom sentido". E, ainda: "O bom-senso é mais qualidade do caráter do que do espírito. Para ter muito bom-senso é preciso ser feito de maneira que a razão domine o sentimento, a experiência e o raciocínio".

## 51

Em 29 de setembro daquele ano de 1935 foi criado o Tribunal de Contas do Ceará. Compunha-se de cinco membros e para o preenchimento dos cargos acesa a batalha se travaria, entre quantos formavam com o Governador. Sem que esperasse, fui nomeado para um desses cargos, com o desconten-

tamento de muitos figurões da grei situacionista. Os demais nomeados tinham forro político — drs. Augusto Correia Lima e Sila Ribeiro, do Partido Democrata, dr. Antônio Coelho de Albuquerque, do partido do dr. Olavo Oliveira, e o prof. Luís Sucupira, um dos líderes lecionistas, o qual não pôde aceitar a investidura, passando a funcionar o suplente, dr. José Mateus Coutinho. Mais tarde, para a vaga e em caráter efetivo foi nomeado o dr. Brasil Pinheiro.

Senti-me surpreso com a minha indicação, pois não pedira, nem participava da convivência palaciana. Por que me chegava tal distinção? Algum reconhecimento ao que pudera fazer como Prefeito? Teria havido algum mérito naquela minha interferência de boa vontade junto ao Interventor Franklin Gondim? Acabei sabendo que o meu nome foi apontado pelo dr. Jose Martins Rodrigues, que o sustentou firmemente junto ao dr. Pimentel, meu velho mestre da Faculdade. O meu título de nomeação teria a data de 21 de setembro.

Escrevi sobre o dr. José Martins, até hoje amigo dileto, com o título — *O Zemartins*:

“Exatamente assim, com o artigo definido, que é aquele que, segundo a gramática, de modo preciso determina o substantivo. E também exatamente Zemartins, com o hipocorístico ZÉ, a indicar a familiaridade do apelido. Porque, na realidade, se identificou ele profundamente com o Ceará, ou melhor, o Ceará com ele, tal e tanta a sua atuação onde quer que aparecesse.

Desde a vida de estudante começou a brilhar. D. Maria Clara de Sousa Marques, zelosa preceptora, dirigente de um colégio em Fortaleza, foi quem facejou o diamante-menino quixadaense. Educou-o, instruiu-o cuidadosamente. Os costumes e a inteligência de rapazinho, dessa forma orientados, apuram-se, fazendo-lhe, afinal, integrais o caráter e a cultura.

Primeiro, nas tertúlias de estudantes, com os seus companheiros de “república” — a tão falada Ilha da Sapucaia, na Rua Senador Pompeu. Depois, nas labutas do jornalismo, ajudando a fazer, com a sua pena mais que bem aparada, *O Nordeste* (1916-1917), o *Correio do Ceará* (1918) e, mais tarde, em toda

a plenitude do mister, *O Estado* (1936-1942), por ele fundado. Depois, no professorato de humanidades, na advocacia, no magistério superior, na política.

A cátedra da Escola Normal honrou-se com as suas aulas, os pretórios honraram-se com os seus arazoados jurídicos, a Faculdade de Direito com as suas lições eruditas, a política com as suas incessantes atividades, o seu descortino, as suas atitudes decididas, os seus discursos parlamentares e sua objetividade de ação, a sua honestidade nos cargos.

Passou pelos mais importantes destes na administração do Estado natal. Deixou o traço forte e inconfundível de sua passagem em todas as Secretarias do Governo e no Governo também, quando o ocupou interinamente, por mais de um turno.

Sempre o mesmo, pequeno de tamanho físico e maior de cérebro e de temperamento, incansável, não raro queimante nas deliberações, prometendo vassouradas de expurgo, amigo dos amigos e destemeroso das críticas e ameaças dos adversários políticos.

Encheu por muito tempo a vida administrativa estadual, trabalhando, lutando, escrevendo, preparando leis, despachando, construindo, reconstruindo, admitindo, demitindo, fiel aos ditames de sua ideologia partidária que nunca traiu, ou às ordens de seus pontos de vista pessoais, sustentados com firmeza e convicção.

Os amigos quiseram-lhe cada vez mais e cada vez mais o temiam os da facção oposta. Odiaram-no alguns, por certo, como se odeiam os obstáculos e os incômodos.

Mas ninguém lhe negou um só instante as qualidades que ainda guarda inteiriças: a altivez moral, a impressionante combatividade, a produtividade, a honestidade, o talento, a cultura. No torvelinho das paixões nunca deixaram de reconhecer-lhe tais atributos, os suficientes para fazer o homem dono de si e objeto da admiração dos outros. As circunstâncias tiraram-no posteriormente do meio dos combates e refregas e o levaram para a Capital da República e, lá, aqueles mesmos atributos o puxaram para cima, para o triunfo profissional, para o assento nos altos Conselhos federais, arena melhor à sua agi-

lidade intelectual e à capacidade do seu espírito perspicaz e fácil no apanhar o sentido das coisas e dos problemas.

Foi lá e na Bahia que, seu modesto companheiro de delegação, representando o Ceará em Congressos de assuntos técnicos (1940 e 1941), vi de perto, nas justas medidas, a pujança da sua estatura mental, dominante e sedutora entre quantos delegados doutros Estados, afamados de saber e experiência.

Aqui, ao ir-se, ficou o renome: o Zémartins familiar aos que o estimavam e aos que não o apreciavam e no correr dos dias passaram a vê-lo como é, já arrefecidas as prevenções.

Agora volta a sua ornada individualidade ao picadeiro da política: vão fazê-lo deputado à Câmara Federal. Diremos melhor: — vamos, porque a sua candidatura, nascida espontânea, logrou a adesão de políticos e não políticos, até de velhos discordantes, todos com o só intuito de pôr no Parlamento Nacional como emissário lídimo um dos nossos mais incontestes valores.

A força daqueles referidos atributos atraiu quantos já lhe adotaram a indicação, na mais limpa justiça a quem merece. Não se quer saber se são deste ou daquele agrupamento partidário e sim que são cearenses desejosos de colocar na banca do Ceará quem a ilustre e faça acatada.

Ao lado de quem mais o tenha feito, ou venha a fazer, sabe-se que ele honrará plenamente a investidura. É voto que não se estraga, que não desilude.

Torna-se cada vez mais indispensável saber escolher os homens públicos e a cada eleitor incumbe sair, por si próprio, isento da sujeira das eleições mercadejadas, impuras, desvirilantes. A consciência cívica do votante brasileiro não pode continuar enodada com barganhas vergonhosas e a compra do brio a troco de dinheiros de Judas ou à custa de concessões indeclaráveis. Imprescindível será a volta ao decente e o modo mais seguro será sobrepor corajosamente os veros interesses da coletividade aos do momentâneo proveito de azinhavradas moedas.

Já é tempo de dar marcha-à-ré ao emporcalhamento das escolhas e escolher o valor, o mérito, consubstanciado naque-

les que, de antemão; sabemos aptos a realizar o bem comum pelo seu passado, a sua circunspecção, pelo espírito público não mentido, pelo devotamento ao mandato.

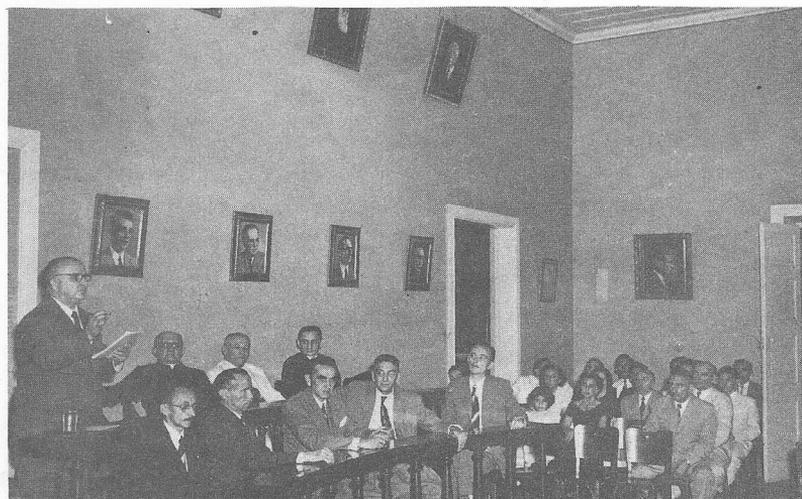
O dr. José Martins Rodrigues é bem a palavra nova que se espera. O seu lugar é o Parlamento Geral”.

## 52

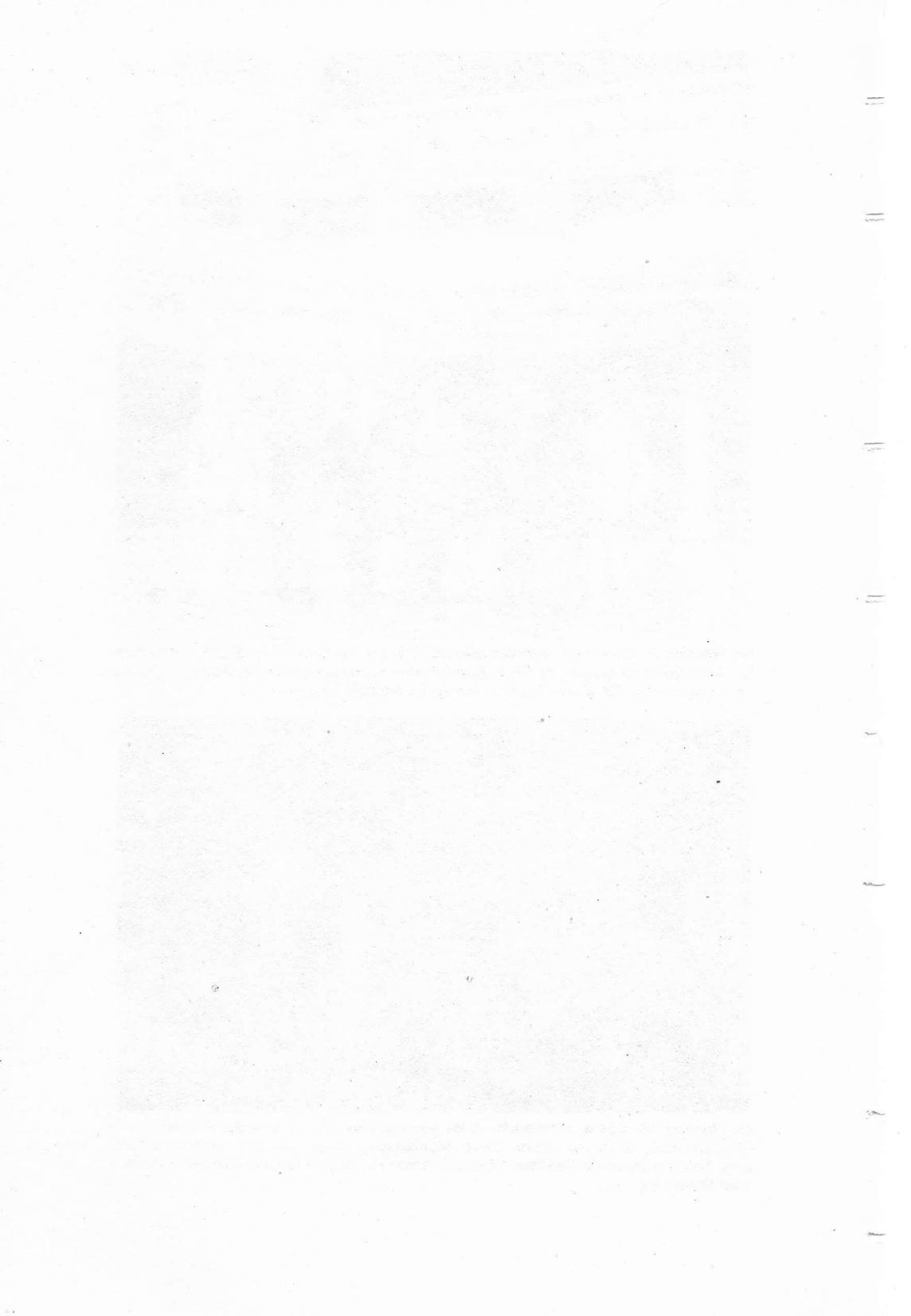
Instalado nos autos do prédio da Guilherme Rocha, esquina com a Rua Floriano Peixoto, conhecido por sobrado do Pastor, aí funcionou sob a presidência do dr. Correia Lima, em cuja vaga, em 1937, entrou o filho dr. Dario Correia Lima, talento primoroso, cultura jurídica de consistente base, muito comunicativo e reto como quem mais o seria. Emprestou brilho excepcional ao Órgão das Contas. Essa mesma vaga, a do dr. Correia Lima, ensejou fosse eleito presidente, em outubro de 1937, o dr. Coelho de Albuquerque, posto em que o conservariam os seus pares em sucessivas reeleições, até a sua aposentadoria. Muito assíduos, os juizes do Tribunal mantiveram linha de conduta inflexível, estudando as matérias de que eram relatores, alheios a influências políticas. As atribuições do Tribunal envolviam o julgamento das despesas do Governo, das aposentadorias e pensões dos servidores estaduais e outras diversas. Achava-me agora na posição de julgador e iria experimentar o temor de não ser justo, ao embate dos interesses individuais em choque com os do Estado. Não julgávamos questões entre pessoas e sim as que diziam e dizem com a moralidade financeira, das relações do particular com o governo. O Tesouro público é a grande mochila em que todos querem comer, muita vez sem a escolha de processo ou meio. Defendê-lo contra as investidas é missão penosa. Tem-se que ser Javert, um Javert mais humano, mas Javert, num policiamento para o qual devem comparecer todos os cuidados e perspicácias. Revestem as roupas mais disfarçadas ou insinuantes os avanços à Fazenda Pública. É preciso olhar de lince, reforçada cautela. A Justiça não pode ser reticente; há de manifestar-se como é conce



*No Náutico A. Clube: Os componentes do Tribunal de Contas do Ceará: Paulo Avelar, Luís Gonzaga Gomes da Silva, Brasil Pinheiro, Raimundo Girão, Antônio Coelho de Albuquerque, Ed. Ellery Barreira (na época em que me aposentei)*



*No Instituto do Ceará, recebendo vários novos sócios. Em pé, orando: Raimundo Girão. Sentados, os novos sócios: Braga Montenegro, Hugo Catunda, Ismael Pordeus, Luís Teixeira Barros e Denizard Macedo. Atrás: Pe. Misael Gomes, Florival Saraiva e José Magalhães*



bida na sua significação, como “um bem sagrado da coletividade”. Qualquer afeição, ódio ou transigência da parte do julgador degenera-a. E saber até onde não se está cedendo à predileção, à prevenção ou à tolerância não é coisa simples. A justiça praticada nos Tribunais de Contas é diferente da dos Tribunais comuns, cujas sentenças apreciam os direitos dos litigantes e reconhecem os deste contra os daquele, ao passo que as decisões das cortes de contas podem prejudicar o direito geral, o direito do Estado, que é o direito de todos.

Era com esse espírito que trabalhávamos no Tribunal de Contas do Ceará, cuidadosamente, sem trair o conteúdo do justo. Se houve erros, é porque estes inerem à contigência humana; não porque fôssemos relapsos ou bandeados a intenções não retas:

O presidente Antônio Coelho era a moderação. Nem mais nem menos. Homem à antiga, como que andava sobre trilhos. Uma bitola. Chegava cedo ao expediente diário e seria o derradeiro a sair, sem nunca deixar, por um minuto, a cadeira de seu birô. Atendia às partes e despachava ininterruptamente uma papelada que seria muito mais reduzida se cedesse no seu formalismo burocrático. Um ofício de rotina seria datilografado três ou quatro vezes, se três ou quatro viesse com uma vírgula mal posta ou palavra menos sacramental. Sempre assim. Sisudo, porém amável. Se nada concedia de facilidade, fazia-o educadamente. Conhecia o seu mister, conhecia o idioma pátrio. Nas sessões plenárias, uma manifestação de gesto ou de pensamento mais avançada o ruborizava. Zelava à *outrance* pela dignidade do Colegiado, contra quem quer que fosse. Fomos condiscípulos, na Faculdade, ele um ano a menos, e desde aí a nossa estima recebeu o selo da sinceridade. Fraternalmente verdadeira. Cinco dias mais moço do que eu, do mesmo mês de outubro, portanto.

Com a restauração do Tribunal em dezembro de 1945, pois havia sido extinto desde julho de 1939, entraram para a sua composição os ministros Eduardo Ellery Barreira, Paulo de Avelar Cavalcante Rocha e Joaquim Bastos Gonçalves. Com a morte de Joaquim Bastos Gonçalves, foi nomeado o contabi-

lista Joaquim Marquês, que faleceu a bem dizer em meus braços. A sua cadeira era vizinha à minha, e na ocasião em que, com certa veemência, mostrava as razões do Estado, relatando pedido de volta ao serviço público de um servidor estadual, mal pôde dizer: — “Estou me sentindo mal, sr. Presidente”, e caiu fulminado por um ataque cardíaco. Fui o primeiro a ampará-lo, e o segundo foi aquele mesmo servidor que, assistindo ao julgamento do seu caso, correu a ajudar-me. O destino parece às vezes irônico... Joaquim Bastos quase não funcionou. Brasil Pinheiro faleceu quando exercia o cargo. Os outros dois afastaram-se pelas suas aposentadorias. Eduardo Ellery, cumpridor do dever, espírito ajustado à realidade, liberal nos pronunciamentos, substituiu Antônio Coelho na Presidência. Paulo Avelar, meticuloso, perfeccionista, exigente do formalismo processual e das regras da gramática, correto no decidir, nada lhe escapava e devolvia os processos à origem para a correção das menores falhas. Chamavam-lhe, chistosamente, o Ministro Diligência.

Em 1956 aposentei-me definitivamente, depois de vinte e um anos no exercício de Ministro.

A extinção do T. de Contas, reconhecendo aos seus ministros todas as vantagens da atividade, conduziu-me novamente à advocacia. Certa manhã, saindo da missa, na velha Sé, tão erradamente demolida, caminhávamos José Martins, Dolor Barreira e eu e um deles falou sobre concursos a serem abertos na Faculdade de Direito, para preenchimento de algumas cadeiras vagas. José Martins e Dolor diziam-se dispostos a concorrer e eu igualmente a tanto me dispus. Os dois conquistaram com brilhantismo as cadeiras que disputaram. Eu, porém, já publicadas duas teses para a cátedra de Ciência das Finanças, tive que desistir, em virtude da superveniência da lei de acumulação: entre o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, de bem melhores proventos, e o de professor, optei por aquele.

A preparação desses trabalhos — *A Receita Pública — Aspecto Brasileiro e Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro* obrigou-me a estudar mais profundamente a finança

pública e incentivou-me à mania de publicar livros, de que tanto me lastimo com pena dos meus leitores. Somente respiro livre quando considero que os meus escritos servem de bom motivo à cura de suas insônias. Bom processo de fazer dormir e, por altruísmo, eu os continuei fazendo. A insônia é moléstia às vezes indebelável, mas as leituras de minhas páginas, acredito, já repararam o mal de algumas pessoas.

*Receita Pública* estava sendo impressa na "Editora Fortaleza" em que Silveira Marinho transformara a tipografia adquirida, em 1935, para editar a revista *Fortaleza*. Demorava lá na correção de provas, e eis que Marinho, não podendo mais enfrentar os prejuízos, passou-a a Antônio Martins Filho (1937). Continuei a faina de imprimir o livreto e daí se originou a aproximação entre nós dois e as nossas famílias. Somos compadres, ele padrinho de um de meus filhos e eu de um dele. Até hoje — vão-se trinta e quatro anos — sempre temos regado bem a viçosa planta do coração.

Martins viera do Maranhão, onde se casou e saiu de gerente de loja da "Pernambucana", dos Ludgrens, para bacharel em Direito, formado na Faculdade do Piauí. Lá fez pé-de-meia, mas quase empobreceu, de tantas adversidades sofridas. Dotado de extraordinária resistência moral, idealista e ao mesmo tempo pragmático, foi melhorando a Editora, quase totalmente aos seus ombros. Conhecia o ramo, pois ainda menino fora tipógrafo. A sua inteligência empurrava-o para diante e a sua perspicácia também, não tendo encontrado, por isso, portas fechadas no meio intelectual de sua terra que depressa passou a necessitar dele. O adolescente pobre do Crato via com satisfação os seus triunfos na Capital. Publicou revistas, misturou-se aos maiores do lugar, adquiriu e dirigiu a Escola de Comércio Padre Champagnat (da qual fui professor), submeteu-se a concurso, e o venceu, para professor da Faculdade de Direito. Estaria aí o trampolim da ideiação — inacreditável! — de uma Universidade no Ceará. E mais: para a concretização dessa Universidade impossível, hoje tida como uma das mais bem organizadas do País. A obstinácia e o seu indomável poder de ação derrubaram os

muros da incredulidade, da indiferença, da oposição gratuita, da inveja. Escreveu, deste modo, capítulo válido na história da Educação e Cultura do Brasil. Não sei se pude ajudá-lo nos seus passos desde o nosso encontro na Editora do Marinho, porém certifico-me de que procurei estar ao seu lado, na feição dos ventos ou nos minutos piores, tanto quanto ele o fez em relação a mim.

Na Editora Fortaleza imprimi ainda, *Fiscalização dos Gastos Públicos* (síntese histórica dos Tribunais de Contas) e *Esboço de uma Genealogia*, no dito ano de 1937. Juntos, organizamos *Album de Fortaleza*, publicação modesta, e *O Ceará* (1.<sup>a</sup> ed. de 1939) espécie de retrato em corpo inteiro das nossas coisas e da nossa gente, solícito *vade mécum*, de consulta necessária, já em 3.<sup>a</sup> ed., de grande tiragem.

## 53

*O Ceará* e o *Esboço* influíram para que me fizessem sócio do Instiuto do Ceará, o nosso Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico. Comigo, na mesma oportunidade, empossaram-se, em 20 de julho de 1941, Dolor Barreira e Plácido Aderaldo Castelo.

Criado em março de 1887, veio o Instituto sempre vitorioso como centro de atividades de destacadas personagens da nossa Cultura. A minha escolha para seu componente surpreendeu-me. Quase não acreditei na comunicação que me fazia Hugo Vítor, então Secretário, a quem logo eu substituiria. Soube ter sido a minha candidatura lembrada por Soares Bulcão, que eu já aperreava com perguntas e consultas sobre genealogia cearense. Foi o mais abalizado dos nossos genealogistas. O Presidente, Tomás Pompeu Sobrinho, meu vizinho, cercou-me dos melhores acolhimentos, com aquele seu jeito paternal e cativante. Falando pouco, muito se comunicava e era querido de todos. A sua bondade talvez fosse tão grande como o seu saber. Inteligência de robustez impres-

sionante, dominando várias ciências, tornou-se a nossa maior autoridade nos assuntos nordestinos. Um Mestre. Na presidência do sodalício mantinha a linhagem cultural dos antecessores. Paulino Nogueira e Barão de Studart.

Na época em que entrei, a sede do Instituto ocupava a parte leste dos baixos do edifício da Assembléia Legislativa. À tarde, uma roda de sócios se fazia, sempre cordial, tendo como catálise o dr. Pompeu. Havia os mais assíduos: Soares Bulcão, des. Abner Vasconcelos, João Nogueira, Dolor Barreira, padre Misael Gomes, des. Álvaro Gurgel, Hugo Catunda, Alba Valdez, Martinz de Aguiar, Plácido Castelo, Joaquim Alves, Leonardo Mota. Como Secretário, eu talvez fosse o mais presente, até mesmo porque muito cedo transformei o velho gremio num desdobramento do meu lar. Procurei dar-lhe o máximo de serviço, o que mais ainda se intensificou depois que fui eleito Secretário Geral. Durante oito anos o fui, com o mais vivo dos entusiasmos. Não faltava e não parava. Por isso mesmo assumia responsabilidade de outros, para que não houvesse prejuízo na marcha administrativa da Casa. Alguns viram nisto um intuito absorvente de minha parte, com que vantagens não sei. E no momento que percebi as veladas censuras deixei o cargo. Pompeu inquietou-se com o meu gesto, mas fiz-lhe ver que ninguém é insubstituível. Aquilo que fora razão de meus contentamentos, agora se mudava em contrariedades... e saí. Havia aprendido de Espinosa: "Tenho sempre procurado não rir dos atos humanos, não os lamentar, não os detestar, mas compreendê-los."

Continuei a oferecer ao Instituto o que podia e tenho podido dar, sem no entanto querer participar de sua direção. A minha atitude resultou do desejo de verem introduzidos em sua desatualizada estrutura novos métodos e normas que pudessem retirá-lo da rotina. Penso que está falhando às suas finalidades, alheando-se de suas tradições. Julgo-o muito fechado, trancado às inteligências jovens, aos estudiosos da História, da Geografia e da Antropologia, que vitoriosamente estariam ali colaborando com os seus conhecimentos desses

ramos do conhecimento humano, não mais agarrados a velhas concepções e abertos hoje às pesquisas mais científicas, menos superficiais e empíricas. A rápida evolução das ciências e da técnica deixa atrás, falando só, os reacionários, os idólatras do mesmismo, os desanimados, os que acham mais certo deixar como está para ver como fica. Quem não acompanha a marcha do Novo, esmaga-se.

A rigidez do *quorum* de sócios efetivos constitui um dos entraves à imperiosa renovação, além de emprestar aos poucos que o são a posse de privilégio injusto. Por que só aqueles, uns 30? E com a agravante; o número que era de 40 foi reduzido para as três dezenas! Nunca entendi essa poda.

Tais considerações eu as havia expandido em artigo de jornal e as repeti no discurso que pronunciei saudando, em nome da instituição, o sócio recipiendário Oswaldo Riedel. Sabia estar fazendo de João Batista — clamando no deserto. Estava mexendo com alguns dos que se encontram ali, nas 30 cadeiras, achando ruim modificar o seu morno comodismo. Hoje, a esses poucos só lhes peço perdão por ter pensado assim, de os ter intranquilizado.

Transcrevo, para melhor explicação dos meus propósitos, parte daquele discurso:

“Fosse por acendrada e irresistível afeição aos estudos da história ou por deliberada intenção de legar aos pósteros melhores elementos com que manipular a nossa interpretação histórica, indeclinável é que o Barão de Studart, as coleções do Barão, o seu documentário, as suas revelações passariam a constituir fonte inexaurível e fácil de manusear para os que, depois dele, se têm dedicado às questões da História do Ceará. Teve-se como axiomático tudo o que Studart afirmava e não havia coragem para ir-se além dele, no pressuposto de que era intocável, era a chave de todas as soluções. Mas do grande bem que nos ofereceu gerou-se o mal de não nos resolvermos, com decisão, a fazer o que não fez e fazer o que é necessário fazer depois que o seu coração parou.

Vai para trinta anos que isto aconteceu, e nós do Instituto o deploramos, sem o mínimo gesto de continuar as suas

vigílias, todos confiados nos assertos do Barão, nos roteiros do Barão, nas notícias do Barão.

Quem o substituiu na direção do Grêmio, possante de cérebro, de saber, de equilíbrio orientador, de desvelo pelos deveres do cargo — Tomás Pompeu Sobrinho, teve o dom de revitalizar o Instituto, de orná-lo com a integração de lúcidas inteligências e boas culturas no seu quadro de sócios, e o de reuni-los no dia-a-dia de uma convivência que eu direi deliciosa, como se fora — e era — o Mestre da bondade cercado de discípulos atentos das belezas de suas lições.

Passou o novo presidente a dar sistema às atividades da instituição e elaborou, no tocante à História, vasto plano de estudos exaustivos em relação ao Ceará, empregada a expressão *exaustiva*, segundo as suas palavras mesmas, “para significar que a obra deve consignar não somente os fatos já conhecidos, mais ou menos divulgados, como também os que resultarem de minuciosas investigações novas, num vasculhamento demorado e profundo de todas as fontes capazes de uma exploração fecunda”. Conseguir-se-á a execução total desse planejamento “com uma parte monográfica, de caráter analítico, miudamente detalhada e especializada, que constituirá seguramente quatro quintos da obra, e outra parte sintética, espécie de resumo geral, estruturando orgânicamente os grandes acontecimentos dentro de um quadro lógico.”

Era um desafio, quase insolente, aos brios da capacidade do Instituto, a que este infelizmente não respondeu, senão em diminuta porção, com o preparo de unicamente 7 das 40 projetadas monografias: *História Econômica*, de nossa autoria, a primeira a sair, *Pré-História Cearense*, e *Proto-História Cearense*, de Pompeu Sobrinho, *História Militar*, de Eusébio de Sousa, *História das Secas* (1.<sup>a</sup> parte), de Joaquim Alves, *História das Secas* (2.<sup>a</sup> parte), de Pompeu Sobrinho, e *História da Literatura Cearense*, de Dolor Barreira, esta de porte monumental, em 5 volumes, dos quais já se publicaram quatro. O resto está por fazer e são passados anos do lançamento do plano admirável.

No que respeita às excogitações geográficas, ainda não

planejadas, pode dizer-se indigente a nossa produção. Como que temos medo da Geografia ou, qual adverte Parsifal Barroso, contagia-nos, como aos demais brasileiros, a falta de uma consciência geográfica, como se todos duvidássemos de sua validade científica. Mesmo quando suas diretrizes dizem respeito aos graves temas da Geopolítica ou da Geografia Econômica, persiste o desinteresse e o povo continua a aceitar, apenas, as descrições geográficas". E acrescenta: "Parece-me que dentre as causas determinantes dessa falta de consciência da realidade geográfica pode ser apontada a circunstância de que, na prática, ninguém sente nem constata a eficácia das verdades com o interesse nacional. Se é verdade que o Brasil sofre as consequências dessa mentalidade, também é certo que em relação ao Ceará essa indiferença ainda mais se agrava, talvez porque o cearense facilmente tende a realçar a parte negativa do caráter nacional. Em que pese ao dedicado esforço dos nossos geógrafos em favor de suas teses, nenhum conseguiu formar correntes de opinião em torno da mais convincente verdade, de interesse coletivo, como aconteceu com o maior deles — Pompeu Sobrinho — ao formular o princípio da solução ecológica para a superação das dificuldades cearenses."

Temos no seio do Instituto cabeças capazes de uma realização profícua nesta ordem de conhecimentos científicos, mas Pompeu só não ficou sozinho porque Guimarães Duque disse presente ao apelo da Geografia, com os seus notáveis *Solo e Agua no Polígono das Secas* e *O Nordeste e Suas Lavouras Xerófilas*. A alentada obra de Renato Braga, desgraçadamente suspensa com a sua morte tão chorada, ficou no terreno da simples dicionarização, não tendo portanto o cunho das conclusões científicas de Pompeu Sobrinho e Guimarães Duque. Dos que se foram, citam-se Tomás Pompeu de Sousa Brasil, padre Rodolfo da Cunha, Júlia Carneiro de Vasconcelos, Alvaro Gurgel de Alencar e Antônio Teodorico da Costa como especializados em tais estudos, mas o que escreveram sobre eles revestem a forma secamente expositiva, sem me-

lhores resultados exegéticos. Dos atuais, Francisco Alves de Andrade, Denizard Macedo, João Hipólito Campos de Oliveira, José Bonifácio de Sousa constituem fagueira esperança para a composição do nosso grupo de geógrafos, dotados de inclinação e suficiência especializada para o grande cometimento do Plano de uma Geografia Geral do Ceará, semelhante ao de História traçado por Pompeu Sobrinho.

Por sua vez, permanecem nos primeiros remígios as procuras mais ordenadas da Antropologia, no âmbito desta Casa do Barão de Studart. É recente a sua inclusão no conjunto de nossas atividades especializadas e por isso se justificará a nossa ausência em tão vistoso e atraente campo das Ciências do Homem. Pompeu Sobrinho levou para o túmulo muitas das nossas perspectivas na organização do Plano de Antropologia no Ceará, mas Carlos Studart Filho, José Parsifal Barroso, D. Zélia Camurça e outros teriam parte obrigatória nessa empresa ingente e imprescindível.

Vê-se que o Instituto do Ceará está em grave débito para com as suas responsabilidades e o seu renome. Já dispõe das armas com que combater, instalado em sede própria e condigna, dispondo de rica biblioteca e valioso arquivo, porém lhe está faltando o comando da nova e imperiosa investida. O que se há produzido aqui, afora a *Revista*, esta ainda sem o devido método de seleção e distribuição de matéria, é mais contribuição individual dos sócios do que do sodalício, por si mesmo.

Temos de nos convencer dessa realidade, se não quisermos continuar no compasso da rotina, e a solicitação sincera às nossas energias íntimas sei que nos dará resposta confortante. Muitos dos nossos já estão cansados e outros vão cansando, momento a momento, ao peso de chumbo do tempo. Outros, menos extenuados, preferem fazer brilhar lá fora as luzes de suas inteligências, mas creio, se conclamados, hão de fazê-las cintilar no programa novo que as circunstâncias estão a exigir. E então, vencido o ranço de uma tradição de ferrugem, que estraga e empece as rodas da máquina de 1887, o que nos vai caber é pedir outro sangue para as nossas veias,

a fim de que se não esclerosem, o sangue da coragem jovem, dos estudiosos moços que viriam para estas salas, bem escolhidos e tomados de incitante entusiasmo.

Ou o Instituto se renova na sua estrutura e métodos, ou não se livra do bolor do misoneísmo que enerva. Dir-se-á que nos garantem e euforizam tradições gloriosas e não será preciso mais, porém é no intenso desejo de assegurá-las no futuro que se requer a renovação. Uma renovação que não seja mera inovação, mudar só por mudar para que fique diferente.

Espero que me compreendam, recuem os olhos para 1887, com a cidade de 26 mil moradores, e os voltem para hoje, com a cidade de um milhão deles. Em 1887, eram 12 os membros do Instituto. Agora são 30, e caímos na evidência da desproporção. Nunca entendi por que se limite em instituições como a nossa o número de sócios, só por amizade a uma fórmula superada e ilógica, que isola o grêmio numa augusta torre de marfim, quando o mundo moderno não admite mais essa espécie de torres vaidosas. Lá fora braceja e anseia uma juventude que não é unicamente de *hippies* e cabeludos, e sim uma mocidade dos laboratórios e das pesquisas de toda sorte. Uma viva e estuante mocidade que estuda História, estuda Geografia, estuda Antropologia e à qual não se oferece o convite duma participação direta no que o Instituto pretende concretizar. Por que?

Aproveito-me destas palavras de Luís Sucupira: "Aumentaram, por sem dúvida, com a posse desta maravilhosa sede, as nossas responsabilidades. Precisamos, daqui por diante, abrir as nossas portas não apenas aos nossos companheiros, mas a quantos desejem o convívio com os nossos livros, com os nossos documentos. porque uma instituição como esta deve ser um centro não apenas de armazenamento mas de divulgação cultural, intelectual, moral e estética. Há mister, sobretudo, atrair-se a mocidade para o salutar convívio com a esplendorosa herança acumulada nesses oitenta anos de sedimentação de conhecimentos, espalhados ou conservados na imensa biblioteca pacientemente acumulada, graças ao esforço beneditino dos que nos precederam (...) Assim, em vez

da desalentada conclusão de Eduardo Henriot — “nous n'avons plus la jeunesse avec nous” — precisamos convencer-nos de que a mocidade estará conosco, desde que lhe acenemos com os encantos da Mestra da Vida e lhe mostremos que as boas companhias intelectuais predispõem e animam para as grandes conquistas aos embates em que se empregam como armas o saber e a inteligência bem cuidada”.

Meus Senhores:

Preside-nos atualmente um homem de alta cultura, velho componente da agremiação, nela entrado por seus méritos inconcussos desde 1928, sendo portanto o nosso companheiro mais antigo. Ao entrar, veio preencher a cadeira de que fora ocupante um dos fundadores e o primeiro presidente, o des. Paulino Nogueira. E pertence, honrando-a, à linhagem doutro fundador e também presidente o Barão de Studart. Por tudo isso, lustra-se de autoridade válida para assumir a comandância do a que chamaremos a Marcha Nova do Instituto do Ceará.

Nós outros soldados, e os que vierem, o ajudaremos na conquista do ideal da renovação, no que eu acredito, juro e rejuro que acredito, quando vejo estamos sabendo cadinhar a matéria-prima, o ouro mais puro com que adornamos o nosso esquema de sócios atuantes”.

## 54

Em 15 de agosto de 1951 fomos recebidos como sócios da Academia Cearense de Letras: Martins Filho, Joaquim Alves, Fran Martins, Braga Montenegro, Abelardo Montenegro, Filgueiras Lima e eu. Filgueiras, com os lindos florões de sua retórica, discursou por nós, respondendo à saudação de Andrade Furtado.

A mera citação desses nomes indica, de logo, como entrei para o nosso Jardim de Academus em luzida companhia. Dá, igualmente, o contraste de minha pequenez em frente dos

outros, intelectuais reputados. A bom dizer, não sou um homem de letras, na acepção rigorosa, senão um buliçoso de assuntos que confinam com a Literatura, e, por isso, nem podia calcular o tamanho da honraria que me vinha: a bondade dos Acadêmicos é que me agraciava, assim generosamente.

É de Napoleão que quando se atiram honrarias a mancheias, o mérito se retira. Os homenageados, naquela hora, somavam sete, uma mancheia. Agarrei a honraria que me punham ao alcance e vi, de fato vi, o mérito esgueirar-se porta afora. E eu era o indigente afortunado: a honraria tornou-me um opulento.

A Academia vinha e vai conduzindo, brilhantemente, o dourado escrínio de suas tradições. Fundada em 1894 — a primeira Academia de Letras a constituir-se no Brasil — aqueles luminares que a organizaram representavam o escol da intelectualidade cearense. Souberam transmitir aos que se sucederam a virilidade espiritual do Grêmio Ilustre.

Evocar os seus triunfos é comprovar a majestade de sua existência de quase oitenta anos. E os atuais ocupantes de suas Cadeiras guardam ciosos a consciência dessas vitórias.

Encontrei-me ali emocionado e envaidece-me estar sentado numa daquelas Poltronas, a que tem como Patrono José de Alencar. Só isto é um prêmio.

Em 1956 elegeram-me, os meus pares, presidente para o biênio 1957-1958, outro impacto dos bons fados na minha sensibilidade tímida. A presidência enchia-me de orgulho: iria eu dar continuidade à galeria dos que haviam ocupado a função conspícua, todos conspícuos: Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Antônio Sales, Pompeu Sobrinho, Dolor Barreira, Mário Linhares. Por que, para continuá-los, me elegeram, modesto Acadêmico e um dos mais recentemente recebidos?

No meu discurso de posse repeti as palavras de Gregório Fonseca ao ver-se na Academia de Letras substituindo Joaquim Nabuco: "A Cadeira de Nabuco! Venho ocupá-la comovido, não porém humilhado". E acrescentei: "E digo de mim, a igual do notável soldado estilista: a galeria dos meus predecessores

arrebata-me de emoção, porém não me comisera. Porque não quero ceder a complexos que me amesquinham, antes encorajar-me de imitá-los na mais exigente mobilização de minhas forças íntimas e num estado de alma que envolve a imperiturbável disposição de corresponder à investidura, muito ultrapassante de minhas faculdades comuns”.

Esforcei-me por executar bem os deveres do cargo, e pude dar à Academia sede condigna, pois ainda se reunia em lugares diversos. Preparei para tanto a “Casa de Thomaz Pompeu”, cujo uso lhe cedera o Instituto do Ceará. E entre outros serviços, foi-me dado publicar, como obra de inspiração acadêmica, a *Antologia Cearense* (1.<sup>a</sup> Série).

A história dessa coletânea tem começo na pergunta que certo dia me dirigiu o jornalista Pádua Campos, então diretor da Imprensa Oficial do Estado. Gostaria de deixar marcada a sua passagem ali e consultou-me sobre a viabilidade de uma publicação de maior interesse cultural, como por exemplo, uma crestomatia de autores nossos. Respondi-lhe que iria tentar e, sem demora, pus-me à tarefa árdua da elaboração do livro: selecionar os escritores, preparar-lhes sintética notícia bio-bibliográfica, obter fotografias de cada um para melhor ilustração do volume. Defrontei pressões ingratas: a vaidade de uns, querendo figurar sem merecer, e a acrimônia de outros, insatisfeitos de não terem figurado.

Mas no fim de quatro meses, com revisão, impressão e tudo, a obra era lançada, solenemente, em festa realizada no Palácio do Governo, sendo Governador o dr. Flávio Marcílio.

As recriminações obrigaram-me a desistir do preparo da 2.<sup>a</sup> Série, para o que já havia coletado apreciado material. Outro ou outros o fizesem. Não fizeram. . .

A presidência da Academia não foi a primeira que exerci. Presidi ao Rotary Club de Fortaleza, ao Clube Iracema, à Associação Cultural Franco-Brasileira, ao Conselho Penitenciário do Ceará, à Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho em Fortaleza, ao extinto Conselho de Cultura do Ceará, ao Conselho Estadual de Cultura e a muitas comissões de nomeação do Governo ou de caráter cultural.

Nunca solicitei nenhuma dessas posições distintas. Vieram a mim, e o que fiz foi desdobrar-me para não desmerecê-las. Outorgações de tal porte são desafios a que se há de dar fiel resposta. Penso que respondi.

## 55

Nascemos irrevogavelmente para servir. O homem é o animal que serve.

Começa o homem por servir a si próprio, procurando viver biologicamente, subsistir e, ao mesmo tempo, conquistar o seu conforto ou acomodação pessoal. É o *homem-eu*, “um átomo que se junta a outros na coletividade”, com deveres estritamente individuais — corporais uns, espirituais outros — e será de concluir que debaixo desse prisma não pode ainda interessar diretamente à sociedade o seu serviço. Porém é certo que, mantendo-se a si, está garantindo o *agente* de todas as demais modalidades do serviço.

Depois serve o homem à família, o “grupo interno” ou *we-group* com que, mais de perto, troca obrigações e permuta vantagens, numa sua expansão ou desdobramento mais imediato. É o *homem pai-filho*, com deveres de consanguinidade, de afetividade, já ingresso na esfera coexistencial e já interessando a esta a sua atividade servidora.

Daí por diante será o *homem pessoa*, com deveres para com o próximo. Mais do que simples indivíduo — uma individualidade. “Unido aos outros pela comunhão e pelo respeito mútuo”.

Vem ele, então, servir à sua vila ou cidade, aglomerado mais complexo e de todos o mais intenso, pois que aí se lhe enfeixam, além daqueles filiais, os deveres profissionais, os da sociabilidade, os vários deveres que a sua maior ou menor interferência na coletividade local constantemente lhe impõe. É o *homem-socius*, entrosado estreitamente aos concí-

dadãos na luta de cada dia. Deveres profissionais, deveres mundanos, culturais lhe são aqui inerentes.

Distensão ainda maior desse dever de servir é o serviço ao país, expressão mais larga e mais sagrada dos deveres humanos. Serve o homem ao Município, Estado, Nação, exercendo o serviço público ou obedecendo às obrigações cívicas. É o *vir illustris*, com altos deveres políticos e patrióticos, de inconfundível significação.

Por último, embora mais amorfamente, serve o homem à humanidade, partícula que é do universal conjunto humano, indivíduo da espécie. Não há fronteiras para restringir este dever de servir e, por isso, a obrigação é mais diluída, mais extensa do que intensa, mais de solidariedade ao semelhante. É o *homem-internacional* muitas vezes forçado a extremar-se contra outros homens na luta das nações, no absurdo, ilógico e estúpido desentendimento dos povos, grandes *others-groups* em choque, arrastando as unidades componentes.

Há outros deveres que não inerem ao homem, senão a certos homens — deveres para com as associações de classe, os clubes e as agremiações de todo jaez, os deveres político-partidários, os deveres religiosos. Aos abstêmios dessas ligações de afinidade ou de crença não correspondem tais deveres.

Está-se a ver que sempre vive o homem a servir, e servir ora por obrigação, ora por mera conveniência, ora como privilégio ou prazer.

Adolfo Gómez, rotariano do México, apreciou bem essas várias maneiras de servir:

O *serviço obrigação* tem origem na estrutura mesma da sociedade moderna, constituída de famílias que, a seu turno, formam as diversas coletividades locais, regionais e nacionais. O indivíduo não desfrutaria dos elementos favoráveis que tem às mãos se não fizesse parte de uma sociedade assim organizada, Esta lhe proporciona as vantagens materiais, intelectuais e morais de que ele goza, e é no seio dela que ele encontra campo fértil para que as suas aptidões se desenvol-

vam e frutifiquem. Encontra-se, portanto, a pessoa na posição de quem se vê forçado a uma retribuição. Seus atos correspondem ao cumprimento de verdadeiras imposições.

Diferente é o *serviço-conveniência*, aquele que se presta mirando recompensa. Material ou espiritual a compensação, o que pretende quem serve desse jeito é uma paga, imediata ou distante. Serve-se mediante uma contraprestação.

Mas há o *serviço-privilégio*, que se presta sem esperar retorno. Serve-se porque se sente no íntimo o desejo de ser útil, a satisfação de dar de si antes de pensar em si. É um estado emocional e prático do serviço-privilégio: o servidor basta-se com o prazer de ter servido, sem ao menos pensar num agradecimento. É a excelsitude do servir”.

Rotary fez do *Serviço* o seu máximo objetivo e fundamento e para concretizá-lo procurou uma estrutura, organizou-se com as peças devidas, afinou a musical dialética dos seus ensinamentos e estabeleceu o processo de mobilização dos homens de boa-vontade e pendoros acordes às suas finalidades.

Através de assembléias de âmbito maior ou menor, periódicas e bem dispostas, vem conseguindo aperfeiçoar-se, a ponto de lograr maravilhosamente adaptar-se a todos os climas nacionais, vencendo os empecilhos das fechadas prevenções raciais e sectaristas de toda sorte.

Apresenta-se hoje o Rótyary como valioso fator ético de reeducação, verdadeiro estimulante, no trabalho universal e ingente de fazer triunfantes as forças morais sobre o império dos instintos; e a sua conceituação exata não mais pode ser objeto de restrições de nenhum feitio. O Rotary — não há como contestar — é uma força mundial que penetra todas as nacionalidades e, obediente ao rigoroso respeito a todas as emoções regionalistas, está indiscutivelmente ajudando o homem universal a ser melhor.

E para devidamente explicá-lo, é preciso ter o espírito desarmado das prevenções e saber distinguir nele a *forma* da *essência*. Ao estudioso consciente e imparcial será dado abster-se do Rotary, nunca, lealmente, ser contra o Rotary.

Há, portanto, o Rotary formal, que poderíamos denominar anatômico, Rotary-arte pela beleza da corporização que ostenta; e paralelo a este há o Rotary na sua espiritualidade, subjetivo, que transcende à sua composição orgânica e esplende na magia da sua estética.

É o Rotary em si, intrínseco nos seus anseios, o Rotary essencial, vamos dizer — o Rotary-vida. Rotary-energia, capaz de trazer o homem à evidência da sua missão de servir, conformando-o a um elevado estado de alma, de desprendimento ativo em favor de outrem, comumente denominado “ideal de servir”.

É que o Rotary a quem um dia se ajustarão os corações humanos para transformar o ideal de servir, de simples enunciado teórico ou atitude lírica, em resultados ponderáveis, seguros de aperfeiçoamento moral.

Não recorro a falsa modéstia e afirmo que desde menino senti, intrínseco, o pendor de ser útil, de não me eximir se bem podia favorecer alguém. O egoísmo nunca seria um traço meu.

Com satisfação recebi, datada de abril de 1933, do engenheiro Lauro Borba, do Recife, e por intermédio do arquiteto Nestor de Figueiredo, carta na qual me incumbia de coordenar o necessário para a fundação de um Rotary Club em Fortaleza.

Confesso que nada conhecia das finalidades e da organização do Rotary International, mas a literatura recebida com a carta me inteirou das suas linhas gerais e do objetivo que o inspira — o ideal de servir. A constituição de um Rotary exige a mobilização de homens de negócios, profissionais dos vários campos de atividade humana em uma coletividade, e eu não vi, a princípio, como, sem a base de boas relações, pudesse influir no resultado que Lauro Borba esperava. Todavia, naquele momento, estava exercendo o cargo de Prefeito Municipal e esta qualidade me abriu as portas. Começo querem as coisas e para começar é preciso alguém que comece. Comecei.

Consulta daqui, consulta dacolá, no caminho encontrei o dileto amigo Edgar Dutra Nunes e nele tive o primeiro cire-

neu: já havia recebido do Maranhão, enviadas pelo cearense Paulo Abreu, informações acerca da admirável instituição de Paul Harris. Do Maranhão, igualmente, recebiam correspondência a tal respeito Álvaro Weyne e José Tomé de Sabóia e Silva.

Seria, agora, menos difícil o aliciamento dos novos rotarianos e, com efeito, em dezembro, em sessão no Excelsior Hotel, foi possível compor uma diretoria provisória do novel clube, sob a presidência de Pedro Filomeno Gomes, pelos seus atributos pessoais e o seu prestígio comercial e social, uma garantia ao êxito da jornada. Pedro passou a ser o *Formidável*, tal a segurança de sua atuação. É figura exponencial das nossas classes empresariais e de nossa sociedade.

E em 7 de maio do ano seguinte (1934) era entregue ao R. C. de Fortaleza a sua carta de inscrição, em solenidade efetuada no Palace Hotel, presente o próprio Lauro Borba, já Governador do Distrito Brasileiro (então único).

Durante mais de trinta anos os nossos almoços semanais se fizeram às quintas-feiras, no hotel de Éfren Gondim, sempre solícito este na sua simpatia e no seu cavalheirismo, que ficaram proverbiais e, morto, o filho, José Raimundo Gondim, soube honrar a dignidade do pai. Nenhum hoteleiro, no Ceará, o ultrapassou em fidalguia e no empenho com que procurava atender aos seus clientes. O Palace foi um hotel-família, bem engastado nas tradições da cidade. Quando teve de fechar as portas, já em mãos de terceiros, os fortalezenses como que sentiram desaparecer uma peça bem ativa de sua vida.

Pedro Filomeno, por aclamação unânime, continuou na presidência, consolidando, assim, o nosso trabalho. Muito cedo o nosso R. C. figuraria como o maior clube do Nordeste-Norte, e, no ano posterior à sua fundação, vitoriosamente, dava a R. I. o governador do Distrito do Brasil — Carlos da Costa Ribeiro, eleito na Conferência de Curitiba. Esse devotado companheiro converteu-se, dentro de breve tempo, no *Papa* do Clube, ao lado de Oliveira Filho, de Cláudio Martins, de Henrique Peltsohn. Uma segunda vez Carlos seria presidente, coisa rara nos anais dos clubes. Como ele, bisei na presidên-

cia, também. Ele o merecia; a minha nova eleição nasceu da generosidade dos companheiros. Fui presidente de 1935-1936 e de 1950-51.

Faz 35 anos que ostento na lapela a roda dentada, símbolo de Rotary International, e tenho procurado não furtar-me das obrigações de servir. “Mais se beneficia quem melhor serve” — é um dos nossos lemas, tirado ao termo *beneficia* qualquer sentido que não o de ver-se satisfeito com o ter prestado um serviço. Presta-se este a outrem nas menores coisas, até por omissão: deixando de feri-lo ou prejudicá-lo. Sem querer julgar-se um ser perfeito — e não há a integral perfeição moral do homem — o bom rotariano “tem de dar o exemplo de uma personalidade moral completa, no lar, na sociedade, no exercício da atividade profissional, nas próprias relações de natureza política, onde exerça qualquer função de caráter privado ou público”.

Quem procurar vestais em Rotary estará perdendo tempo; mas se quiser contato com homens dignos e empenhados no trabalho de serem úteis, encontrará muitos. Essa prestimosidade, aliada à linha reta da conduta, é o grande dom com que o rotariano deve caracterizar-se. Sabe-se que existem rotarianos que são apenas *sócios de Rotary*, estão no clube por erro de escolha ou porque, bem escolhidos, mudaram de caminho, distanciando-se do espírito de Rotary. São uns deslocados, um corpo estranho na harmonia do conjunto.

Nos meus três e meio decênios de frequência rotária muitas alegrias me vieram e bendigo a circunstância de haver contribuído para a implantação, no Ceará, hoje com tantos desdobramentos, do *privilégio de ser rotariano*. Julgo que me aprimorei um pouco na prática dos deveres e o fato de ver, onde quer que ande, *um amigo* em quantos se filiam à regra — “Dar de si antes de pensar em si” — acomoda-se suavemente em minha índole. Amo as amizades.

Daqueles 47 integrantes da fundação do meu clube, alguns desertaram por motivos diversos, outros a morte os carregou. Restam poucos na atual lista de sócios: somos quatro — Pedro Filomeno, José Sérgio dos Reis Júnior, José Barros Maia e eu.

Costumamos dizer que somos as últimas resistências . . . a sentir muitas saudades, na antevisão de que amanhã seremos saudades para os outros.

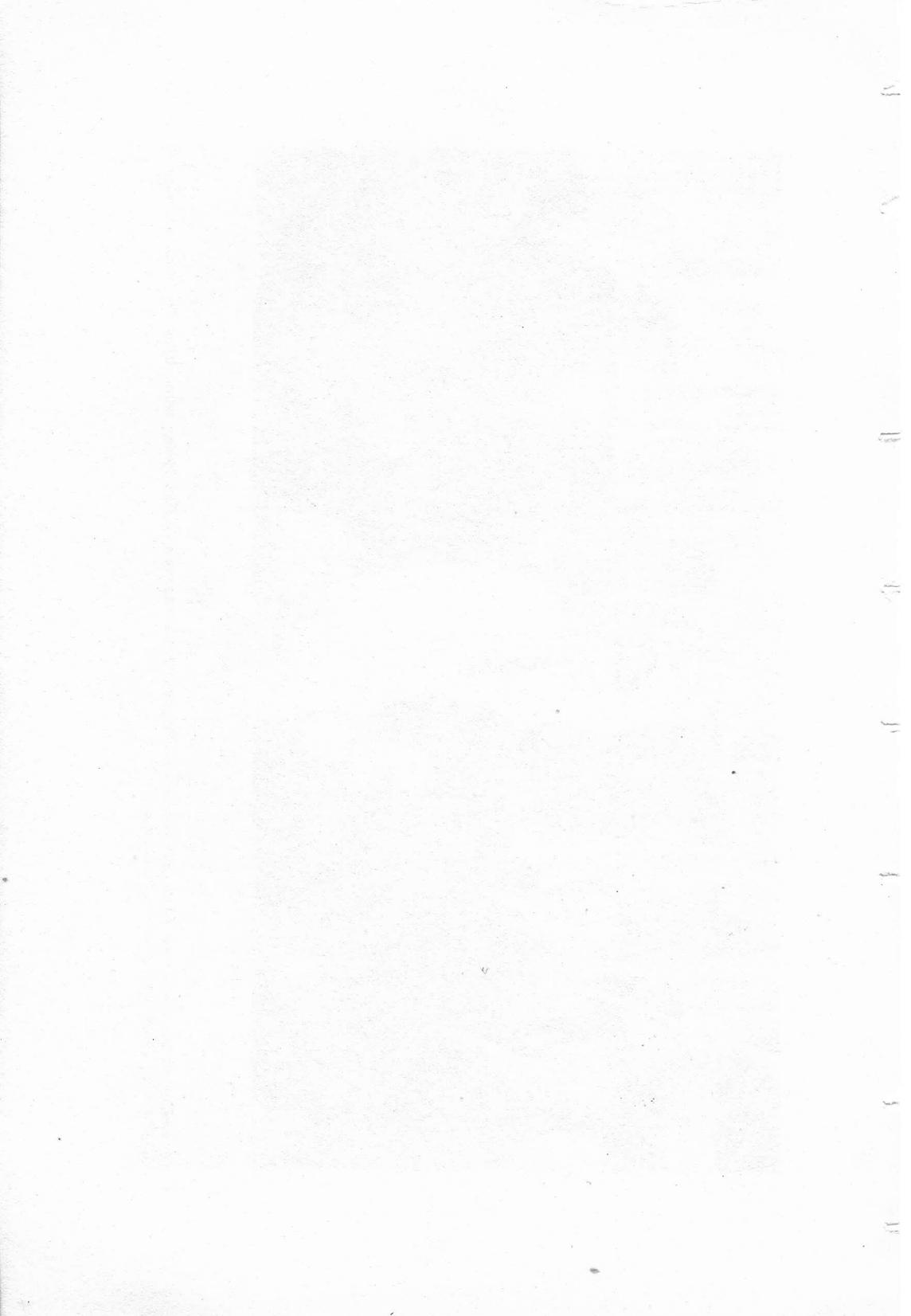
Evoco, com tristeza, velhos companheiros caídos no val do silêncio eterno. Rotarianos, eu reverenciaria as suas memórias só porque o foram: em Rotary somos uma irmandade afetiva, todos somos iguais no companheirismo. Mas a convivência mais demorada com alguns por certo os traria às minhas preferências melhores: Edgar Dutra Nunes, Abdenago Rocha Lima, Alvaro Weyne, Adriano Martins, Alberto Sá, Carlos Ribeiro, Pompeu Sobrinho, Clóvis Matos, José Ramos Torres de Melo, José Tomé de Sabóia e Silva, Nestorzinho Leite Barbosa, Antônio Jucá, Diogo Vital de Siqueira, Oswaldo Stuard Filho, Francisco Moreira de Azevedo, Inácio Gomes Parente, João de Queirós Lima, Adolfo Caminha, Antônio Fiúza Pequeno, Lineu Jucá, Raimundo Gomes, Alberto Craveiro, Pedro Machado da Ponte, José Lopes, Walter de Sá Cavalcante, Fausto Cabral, João Germano da Ponte, Raimundo de Oliveira Filho, Lourenço Mota, Filgueiras Lima, João Matos, são nomes perpetuados no meu coração, como gravados estão na lousa dos seus túmulos. Souberam servir. souberam fazer da amizade o melhor meio de servir.

Rotary continua. Novos clubes se fundaram em Fortaleza, com o crescimento das atividades profissionais e, portanto, dos profissionais. Lateralmente, outras instituições de serviço realizam a bela missão de ajudar a coletividade e estimular a fraternidade entre os homens.

O mundo cada hora precisa dessa estimulação e cada homem precisa de compreender que a sua felicidade "é fazer sempre alguma coisa e sentir-se contente com o que foi feito, e convencer-se de que pode ainda ser feita alguma coisa mais, e procurar fazê-la, e não cotejar nunca o que conseguiu com aquilo que os outros conseguiram, e não medir o trabalho alheio, antes de admirá-lo como um exemplo de que pode fruir resultados; não invejar, não pretender demasiado, satisfazer-se com o que vai alcançando, contar que hoje é mais do que foi ontem, dignificar de fato a personalidade, que agora



Os fundadores são: Girão, José Torné, José Barros Maia (Mainha), Pedro Philomeno e Reis Júnior, Wilson Silve, Presidente do Clube R. Oliveira Filho, Governador do Distrito (de branco)



é mocidade, amanhã será velhice, mas que deve sempre conservar a alegria de viver, e não a alegria que depende do tempo, que é vaidade e engano”.

## 56

A Legião Brasileira de Assistência, pensamento e iniciativa de d. Darci Vargas, em 1942, visou à proteção às famílias pobres, preferentemente as dos *pracinhas*. Quis torná-la de extensão nacional e, para isso, como fez aos demais Estados, endereçou telegrama a d. Brígida Holanda Pimentel, esposa do Interventor Meneses Pimentel, solicitando para a idéia o seu apoio. Paralelamente, a Associação Comercial do Rio de Janeiro telegrafava à Associação congênere, no Ceará, concitando-a a colaborar na criação de um núcleo da L. B. A., em Fortaleza.

O presidente da nossa Associação Comercial era o sr. Raul Conrado Cabral, uma das mais projetadas figuras da sociedade cearense, homem de comércio e de salão; e eu exercia, desde 1937, as funções de advogado da entidade. Por essa razão, quando, marcado o dia, seria o núcleo instalado, recebi indicação para pronunciar o discurso inaugural. Guardo o original do discurso, que não foi publicado.

A sessão, no dia 15 de setembro, no Palácio do Comércio, presidida pelo sr. Interventor Federal, contou com a presença de autoridades, cavalheiros, senhoras, animados do desejo de colaborar com a nova instituição. Entre as senhoras, anotei d. Brígida, Abigail do Amaral Rocha, Lígia Soares Bulcão, Zilda Martins Rodrigues, Carmelita Moreira Guédis, Mariinha Holanda, Maria Stela Ferreira Studart, Fernanda Sabóia, Arisa Boris, Helena Rangel Aguiar, Elerisa Ellery...

Foi aclamada presidenta d. Brígida Pimentel, e secretário o dr. Jorge Moreira da Rocha. A mim ficou reservado o lugar de Assistente Efetivo da Comissão Central, dividindo-se

esta em subcomissões, cada qual com o seu patrono e as suas finalidades.

D. Brígida, alma singela, matrona respeitável, não se sentia com saúde bastante para o movimentado desempenho do cargo, o que a levou a confiar-me as medidas que a presidência ia tomando em benefício da consecução dos objetivos legionários. Fazia-o com a sua aprovação, evidentemente.

Acabei empolgado pelo movimento, de tal sorte que, certa vez, me perguntou o amigo Alberto Craveiro se eu não estava dando mais à Legião do que à minha família. E estava.

Algumas daquelas damas, testemunhas da instalação, igualmente se atiraram, com fervor, às tarefas recebidas, e dentro de curto tempo a ação assistencial da L. B. A. se fez sentir em Fortaleza e em várias localidades do interior.

A alma feminina é um cofre de ternuras, um filão de sentimentos nobilitantes. Não são as mulheres a "esfinge indecifrável" de Wilde, senão umas. Outras possuem o coração aberto aos eflúvios da bondade, que as encorajam aos grandes gestos. A mulher é termo médio entre Deus e o anjo, bem definiu Destouches. E quando ela sai desse equilíbrio deixa de ser Mulher, para ingressar na linha vulgar das mulheres.

Imaginada por uma mulher, devia a Legião sustentar-se no potencial inexaurível da dedicação da mulher.

E, na realidade, não só algumas das fundadoras, como outros que se inscreveram espontaneamente, souberam oferecer o mais perfeito exemplo de amor do próximo. Lígia Bulcão, Mariinha Holanda, Fernanda Sabóia, Arisa Boris, Maria Laura Vally Rosa, Mariinha Ribeiro, Dalila Matos, Maria José Weyne, Marizot Girão, Almerinda Caminha, Maria Conceição Sousa formaram o batalhão do altruísmo, dessa bondade que sai de si e extravasa, vai para o sol e se manifesta nos atos e atitudes do bem, desprendidamente.

Deram à missão as cores de um apostolado, visitando míseros casebres, higienizando os seus habitantes sujos, vestindo nus, desguedelhando meninos piolhentos e curando feridas físicas e morais, onde fosse, expostas a contaminações e às grosserias da incompreensão ignorante. Jamais vi solda-

dos assim, edificadamente nobres, armados só da arma da abnegação cristã.

Crianças, inválidos, velhos, receberam as doces exalações da generosa cruzada.

Eu havia visitado, interessadamente, o serviço de proteção ao mendigo, em Curitiba, conhecendo-lhe as particularidades, e inspirado nele tentamos resolver de modo sistematizado o problema em Fortaleza. Preparamos o respectivo organograma, considerando-se as várias espécies de indigentes — falsos mendigos, mendigos loucos, doentes curáveis, doentes sem cura, doentes atacados de moléstias contagiosas. Procuramos o governo do Estado e o da Prefeitura para uma ação conjunta. Na hora precisa do cumprimento das obrigações assumidas, alegou aquele não poder contribuir em dinheiro e sim em sacas de café, recebidas gratuitamente do governo federal, e deste, nem sacas de café. . . A Legião, sozinha, não dispunha de verbas para as despesas da campanha, que por isso falhou. Até hoje não compreendemos como ainda se permite a humilhação da indigência nas ruas da Capital. O seu aspecto é humanamente doloroso e diz, desafiadoramente, com os brios da cidade.

Afastando-se d. Brígida, a presidência ficou interinamente comigo e mais tarde foi entregue a d. Maria José Weyne.

Na gestão desta, admiravelmente solícita, os devotados guardas daquele batalhão de fé entraram pelo interior (e eu os acompanhava), levando a várias cidades as benesses da solidariedade social, que é mais do que a simples e fria caridade da esmola.

Nada lhes embaraçava, nem as dificuldades e asperezas das viagens, de trem ou por estradas ruins.

Íamos. E deixávamos funcionando os centros municipais do instituto de d. Darci, sempre bem recebidos.

Na instalação do de Sobral deu-se coisa algo jocosa. As articulações tinham sido feitas com o bispo, d. José Tupinambá, com o Juiz de Direito, dr. José Sabóia de Albuquerque, e com o Prefeito Municipal, sr. Antenor Ferreira Gomes. No dia aprovado, chegamos lá — d. Maria José, d. Lígia Bul-

ção, d. Mariinha Holanda e outras, as quais acompanhei. Encontramos d. José na comemoração de um aniversário em casa de uma sua irmã. Estava almoçando e, terminada a refeição, veio receber-nos. Cumprimentou-nos gentilmente, mas fez logo a declaração de que não era mais bispo de Sobral, pois renunciara ao título. Por isso, não compareceria à sessão de instalação, a efetuar-se à tarde na Prefeitura Municipal. A declaração, peremptória, estarreceu-nos. Olhamos uns para os outros e vi que ele não estava *compos sui*. — “Mas, d. José, não podemos indagar das razões de sua renúncia, no entanto esta não foi aceita ainda. O sr. continua bispo de Sobral” — resolvi objetar-lhe. — “Não comparecerei, queiram perdoar-me”. Voltei à carga: “D. José, considere o fato de termos vindo a Sobral, após longa viagem, na confiança de suas respostas aos nossos entendimentos. Estas senhoras, nem sei com que espanto estão ouvindo as suas palavras; estão aflitas ante as suas afirmações”, retruquei. E aduzi, jeitosamente: — “D. José vai concordar em comparecer à reunião de que, logicamente, será o presidente”. O querido antístite era um impulsivo, porém um magnânimo. Conhecia-o de muito tempo e sei que me considerava, até pelo contra-parentesco que havia entre nós. O meu primo Benício Girão era casado com a sua sobrinha Raimundinha Frota Parente. A sua terra sobralense amava-o e confessava-se grata à sua fecunda atuação, tanto no terreno religioso, como no social e político. Falou a magnanimidade: — “Irei, porém não direi uma palavra”. — “Isto nos conforta, d. José”.

Na hora da reunião, já estávamos informados de séria desavença entre o Bispo, o Juiz e o Prefeito. Todos, entre si, se desentendiam. Um desentendimento *cruzado*. Presentes os três (eu me encarregara da organização da mesa), tomei a palavra e convidei d. José a ocupar a cadeira da presidência. Aceitou e sentou-se. Ao seu lado direito, coloquei d. Maria José Weyne e, logo em seguida, o dr. José Sabóia. À esquerda do Bispo fiquei, para o fim de orientá-lo no programa da sessão. Ao meu lado ficou o Prefeito. Pedi a d. José declarasse começados os trabalhos e accedeu. Fiz — competia a mim —

o discurso da solenidade, explicando os fins da LBA e concitando as autoridades de Sobral e o povo a ajudarem a comissão que acabava de ser escolhida para dirigir o núcleo. — “D. José, cabe-lhe agora encerrar a sessão. Deve ter sentido nosso entusiasmo e o dos presentes. Diga algumas palavras de solidariedade e estímulo”. Realmente falou, em oração não muito extensa, mas bastante sensibilizado. Houve satisfação geral. Os três não se encontraram, o que parece não foi por ninguém percebido. Estávamos vitoriosos e... o bispo reconsiderou a renúncia. Há homens assim, gigantes que se deixam conduzir por meninos. Utilizei, com êxito, esta minha antiga e saudosa qualidade. A questão não é de poder fazer e sim de saber fazer. *Modus faciendi*.

Outra vez, conversei longamente com d. José, tendo em vista a fundação de um clube de Rotary em sua cidade. Levei-lhe folhetos e prospectos de instrução acerca dos fins da instituição de Harris. Disse-me já ter lido muito a respeito, e naquela época a Igreja não a via com bons olhos. E acrescentou, risonho e amigo: — “Dr. Girão, de modo algum farei oposição aos seus desejos. São de todo justos. Mas aconselharei aos que me ouvem a não fazerem parte do clube”. Matou a questão. Quem iria aventurar-se a uma empresa dessa, sabendo da natural exclusão dos que *ouviam* o bispo? Só muito depois se fundou o Rotary Club de Sobral. D. José já não existia.

— Unindo os meus pendores rotários ao entusiasmo pelos trabalhos da LBA, tive a dita de contribuir, essencialmente, para a criação da Casa dos Cegos do Ceará. Dos marginais da Fortuna — e tantos se espalhavam pela cidade — eram os cegos os que mais causavam dó. Sem pão e sem as belezas da luz.

João Matos assumira a presidência do R. C. de Fortaleza e mostrou a sua preocupação com o problema. A sua alegria seria enorme se pudesse dar passos mais firmes para resolvê-lo. Fui ao seu encontro e garanti-lhe o apoio da Legião, e do oferecimento resultou a fundação da Sociedade de Assistência aos Cegos. Para a respectiva sede precisava-se de um

prédio e tivemos informação de que uma chácara, no Alagadiço, estava exposta à venda pelo proprietário — Imobiliária José Gentil S. A. O preço de Cr\$ 120.000,00 pôde ser reduzido para Cr\$ 100.000,00, graças à interferência do rotariano Raimundo de Oliveira Filho, neto do cel. José Gentil. A Legião forneceu o dinheiro e a aquisição se operou. Para as adaptações indispensáveis, concorreu mais com Cr\$ 10.000,00. O Rotary fez o resto. Em 19 de setembro de 1943, inauguramos a casa dos Cegos do Ceará (atualmente Instituto dos Cegos), com a benção do Arcebispo, d. Manuel. Começou desse dia o ritmo mais acelerado dos corações de José Matos, de d. Dalila Matos, do dr. Hélio de Gois Ferreira, de d. Maria Prata, pulando de carinho pelos que, desgraçados, pedem a claridade e não a encontram. Outros rotarianos ligaram-se inseparavelmente à Casa e todos puderam mantê-la na segurança do seu destino. D. Dalila tornou-se a mãe querida dos clientes da Casa, de tanto velar por eles, nas mínimas coisas. Como fazem as mães. Hélio Gois zela, ainda, com a sua delicada sensibilidade e a sua técnica de oftalmologista. João Matos superou-se no amor da entidade que imaginou e viu objetivada. O seu espírito de servir encontrou ali o mais indormido exercício. Jamais se arredou da convivência diária dos ceguiños, até morrer. Os nossos sentimentos afetivos foram da mais limpa sinceridade. Padrinho do meu filho Célber e eu padrinho do seu Luciano. Tenho motivos para afirmar nunca ter encontrado rotariano que mais o fosse, na espontaneidade do serviço. Rotary é servir. Estivemos juntos sempre, e também profissionalmente, quando ambos gerenciávamos a Companhia Ceará de Seguros Gerais, que ajudamos a fundar, em 1952, com o dinheiro e prestígio econômico de Pedro Filomeno Ferreira Gomes, José Maria Filomeno Gomes, José Carneiro da Silveira e Raimundo de Oliveira Filho. A organização jurídica da empresa esteve ao meu encargo.

João Matos morreu do coração, como do coração viveu. Chorei-o tanto quanto os seus filhos e a mulher. Penso que sim. Faleceu no dia 4 de março de 1959.

No período de 1949 a 1951 estive a dirigir o Clube Iracema, velha agremiação de fins recreativos e culturais, fundada em 1884.

Não limitou o Clube suas atividades às danças e festas de elegância. Estendeu-as às coisas do espírito. Os seus salões eram centro de concertos musicais, de conferências, de solenidades, de reuniões literárias. Adicionava a tudo isso a estimulação à Música e ao Teatro, mantendo um Coro Orquestral e um Corpo Cênico, formados de próprios sócios.

“A sociedade — palavras de um cronista — é composta na generalidade de moços do comércio — esse núcleo ativo que forma não só parte mais esperançosa de nossa mocidade como um elemento íntimo de nossa família, de nossos costumes, do nosso lar. Há entre eles estrangeiros distintos, empregados públicos estimados e, finalmente, todos dignos elos da cadeia social de nossa querida e mimosa cidade. Não há a aristocracia dos bailes do Clube Cearense (outro grande clube então existente), nem essa grandeza de nobiliarquia nem as deslumbrantes *toilettes* do clássico *noblesse oblige*; mas em compensação há vida, mocidade e prazer, que fazem do baile, não um agrupamento convencional de etiquetas e exposição de tipos e trajes; mas uma assembléia jovial, familiar, alegre, buliçosa, ativa, forte e robusta, que enche os pulmões de prazer e desenvolve-se, marcha, evolui, por meio dessa higiene moral que faz das sociedades o fator de civilização, do progresso e da grandeza da humanidade”.

Nos domínios da Arte, o Clube se prestigiou de admiráveis interpretações com que, naqueles mesmos luminosos salões, arrancavam os mais quentes aplausos *virtuoses* do porte de Alberto Nepomuceno, Frederico do Nascimento, Moreira Sá, Galiani, Vincenzo Cernicchero, Artur Napoleão, André Dalmau, Ladário Teixeira, Henrique Jorge e muitos outros.

Para mais incentivar as encenações, instalou, anexo à sua sede, um pequeno teatro, no qual se exibiam os amadores do

Corpo Cênico e também companhias que por aqui passavam.

Entidades diversas, como a Fenix Caixeiral, a Academia Cearense de Letras, instalaram-se no auditório do Iracema. E da dissidência de alguns iracemistas nasceu o Clube dos Diários, em 1913.

O renome do Clube transpôs fronteiras e a sociedade fortalezense tinha-o como peça integrante de sua estrutura mundano-social.

Em 1933, com Rui Guedis e Lohengrin Chaves, fui escolhido diretor do Clube, tempo em que este funcionava no "Palacete Ceará", hoje ocupado pela Caixa Econômica Federal. Depois, em dezembro de 1939, transferiu-se para a sede definitiva, na Praça dos Voluntários, prédio desapropriado, em novembro de 1947, pela Prefeitura Municipal. Realizamos, ali, a "festa da despedida" em 13 de dezembro.

.. Pensava-se — e teria havido segundo intuito na desapropriação — que a tradicional agremiação iria desaparecer, e, realmente, esteve por um fio.

Numa das sessões da diretoria foi posta em pauta o destino a ser dado ao dinheiro correspondente à indenização. Opinavam uns por que fosse a quantia imediatamente aplicada na construção de outra sede, enquanto alguns achavam mais certo dividi-la entre os sócios proprietários. Pedro Machado da Ponte, que já fora presidente duas vezes, era deste último parecer e assim o propôs à consideração dos diretores. Havia um que trabalhou alguns para que o aprovassem.

Fiz-lhes ver, então, do erro que representaria essa fórmula, cujo resultado lógico equivaleria à extinção do Iracema. Em tom delicado, mas enérgico, direi patético, resumi o histórico da evolução e das tradições do clube de 1884 e os excitei a não adotarem semelhante solução. Outros se manifestaram e tive o prazer, o imenso alívio de verificar que Pedro Machado, nobremente, retirava a sua proposição. O Clube subsistiria. E subsistiu. Aquelas tradições de triunfos não podiam morrer assim melancolicamente em nossas mãos.

A importância da expropriação foi, na minha gestão, aplicada na estrutura de concreto da nova sede, na Rua Barão de

Aracati, obediente ao projeto do engenheiro Emílio Hinko. Em 1951, podíamos realizar ali, embora ainda incompleta a construção, a chamada "Festa do Ressurgimento".

— A Associação Cultural Franco-Brasileira, fundada em 6 de setembro de 1943, esteve sob a minha direção de 1951 a 1954. Já era seu associado, fazia algum tempo, quando nela representava as Alliances Françaises o professor Charles Pomerat, uma das pessoas mais interessantes, vivas e inteligentes que eu conheci. Afável e comunicativo. Solteiro, a morar no Palace Hotel. Havia feito a II Grande Guerra e serviu na tropa de ocupação da Alemanha. Depois que se afastou da função, nunca mais nos deu notícias suas. Jamais nos dirigiu um bilhete, e bem sabíamos que era assim um tanto esquisito. Todos os da Associação o admirávamos e aceitamos como natural a sua displicência ou modo de ser. Ficamos seus amigos.

Para substituí-lo, veio Mr. Lucien Brosse, acompanhado da mulher e dois filhos menores.

Sobrecarregado de despesas com a viagem, não ficara em condições de alugar uma casa onde pudesse decentemente morar. Após ouvi-lo, e com a sua aquiescência, resolvi transformar em apartamento habitável umas dependências que serviam de depósito, no prédio mesmo da entidade.

Consegui levantar o numerário preciso e em pouco tempo a família Brosse achava-se instalada ali. Modestamente sim, porém com a vantagem de não pagar aluguer e a de achar-se em contato direto com os negócios e os alunos da Associação. Posteriormente, alugou casa, até retirar-se do Ceará, mandado para outra missão cultural do seu governo.

Mantivemos, minha família e eu, com os Brosses as mais estreitas relações de estima. Ele, de fino trato e a senhora também, ambos muito simples e cordiais. Não custou que Mr. Lucien se familiarizasse com a língua portuguesa, o que foi menos fácil a d. Madelene. Os meninos — Remi e François — de repente aprenderam o nosso idioma, afazendo-se ao linguajar de rua, com os seus modismos e as suas irreverências...

Proporcionei-lhe as facilidades e os meios ao meu alcance e, juntos, os dois casais e mais o distinto amigo Hildebrando

Sisnando visitamos o sul do Estado, para que ficassem conhecendo melhor, como desejavam, aquela tão sugestiva e típica região cearense. Muito observaram, sentiram e fotografaram. Na ida, tivemos que jantar na pequena cidade de Barro, num desses míseros *hotéis* que ainda hoje nos envergonham pela ausência do mais mínimo conforto. No fundo da sala de refeições, em cima da abertura de uma porta, estava escrito, em letras pretas — *Dicida*. Brosse olhou demoradamente e perguntou-me o que seria. Também não estava atinando no sentido da legenda. Fomos olhar de perto e nos certificamos de que aquela palavra era uma advertência a quem penetrasse além da porta: havia uma pequena rampa escorregadia, conduzindo ao fundo do quintal. O dono do desgraçado frege quis escrever — *Descida*. Muito curioso, Brosse anotava as menores particularidades.

Não sei se pude oferecer à Associação quanto ela esperava de minha parte; afirmo no entanto que se mais não fiz devo às minhas lastimáveis carências. E a carência não foi maior, porque muito me ajudaram Bertrand Boris, Aderbal Freire, Francis Bloch, Jaime Gaspar, Carlos Quixadá, incansáveis nomes tutelares daquele tão útil e necessário núcleo, onde se cultivava a língua francesa, a literatura francesa e, sobretudo, se cultua o espírito da França. Bem poderia dizer, como John Ruskin: *this is the best of me*.

Durante a minha gestão, tivemos ensejo de receber visita de personalidades ilustres, como a de Mr. Espana, Adido Cultural da França no Brasil, e Mr. Lucien Febvre, do Colégio de França e presidente do Departamento de Altos Estudos da Sorbonne. A ambos coube-me saudar em nome da Associação e de nosso povo.

Do mesmo modo, tocou-me presidir ao “Comité des Fêtes du Bimillenaire de Paris”, no Ceará, tendo proferido o discurso oficial das comemorações, que se prolongaram por uma semana.

De Mr. Espana veio carta em que me afirmou: “Je viens d’arriver à Natal et je ne veux pas tarder davantage à vous dire toute ma gratitude pour le très grand succès des mani-

festations que vous avez organisées en qualité de President du Comité des fêtes du bi-millenaire de Paris. Tout ce que a été fait à dépassé, et de loin, tout ce que j'aurais que imaginé. Je veux vous dire aussi combien j'ai été touché par votre constante bonne grâce à mon égard”.

Fui homenageado, afinal, pelo Governo francês, com a Medalha de Bronze, com a qual recompensa os que prestam serviços à Cultura Francesa.

— As funções de Presidente do Conselho Penitenciário do Ceará exerci-as pelo espaço de doze anos, dos vinte e um que o servi como conselheiro, título que renunciei para ir organizar e presidir o depois extinto Conselho Estadual de Cultura, criado no governo do cel. Virgílio Távora e cuja sorte foi avessa por ter sido boicotado pelo Secretário de Estado a que se subordinava. Jamais percebi o motivo dessa atitude-reacionária.

A presidência da 2.<sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julgamento foi objeto de meus cuidados quase três anos. As atribuições dessa Junta estavam dobradas, pois que nunca funcionou a 1.<sup>a</sup> Como indica o nome, a sua missão é acima de tudo conciliatória, até esgotar-se a última tentativa para conseguir-se o acordo entre os litigantes. Frustrado este é que se dá o julgamento. Delicado, portanto. Fui nomeado para ela por ato do Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Ceará, sr. Luis Mezzavila e datado de 30 de agosto de 1938. Terminei a minha tarefa judicante em abril de 1941. O cargo era gratuito, e na hora em que passou a ser remunerado, eu sobrei. E me sobraram razões para conjecturar como são as coisas deste mundo. E como é a política, de sua parte.

Todavia, agradou-me vir do Delegado Regional, dr. Raul Uchoa, homem de formação intelectual e de espírito finalmente aprimorado, este elogio confortante: “Esta Delegacia Regional sente-se no dever indeclinável de vir agradecer-vos a eficiente e brilhante colaboração que tão patrioticamente soubeste prestar à causa da justiça trabalhista, no exercício do cargo de presidente da 2.<sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julga-

mento, nesta Capital. Merece tanto mais ressaltada essa colaboração quanto é certo que lhe emprestastes vossas acendradas qualidades de inteligência e caráter, a serviço de um alevantado espírito público demonstrado, de sobejo, nos vossos acertados julgamentos" (2 de maio, 1941).

## 58

Efetuar-se-iam a 3 de outubro de 1954 as eleições, entre outras, para Governador do Estado e Prefeitos Municipais, no Ceará.

Em Fortaleza, desde muitos meses candidatos desenvolviam suas campanhas, aliciando prosélitos, percorrendo bairros, fazendo comícios, publicando conclamações, utilizando, enfim, meios que pudessem trazer-lhes a vitória das urnas.

Um deles era o dr. Acrísio Moreira da Rocha, o outro, o prof. José Denizard Macedo de Alcântara, e o terceiro, o prof. Ari de Sá Cavalcante.

Aquele já havia exercido o cargo de Prefeito da Capital e plantara a semente da sua popularidade. Agora, exacerbaria o seu populismo, forma política em voga, de extensão universal, em que as massas se deixam arrastar pelo carisma de certos indivíduos, na verdade irresponsáveis e geniais, muitos deles saídos do nada. O fato é que acabam dominando, e o fenômeno tem sido estudado largamente, em busca de uma explicação, realmente difícil. O líder varia de tipo e cada qual sabe fermentar o espírito coletivo ao seu talento. Uns encarnam reivindicações de classes menos favorecidas, ansiosas das modificações nas estruturas políticas, para que lhes venham oferecer o bem-estar sonhado. Outros, fazem do poder político em que se encontram a cornucópia dos benefícios, valendo-se do prestígio do cargo e da chave dos dinheiros do Tesouro Público. Outros ainda vencem as opiniões, conquistando-as à custa de doutrinação bem arranjada. E há, também,

os que não despendem muito trabalho e se vêem admirados e aplaudidos. Em todos os casos, a essência é de fundo místico.

A História os aponta e, geração do século atual, continuam gravados na memória os Hitler, os Mussolini, os Kemal Pachá, os Franco, os Nasser, quantos! No Brasil, Getúlio Vargas configurou o líder solerte, misturando o seu *fiquismo* com a qualidade de *pai dos pobres*: e, canhestramente, Plínio Salgado juntou ao seu derredor os iludidos do integralismo.

De limites paroquiais, o dr. Acrísio Moreira da Rocha não souou muito para solidificar a sua populística. Ele mesmo tem proclamado que nunca se deu a cortejar o povo. Nem sei se guarda bem segura a interpretação de sua influência sobre a vontade dos que o acompanhavam cegamente. Homem rico, bem situado na vida social e mundana, não começou, qual vários condutores de gente, de baixo par acima. Do alto é que desceu para os aplausos dos seus admiradores. Ou estes subiram a ele.

Gustavo Le Bon, em *A Psicologia Política*, comenta conceitos de *O Globo*, de Paris: "A credulidade da multidão é insondável; é ilimitada como o infinito. A turba não pede provas nem verossimilhança; bastam-lhe promessas e afirmações. Ela se deixa embalar e adormecer por charlatanescos anúncios, e quanto mais grosseiros são, tanto mais completamente a seduzem. Que as esperanças que lhe fazem fulgurar aos olhos sejam manifestamente loucas, que elas sejam desmentidas pelos fatos do dia seguinte, pouco importa; ela é de tal modo confiante e cega que se irrita por vezes mais contra quem lhe abre os olhos do que contra os histriões que a iludiram". "Aplique-se o que precede à política — acrescenta Le Bon — e tereis a gênese do êxito de certos indivíduos e de certas doutrinas. Prometer quimeras, afirmar sem prova, repetir incessantemente as mesmas promessas, mostrando as próprias vantagens em relação ao seu concorrente, tal é a forma do sucesso".

Está aí, bem clara, em síntese, a causa de que é feito a vitória dos líderes populares. O resto, nada mais é que uma literatura imensa em volta disso.

O segundo concorrente às eleições municipais, o prof. Denizard, vestia a camisa verde e vestia-o, igualmente, o ardor imoderado dos *anauês*. Não liderava, antes representava uma parcela do plinismo, e o fazia, sei, obediente à mais estreme convicção. A doutrina do sigma envolvia, diga-se bem, intenções corretas dentro na linha de sua objetivação: ganhar o poder antes que o agadanhasse o comunismo internacional. Mas o regime desejado pelo integralismo morreu de falta de fôlego. Não tinha pulmões; só garganta.

O candidato dr. Ari, filiado ao Partido Social Democrático (P.S.D.), não perdia minuto, quase um ubíquo, a tentar, em toda parte, obter a simpatia dos eleitores. Havia bem um ano que o arrastava essa teimosia. Professor, dono de colégio, confiava principalmente na solidariedade dos estudantes e nos votos que êstes pudessem angariar. A obsessão levou-o a perder a calma e ofender os seus competidores: não admitia a derrota.

Apolítico, eu apreciava de palanque, como se costuma dizer, essa agitação dos pretendentes ao posto de Prefeito desta linda cidade de Matias Beck e de Nossa Senhora da Assunção.

Encontrava-me, com Mozart Soriano Aderaldo, no Recife, a representar o Instituto do Ceará no Congresso de História comemorativo do Tricentenário da Restauração de Pernambuco. Fins de julho e começo de agosto de 1954. Hospedamos no Grande Hotel, e, ao despertar um dia, tive que atender a um chamado telefônico de Fortaleza. Quem me falava era José Ramos Torres de Melo, meu velho e sempre amigo, para consultar-me — imagine-se o que — se eu aceitaria a indicação de meu nome como candidato a Prefeito, pela União Democrática Nacional. Não poderá você escusar-se, gritava-me pelo fio. Pensei num trote ou brincadeira e comentei com Mozart. Porém Torres de Melo insistia numa decisão rápida de minha parte, pois que faltavam dois meses, e não mais, para o pleito, a 3 de outubro. Somei, diminuí, multipliquei e dividi tudo de relance e vi, de um lado, a lembrança do que sofrera como Prefeito em 1932-1934, aliada à quietude, agora,

de minha vida particular, e, do outro, o amor da cidade, que sempre me animou, estudando-lhe a história e as tradições e defendendo, onde necessário, a integralidade dessas mesmas tradições e o seu patrimônio urbanístico-paisagístico. *Entre les deux...* e venceu a opinião de não aceitar, sem supor que Torres de Melo viesse à pressa, com a intenção de convencer-me a uma aquiescência. Não querendo interromper as minhas atividades no Congresso Histórico, sugeri ao inquieto amigo ouvisse, no Ceará, pessoas cujos pareceres melhormente me orientariam na conjuntura: os tios Eduardo Girão e Tibúrcio Cavalcânti e Ananias Frota de Vasconcelos, casado com uma de minhas queridas primas, meu compadre, e agora um dos elementos de direção da Liga Eleitoral Católica. Para credenciá-lo a tanto, escrevi e entreguei-lhe uma carta dirigida aos três.

Datado de 2 de agosto, expedido às 17,20 hs, recebo de Torres este cabograma urgente: "Amigos citados carta fui portador cientes teor este cabograma não opõem embargos decisão queira tomar pt Peço permissão anunciar candidatura e preparar recepção. Cabografe urgente. Abraços. Torres de Melo". E, taxado minutos depois, às 17,37 hs, este outro: "Aditamento meu cabograma informo confidencialmente sua candidatura recebida maior simpatia e entusiasmo sr. Arcebispo e Ananias. Abraços. Torres de Melo".

Mas na manhã seguinte, vinha um outro, do meu tio Eduardo Girão: "Duvidoso possã triunfar Considere também possível reflexo desfavorável situação moradanovense Tiburcinho pensa mesmo modo Todavia resolva entender. Abraços. Girão". E ainda outro, da mesma hora, de Torres de Melo: "Nosso candidato Esperamos sua vinda a fim concretizar impedimentos. Abraços. Torres de Melo".

Valia o primeiro uma ducha da experiência e sensatez dos tios, notadamente porque, provável candidato da U.D.N., no seio desta o meu nome não era pacífico, com a reserva de uns e a oposição de outros. O mesmo acontecia dentro da L.E.C., levada a sua direção a adotar a candidatura do ex-deputado Luís Sucupira. Libertei-me das dúvidas e res-

pirei o ar da tranquilidade. Não era mais candidato... dos outros.

Andou o relógio e decorridos poucos dias chegam-me a casa, com surpresa minha, muitas pessoas que logo identifiquei como componentes da U.D.N., do Partido Democrata Cristão (P.D.C.) e da L.E.C. Entre outros, Virgílio Távora, Aderbal Freire, Luís Sucupira. Vinham dar-me ciência de que novos entendimentos conduziram à solução do afastamento da candidatura Sucupira e ao ressurgimento da minha. Sucupira encontrava-se ali para confirmá-lo e reafirmar o apoio da Liga. Onde estaria a minha agulha sempre solícita?

O homem põe e Deus dispõe: accedi. Iria experimentar uma novidade para mim — os afanosos e enjoados azares de uma batalha eleitoral dirigida por quem nunca o supusera.

Dirigi dali mesmo a primeira saudação aos fortalezenses: “Não me ofereci. Nem sequer o imaginava, ausente daqui, no Recife, a representar o meu Estado num congresso cultural.

Chamaram-me de lá e relutei. Chegado depois, continuei a relutar. Não por tibieza e sim por natural prudência.

E como, na verdade, o homem é filho das circunstâncias, atendi por fim ao chamado.

Quem me convocava para decisão tão séria não me exigia compromissos nem solicitava compensações. Seria, eu, ficou bem claro, o candidato que representasse a corrente de quantos, numerosos e sensatos, anseiam pelo bem do Município.

Assim disposto, estou desde este momento candidato a Prefeito de Fortaleza, cargo que já conheço, porque já o exerci — diz-me a consciência — a contento da população da cidade.

Prende-me, portanto, o compromisso único e grave de trabalhar, com o ardor com que trabalhei, pela felicidade dos munícipes, sem prevenções a quem quer que seja e levado pelo amor, que sempre esteve em mim, a esta cidade querida, objetivo de meus constantes desvelos há longos anos, onde quer que fosse, nas palestras de rua, nos artigos de jornal, em conferências literárias e livros publicados.

Sei das necessidades dos fortalezenses, considerados no seu conjunto, e o meu novo grande esforço será pela satisfação delas, obediente aos ditames do equilíbrio indispensável.

A cidade é um todo e como um todo há de ser olhada, sem que esteja a prometer o impossível. Quem promete o impossível não poderá evidentemente concretizar a promessa.

Por ora, apenas devo dizer: serei o Prefeito de todos, sem peias partidárias nem pretensões políticas de nenhuma espécie. Nunca fui político nem alimento idéia de fazer carreira política. A minha candidatura é, pois, a larga porta por onde podem entrar quantos realmente desejam a felicidade e o progresso desta cidade heróica”.

O lançamento oficial e solene da nova candidatura deu-se no dia 15 (de agosto) no Teatro José de Alencar, presidida a mesa pelo dr. Fernandes Távora. Nunca vi tão repleto o Teatro. Pronunciei naquela ocasião longo discurso-plataforma, e entreguei-me aos trabalhos da campanha, para sentir, em pouco tempo e nas devidas cores, que o esforço seria vão. O populismo estava de um lado e as forças políticas do outro, porém divididas, com evidente vantagem para aquele. Sem esmorecimentos, todavia, fui para a frente dia e noite.

Não me sobrava, para a propaganda, senão pouco mais de um mês, e os competidores já vinham de longe, trocando-se doestos e atritando-se. A maioria do eleitorado já devia estar compromissada. Não estaria eu isento desse processo injustificado de alguém pretender impor-se ferindo e insultando os demais. E sofri, realmente, o insulto, sem nunca insultar ninguém. Nunca sequer pronunciei o nome dos meus contendores.

Com o dr. Acrísio, a nossa mútua elegância foi total. Seu amigo, interponha-se além disso, entre nós dois, a figura eloquente de Pedro Philomeno Gomes, seu sogro e meu dileto companheiro de Rotary Club. Velha e leal cordialidade nos aproxima até hoje.

Da parte do representante integralista o que me informavam é que brandia em relação a mim a arma do motejo: era um ancião, coisa que o tempo levou, o candidato da U.D.N. Esqueci e tive a ventura de transformá-lo num dos meus excelen-

tes amigos e num daqueles que admiro sinceramente pela cultura e inteligência que possui. A companhia no Rotary e no Instituto do Ceará mantêm a amizade. É um dos mais brilhantes intelectuais de nossa terra.

Mais ferino, sem medida no referir-se ao adversário, o dr. Ari teve o comportamento dos insequentes. Mas, passados os ventos das emoções circunstanciais, de novo nos encontramos, com a boa cordialidade que devemos manter uns para com os outros.

Paralelamente, ardia-me a chaga mais funda da atitude de alguns participantes da U.D.N., fingindo de cordeiro a sua deslealdade feia. Tendo assentado como lema da campanha a fórmula *candidato sem compromissos*, era óbvio que não poderia contar, na hora exata, com aqueles que só alimentavam o fito de lucrar, fosse por que jeito fosse. E não eram poucos. Até que um dia, uma noite, na casa do dr. Paulo Sarasate, candidato a Governador pela U.D.N., a coisa esquentou e declarei que me retiraria da campanha. A esta declaração, acompanharam-me Torres de Melo e Paulo Cabral, solidários comigo na retirada. Sarasate, com o temperamento nervoso e resoluto que o caracterizava, interferiu: "Neste caso, quem se retira sou eu". Fiz-lhe ver, então, que era o candidato do seu partido ao mais elevado dos postos eletivos, ao passo que eu postulava uma Prefeitura apenas, e com a agravante de não ter vinculação partidária. A tensão foi contornada habilmente pelo major Virgílio Távora, que pediu a todos deixássemos para resolver-se o impasse no outro dia. Jogava assim água gelada no braseiro do momento.

Na verdade, mais por atenção aos responsáveis pela minha candidatura — Torres de Melo e Paulo Cabral, e a quantos esperavam ver-me novamente no cargo, deixei de concretizar a renúncia; mas o quadro, daí por diante, apareceu nas tintas da realidade. Os trânsfugas udenistas, muitos deles bandeavam-se para quem mais oferecia, e tantos votos a menos para mim e a mais do lado de lá correspondiam a uma duplicada brecha na minha votação. Fiz ver isto aos meus leais amigos e auxiliares da jornada cívica — Madaleno Girão, Alen-

car Araripe, Luís Carvalho, Porfírio Sales Filho, José Maurício Colares, Murilo Moreira, Néri Camelo, Fausto Arruda, Luciano Magalhães, o entusiástico Clodomir Girão e outros, os quais, no entanto, ainda criam em nosso triunfo.

Aprendi uma lição e certifiquei-me do que é o político interesseiro, pronto a fugir à palavra e mascarar a promessa. Pessoas incapazes, na vida particular, de uma incorreção, de uma safadeza reles, de uma mentira, incapazes de nem pensar nelas, adquirem outro rosto moral e não se pejam de justificar os procedimentos mais cínicos. Adaptam-se, desvergonham-se, tartufam-se. Não escolhem meio para o fim. Jogam o vale-tudo de golpes baixos. Vão à infâmia das cartas anônimas e das denúncias torpes. Acoimaram-me de maçom para inutilizar-me como candidato apoiado pela Liga Eleitoral Católica. Não foram poucas as insinuações junto ao bispo d. Antônio Lustosa. De alma desarmada, sem energia em meio à confusão, não sabia decidir, e foi quase a fórceps que se pôde retirar dele o desmentido às aleivosias. Nunca tive a honra de pertencer à organização maçônica. A minha qualidade de rotariano foi apontada como herética, incompatível com um mandatário católico. Escrita por uma alma danada, caiu às mãos do prelado carta chamando-me de ladrão. Ladrão não sei de que, e foi com sofreguidão que pessoa, hoje minha amiga, serviu de estafeta da injúria.

Como eu previra, como a boa análise dos fatos podia autorizar, venceu o populismo. O fenômeno era árvore de raízes grossas e houve o fruto. Restou-me, tão só, mandar esta mensagem: “Aos Meus Amigos e ao Povo de Fortaleza:

“Devo aos meus amigos e ao povo desta cidade algumas palavras de confiança e de agradecimento.

É que os resultados das urnas de 3 de outubro vieram mostrar que o triunfo não me coube, em virtude de fatores já por demais conhecidos. Entre estes a desregrada fraude que maculou irremediavelmente as eleições, consequência indiscutível da deplorável incapacidade da Justiça Eleitoral que, de tão desarticulada, não pôde ficar sequer à altura de um mínimo de eficiência no desempenho de sua alta missão de garan-

tir a lisura do pleito. Digo-o com as devidas vênias, sem intuíto de recriminação e unicamente para registrar o fato.

Estou em que não desmereci da confiança que em mim depositaram os partidos políticos que me trouxeram à luta — a União Democrática Nacional e o Partido Democrata Cristão e, mais que isto, da confortante confiança que em mim depositou o eleitorado consciente e esclarecido do Município.

Na campanha em que me empenhei, inspirado só nas boas intenções, dei o máximo do meu entusiasmo cívico e nunca saí — diz-me a consciência — da linha reta das práticas democráticas.

Não pedi a quem quer que fôsse um voto ao menos, e não comprei nenhum. Por modo algum constrangi alguém a votar em mim. Sufragou o meu nome quem realmente confiou nele e na sensatez do programa que como candidato ofereci, sem promessas mentirosas, nem o oferecimento de favores quaisquer, atuais ou futuros.

Volto ao sentido comum, rotineiro, da minha vida pública e particular, sem achar-me arrependido de ter-me dele desviado alguns dias, para tomar parte numa reação que eu acabei julgando necessária. O episódio desse desvio trouxe-me, ao contrário, muito contentamento, porque constituiu, para meus estudos, excelente campo de pesquisas e observações acerca dos homens e dos processos políticos, assim como do estofo moral de muita gente e, por outro lado, me deu a convicção de que não sou covarde. Conclamado para uma refrega que me era de todo nova, fora completamente dos meus hábitos, estive nela e dei conta do que me pediam. O teste em relação a mim mesmo foi-me integralmente positivo.

Resta-me, nesta oportunidade, agradecer a quantos daqueles aludidos partidos e do povo em geral, me acompanharam, estiveram comigo solidários, incentivando-me e ajudando-me com as suas contribuições de apreço e simpatia, quer pessoalmente, quer pela imprensa, quer por meio de telegramas, cartas, telefonemas, manifestos escritos e pelo voto. Faço-o de alma cheia, na impossibilidade de abraçar a cada um, como desejava. E esse agradecimento é intensamente sin-

ceros, posso assegurar. A minha alegria por ter contado com tantos e tão leais amigos não tem limite. Sei que o meu coração transborda.

Raimundo Girão.”

## 59

Perguntaram-me o que é a maldade. Respondi que era um homem (um homem?) que eu conheci. Encarnava-se nele a definição mesma da maldade, da maldade de espírito; nasceu mau e bem podia ter sido um bom, filho que foi de um bom. Negou ao pai como negou ao atributo que mais nos deve marcar — a bondade. Um excrescente, o mau, a espojar-se no mal, viver do mal, amar o mal. A sua mente não se areja de sentimentos castos, não recebe a doce luz das estrelas da dignidade humana. Embota-se no azinhavre do ódio e do prazer de injuriar, de ofender, de denegrir. Agrada-lhe até ao êxtase a detração, com a calúnia se alegra, euforiza-o a peçonha da maledicência. Não vê a claridade do mundo do sol, das flores, dos sorrisos, cego na sua incurável paixão de tisanar. Não mede o preço da injúria e injúria. Não se conforma com a nobreza alheia e quer conspurcá-la. Arrasta-se de bom grado nas correntezas da malícia e, insensível, desconhece a virtude dos outros. A treva é o seu ambiente estimado, porque do escuro pode ferir com precisão maior, causar o dano e destruir, insuspeitado.

Supura má vontade, a vontade doentia de ser mesquinho. Como um sádico, difama, insulta, levanta o falso, com o mesmo apetite com que se alimenta e bebe. O sub-reptício é o tronco detrás do qual atira o projétil venenoso dos seus instintos ruins, e o anonimato lhe é uma das armas prediletas. Esta é a maldade do espírito e, assim perigosa, desleal, emboscada, é pior que a outra, a maldade do coração, a que assassina, rouba ou estupra. Vitor Hugo fala-nos da felicidade negra dos maus. Realmente, eles têm a volúpia, o gozo

de sorver o licor dos demônios. A esse homem, igual a infinitos outros que eu conheci, eu perdoei.

## 60

O coronel Manuel Cordeiro Neto candidatou-se às eleições de Prefeito Municipal de Fortaleza, verificadas em outubro de 1958, para o quadriênio administrativo de março de março de 1963. Venceu fortes contendores — Ary de Sá Cavalcante e Flávio Portela Marcílio — apesar da impertinente oposição sofrida.

Fora Chefe de Polícia no governo do dr. Meneses Pimentel e saiu com a fama de autoritário, acusado, entre outras imputações, de obrigar os presos correccionais a uma espécie de trabalho forçado, qual o de submetê-los ao sofrimento de carregar, dia e noite, pesados fardos — depósitos ou latas com material de construção — para prédios que estava levantando.

Inteligentemente, fez da figura da lata o símbolo de sua campanha eleitoral, neutralizando com isso, em grande parte, as prevenções.

Mantendo com ele cordiais relações de amizade, fui um dos seus eleitores. Achei-me à vontade para sugerir-lhe se desse maior importância às questões urbanísticas, mais ainda a ligada ao contrato de um técnico que viesse elaborar, em definitivo, o plano de remodelação e expansão da cidade, e à criação de uma Secretaria de Urbanismo. Aceitou o alvitre. Por intermédio de Ezequiel de Meneses, mais tarde um de seus Secretários, tivemos ensejo de conversar longamente a esse respeito, isso em determinado dia, num sítio à estrada de Maranguape, no qual se refazia das lutas eleitorais. Durante horas, trocamos idéias, presente sua esposa d. Adelzira, que me recebeu com a lhanza e simplicidade que tanto a caracterizam. Almoçamos, e à tarde voltei a casa.

Porém só em janeiro de 1961, passado portanto um ano,

foi instituída a Secretaria de Urbanismo e eu nomeado seu primeiro titular. Aguçava-me à aceitação do cargo a possibilidade de mais uma vez prestar serviços a esta querida cidade. Alguns amigos advertiam-me de que isso constituía para mim uma diminuição, mas prevaleceu o propósito de ser útil.

Logo, tive de enfrentar a reação do Clube de Engenharia, insatisfeito com o fato de ser confiada uma Secretaria desse tipo a pessoa não portadora do diploma de engenheiro. Superada a discordância, entrei a concretizar o meu esquema de ação, estruturando a nova Pasta, para o que ouvi engenheiros de minha intimidade.

O Prefeito considerava-me pessoalmente, mas não sabia trazer aos seus auxiliares diretos o calor da solidariedade indispensável aos que se empenham numa operação de equipe. Por isto, Silveira Marinho, um dos sustentáculos da candidatura Cordeiro Neto, cedo se desgostou, afastando-se do cargo de Chefe do Gabinete, por sentir-se, em suas palavras mesmas, "cansado de não fazer nada", pois o Chefe do Executivo qual "eficiente esponja, absorvia todos os serviços, transformando seus auxiliares, com quem jamais se reuniu para acertar as medidas necessárias à administração, em autênticas figuras decorativas". Holmes Cordeiro e Ezequiel de Meneses, desgostosos por sua vez, demitiram-se de Secretário de Finanças e Secretário dos Serviços Urbanos.

Cada qual toca a sua música, mói o seu temperamento, e o ilustre militar não seria homem de permitir que os outros fizessem: queria dirigir tudo. E, principalmente, não se guiava pelos bons métodos de trabalhar, muito dispersivo na sua ambição, aliás louvável, de realizar o máximo.

Escolhera um Secretariado pouco feliz e não lhe dava muitas bolas. Somente ao Secretário dr. Amauri de Castro e Silva oferecia melhor solicitude, e com razão, dadas a sua competência técnica e a sua incondicional lealdade.

Poderia ter produzido muito mais, sem que se possa, todavia, negar-lhe o grande mérito de haver criado, pioneiramente, uma Secretaria de Urbanismo e de ter, valentemente, aberto as avenidas Perimetral, Beira-Mar e Luciano Carneiro.

Igualmente, o de ter contratado com o arquiteto Hélio Modesto a elaboração do Plano Diretor da Cidade. À sua atuação decidida e desabusada devem-se soluções imperiosas que pelos processos comuns se eternizariam. Metia a cara e, como se diz hoje, obtinha o resultado *na marra*.

A nova Secretaria de Urbanismo, se lhe tivessem dado maiores recursos financeiros, identicamente teria sido mais positiva: o rogo, a mão estirada era o meio, direi humilhante, de arrancar algum dinheiro da Secretaria de Finanças, onde ninguém se entendia. Diante disso e por não aguentar semelhante confusão, o caminho que divisei foi o de exonerar-me, um ano antes de terminar o tempo da gestão.

Não o fiz — como se propalou — porque estivesse atritado com o Prefeito, em consequência de minha posição de defensor da tese de revisionismo histórico que procura mostrar ter sido o holandês Matias Beck o fundador da fortificação em redor da qual se formou a capital cearense. A exoneração, isto sim, resultava de não mais poder respirar o clima de incoerências que invadia a Prefeitura. Não havia mais condições para permanecer ali, assim tomado de constrangimentos.

Ao contrário do que se espalhava, o Prefeito, pelo menos aparentemente, me apoiava na desagradável conjuntura: presidindo por exemplo à expressiva solenidade da inauguração do pequeno monumento erigido em honra de Matias Beck; e até estranhou que na laje indicativa estivesse tão-só a data da fundação do forte da foz do Pajeú e não, também, o nome daquele que o levantou, em 1649. Significativa fotografia de meus arquivos regista a citada solenidade.

O que houve foi a explosão emocional de elementos fanatizados contra aquela tese, deslocada a sua apreciação do terreno das argumentações lógicas para a fermentação de polêmicas incompatíveis com as deduções calmas das procuras históricas. Uma tese é uma tese, uma proposição a ser analisada, que se aceita ou da qual se discorda. Sujeitá-la ao preconcebido será fugir a essa verdade.

A favor da *tese Matias Beck* pronunciaram-se, erudita-

mente, os grandes valores dos estudos de nossa História — Tomás Pompeu Sobrinho, Gustavo Barroso, Câmara Cascudo, José Gonçalves de Melo, Gen. Studart Filho, José Aurélio Câmara, Cruz Filho, Hugo Catunda, pe. Antônio Gomes, dr. Monteiro de Moraes e muitos outros, e isso bastaria para que o assunto não descesse ao campo escuso da raiva. Contra, vieram à liça alguns pretorianos mais evidentes do nosso catolicismo arregimentado, quase todos restritos à direção e colaboração do jornal *O Nordeste*, órgão da imprensa católica, infelizmente já desaparecido. *Matias Beck contra a dignidade de um povo* foi o slogan, bandeira da reação que encheu a folha dirigida pelo dr. Andrade Furtado.

O holandês era um herege, um monstro, calvinista da mais baixa espécie, excomungado, um réprobo, e como tal não, nunca poderia ser homenageado como fundador da urbe que vive santamente sob a proteção de Nossa Senhora. Não se procurava, nunca se procurou discutir o fato histórico e sim convencer da heresia, da monstruosidade do capitão flamengo. Verdadeira guerra santa: a integridade da Religião de Cristo não havia de perigar assim. Fui apontado como católico de má felpa, inovador barato. Temi ser queimado na fogueira da intransigência. Lembrei-me de Joana d'Arc, e quantos! O meu velho e respeitável amigo desembargador e depois ministro Abner de Vasconcelos exortou-me, certa vez, muito apreensivo, a não continuar em semelhante atitude, frontal aos nossos sentimentos religiosos. Duma feita, numa sessão do Instituto, quando Pompeu Sobrinho expunha comentários à personalidade de Beck, foi com tristeza que assistimos ao velho e educado mestre Andrade Furtado revidar o bondoso Presidente de modo tão irado, que cheguei a desconhecê-lo.

Tive que escrever um livro — *Matias Beck — Fundador de Fortaleza*, onde se encontram as razões da afirmação horrorosa.

Entre os opositores do execrado filho da Holanda, salientou-se Ismael Pordeus, Secretário de Educação da Prefeitura. Nele passaram a escorar-se os que, menos afeitos aos acon-

tecimentos do Ceará colonial, não dispunham de base para discussão mais profunda. Pesquisador desses que se enteram nos arquivos e encontram uma gripe e o documento, foi chamado com insistência a engrossar o esquadrão da Fé periclitante. Esforçou-se muito, mas desgraçadamente a morte o levou, sem que pudesse fornecer as provas desejadas.

A circunstância de ser Ismael, como eu, Secretário do gen. Cordeiro Neto gerou, não sei qual o motivo, a suposição de que este o estava estimulando ao trabalho ingrato de encontrar o que não existia. Afinal, o assunto escapava ao âmbito da administração municipal, porquanto não foi como Secretário, e sim muito antes, que tomei a iniciativa revisionista. Mas o diz-que-disse cresceu, e o que mais persistia era a insinuação de ter o Prefeito expedido portaria reservada, entregando a Ismael a exclusividade das pesquisas, especialmente a relacionada com a comprovação de ruínas de um forte na Barra do Ceará, levantado em 1612, por Martins Soares Moreno, o que em tempo algum foi posto em dúvida. Seria chover no molhado.

Jamais dei crédito a essa deliberação do Prefeito, que seria uma aberração, não obstante muitos me assegurarem que efetivamente o ato fora assinado. Se verdade, teria sido eu vítima de uma felonía, de uma ingratidão, que segundo Condorcet é o vício das almas pequenas.

Quero deixar escrito que entre mim e Ismael nada se deu que viesse quebrar a nossa antiga cordialidade. Mera divergência de parecer não o autorizaria. Nem mesmo troca de artigos de jornal houve, pois que não me lembro de ter lido nenhum trabalho dele sobre o caso, senão notícias, quase sempre tendenciosas, quanto às suas atividades de pesquisador. Digo-o sinceramente e reverencio a sua memória com toda a lealdade.

Não poderia omitir referência à questão, arduamente debatida, do prolongamento da Rua Guilherme Rocha, através de instalações do velho Palácio da Luz, a fim de levá-la até a Avenida Santos Dumont. Abrir-se-ia, com esta solução, longa e utilíssima artéria, a começar no bairro da Aldeota e termi-

nar na barra do Ceará. Por um viaduto, vencer-se-ia a Rua Conde d'Eu, e na baixada do rio Pajeú construir-se-ia uma praça, onde poderia, com vantagem, ser distribuído o tráfego dos coletivos das linhas leste da cidade.

Residia o problema em cortar a área do Palácio, sem no entanto atingi-lo, e em desapropriar alguns antigos prédios da mesma Rua Conde d'Eu e da Rua Governador Sampaio. O Governador Parsifal Barroso é que concertara a divisão pretendida, convencido de que ela em nada afetaria o corpo do histórico edifício e sim, apenas, algumas dependências mais secundárias, e também de que haveria margem a que na outra metade pudesse o Governo construir prédios seus ou, se não, vendê-lo a terceiro, aplicado o produto da venda noutros serviços estaduais. Quanto à desapropriação, pela Prefeitura, de casas da Conde d'Eu e Governador Sampaio, isso não representaria despesa tão vultosa que o seu tesoureiro não suportasse.

A polêmica veio acesa em torno do assunto, e até a mesas redondas, nas estações de rádio, tive de comparecer para justificar a medida. Se o Governador era quem a desejava, nenhum obstáculo haveria de sua parte; do lado da Prefeitura, o que, de fato, se tinha em mira era melhorar, e consideravelmente, as vias de ligação do setor nascente da cidade com o setor poente, até ali muito precárias.

Como Secretário de Urbanismo, e ouvido o Prefeito, concordei com o Governador, sempre certo de que o prolongamento projetado não sacrificaria o venerando Palácio. Dirigido pelo eng. João Sanford, da parte do Governo, começaram os serviços de demolição e, afinal, como esperávamos, ficou aberto o primeiro trecho da ligação Guilherme Rocha-Santos Dumont, com a total preservação do Palácio da Luz.

Todavia, no tocante à continuação da obra planejada o carro emperrou, para não sair mais do enguiço, com o maior desapontamento do Governador Parsifal e também o meu e de quantos viam no projeto uma ótima providência. A lei de desapropriação dos outros prédios foi publicada, porém — meu Deus, com isso tanto acontece! — funcionou o rolo com-

pressor do poder econômico. Para não dizer mais, lá se ergue, garboso, o Palácio do Progresso.

Igualmente, muito me contristou a não execução do plano de abertura da Avenida d. Manuel até alcançar a Avenida Visconde do Rio Branco. Já Idelfonso Albano antevira a sua necessidade, quando em 1923 construiu um Grupo Escolar no alinhamento a ser observado no futuro.

Deixei o projeto feito e decretadas as desapropriações, porém só agora pôde ser efetivado para o fim da continuação daquela Avenida com a nova de Aguãmbi, em verdade magnífica realização prefetural.

## 61

Perguntaram-me o que é a falsidade. Mas há falsidade e falsidades, vestidas de muitas camisas. Há o falso inconsciente e há o maldoso; o que, sem querer ou por irresponsabilidade, por negligência, esquece o compromisso, e o que a ele foge por suma covardia, melhor proveito ou outra razão.

A falsidade é o cristal que reflete o rosto em dois rostos. São duas caras numa só aparente. É a mentira, o fingimento, a deslealdade, a tranqüibérnia. É a negação: nega à palavra empenhada e nega à nobreza de caráter, apanágio do homem-homem. Nega prejudicando, ofendendo, às vezes causando a destruição. A fisionomia de sua alma é um logro. Simula o bem, e trai. Diz-se sincero, e ilude. Jura, e falha ao juramento. É um encapuzado, um tartufo, um pérfido, um tratante. É um encapuzado, um tartufo, um pérfido, um tratante, um refochado. Saltimbanco da boa-fé alheia, não menos que isto. Um duplo, escorregadio: engana rindo e chora para enganar. E não raro escapole dos ditames da lealdade friamente, sem chorar, nem rir. Nenhum criminoso o será mais que o perjuro, o fementido.

Colher a confiança de outrem e dela aproveitar-se indignamente é iniquidade imperdoável. Prometer com a intenção

de fugir à promessa vale uma crueldade, é delito premeditado. Existem os que “prometem como sem falta e faltam como sem dúvida” e estes são os cachorros humanos, moedeiros falsos doutra espécie. Assim na vida privada, como na vida pública. E sabe-se bem que uma das artes do homem nos cargos é a mistificação, a justificativa embusteadada, a fuga à coragem de dizer não, ou a coragem de dizer sim sem a intenção de cumprir.

E quando os seus lábios se entreabem para o amigo e o engana, então ele desmerece de si, suja-se: é o beijo de Judas. E suja-se ainda mais se já é sujo. A falsidade é, então, um monturo. Escrevi isto pensando no Iscariote.

## 62

O sol da vida sempre me iluminou. Fiz por aquecer-me nele e senti brandos os seus raios. Concessivos, não me negaram o calor de que precisa o homem, a alma do homem. Dêz que nascem, ou no seu pino ou no cair para o horizonte da noite, nunca se furtaram à contemplação dos meus olhos. Agora, já os distingo no vermelho do poente. Se os da aurora rebrilham, se os do meio-dia queimam, os da tardinha refletem-se na orgia das purpurações apoteóticas.

O crepúsculo será um declínio, porém é ainda outro marco na viagem vitoriosa do dia no semicírculo do firmamento.

Caminhei vendo a luz e não desesperei no querer demasiado. Tive ideais sem que os convertesse em angústia. Alimentei anseios e não a inquietação das ambições fora do compasso.

Devagar andei para não tombar: quem corre, cansa... E não cansei. O meu itinerário eu o perlustrei com a fé e a confiança dos que sabem colher os momentos e não se precipitam. Procurei-me a cada instante e me encontrei, sempre levantando as mãos para o Azul. E se a marcha não foi esplêndida, e não a adornei senão de simplicidade, o meu sensível a aceitou venturoso, demorando nas pousadas necessárias. Abi-

quei no porto sereno da consonância dos meus projetos com aquilo que pode ser. Não desvariei para chegar onde estou: quem anda, alcança.

Uma das minhas pousadas eu mesmo paulatinamente construí — o Passaré, o sítio, a mansão que passou a ser-me — digo sempre — *o refúgio das minhas covardias*: aí é que me protejo nas minhas evasões.

Construí, sim, ponto por ponto, aos pingos de suor. A rica matéria-prima estava lá, porém não era minha. Adquiri-a, aos poucos, tirando da boca dos filhos algumas códeas para que as saboreassem multiplicadas, depois. O meu braço trabalhou para isso e não se extenuou, porque não abusei dos músculos atoamente. Cada plantinha que joguei na terra hoje frutifica. E plantei muitas. Vi que fizera um pomar onde mais havia ervanços e espinhos. E no pomar os frutos não são unicamente meus e dos meus que me ajudaram, e sim também dos passarinhos descuidosos, que são a alegria maior dos arvoredos. As suas sonatas melodiam, encantando aquele painel da Natureza. Na lagoa as jaçanãs esvoejam brincalho-nas e os aguapés soltam o perfume das suas pétalas brancas.

Como “fator ou agente geográfico”, modifiquei o natural para o meu gozo de espírito, e a modificação da geografia ajustou-se ao que planejei. O Passaré sou eu em grande parte, completa-me, como eu o completei.

E fiquei vaidoso na manhã em que, numa roda de amigos, perguntaram a Casais Monteiro, o apurado escritor que o Brasil tomou a Portugal, como definiria aquele sítio, e ele respondeu: — “O Passaré é o Paraíso, pessoalmente.”

Não conto as reuniões da mais aberta cordialidade que se têm feito ali, e ainda se fazem, para regalo meu.

Uma delas, Moreira Campos cronicou qual um fotógrafo. “Já afirmava Machado de Assis que a boa mesa aproxima os homens. No caso, não se trata bem de aproximar, porque todos nos já somos bem vizinhos pela amizade e admiração. Mas então — em mesa farta e farto vinho — encontrávamo-nos — como direi? — eufóricos... vá lá! Éramos vários: a “roda da Imperial”, gramática algumas vezes, eclética sempre, re-

presentada por Pedro Sampaio, Gomes de Matos, João de Deus Cavalcante, Silveira Marinho, Carlos Studart e Francisco Olavo de Sousa; fora daquele núcleo, mas autorizados pelas letras clássicas ou jurídicas: Rebouças Macambira, Madaleno Girão Barroso e Raul Girão; por fim, a ala do grupo Clã, com delegados em Braga Montenegro e no cronista.

Um domingo nas terras do “Passaré”, o sítio próximo e de propriedade do admirável casal Raimundo Girão, que nos recebia com fidalguia e prodigalidade. O “Passaré”, já hoje conhecidíssimo de nós outros e recente na memória da cidade lida, porque ali se pretendeu comemorar, não faz muito, a “derrota” de Raimundo Girão no pleito à governança do município. Imaginem que coisa, esdrúxula: a “derrota” do próprio dono da casa e da terra, numa festa inspirada por ele mesmo. Logo fica evidente que não se tratava de positivo fracasso, mesmo porque Raimundo Girão não os conta, com abatimento duradouro, na sua vida de homem público digno. De resto, figura de destaque das nossas letras, espírito superior e inteligência lúcida, Raimundo Girão se coloca acima desses contratempos, que ele sabe ocorrentes. Quando muito, poderia procurar o “Passaré — ele sozinho — como refúgio para o seu desencanto diante das espertezas políticas, a que não se ajusta a sua boa formação.

E vale o refúgio.

“Passaré”, sesmaria antiga, com concessão de El-Rey D. João VI, data de 1810. Há a casa nova, onde nos reunimos; a novíssima capela na sua fé antiga, construída a distância e num alto. Metida pelo mato, surge o casarão avoengo, de largos alpendres e largas salas, com trajejamento rude e piso de ladrilho, ao lado as fundações desfeitas da velha senzala. Tudo saído dos arquivos coloniais. No silêncio que cai e na erva daninha que lhe invade as vetustas calçadas, há sugestões de donzelas, de moços cavaleiros e de um código de honra, que a severidade dos homens executou sem ruídos. Realmente, as camarinhas das iaiás não possuem janelas. Conta-se que assim queria o zelo dos nossos avós contra as danças do amor.

E que este poderia fugir, com facilidade, na garupa do bem-amado, no tropel do cavalo na noite erma e romântica.

Santa ingenuidade, que confiava na obliteração das janelas! E as portas largas, e a mucama alcoviteira, e o negro de recado, enrodilhado e fiel ao pé da dona, e o bilhete?

— Taqui que iaiá mandou.

Não, decididamente, o próprio Amor haveria de rir dessas cautelas!

Passando a herdeiros, o “Passaré” fragmentou-se no tempo, porque assim é o destino da propriedade subdividida do Ceará, na sua inconstância econômica. Estranhos adquiriram pedaços. Mas Raimundo Girão foi, afinal, o Bismarck da unidade passarêense. Recompôs a integridade daquele bem de raiz. Cultivou-o, deu-lhe mais água, com tentativas de irrigação, construiu-lhe casa de farinha com motor de força. Continuou ali a faina incansável de “Os Braços de Meu Pai”, que ele tão bem descreve em artigo recente, evocador das virtudes e tenacidade paternas. E assim o “Passaré” ergue-se com fruteiras e produção regular no chamado “cinturão verde” de Fortaleza, que o interesse imobiliário vem retalhando para fins especulativos.

Disse que o “Passaré” erguia-se. E a expressão aqui vai no seu sentido real e metafórico. Porque ele também, em volta, se ergue em bosque de bacuris, cujo nome não cancela a elegância da árvore, que se alteia com aquela beleza espiritual dos eucaliptos de Raul de Leoni.

E à sombra amiga há redes macias para o repouso, esquecidas de momento por que o interesse se reúne, de imediato e na paz daquela mesma sombra, em volta da mesa onde Raimundo Girão agita uma garrafa, que dentro em breve agitará as imaginações.

E há o banho, já atenuado pelos efeitos da tal garrafa e, depois deste, a mesa que aproxima os homens no conceito machadiano e onde a cozinha se multiplicou em pratos e o vinho verde continua a ser regado de bojudo garrafão de palha.

Seria a tranquilidade do sono, logo após, se ali não se

reunisse homens lidos, nos quais o desejo de ensinar alto e com algum efeito é sempre maior que o do repouso. E todos, no largo alpendre, e fartos, se iniciam por afirmar unanimemente a existência de Deus. Nem poderia ser de outro modo, se era recente o contato com a natureza e os seus mistérios. De resto, o homem tranquilo sempre foge às negações absolutas e temerárias. Da unidade, aceita e proclamada, desceu-se a Platão. Deste a Freud, que em conversa assim agitada tudo é possível. De Freud ao espiritismo. Passou-se pelo social e alguém, desastrosamente, topou na nossa política, readquirindo, em tempo, o equilíbrio inicial e necessário.

Cogitou-se então de Miss Brasil, para ressaltar os galardões muitos que esta terra de sol tem conquistado em todos os tempos e planos. De Clóvis a Farias Brito. De Farias a Capistrano. Alencar. Nos dias que correm: Eliazar de Carvalho na regência; Klein ao piano; Heloneida Studart num dos maiores prêmios literários deste país, merecidamente, pela sua grande força de romancista.

Por fim, o triunfo da beleza.

E assim foi esse domingo no "Passaré". Saímos dali mais querentes da terra boa e fecunda e mais confiantes no calor da amizade humana, virtude bem maior por esse tempo de acirrado egoísmo".

Efetivamente, o Passaré foi objeto de uma sesmaria concedida por D. João VI, em 1810 ao abastado fazendeiro e homem de comércio, o lusitano Antônio José Moreira Gomes. Um latifúndio, que se veio desmembrando em glebas menores à proporção que os descendentes casavam e as separavam em porções para o seu domínio e fruição.

Do concessionário passou ao genro, casado com a filha única — José Antônio Machado, moço que mandou vir de Lisboa para seu guarda-livros. Este moço, depois, encarnava-se no Comendador Machado, figura de respeito e chefe político de influência na primeira metade do século passado. Ao seu primogênito — José Pio Machado, casado com Maria Joaquina do Nascimento, coube a herança do Passaré, já muito

diminuído na extensão. Na verdade, só o âmago da área primitiva, mas com a casa-grande ainda como centro.

De José Pio o sítio transferiu-se à filha Emília Machado, casada com Tibúrcio Augusto de Abreu Lage. Enviuvando e não tendo filhos, Emília, por testamento de 23 de novembro de 1903, escrito pelo Tabelião Joaquim Feijó de Melo, legou em partes iguais os seus bens, inclusive o Passaré, às suas irmãs Maria Pio, casada com Joaquim Gomes Brasil, e Antônia Pio, viúva de Alcino Gomes Brasil, e às sobrinhas Maria e Clara Brasil, solteiras, Joana Brasil viúva de Boaventura Feijó, Aline Brasil, viúva de Inácio Menescal Parente (sem filhos) — todas filhas daquela primeira irmã, e ainda, a Maria Emília, casada com Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro, e à filha destes, Maria Ester Montenegro.

Pertencentes a esses legatários e seus descendentes encontrava-se o Passaré quando comecei as aquisições. O sítio, em aberto, com limites duvidosos, em abandono, somente era explorado por alguns co-herdeiros na fabricação de tijolos, aproveitando-se os barros da lagoa. Milhões de tijolos — o conhecido tijolo branco de tanta utilização em Fortaleza — foram retirados dali, o que concorreu para transformar a aguada de lagoa rasa em reservatório de boa profundidade.

Conseguimos reunir em nossos nomes — o de meu sogro Prudente do Nascimento Brasil e o meu — as partes dos vários condôminos.

Eliminadas as dúvidas de fronteira com os vizinhos, entramos a desbravar a mataria encapoeirada e por tudo de baixo de cerca.

Restauramos a casa-grande, senhorial e quase sesquicentenária, com as suas enormes salas, enormes quartos e amplas varandas, mas em 1942 resolvi levantar outra casa mais próxima à lagoa, conservando de um lado a vegetação nativa e tratando de encher de árvores frutíferas o demais do terreno. A esta casa dei o nome de *Celínia*. Hoje a paisagem, harmoniosa, de muita sombra, muita clorofila e excelente clima, tornou-se num virgiliano refrigério.

Acertei com os meus sogros e Marizot passar para os seus

netos e nossos filhos, bem dividido, o sítio Passaré, e, de fato, por escritura legalmente processada, fizemos as doações de apreciável gleba para cada um (4 ha.), todas, convergindo para a lagoa. O restante foi loteado e, ainda assim, doamos-lhes os lotes, também em caráter definitivo. Adiantamos-lhes o que seria deles por nossa morte. Só não o fizemos em relação à casa da Rua João Lopes, nossa morada própria desde 1940, por se tratar de bem indivisível, nada adiantando, portanto, uma doação das partes indivisas. O quinhão de minha cunhada Cléa ficou preservado, nele incluída a casa-grande, e apenas nos reservamos umas das glebas e poucos lotes para efeito de alguma liberalidade nossa ou de prevenção a qualquer dificuldade eventual.

Aquele *angulus ridet* completar-se-ia, espiritualmente, com a construção de uma igrejinha, que teria a invocação de São Joaquim, desejo de Prudente e d. Inês, tendo em vista homenagear a memória do filho, tão cruelmente e santamente desaparecido desta vida. Conseguimos cooperação material de pessoas amigas e eu mesmo dirigi as obras, iniciadas em 19 de julho de 1948, obedientes ao projeto de meu cunhado Adauto Pinto. No ano seguinte, em 16 de agosto, foi inaugurado o pequeno templo, com a missa gratulatória rezada pelo Mons. Expedito Eduardo de Oliveira, Pró-Vigário Geral da Arquidiocese, hoje portador do báculo episcopal. Além das contribuições diversas, contamos com a prestimosidade do Secretário de Polícia, cel. Humberto Moura, muito nosso amigo, que nos fornecia, diariamente, alguns presos correcionais para trabalharem ali. Viviam a curtir fome e sofrer castigos em xadrezes imundos e era-lhes vantagem prestar aqueles serviços, pois lhes dávamos bom almoço e merenda, além de tratá-los humanamente. Iam vestidos só de calções, para evitar fugissem, e acompanhados de praças embaladas. Nunca nenhum nos deu o menor desgosto. O coração, ainda que de um gatuno ou viciado, é sensível à delicadeza, aos bons modos. Foi nosso *operário* o afamado cangaceiro Cansação, que pertenceu ao grupo de Lampeão e já reingresso no convívio social: um exemplo de obediência e confiança. Com um deles,

chamado Louro, moço de 18 anos, forte, simpático, eu conversava a indagar de sua infelicidade, e ele me explicava: — “Dei para ladrão e hoje quero me reabilitar. Mas a polícia não deixa. Quando me soltam procuro emprego e não encontro. Necessitado, vou roubar de novo e de novo metido no xadrez. Adquiri a prática de abrir portas e cadeados, facilmente. Certa vez, tive raiva do *seu* Gabriel, da casa “Gabriel”, cuja porta principal era fechada por catorze cadeados. Um dia, ou melhor, uma noite, arrebentei treze, deixando um para mostrar o dono que cadeado não vale nada. Ele viu logo que eu é que fiz aquilo”. A história do Louro é a do marginal de todos os tipos, um dos graves problemas que a sociedade não tem sabido resolver, e, de fato, é de solução empecosa. Corrigir defeito humano, a perversidade nata, o vício inveterado, as taras de toda espécie, até hoje não encontrou terapêutica eficiente. A pena de morte, o isolamento dos presídios, os processos punitivos mais vários excluem apenas alguns, da vida social, e não intimidam a quem, insensível, não tem força nem ânimo para regenerar-se. A marginalidade criminosa deve ter surgido com o primeiro grupo de homens.

— Os paramentos da igreja de São Joaquim ofertou-os Júlio Montenegro, componente de irmandade ilustre oriunda do velho e respeitado político Casimiro Brasil Montenegro, ex-condôminos do sítio e todos primos do meu sogro Prudente, a quem jamais negaram as expansões de uma amizade coerente e efusiva.

Relembrando a sua meninice e as alegrias da mocidade, quando brincava e esparecia correndo aquelas paragens evocativas, escreveu Júlio, de Salvador, onde reside, esta página de saudade, que me apraz transpaginar:

*“Uma Visita ao Passaré.*

Quem não gosta de visitar um antigo sítio, cercado de matos por todos os lados, num ambiente tranquilo, de clima

ameno e de paz, sem os ruídos de veículos nas suas avenidas, longe, portanto, da vida trepidante e agitada da cidade, para, em companhia do meu irmão Alfredo, rever Cléa, uma prima da família Brasil, da nossa mais cara estima, que ali estava passando as suas férias, ao lado de parentes e pessoas amigas — Não vá ao Passaré.

Quem não apreciar saudoso de reminiscências gratas a sua Casa Grande, amplos quartos com áreas antigas, grandes salas de visita e de jantar, duas extensas e espaçosas varandas com armadores para redes, toda coberta de telhas sobre caibros e vigas de carnaúba, com paredes de larga espessura, caiada a frente de amarelo claro e de portas e janelas pintadas de verde — Não adianta ir ao Passaré.

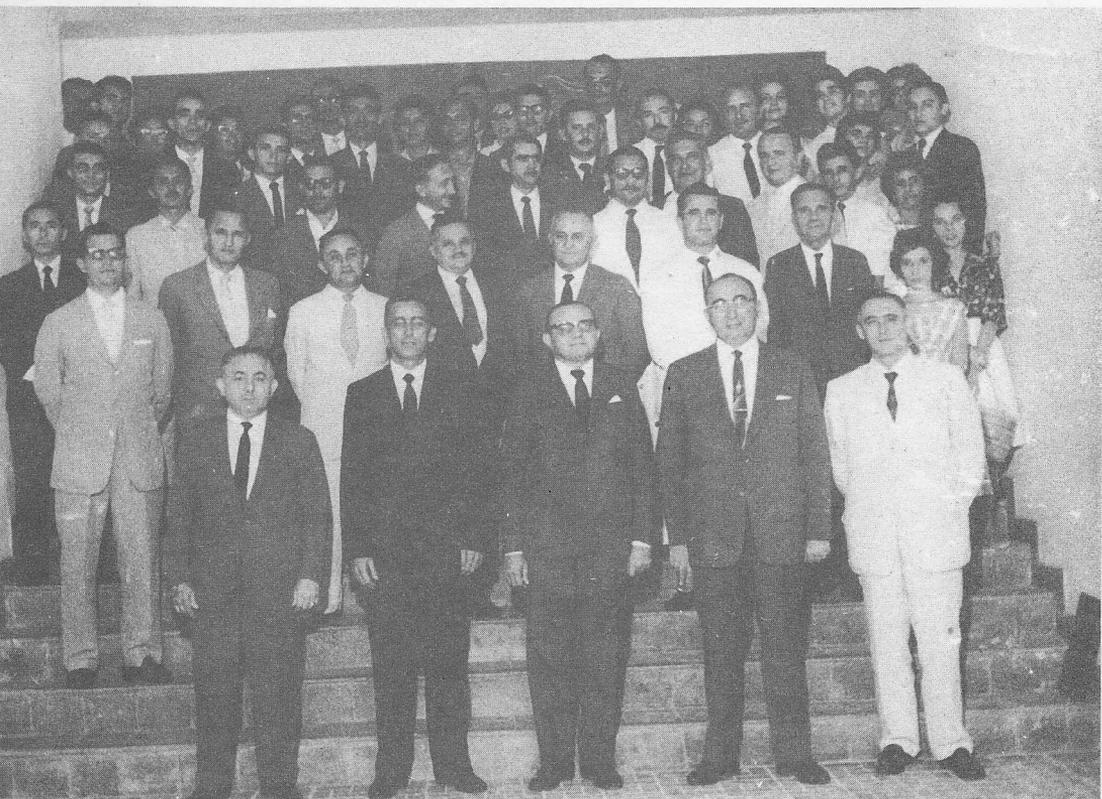
Quem não gostar de um ambiente silencioso, simples e aconchegante, que nos faz memorar pessoas e parentes muito caros, bem íntimos e amigos, que ali viveram e já se foram, mas nos deixaram imensa saudade; de ver com olhos súplices a pequenina capela toda alvinha, à margem do caminho rodeado de matas silvestres, que, levando-nos à Casa Grande, convida à meditação e a rogar a Deus perdão dos nossos pecados, longe, bem longe, da influência nociva de padres progressistas que nos afastam dos ensinamentos imortais do Cristo — Não perca tempo em ir ao Passaré.

Quem não gostar de rever os pés de murici, manipuçá, ingá, murta, guabiraba, tangerina, pitomba, etc., uma roça de macaxeira, mandioca, batata-doce, feijão, manjanguê, milho, etc., os matos marmeleiro, jurubeba, manjerioba, mata-pasto, canapu, vassourinha, relógio, sensitiva, bredo, etc.; um pato selvagem, uma marrequinha, uma galinha d'água, uma pecapara ou uma jaçanã, nadando e mergulhando na lagoa, temendo a nossa aproximação; um matinho chamado camará, cujas sementes servem de alimento aos passaros; e de sentir uma gostosura em permanecer à sombra enternecedora de um bosque de bacuri ou de uma mata virgem — Seria uma tolice visitar o Passaré.

Quem não gostar de saborear frutas ao pé das ateiras, cajueiros, mangueiras, cajazeiras, gravioleiras etc., de apreciar as graúnas, de manhã cedinho, com o seu canto mavioso, nas palhas dos pés de carnaúbas, saudando os carnaubais; os galos-de-campina que, dormindo agasalhados sob as folhas das mangueiras e cajueiros, nos acordam, de madrugada, com os seus límpidos trinados; o canarinho amarelo cantando de estalo e carregando gravetinhos secos do chão para tecer o seu ninho, suspenso no galho da árvore, a rolinha cascavel, que nos encanta com o seu fogo-apagou; o corrupião, cantando e saltando de galho em galho à cata de alimento; a juriti, escondidinha na mata, cantando amorosamente; o corrupião-preto, que canta imitando vários pássaros; o bom-é, que nos faz parar no mato, alegrando-nos com o seu melodioso gorjeio; a rolinha caldo-de-feijão, deitada no ninho, chocando os ovinhos, com receio de que ela se espante e vôle com a nossa aproximação; e o mimoso vem-vem capa-preta, chamando um companheiro, que passa voando, para participar da doçura de uma ata — Não vá perder o seu tempo em vir ao Passaré.

Quem não gostar de admirar um pé de oiti com mais de cem anos, que ainda, imponente, desafia o tempo, como se ali estivesse testemunhando a lembrança dos antigos e presença dos atuais donos da Casa Grande — Não visite o Passaré.

Quem, entretanto, gostar do cheirinho característico das flores dos matinhos e plantinhas silvestres, que oxigenam os nossos passeios pelo campo, do aguapé da lagoa com que até se faz colar para enfeite do pescoço das crianças; de tomar banho ali, mergulhando nas suas águas acariciantes e sentindo nos pés uma areinha fina e macia; de cavalos de talo de carnaúba, com olhos de jeriquiti que, montados, servem de brinquedos dos meninos; e, enfim, de uma vida simples e de paz, em plena natureza, e que nos convida ao contato íntimo e amigo com os seus distintos donos — Vá, correndo, em busca do Passaré”.



*Aula inaugural da Escola de Administração do Ceará*



*Prudente Brasil, d. Inês e as duas únicas filhas*



Em 1957, elementos políticos e alguns intelectuais e professores, após meditarem bem, convenceram-se da importância e necessidade de uma Escola, no Ceará, onde se pudessem formar técnicos de administração, pública e de empresa.

No Brasil, àquele tempo, apenas havia a Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Em poucos Estados, Faculdades de Ciências Econômicas mantinham no seu contexto simples Cursos de Administração. Desse modo, seria a nossa a segunda a existir.

Faziam parte do grupo: Liberato Moacir de Aguiar, Antônio Paes de Andrade, Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, Plácido Aderaldo Castelo, Edival de Melo Távora, Vicente Augusto de Lima, Wilson Gonçalves, todos deputados estaduais, João Clímaco Bezerra, Paulo Bonavides, Aluísio Cavalcante, Hildebrando Espínola, Leopoldo César Fontenele, Rui de Castro e Silva, Mozart Soriano Aderaldo, Antônio Filgueiras Lima, Raul Barbosa, Odilon Aguiar Filho, Francisco de Assis Arruda Furtado, José Maria Moreira Campos, Aluísio Girão Barroso, Antônio Auto da Cruz Oliveira, Walderi Uchoa. Inclui-me nele, também.

Criamos o Instituto Cearense de Administração, em cujos estatutos se previa a fundação da desejada Escola, a qual foi realmente instituída no dia 15 de junho, instalando-se em seguida as suas aulas em dependências da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, no Benfica. Mais tarde, o novel estabelecimento de ensino transferiu-se para prédio alugado, na Praça José Júlio, ou, precisamente, na esquina da Rua Jaime Benévolo com a Avenida Duque de Caxias. Precaríssimas, no entanto, as instalações aí, sem nada que oferecesse de confortável. Somente em 1964 é que se localizaria em sua sede própria.

Fui escolhido o Diretor e nesta função estive até 19 de janeiro de 1961, quando, já encampada a Escola pelo governo do Estado (Lei n. 4.828, de 20 de maio de 1960) e concluído

o processo burocrático da encampação, foi nomeado para dirigi-la o prof. Mozart Soriano Aderaldo. O vice-diretor era o prof. Paulo Bonavides, que renunciou ao cargo, passando eu a ocupá-lo (de 22.9.961 a 28.4.964). A diretoria seguinte tocaria ao prof. Aluísio Cavalcante, cuja administração se estendeu até 3 de junho de 1970. Soube ele dar notável impulso ao progresso da E.A.C., quer no campo material, quer no educacional. Em sua gestão foram ampliadas e modernizadas as instalações imóveis e móveis; incentivou-se o Curso de Administração de Empresa, criado pelo Dec. n. 6044, de 13 de dezembro de 1963; foi o estabelecimento dotado de sua atual e moderna sede; conseguiu-se a sua autarquização (Lei n. 7.704, de 24 de novembro de 1964), bem como o seu reconhecimento pelo Governo Federal (Dec. n. 55.473, de 7 de janeiro de 1965), e criou-se o Curso Técnico de Secretariado (Dec. n. 8.822, de 14 de dezembro de 1968). Aluísio, na verdade, foi o mágico de tudo isso.

Hoje, goza a Escola de inquestionável reputação, considerada uma das mais bem organizadas do País, dispondo dos equipamentos devidos e de professorado jovem e seletivo, que prima pela solicitude e a competência profissional. Comanda-a, presentemente, com o mesmo espírito de dedicação e inteligência orientadora, o prof. Júlio César do Monte, que substituiu o prof. Rui de Castro e Silva, na direção da Escola em longa interinidade.

Coube-me, desde os dias iniciais, prover a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e, para maior facilidade aos alunos, preparei, e a Escola publicou (ed. de 1964), o livro que tem o mesmo título da matéria ensinada. Os capítulos correspondem aos pontos do programa então adotado.

Como professor procurei manter viva aquela mesma união do dever que sempre tive aos olhos. Aprendera com Rui que "o ensino, como a justiça e a administração, prospera e vive muito mais, realmente, da verdade e da moralidade com que se pratica".

Mas os 70, inexoráveis, obrigaram-me a deixar esse recanto amoroso das minhas atividades culturais, e se não ornei

de maior lustre a cátedra, quero não me neguem ter-lhe dado o melhor do meu possível.

Satisfaz-me sentir na Escola, que ajudei a fundar, nota eloquente na partitura da doce música de minhas afetividades e emoções. Quando me chamam de Mestre, envaideço-me, embora não tenha sido mais que um repetidor de lições.

## 64

O então major Murilo Borges perguntou-me um dia se não seria possível incluir no quadro de sócios correspondentes do Instituto do Ceará o nome de um cearense, militar, de muita cultura geral e, notadamente, amante dos estudos históricos. Lembrava-me que esse nome era o do general Humberto de Alencar Castelo Branco, nascido em Fortaleza. Adiantava-me que o ilustre militar a mor parte da infância viveu em Messejana e como filho afetivo dali se considerava.

Forneceu-me o *curriculum vitae* do candidato e, feita a proposta, recebeu esta aprovação unânime.

Tempo depois, setembro de 1952, encontrei o general no Rio de Janeiro, na tradicional e hoje desaparecida Galeria Cruzeiro, e, muito satisfeito, comunicou-me ter sido nomeado Comandante da 10.<sup>a</sup> Região Militar.

Efetivamente, comandou-a por dois anos e, enquanto permaneceu no posto, não deixava de, vez por outra, comparecer a sessões do Instituto. Fizemo-nos bons amigos, e a essa amizade juntou-se a do seu irmão Candinho (Cândido Castelo Branco), com quem estabeleci, posso dizer, estima saudável e leal: a nossa correspondência epistolar foi constante e, relembrando-a, vejo como reciprocamente tanto nos compreendíamos.

Concluído o seu período de comandante, tive oportunidade de escrever o artigo "Cidadão da Farda", publicado em *Unitário*, ed. de 22.5.954, no qual procurei salientar os aspectos de sua firme personalidade de homem da caserna e da vida paisana: "Do lado de fora do Quartel — afirmei — sem demora

viram que ele não era somente soldado. Era também civil, de palitó-saco, sensato e culto. A sua linha de marchar na vida social, igualmente reta e aprumada. Venceu, de pronto, as amizades e a consideração da cidade sem nenhum esforço maior. Onde quer que estivesse, a sua simplicidade nos punha à vontade, com a sua lhanza, as atrações de seu espírito cultivado. Mas não unicamente ele, senão o casal, ele e d. Argentina, em sua plenitude de dama elegante, educada, instruída, de serena simpatia, a fazer par com o marido. Dominavam ambos. Fortaleza não se fez de rogada para admirá-los e homenageá-los, na razão direta do seu poder de fascínio. O casal edificou a todos com a fineza de trato, o fio-a-prumo do seu procedimento de correção. As famílias abriram-lhes as salas, receberam-nos com afeto. O círculo de amigos ampliou-se, que não era possível resistir a tão forte comunicabilidade. O General, cidadão da farda, assimilou a gente do Ceará, os hábitos da sua gente, de que estivera tantos anos distante. Voltou ao que fora — cabeça-chata, vivido no recanto bucólico onde nasceu Alencar, que da estirpe Alencar também ele é. Viveu novamente e messejanamente o clima cheiroso das mangueiras sombrosas, encheu os pulmões do ar da sua meninice, e agora pode voltar levando rica provisão de amor cearense, que substancialmente o tonifica. Cá, ficaremos nós outros, a desejar-lhe e à esposa a felicidade de novos triunfos. E temos como certo que o casal ilustre não esquecerá, um só minuto, este ruído do verde mar decantado e esta fragrância inesquecível da terra extremada, em cujo seio, eterno, dorme o coração de Iracema. Que o cajueiro não floresça muitas vezes até que os tornemos a ver”.

Encontrei-o, depois, no Recife, agora comandante do 4.º Exército. No leito de dor, a sofrer, preso a um colete de aço, o tratamento da doença que o atingira. Já estava viúvo; d. Argentina havia falecido, legando-lhe o vácuo, nunca preenchido, de suas ternuras. Crivou-me de indagações sobre a nossa terra.

Muitos, os nossos encontros, no Rio e no Ceará, nas viagens que aqui fazia, sempre lhe permitissem os deveres. Antes, durante e depois de ser Presidente da República, as mais das

vezes acompanhado do Candinho, para ele, suponho, o mais querido dos irmãos. Costumavam hospedar-se um e outro, em Fortaleza, na casa de dileto amigo, dr. Otávio Pontes, cuja esposa, d. Elza, com o delicado tom da distinção pessoal, a receber-nos, os convidados de seus jantares íntimos.

Presidente da República, arrancado o País, pela Revolução de 1964, das garras de um destino incerto e perigoso, todos sabemos como se portou, como quebrou, impassível e resolutu, as muralhas da ambição de companheiros revolucionários e dos ódios miseráveis, e como por isto tanto se magoou. O soldado fez-se estadista e o estadista deu, claros, o aviso e prova de que governar — e governar em certos momentos nacionais — é acima de tudo oferecer-se ao holocausto das animosidades, na defesa da ordem e do bem coletivo. É servir de para-raios ao fogo dos trovões que atingiriam aqueles mesmos que, ingratos, cegos ou maus, despeitados ou contrariados nos desejos escusos, ele estava preservando. Como se diz, comprou o perigo.

Homem público, pertence ele à História e não poderia estudá-lo aqui. Tão somente quero recordar o que foi a nossa aproximação, não direi íntima ou confidencial, mas na verdade cordial. Nada lhe pedi e nada me ofereceu, e sei que se pedisse me atenderia, como eu o atenderia se me pedisse.

Vi-o, pela última vez, ao visitá-lo no seu apartamento no San Pedro Hotel, na ante-véspera da manhã de sua morte. Acabava de palestrar com o então deputado cel. Virgílio Távora, quando me recebeu. Conversamos, e ao despedir-me veio trazer-me à porta. Trajava, como sempre, com impecável rigor, pois iria sair logo mais. Aventurei pergunta sobre como estava encarando o governo Costa e Silva e me declarou: — “Ao Costa e Silva não pedirei a nomeação de um servente, mas darei tudo o que ele precisar e estiver em mim”. Talvez fossem estas palavras confirmação do que se comentava: que o Presidente Costa e Silva não fora o candidato de sua predileção. Ao Candinho, muito antes, havia dirigido pergunta igual, e pelo que me respondeu — não direi as suas palavras — deduzi da não anuência do irmão ao nome do gaúcho que lhe sucedeu.

Três dias após, o desastre de avião o matou, matou o Candinho e os demais companheiros de viagem, menos um sobrevivente. A notícia foi pancada estúpida na alma cearense e, atordoado, tentei, sem consegui-lo, atingir o local da queda trágica.

Pelo rádio, soube que estava sendo conduzido, talvez ainda vivo, para o Hospital Militar, na Aldeota, onde logo cheguei. Um dos primeiros. Encontrei-o, morto, entregue aos cuidados de Irmãs enfermeiras que limpavam o sangue a sair-lhe do nariz. De lado, o blusão com que viajava, ensanguentado. Aparentemente, não sofrera qualquer fratura, porém ao tocar-lhe uma das pernas verifiquei achar-se partida em mais de um lugar. Na verdade, havia outras fraturas, internas.

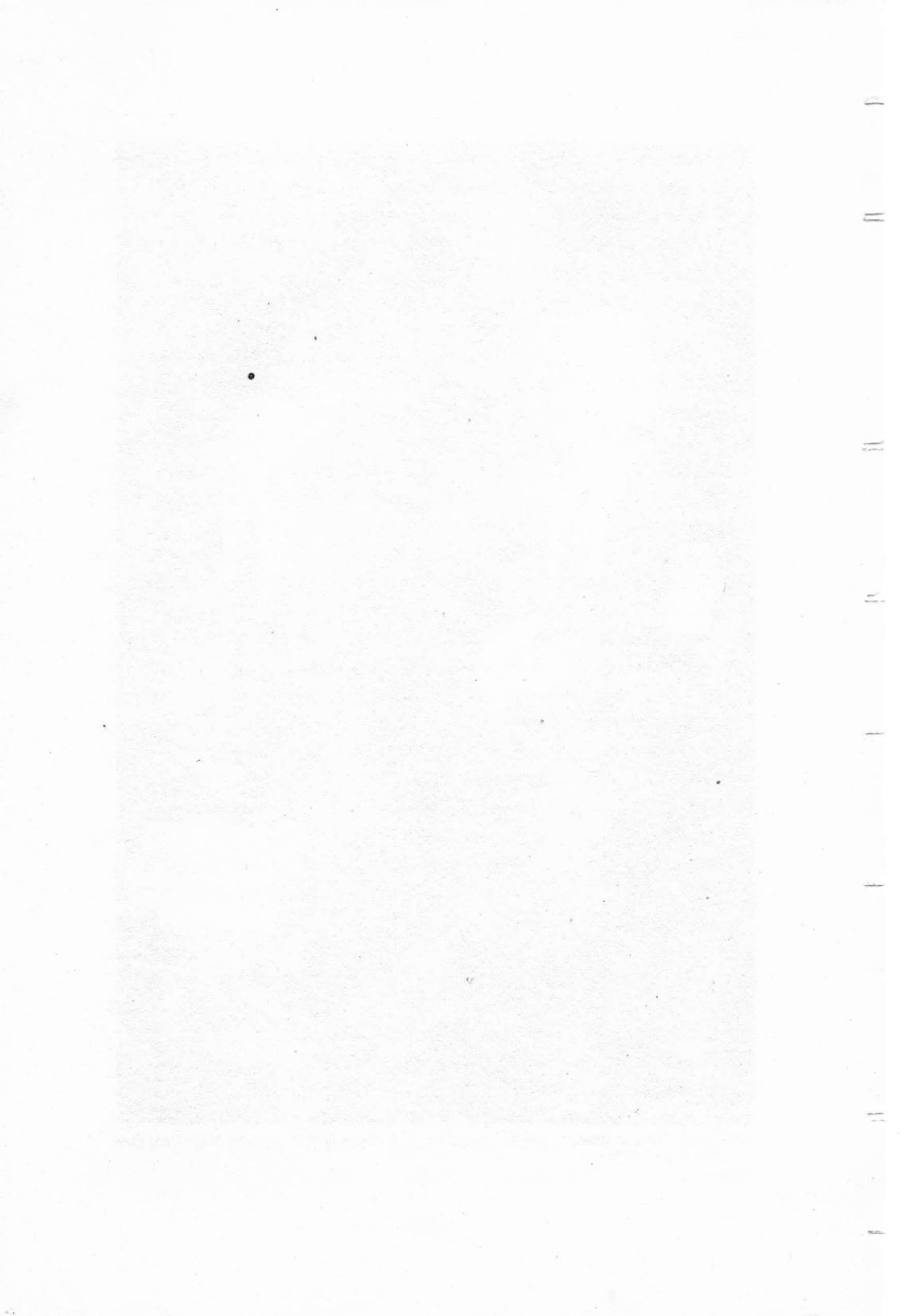
Vi, diante de mim, com as suas cores lúgubres, a crueldade do Insondável, com uma de suas sentenças inesperadas e brutas. Um corpo ainda quente, mas inânime, o corpo que até ali havia guardado um espírito varonil e uma alma de nobreza ímpar. O corpo de quem, fazia minutos, era o de um Homem e não dum simples homem. O corpo que algumas horas mais deveria descer para o frio da terra, porém do qual se evolava, para o juízo da posteridade, a própria Dignidade Humana.

Dirigi-me ao Palácio da Luz e encontrei o luto no rosto de todos. Providências, telegramas, ordens de um governante aflito. Participei de tudo. Para o salão nobre viria mais tarde o esquife do Marechal. O de Candinho demorava num departamento da Base Aérea, e a muito custo, forçando a boa vontade de um soldado em guarda, consegui vê-lo, só, sem ninguém a velá-lo. Depois é que o levaram para o lado do irmão.

Já noite, dez horas, pediu-me o Governador Plácido concordasse em ser o orador a falar, em nome do Governo e do Estado, no ato de sepultamento do Marechal, no Rio de Janeiro. Não lhe era possível fazê-lo, tal o seu grau de abatimento. Fui para casa e dentro de duas horas o discurso estava pronto. Escreveu-o a minha tristeza. Em ocasiões tais, porfio em dar-me conta de mim. No enterro de meu pai, tomado de dor, agradei, de improviso, os discursos que, no cemitério, se pronunciaram em louvor dos seus méritos e exemplos.



*Presidente Castelo Branco, tendo ao lado o Prof. Martins Filho, então Magnífico Reitor da U.F.C. (1965)*



Acompanhei os dois mortos até o Rio. O caixão funerário do Marechal ficou, em velório, no Clube Militar. Não vi mais o do Candinho. Hospedamo-nos, o Governador e eu, no Hotel Serrador e, instantes passados, ali chega o senador Paulo Sarasate, visivelmente emocionado, inquieto, manifestando o propósito de falar em nome do Ceará ao baixar para o túmulo o ataúde do amigo comum. Todavia, pelos protocolos oficiais não seriam permitidos mais que quatro oradores, só um de representante do governo e povo cearenses. Plácido explicou-o a Sarasate, esclarecendo-o de que, na qualidade de delegado do Ceará, eu ali estava para tal fim. Alegando já ter escrito o seu discurso, não transigiu o Senador no seu propósito. Um pouco de silêncio. Senti a dificuldade do Governador e quis livrá-lo do constrangimento: afirmei-lhe não usaria da palavra que me havia sido delegada. A minha modesta mas sentida peça oratória já tinha sido, aliás, publicada em Fortaleza, num furo do jornal *O Povo*, como se de fato tivesse sido dita.

Por isso, animo-me de transcrevê-la: “O coração do Ceará está mal-ferido, e mal-ferido o coração do seu Governo. Sangram ambos o sangue de uma dor profunda. Perde um a expô-nência de um filho ilustre, e o outro perde o apoio de uma confiança que lhe era um alívio das aflições difíceis. O transe é violento demais para suportá-lo bem, e a sensibilidade do Governador não se mantém no equilíbrio justo, preso das emoções mais cruas e desconcertantes.

Nem eu, delegado do meu Povo e do meu Governo nesta hora de atrocidade do destino, nem eu sei como o diga. Nunca fiz tamanho chamado as minhas forças interiores, com a alma em choque; mas a obrigação de estar aqui, de achar-me aqui pelo meu Governo e o meu Povo é uma determinação irresistível. Comove-nos este momento, que é a extensão de outro momento começado ontem — o do desespero da notícia que nos chegava, na surpresa do inconcebível e do inexorável.

Repito agora, para que se consagrem na dor imensa, e porque ele quer que as repita, as palavras pronunciadas, um dia, pelo Governador Plácido Castelo: “Sempre encontrei, vontadoso e amplo, da parte do exmo. sr. Marechal Humberto de

Alencar Castelo Branco, o apoio em tudo quanto pudesse referir-se aos interesses do Ceará. Cearense plenamente integrado no amor de sua terra natal, o preclaro homem de Estado nunca nos faltou, tratando-nos com a mais carinhosa solicitude sempre que a ele recorremos. O Ceará deve ser-lhe agradecido e honrar-se do cidadão que ofereceu ao Brasil para orientar-lhe os destinos na hora mais delicada talvez de sua vida de País que desejou, e conseguiu, livrar-se do caos e da indisciplina, pela vontade determinada da Revolução de 1964. Para levar adiante os seus alevantados e graves objetivos, não se temeu o Marechal-Presidente de sacrificar suas energias físicas, enfrentar a incompreensão dos que somente sabem julgar ao calor e impulso dos interesses contrariados e, sobretudo, arriscar, estoicamente, o respeito devido ao soldado que defendeu os brios da nacionalidade nos campos de batalha. Conclamado ao mando civil da República, adotou providências heróicas, ferindo o comodismo de uns e a ambição de outros, preferindo a tranquilidade íntima do dever cumprido, do dever irrecusável que lhe impunham os ditames renovadores e regeneradores do Movimento Revolucionário, à popularidade fácil”.

De mim direi que a voz do meu Governo vale como expressão do estado de alma do destemido Povo que dirige. E eu os represento na desgraça deste minuto, sabendo quanto sofrem, porque sinto quanto sofro. É um grande amigo mais a sumir-se no averno das destruições da morte, e se agrava o sofrimento com a perda doutro, o seu irmão dileto, cuja amizade me era um dos melhores afetos.

No instante em que o Congresso Nacional o elegia Presidente da República, dirigiu-lhe o teor de um telegrama: “Messejana comanda o Brasil”. E comandou. Das mesmas várzeas acariciadas pela mais doce das aragens, das várzeas em que nasceu José de Alencar para comandar bravamente a Revolução Literária Brasileira, viria outro Alencar, ornado de farda e de coragem cívica, para ter às mãos os freios da dignidade e da decência da coisa pública contra as ganas de políticos que não sabiam praticar a arte da sã política, dos ambiciosos que não sabiam dar limite às suas cobiças, dos deso-

nestos que não sabiam a cor e a forma das lisuras do procedimento, dos contrariados que desejavam o que não deviam desejar, dos inconsequentes de idéias que não sabem sair dos antolhos das ideologias condenadas.

O messejanense militar venceu as balas da alucinação fascista, na loucura do seu misticismo perigoso, e cobriu-se de glória. Venceria também as metralhas piores da injúria e do ódio, que destilam veneno como serpentes endemoniadas. Uniram-se a solércia e o despeito, o atrevimento das ações mesquinhas e a manobra do encapuzamento de amigos falsos. E a atoarda das descomposturas e dos insultos, descendo à mais baixa classe, não teve eco e parou atônita e descomposta ante o granítico da austeridade, da impavidez e o destemor do homem que pretendiam destruir. O trabalho de Hércules da maldade nunca se avolumou tanto e se conspurcou tanto.

Foi bom que tudo isso acontecesse para prova da estrutura de aço que a Revolução resolutamente preparava, e quem na verdade a preparava era o homem que Messejana oferecia, como bem apercebido da missão espinhosa.

E no instante em que o Marechal deixava o campo de lutas da Presidência, outra vez lhe dirigiu um telegrama assim: "Um dia a História chegará com a sua justiça e o encontrará"

E o encontrou. Viu-se que o homem que saía era o mesmo homem que entrou. Era o próprio dever nele revestido, na plenitude de sua execução. E pode-se conjectura com a fórmula de Goethe: "Quando o dever parece por demais pesado, pode-se aliviá-lo cumprindo-o com o maior escrúpulo". Ele o fez. Uniu em sua pessoa as duas grandes qualidades do verdadeiro militar e do homem de Estado: o prestígio de si mesmo e o prestígio da consagração coletiva. Serviu à Pátria como quem mais o tenha feito no terreno das armas, nos misteres dos quartéis, nas comissões e missões que lhe foram confiadas, nos campos de combate da Europa, incorporando-se à nossa gloriosa Força Expedicionária e nela ocupando posição de excepcional relevo! Depois, a serviço do País na área civil, é indisfarçável que trouxe e aplicou no exercício da suprema função de Presidente da República aqueles mesmos atributos de

firmeza de caráter, decisão de atitudes, calma nas reações solidárias pelo perfeito encaminhamento do governo, e de energia na manutenção da ordem e da disciplina.

Hoje, pressurosa, a morte o traz para a História com a sua justiça, antes que o tempo demorasse a fazê-lo. Não é possível que o seu desaparecimento, assim cruel como foi, não esfrie a fornalha das prevenções injustas e dê aos corações magoados o sentido da imparcialidade dos julgamentos e dos perdões nobres.

A teimosia do ódio é uma diminuição do caráter. Caiu o jequitibá de Messejana nas matas de sua Messejana, numa coincidência que sugere uma predestinação, e só nos resta a disposição de honrá-lo na grandeza de sua ausência.

O Ceará veio trazê-lo de novo e de novo oferecê-lo ao Brasil como a ostentação de um grande exemplo, dum símbolo que deve ficar no bronze dos monumentos e no espírito dos que sabem e querem ser dignos. Dignos de si, dignos de sua gente, dignos do amor da Pátria.

As lágrimas do meu Povo não são lágrimas, valem uma concitação. Caem neste túmulo como se fossem uma rega: para que brotem as roseiras da saudade, do reconhecimento e da justiça imperecível.”

## 65

Insiste uma de minhas saudades em que a deixe registrada aqui, e não quero esquivar-me; antes fazê-lo qual conforante desempenho de um dever. É a saudade de Gustavo Barroso. Uma das mais valiosas e caras amizades minhas. Amizade e admiração. Pelo vero amigo e o homem ilustre que foi, que sabia abrir a alma às efusões mais ternas e nobres e soube laborar com o cérebro potente e versátil a fama de escritor, do mais alto mérito e de surpreendente proliferação intelectual.

Dizia-se um proauto *misturado*, descendente de pai cea-

rense e mãe alemã. Esta, perdeu-a aos sete dias de nascido. Aquele, o escrivão Antônio Felino Barroso, duraria para lá de um século, sempre ateu, irreverente, mas acolhido de todos pelo jeito original de sua pessoa e a mordacidade de seus conceitos: ao velho Felino *Garapa* ouvia-se curiosamente e de bom grado. Onde estivesse, fazia roda.

O filho — Gustavo Dodt Barroso — teve a movimentada história do menino levado da breca, que aspirava a ser boleeiro de bonde, e do rapaz incapetado, patusco e andejo. Até que, sem horizonte em sua terra, e com alguns vinténs no bolso, rumou para o Sul, onde iria encontrar o pão e, com os seus talentos, as glórias de uma vida intelectual intensa e superiormente alicerçada. As suas obras vão a cento e vinte e versam os assuntos mais diversificados — a literatura do romance, do conto e da poesia, o Folclore, a História, a Museologia, a Sociologia, a Memorialística, a Biografia, a Heráldica.

Subiu até onde se sobe no cenário nacional, engrandeceu-se, porém nunca esqueceu o Ceará, a sua cidade de Fortaleza, os seus passeios e vadiações nos sítios de Messejana e no sertão, o que lhe forneceria o tema de seu primeiro livro — *Terra de Sol*, para muitos o melhor de todos, porque escrito com a tinta da saudade.

Não parava de vir, de sentir o ar da gleba em que nascera. E, quando viu diante de si a morte, pediu papel e escreveu: "O Ceará, muito especialmente Fortaleza, foi e continua a ser o meu mundo. E continuará sempre, estou certo. Não um mundo que eu comande, mas um mundo que me comanda através do espaço e do tempo, onde quer que eu vá, seja qual for a época. Tamanho poder lhe foi dado porque foi o primeiro mundo que vi, quando abri os olhos para o mundo, mundo em que, hora a hora, dia a dia, ano a ano, durando e tomando forma — fui no corpo e na alma descobrindo todas as coisas do mundo. O Ceará é o mundo em que sempre me recordo e vejo, só ou acompanhado de tudo quanto vi e toquei desde o berço. Continuarei a viver até que se apague a derradeira luz do mundo, meu mundo querido e único". Foi a sua mensagem

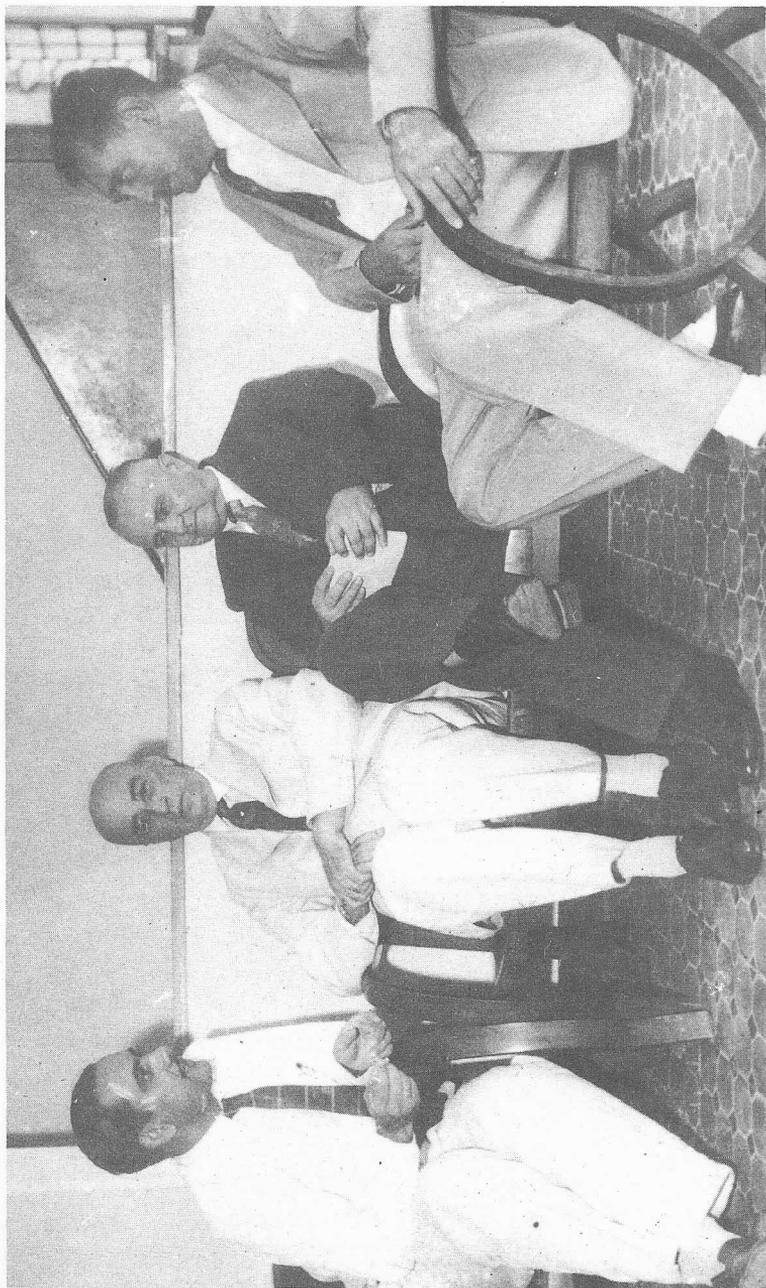
suprema. Não escreveu mais nada. Não podia. Dezoito dias depois, morreu.

Fruí de sua benquerença. Toda vez que ia ao Rio, estaria com ele. O Museu Histórico Nacional, por ele fundado, organizado e dirigido, era lugar certo de me encontrarem. No Ceará, era também certo achar-me ao seu lado, ao amavio do uirapuru de sua palestra. Verdadeiro ímã, as conversas do Gustavo. Com Albano Amora, com Mozart Soriano Aderaldo, com Waldir Liebmann, com Hugo Catunda, com Silveira Marinho, com Filgueiras Lima, comigo, desafivelava as suas lembranças e as deixava esvoejar, para encantamento nosso. E proveito nosso, de tantas coisas, fatos e passagens históricas que íamos sabendo e anotando. Nada esquecia.

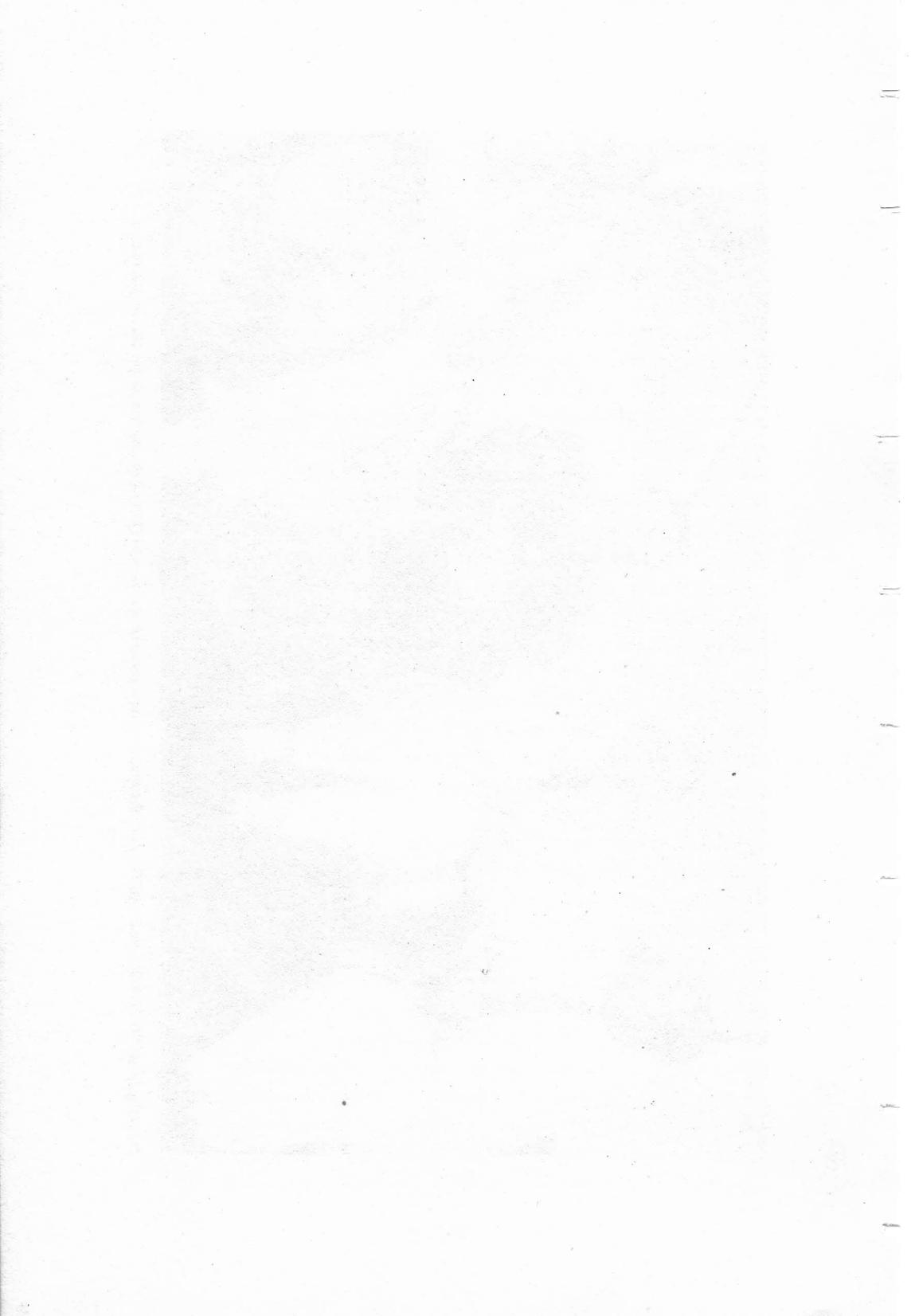
Adorava — é bem o termo — a sua Fortaleza, cujo Hino compôs, e foi oficializado com a música do maestro Antônio Gondim. As lágrimas caíam dos olhos ao recordar a meninice de Messejana, nos sítios Curió e Jurucutuoca, vindos dos seus bisavós, e onde com um bando de outros “folgava despreocupadamente, armando arapucas às rolinhas, fojos aos preás, mundéus aos tatus e laços às raposas”. Escreveu a Waldir Liebmann, seu primo: “Quando eu morrer, não procurem minh’alma noutra lugar senão nas várzeas da Messejana, nas estradas do Curió e da Jurucutuoca. Ali ela estará vagando”.

Certa vez, almoçávamos no restaurante da Mesbla, no Rio de Janeiro, e manifestou o ardente propósito de adquirir um daqueles sítios e vir morar no Ceará, porém sentia, e justificava, a reação dos filhos e netos que, não sendo cearenses e integrados na vida carioca, não podiam ter afeição maior a um lugar tão longínquo e provinciano. Naquela mesma ocasião, demonstrava a sua alegria pelo bom êxito da intervenção cirúrgica a que se submetera e na qual lhe foram retirados do intestino molesto uma *versidade de bolinhas de cabra*. Eram sintomas do mal que o derribaria, ao seu corpo de homenzarrão, antes robusto e sadio.

Numa de suas viagens ao Ceará, em 1957, andamos com ele às voltas, os seus amigos. Estivemos em Pirapora, balneá-



Na redação de "O POVO": Visita do Gustavo Barroso em companhia de Raimundo Girão e do seu primo Dr. Waldir Liebmann



rio de Maranguape, num dia todo de gostosa intimidade. De retorno ao Rio, e datada de 24 de novembro, dirigiu-me esta carta: "Meu caro Girão. Neste domingo carioca e chuvoso, reunida a família para almoçar carne de sol com pirão de leite e linguças de Maranguape com arroz, tendo como sobremesas sapotis, mangas, doces de caju, abri o Nihil Obstat e o êxito foi triunfal. Todos adoraram e o felicitam pela receita. Com o material que trouxe de Fortaleza transformei o domingo carioca em cearense, menos o sol que se escondeu e contra o qual nada pude fazer. Enquanto o meu pessoal: mulher, noras, filhos e netos aprovavam as iguarias cearenses, eu cá no íntimo recordava devagarinho a nossa ida à Pirapora e a companhia alegre dos amigos: você, Waldir, Mozart, Silveira Marinho... É esta saudade que lhe venho trazer em poucas linhas, cheias, porém, de sentimento, pedindo-lhe que a transmita a todos os do nosso grupo de amigos, tão generosos para comigo, sempre que vou ao Ceará. As engrenagens da minha vida aqui já me estão triturando de novo, mal cheguei. Que se há de fazer? Eu nunca realizei nenhum dos meus verdadeiros desejos. O destino realiza comigo aquilo que ele acha que deve ser e eu me submeto, porque, quando me tenho revoltado, tem sido pior. O danado logo me castiga. Abraços aos nossos companheiros do Instituto e da Academia. Saudades muitas de tudo. Sempre muito seu, Gustavo".

O *Nihil Obstat* é uma espécie de batidinha, à base de aguardente, maracujá, limão, açúcar e vermute branco, que d. Marizot prepara para oferecermos aos visitantes do Passaré. Aprendi a *receita* em Manaus, onde a bebida se serve em cálices e tem o nome de *colete*. A denominação latina vem do fato, picaresco, de ter dela gostado o Padre Boaventura, Geral da Ordem dos Salvatorianos, que, achando-se em nosso sítio, dela provou... e aprovou, com o seu *nihil obstat*. E gostou mesmo... porque nos abençoou, aos de casa, colocando em nossas cabeças o solidéu, que sempre conduz, ofertado pelo Santo Padre. Quem saboreia a nossa batidinha, portanto, recebe indulgências acho que plenárias.

A última estada de Gustavo em Fortaleza deu-se em agos-

to e ele morreria em dezembro (1959). No dia 3, e a 29 completaria 71 anos de idade. Queixava-se de fortes dores, do que supunha ser bico-de-papagaio, e parecia despedir-se de tudo, correndo os seus campos de Messejana e indo ao Cariri, região que não conhecia.

Na sessão de homenagem à sua memória — trigésimo dia de sua morte — pronunciei sentido discurso em nome do Instituto do Ceará. A *Revista n. 73*, deste, o transcreve. E ainda pelo Instituto e com o apoio decisivo de Mozart Soriano, assessor do Governo do Estado, conseguindo as dotações necessárias, fui à então capital da República encarregado de encomendar a sua estátua, de bronze, a ser levantada numa das praças de Fortaleza. Entendi-me com o escultor H. Leão Veloso, que, ainda por meu intermédio, aceitaria incumbências iguais, executando, maravilhosamente, as de Capistrano de Abreu, Farias Brito, Clóvis Beviláqua e, mais tarde, a de Alberto Nepomuceno. Repetia Veloso, em tom de graça, que eu era o seu maior freguês de estátuas. Homem de fina educação e lealdade de compromisso, Leão Veloso externava especial simpatia pelo Ceará, onde demorou parte de sua infância, neto que era de Guilherme Rocha, um dos mais profícuos e adiantados prefeitos de nossa Capital. Nascido baiano, faleceu bem moço ainda. A inauguração do monumento de Gustavo, localizado na praça que tomou o seu nome (anteriormente, praça Fernandes Vieira) em frente ao Liceu do Ceará, que ele tanto quis, verificou-se em 31 de agosto de 1962, tendo eu feito o discurso principal, publicado em *Unitário* sob o título *A alma cearense de Gustavo Barroso*. D. Antonieta, viúva do homenageado, ao ver aquele trabalho artístico, não escondeu esta apreciação: — “Não há nesta estátua um traço que não seja do Gustavo”. Na realidade, a interpretação é impecável.

Num instante de desalento, deixou Gustavo escrito: “O Ceará não se lembra de mim. O oficialismo honra-me com o seu desdém, com a sua antipatia. Somente Matos Peixoto, quando Presidente do Estado, me penhorou com as suas homenagens”. E, aproveitando a frase de Siqueira Campos — “A

Pátria tudo se deve dar. A Pátria nada se deve pedir, nem mesmo a compreensão”, acrescentou: “Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça. Eu só procurei honrar e enaltecer a minha terra”. A sua participação no movimento integralista, que depois repudiou, seria a causa dessa falta de compreensão. Mas a justiça chegou, e o Ceará o reabraçou afetosamente. Nenhum cearense, em tão pouco tempo decorrido de sua morte, foi agraciado com a consagração do bronze modelado.

As minhas ligações com o amigo iriam um pouco mais. Atendendo-se a desejo seu, deveriam ser trasladados para o Ceará os seus restos mortais. Ainda fui eu o delegado do Instituto para, no Rio, acompanhar a exumação. Formalidades havia muitas, mas com interferência devotada e infatigável de d. Nair Carvalho, nenhuma deixou de ser imediatamente superada. D. Nair, sua secretária no Museu Histórico durante vinte e dois anos, e ainda hoje diretora do Curso de Museologia, mantém para com a memória do dr. Barroso, como lhe chama, o culto de uma admiração edificante. “Sempre lembrei o professor que modelou o meu espírito, a quem devo a minha formação” — são palavras suas.

Preparada a urna funerária, estávamos no Cemitério de São João Batista — membros de sua família, o gen. Carlos Studart Filho, coincidentemente no Rio de Janeiro, e eu. Iríamos assistir, ao menos para mim, a um ato inédito e por demais comovente.

Retiram os Coveiros a lage superior do túmulo e logo aparecem algumas urnas com ossos de parentes bem identificados, entre elas a que continha os do velho Felino e que também devia ser trazida para o Ceará. Em seguida, é retirada a segunda lage e todos vimos, atentos e cheios de emoção, os restos daquele que fôra o Gustavo, em disposição perfeitamente normal, cada unidade óssea no lugar devido. Aos lados, alguns resquícios da roupa que o vestiu.

É difícil traduzir o que se sente diante de um espetáculo desses. Tem-se como que o sangue parado, e só funcionam os

olhos que estão vendo e o coração que se confrange. Para alguns ali presentes, aqueles ossos, alvos, soltos, falavam, não sei em que linguagem, à dor da esposa, dos filhos, dos netos. A nós outros, na mesma linguagem terrivelmente muda, falavam à dor de dois amigos. Estava ali a destruição, o nada de uma vida que estuara de energia, aspirações e triunfos.

Assistimos a que os coveiros colhessem peça por peça — o crânio, os braços, o torax, a bacia, as pernas. As meias, de tecido resistente, continham os ossos dos pés e assim foram, com as demais, depositadas cuidadosamente na caixa de zinco, que seria envolvida pela urna funerária. Depois, a reposição das lages.

O mais, bem se adivinha, e no dia 29 de dezembro de 1965 aqueles despojos fúnebres, como recomendara o dono, eram depositados, trazidos pelo contratorpedeiro “Pará” e com honras oficiais, ao pé de sua estátua, em frente ao Liceu dos seus amores. Outro messejanense de amor foi quem, simbolicamente, os colocou ali — o Marechal Castelo Branco, Presidente da República. Para sempre. E estava satisfeita a sua vontade. Fortaleza guarda, agora, daquele modo, o filho que vira nascer em 29 de dezembro de 1888.

## 66

*Afirmção* — anais do I Congresso Cearense de Escritores, realizado em Fortaleza no mês de setembro de 1946, dá conta de que na sessão do dia 16 apresentei aos srs. congressistas indicação na qual, baseando-me nos argumentos ali expendidos, propunha:

“que o Congresso, pelo melhor modo que julgar acertado, sugira ao Governo Estadual, hoje ocupado por um homem de grande mérito (Dr. Pedro Firmeza), a criação de um Departamento ou Secretaria de Cultura, e

que recomende a cada congressista trabalhar como puder pela efetivação da idéia, individualmente ou nas associações

de que fizer parte — tudo com o objetivo de fazê-la vitoriosa, na futura Constituição Estadual”.

A fruta, de verde talvez, não amadureceu. Mas vinte anos depois (1966) a semente havia de germinar.

Indicado o dr. Plácido Aderaldo Castelo como candidato à Governadoria, achamos, Mozart Soriano Aderaldo e eu, ter vindo a ocasião. A nossa velha amizade com o futuro dirigente do Estado autorizava-nos a propor-lhe a almejada criação da Secretaria de Cultura, autônoma, sem o antigo vínculo à de Educação. Plácido, sem hesitar, concordou.

Encontrava-me no Crato, quando, em viagem de fins políticos, chega ele àquela cidade. Tudo o que era chefe de eleitorado dos municípios da região correu para ali, dando-me a desalentada suspeita de que os tradicionais coronéis do sertão, com os seus vícios, as suas ignorâncias e as suas virtudes, ainda eram chamados a decidir dos destinos públicos, que a Revolução de Março tinha em mira modificar. Mais outra vez, um movimento revolucionário no Brasil, passados os dias do cio renovador, lhes confiaria a sorte da política nacional. Na verdade, lastro dessa natureza não se inventa nem improvisa: é tratar de melhorar o material existente.

Naquela confusão, consegui estar com Plácido, abracei-o e relembrei-lhe a nossa palestra sobre a nova Secretaria. — “Redija a parte a ela referente, para que eu a inclua no meu discurso de candidato”, declarou-me.

Efetivamente, o discurso adotou-a, integral, e o pensamento fortificou-se, de tal maneira que antes de Plácido entrar para o governo, o que seria em 12 de setembro, já a 9 de agosto e mediante a Lei n. 8.541, o Governador Virgílio Távora instituiu a separação administrativa das duas Secretarias. *Ex digito gigas*: era seu leal auxiliar o dr. Mozart Soriano

Três dias após, o cel. Virgílio concluiria a sua gestão, e a esta se seguiu o mini-governo do deputado Franklin Chaves, do qual fui Secretário — o primeiro titular da Secretaria de Educação, sem o apêndice da Cultura.

Acompanhei de perto a formação do Secretariado do dr. Plácido, para verificar como é delicada e crivada de obstá-

culos a composição do corpo de auxiliares de confiança de um Governador. Imagine-se um prato apetitoso disputado por famintos. Ninguém anuí a ninguém, dentro da ARENA, coberta mal costurada dos panos mais diferentes. Os chefes de grupos não cediam, nem cediam os deputados, cobrando o serviço de terem votado no candidato agora na posse do cargo. A eleição fora indireta.

Fixara-se o dr. Plácido no critério de salvaguardar para a sua confiança pessoal quatro das onze Pastas: a de Administração, a da Fazenda, a da Polícia e a da Cultura. O restante das fatias do bolo ficou sujeito a ferozes dentadas, mordido e remordido. Põe nome, tira nome, e o rol não se concluía.

O do dr. Mozart Soriano para a de Administração era imperativo: um técnico, primo e compadre do Governador, além de gozar da simpatia clara do cel. Virgílio Távora, a quem tanto assessorara, com a sua competência e o seu desvelo. O do escolhido para a da Polícia, distinguido oficial do Exército, foi vetado, frontalmente, por um dos chefes arenistas, seu desafeto. Substituiu-o, então, o do dr. Miramar da Ponte, apontado como um dos conspiradores da Revolução. O meu, para Secretário de Cultura, foi menos visado, porque a Pasta não era tida em muita conta pelos disputantes: pouco ofereceria de favores. O do gen. Amarante Brandão, lembrado para a da Fazenda, não prevaleceu ante a própria excusa do homenageado, surgindo, afinal, o do dr. Luís Crispim, conhecido servidor fazendário.

As demais Secretarias, como partos laboriosos, iam-se definindo. A da Agricultura coube ao eng. Wellington Batista, da corrente do deputado Edilson Távora; a de Obras e Energia (Sevome) ao eng. Fernando Mota, sobrinho do deputado Waldemar de Alcântara; a da Saúde, ao médico Jônatas Barros, genro do senador Wilson Gonçalves; a do Trabalho, Indústria e Comércio, ao cel. Austregésilo Rodrigues Lima, indicação do mesmo Wilson Gonçalves; a do Planejamento, ao eng. José Lins de Albuquerque, que por si era uma credencial e havia prestado os melhores serviços à administração do cel. Virgí-



*O Governador Plácido Castelo dá posse ao primeiro titular da Secretaria de Cultura*



*O Governador Franklin Chaves e seus auxiliares. Na ordem da E para D: José Vasconcelos, Stênio Carvalho Lima, Raimundo Girão, Luis Crispin, Franklin Chaves, Gen. Assis Bezerra, José Chaves e Magdaleno Girão Barroso*



lio; a do prof. José Lúcio Melo, para a da Educação, vinha como quinhão do deputado Paulo Sarasate; o dr. José Napoleão de Araújo, para a da Justiça, não deixava de ser uma atenção ao ex-Governador Távora.

Mas os deputados arenistas não ficaram muito por isto e, em memorial, exigiram, a igual do que se procedia em administrações anteriores, fossem contemplados na distribuição, ao que não pôde atender o Governador, mostrando-lhes não haver tantas Secretarias para tantas pretensões. Seriam necessárias catorze e o limite era de onze. Mozart e eu abrimos mão de nossas Pastas, mas Plácido, resolutivo, liberou-nos do oferecimento.

Foi assim que se iniciou a governação do dr. Plácido Castello. A sua governação e os seus desgostos. Desejava governar com o Partido e nunca ser por ele governado, e não foi compreendido. Essa fórmula, aliás, já havia fracassado muitas vezes em nossa história política. Costuma-se dizer que a Política não tem entranhas, ou tem más entranhas. O fato é que devora.

A minha nomeação de Secretário de Cultura somente foi assinada no dia 3 de outubro. Condicionava-se a medidas administrativas só exequíveis depois de votada a Lei n. 8.577, de 30 de setembro.

Passei a organizar a nova Secretaria, de acordo com o Governador, sem que ele nada me insinuasse. A respectiva instalação deu-se a 9 de dezembro.

As responsabilidades de partícipe de sua criação agravavam-se-me, agora, com as da implantação do órgão criado. Teria de corresponder ao que dele se esperava.

É comum dizer-se que "o Ceará é a terra do não pode". Qualquer iniciativa mais avançada tem logo de proa os cétricos, a acusá-la de demasia ou inoportunidade. "A terra é pobre" — gritam.

A Secretaria de Cultura, um luxo; e havia mendigos nas ruas suplicando a ajuda do governo. Os demais Estados não se davam a semelhante esnobismo! Simples vaidade de intelectuais sem fio de terra!

Entretanto, no dia em que, num simpósio de presidentes de Conselhos Estaduais de Cultura, efetuado no Rio de Janeiro pelo Conselho Federal de Cultura, fiz a comunicação de haver o Ceará, pioneiramente, instituído a sua Secretaria de Cultura, envaideci-me de ver-me, por essa razão, aplaudido pelos congressistas, calorosamente e todos de pé! Quem propunha o aplauso era Artur César Ferreira Reis, uma das mais fulgurosas inteligências deste nosso País, o Herôdoto da História da Amazônia, hoje presidente daquele vigoroso Colegiado.

Já havia tido contato com a Secretaria de Educação e Cultura e bem sentira a sua deplorável falta de organização, entregue a muitos donos, e o desleixo com que eram tratados os órgãos culturais, como a Biblioteca Pública e o Teatro José de Alencar. Sabia de como estava no mais triste desgaste o Arquivo Público. O Museu Histórico, a que eu tanto emprestei cuidados, achava-se, humilhado, no porão do prédio sede do Instituto do Ceará.

Não havia o menor estímulo à expansão cultural por parte do Estado. Os nossos artistas plásticos, mal sobreviviam agarrados às suas justas e inatingidas aspirações. Não se pensava em Turismo. Só a Casa de Juvenal Galeno, que passou a integrar a Secretaria e antes recebera auxílios do prefeito Murilo Borges para melhorar as suas dependências, continuava a dar às letras cearenses a boa vontade e o brilho de suas tertúlias. Nenzinha Galeno sabia dar continuidade àqueles salões da Inteligência.

A nova Secretaria procurou constituir o seu organograma com esses elementos assim esquecidos e a pouco e pouco demonstrou não ser mero departamento administrativo de alguns empregos a mais.

A Biblioteca foi imediatamente transferida para local condigno e reorganizada. Por fim, instalou-se definitivamente no Palácio da Luz, em virtude de decreto executivo específico.

O Arquivo Público, um montão informe de documentos preciosos, igualmente se instalou em edifício próprio, para tal convenientemente adaptado o velho Albergue de Indigentes.

Por sua vez, o Museu Histórico teve as suas valiosas coleções preservadas e expostas em prédio seu, na Av. Barão de Studart, e pode oferecê-las à contemplação dos seus inúmeros visitantes.

Criou-se a Casa de Raimundo Cella (Centro de Artes Visuais), graças notadamente aos carinhos, eu diria maternais, de d. Heloísa Juaçaba, inteiramente devotada à revitalização dos nossos descoroçoados artistas, ela artista também, sabendo sentir e entender a necessidade de reagrupar aquelas vocações dispersas e sem as mínimas condições de trabalho, capazes de revelá-las no poder total de suas mensagens de talento e gênio. Senhora de distinção social e rica, não fez dessas qualidades senão o uso de uma solidariedade irmã aos jovens amantes da Arte, a maioria pobres, sem dinheiro ao menos para adquirir as tintas dos seus quadros e o barro de suas esculturas. É admirável a sua presença estimuladora nos nossos movimentos de animação artística. A Secretaria de Cultura tem para com ela débito de difícil resgate. O que já realizou a Casa de Raimundo Cella, sob sua direção, porventura seria o suficiente para calar as gralhas da crítica fácil.

Criou-se o Museu de S. José de Ribamar, em Aquirás, produto de outro devotamento, o do pe. Hélio Paiva, com o seu meticuloso e jeitoso modo de colher peças e objetos sacros, para que o Ceará pudesse salvar das garras dos antiquários as raridades de seu patrimônio religioso. Na organização desse Museu a cooperação de Clarival Valadares foi inestimável e decisiva. Sobretudo, desinteressada e lúcida.

É digno dos melhores encômios o quanto fez a Secretaria para colocar em conveniente ordem o milionário acervo de maravilhosas peças históricas e raras coletadas, durante vários anos, por d. José Tupinambá, bispo de Sobral, mas tristemente acumuladas, em forma de bric-a-brac, em parte do prédio de sua antiga residência. O Governador Plácido Castelo há de querer, e com razão, um pouco dos elogios, e eu uma pequena parte, também; no entanto, o quase-todo há de caber aos que se entregaram, diretamente, de alma e ânimo, ao exaustivo trabalho: d. Heloísa Juaçaba, os técnicos de Mu-

seu, Henrique Barroso, da Secretaria, e dra. Themis Araújo, da UFC, posta à sua disposição, bem assim senhoritas da sociedade sobralense e Irmãs da Ordem Salesiana, dirigidas por Mons. Sabino Loiola. Convênio firmado entre o Estado e o Bispado de Sobral possibilitou os recursos necessários ao empreendimento, aos quais se juntaram vontadosas contribuições particulares. Respondia-se ao desafio daquele inexplicável abandono. Dez viagens levaram-me àquela cidade para acompanhar o desenvolver dos serviços e — porque não dizer — emprestar-lhe o meu contingente pessoal. Constituímos uma equipe unida, sem preguiça nem tempo de olhar para o relógio; e, efetivamente, dentro de três meses, estava o “Museu D. José”, na verdade, um museu, com os realces de uma apresentação esplêndida. Pôde-se, e pode-se, afirmar que ele honra a Museologia brasileira; é, no gênero, um dos mais ricos museus do Brasil.

Tratou-se de publicar uma revista de cultura — *Aspectos*, sem tardança motivo de melhor interesse e dos mais francos louvores, onde quer que chegasse.

Tentou-se, igualmente, de pôr em evidência o Turismo, estudando-se, observando-se as mais sugestivas atrações naturais e humanas, em nosso Estado, a fim de partir-se para uma execução ainda que espinhosa e precária. “O Ceará não tem o que mostrar, senão pobreza” — é a voz dos descrentes, dos que emitem suas opiniões ao sabor amargo da recriminação sem base. Se, de fato, a Secretaria de Cultura pouco realizou nesse particular, não lhe cabe a culpa, senão à ausência dos recursos indispensáveis. Ainda não havia chegado, como agora, a *explosão* do Turismo no Brasil.

Foram adquiridas as bibliotecas do dr. Pompeu Sobrinho (mais de 4.000 volumes), do prof. Walderi Uchoa e de Ismael Pordeus, a primeira, feita a devida seleção, compondo a biblioteca do Palácio da Abolição, e as outras incluídas nas coleções da Biblioteca Pública.

Assinaram-se convênios com a Academia Cearense de Letras, à qual se doou a importância de Cr\$ 50.000,00 para as despesas de aquisição de sua sede própria, e com o Instituto

do Ceará, proporcionando-lhe auxílio financeiro e pessoal técnico para os seus serviços.

A criação do Conselho de Cultura deve ser contada como outra inspiração feliz, e raros os Estados que os possuíam. O elenco de seus componentes, valores reais do nosso mundo intelectual, só de si garantiria o seu êxito e desmentiria as cassandras impertinentes.

Trabalhávamos. Trabalhamos. Deixamos muita coisa trabalhada, com os ouvidos fechados ao “não pode”.

O Secretário soube escolher os seus colaboradores, não por simples simpatia, e sim com o conhecimento exato da valia de cada um. Cito-lhes os nomes: — Stênio Rocha Carvalho Lima, Advogado e Técnico de Administração para o Departamento de Administração; Braga Montenegro, para o de Publicações e Documentação, Otacílio Colares, para o de Difusão da Cultura; Manoel Albano Amora (depois Teresa Sampaio) para o do Patrimônio Cultural; João Ramos, para o de Turismo; Rui Guedis, para a Chefia do Gabinete; Celne Brasil Girão, para Secretária do Conselho de Cultura.

Não direi qual o mais correto e o mais eficiente porque os iguais são do mesmo tamanho, têm o mesmo peso, a mesma cor. Devo-lhes, o Estado deve-lhes por igual somas de excelentes contribuições. Vale a pena consignar isso. Rejubilo-me com o estar consignando, sinceramente. E na convicção de termos todos, dia e hora, pensado mais em nossos deveres do que em nós.

O Gabinete do Secretário esteve sempre aberto a quantos o procuravam, sem necessidade de qualquer mediação, e assim devia ser para que todos vissem a nossa boa disposição de dar às coisas da Cultura cearense o relevo imprescindível. O intercâmbio com os outros Estados já se afirmava uma realidade e a nossa correspondência se intensificava dia a dia.

Constantes, os pedidos de informações, dados, notícias, ilustrações sobre o Ceará, a sua gente, as suas atividades men-

tais, e só não eram atendidos quando nos faltavam os elementos solicitados. Os meus livros eu os mandei sempre, gratuitamente, para suprir a ausência de outras obras no acervo da Secretaria.

O nosso Departamento de Publicações tirou novas edições de livros esgotados e de releitura imperiosa, Rui Guedis e Braga Montenegro esmeraram-se nesse trabalho. Ao mesmo tempo, esforçávamo-nos por ajudar escritores nossos, adquirindo-lhes as obras lançadas.

Tudo isso, vencendo sérios embargos de ordem financeira, pois a situação do Tesouro estadual não era das melhores. O desequilíbrio orçamentário, advindo do inesperado corte nas participações federais, e a superveniência da seca de 70 deram em resultado a crise para o governo e a aflição para o Governador, a viver de lápis em punho riscando soluções, sem as encontrar, as mais das vezes. Atrasou-se, por isso, o pagamento dos funcionários estaduais, enegrando as cores do quadro.

Vi as amarguras do dr. Plácido, a tristeza de não se ver compreendido. Homem que não se comunica muito, ou melhor, guarda sem externar o que lhe vai na alma, bem imaginava eu o quanto suportava D. Netinha, sua esposa, os filhos, as filhas temiam pela sua saúde; e lá fora as más línguas, os insatisfeitos, alguns jornalistas menos serenos não lhe perdoavam.

— Dá banquetes a Ministros e Generais e não paga a ninguém, era o mote da perversidade. — Constrói o Palácio da Abolição, luxuoso e inútil, e não enxerga as lágrimas dos servidores em pranto — era outro. E quanta crueza destas.

Mas o governante realizava. Se não construía 100, construía 20, e de 20 em 20 deixou, ao sair, realizações que o honraram, e que não trombeteava aos oito ventos, querendo poupar o dinheiro da propaganda cara.

Estive ao seu lado, desde o início até o termo do mandato, no dia 12 de março de 71. Muitos Secretários ele os teve no seu

governo, uns mais tempo, outros menos. As circunstâncias mudaram vários. Na Pasta da Fazenda sucederam-se seis titulares.

Mas tocou a mim permanecer até o derradeiro instante no exercício do cargo. Caso único, pois que o dr. José Napoleão de Araújo, outro que vinha do começo, teve de deixar o seu dias antes do fim, com a dispensa, a pedido, para aceitar a nomeação de outras funções, efetivas.

Convenço-me de haver servido com lealdade e vontadosamente o Governador e o Estado.

Saí compensado, e o minuto da minha saída marcou para mim o fecho de uma vida pública de mais de metade de século.

## 67

Afinal, realizei-me. Sei que não existi, apenas; vivi. Vivi sabendo não ser coisa vã o viver como superior e essencial função do homem, não só biologicamente e sim também espiritualmente, moralmente. A vida biológica é autômata, ele não a faz. A espiritual e a moral ele se ajuda a construir, pois que não as constrói sozinho, sem a influência arbitrária e multi-tentacular do meio social que o rodeia. Mas de qualquer modo terá na face os vincos das canseiras para — e este o seu verdadeiro destino — tornar digna a sua qualidade humana, conseguindo pouco às vezes, às vezes completando-se. Para que não seja tão só um número estatístico.

É de Eduardo Girão: “Não iluminarás a casa, buscando no céu a luz das estrelas”. E eu procurei outras fontes de luz para iluminar a minha.

E então compreendi Pontes de Miranda:

“Ó vós, que vos esfalfais na luta, — atendei: do vosso suor vem o Futuro, pois só o trabalho pode criar. Do vosso esforço, das vossas provações, dos vossos desesperos, deve evoluar-se a

alegria, como flor entre espinhos. Construis o que há de ficar e será vosso, ainda que o desfrutem outros. Os palácios, a que levais a pedra e o mármore, e os canais, que abris, e as obras, que pensais, — são o incenso e a pira de religião que não morre. Algum dia convertereis o mundo, porque o vosso ideal está lá em cima e o vosso esforço nos guia para ele. Avante, pois! Nas lutas, que travardes, lembrai-vos de que a vossa missão deve decorrer, fecunda e ativa, com energia de ato e com a suavidade interior, que é a permanente aurora das almas". (A *Linguagem da Inteligência*, 83).

## CRONOLOGIA

- 1900 — Nasceu a 3 de outubro na fazenda Palestina, do Município de Morada Nova, à margem esquerda do rio Banabuiú. Filho de Luís Carneiro de Sousa Girão e Celina Cavalcânti Girão.
- 1905 — Acompanhando os pais, mudou a sua residência para a cidade de Maranguape.
- 1909 — Matriculou-se em fevereiro na escola pública dirigida pela professora Ana de Oliveira Cabral, frequentando-a até 1912.
- 1913 — Cursou o Colégio São José, do professor Henrique Chaves. Em novembro, terminado o ano letivo, mudou-se para Fortaleza.
- 1914 — Cursou o Colégio Colombo, fundado e dirigido pelo dr. Manuel Leiria de Andrade.
- 1915 — Matriculou-se no Liceu do Ceará, no curso avulso.
- 1918 — Ingressou na recém criada Escola de Agronomia do Ceará, frequentando o 1.º ano. Aluno pioneiro, portanto; mas não prosseguiu no curso.
- 1920 — Começa a cursar a Faculdade de Direito do Ceará.  
— Por alvará do Juiz de Direito de Órfãos de Fortaleza é declarada a sua emancipação com idade legítima para praticar os atos da vida civil e viver *sui juris*.
- 1921 — É nomeado, por concurso, auxiliar de estações da Repartição dos Telégrafos, com a diária de cinco mil réis.
- 1922 — Faleceu em Maranguape, a 11 de abril, sua mãe, Celina Cavalcânti Girão, que nascera em 26 de maio de 1881.
- 1924 — Em 8 de dezembro colou o grau de Bacharel em Direito e passou a exercer a advocacia.
- 1925 — Casou-se, em 23 de fevereiro, com Maria Monteiro de Lima, nascida em 9 de abril de 1906 e filha de

- Manuel Gonçalo de Lima e Luzia do Carmo Monteiro de Lima. Enviuvou em 19 de novembro desse ano.
- 1926 — Casou-se em 27 de novembro, em segundas núpcias, com Maria Gaspar Brasil, nascida em 10 de março de 1910, filha de Prudente do Nascimento Brasil e Inês Gaspar Brasil.
- 1931 — Por título de 21 de outubro, firmado pelo Prefeito Municipal de Fortaleza, major Manuel Tibúrcio Cavalcânti, foi nomeado Secretário da Prefeitura.
- 1932 — Em 14 de dezembro, por Ato do Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, foi nomeado, interinamente, Prefeito Municipal de Fortaleza.
- 1933 — Ato de 19 de abril, do Interventor Carneiro de Mendonça, nomeia-o Prefeito Municipal, efetivo.
- 1934 — Organizou e é um dos sócios fundadores do Rotary Club de Fortaleza, instalado a 7 de maio, em sessão festiva, no Palace-Hotel.
- 1935 — O Governador Francisco de Meneses Pimentel, com o Ato de 21 de setembro, nomeou-o juiz do Tribunal de Contas do Ceará, criado pelo Dec. n. 124, de 20 do mesmo mês.
- O mesmo Governador, por Ato de 1 de julho, o nomeou membro do Conselho Penitenciário do Ceará.
  - Nomeado, por Ato de 10 de junho, para compor a Comissão encarregada de rever os decretos e atos expedidos e praticados pelo Interventor Federal no período de 1 de janeiro a 26 de maio.
- 1936 — Em 5 de dezembro, colou o grau de Doutor (aluno laureado) pela Faculdade de Direito do Ceará, defendendo a tese O FENÔMENO FREUDIANO E A CRIMINOLOGIA.
- Nomeado para integrar, sob sua presidência, a Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de criação do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Estaduais e Municipais. Os demais componentes eram os drs. Lincoln Mourão Matos, Clodoaldo Pinto, Waldemar Barros e Jorge Moreira da Rocha.

- 1937 — Participou, como representante do Rotary Club de Fortaleza, da Conferência Distrital realizada em Salvador, Bahia.
- Eleito mordomo da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.
  - Nomeado, por unanimidade de votos da Diretoria, Consultor Jurídico da Associação Comercial do Ceará.
  - Presidente do Rotary Club de Fortaleza.
- 1939 — Nomeado para compor a Comissão do Plano da Cidade, restaurada pelo Decreto Municipal n. 450, de 31 de março desse ano.
- Recebeu a nomeação de membro do Conselho Estadual de Agricultura.
- 1940 — Participou, com os drs. José Martins Rodrigues e Jaime Avelino Chagas, da 1.ª Conferência de Assuntos Econômicos e Fazendários, realizada no Rio de Janeiro.
- 1941 — Nomeado para compor a Comissão encarregada de elaborar o projeto de Estatuto dos Funcionários Municipais. O Ato tem a data de 17 de março.
- Participou, com os drs. José Martins Rodrigues e José Linhares de Vasconcelos da 2.ª Conferência de Assuntos Econômicos e Fazendários, realizada em Salvador, Bahia.
  - Eleito e proclamado, em sessão efetuada a 4 de junho, sócio efetivo do Instituto do Ceará, juntamente com o eng. João Nogueira e os professores Dolor Barreira e Plácido Aderaldo Castelo.
- 1942 — Nomeado para integrar e presidir à Comissão encarregada de encaminhar ao Governo do Estado a regulamentação dos Estatutos dos Funcionários do Estado.
- 1945 — No dia 15 de junho faleceu, em Fortaleza, seu pai, Luís Carneiro de Sousa Girão, que havia nascido em 3 de julho de 1877.
- 1946 — Nomeado, em 2 de março, livre docente da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, na Cadeira de “Estudo Comparado das Doutrinas Econômicas”, do 4.º ano do Curso Superior de Ciências Econômicas.

- 1949 — Participou, como representante do Instituto do Ceará e do Estado do Ceará, do grande 1.º Congresso Histórico do Estado da Bahia, comemorativo do 4.º Centenário de fundação da cidade de Salvador, realizado na capital baiana entre os dias 18 e 30 de março.
- Ato de 21 de outubro, assinado pelo Governador Faustino de Albuquerque e Sousa, aposentou-o, a pedido, no cargo de Ministro do Tribunal de Contas.
  - Inicia-se a sua gestão, como presidente do Clube Iracema, a terminar em 1951.
- 1950 — Pela segunda vez é eleito presidente do Rotary Club de Fortaleza.
- 1951 — Reverteu ao serviço público em virtude de Ato de 22 de junho, assinado pelo Governador Raul Barbosa.
- Empossou-se numa das Cadeiras da Academia Cearense de Letras, a n. 4, de que é patrono Antônio Bezerra. Depois, transferiu-se para a cadeira n. 21, cujo Patrono é José de Alencar.
  - Participou da conferência rotária realizada em Manaus, em dias do mês de março, demorando-se algum tempo na Amazônia para sentir melhor as belezas da Hiléia.
  - Presidiu ao Comité des fêtes du bi-millenaire de Paris, em Fortaleza.
- 1952 — Nomeado presidente do Conselho Penitenciário do Ceará, por Ato do Governador Raul Barbosa, datado de 12 de março.
- Em viagem de turismo e estudos, visitou o Uruguai e a Argentina.
- 1954 — Com o dr. Mozart Soriano Aderaldo, participou do Congresso comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana, realizado no Recife, no mês de julho.
- 1955 — Recebeu do governo francês “Medalha de Bronze” como recompensa dos serviços prestados à Cultura francesa.
- 1956 — Aposentou-se definitivamente no cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Ceará, por Ato de 1 de

- agosto, assinado pelo Governador Parsifal Barroso.
- Participou, representando o Estado do Ceará, do Congresso Nacional de Museus, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, no mês de julho.
- 1957 — Nomeado, por Ato de 11 de julho, professor da Cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, da Escola de Administração do Ceará. Desta foi o primeiro Diretor e, depois, Vice-Diretor.
- Presidiu neste ano e no de 1958 à Academia Cearense de Letras.
- 1960 — Tendo sido encampada pelo Governo do Estado a Escola de Administração, foi confirmado na disciplina que já vinha ensinando. Publicou, com título igual ao da cadeira, o livro que resume os pontos do respectivo currículo.
- Nomeado, por Ato de 9 de janeiro, do Prefeito Municipal de Fortaleza, Secretário Municipal de Urbanismo, sendo o primeiro titular da Pasta, criada por sugestão sua.
  - Designado, em 28 de novembro, para integrar e presidir à Comissão encarregada de apresentar projeto de regulamentação do Imposto Territorial Urbano e da Contribuição de Melhoria.
- 1964 — Por Ato de 12 de agosto, foi designado pelo Governador do Estado, cel. Virgílio Távora, para estudar a regulamentação do Conselho Estadual de Cultura criado pelo item XIII do art. 2.º da Lei n. 427, de 27 de junho de 1961, e providenciar a instalação do mesmo Conselho.
- 1966 — A convite da Universidade Federal do Ceará participou em 29 de agosto, no Auditório Presidente Castelo Branco, de “mesa redonda” sobre assuntos históricos, presidida pelo notável historiador inglês Arnold Toynbee. Também participaram da Mesa os professores gen. Carlos Studart Filho, cel. José Aurélio Câmara, José Denizard Macedo de Alcântara e Luís Fernando Raposo Fontenele.
- Foi nomeado, em 17 de junho, Procurador da Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

- Nomeado Secretário de Educação do Estado, por Ato de 12 de agosto, do Governador Franklin Chaves.
- Ato de 3 de outubro contém a sua nomeação, pelo Governador Plácido Aderaldo Castelo, para exercer o cargo de Secretário de Cultura, da qual foi o primeiro titular. Por diversas vezes, durante o Governo Plácido Castelo, dirigiu a Secretaria de Educação, respondendo pelo expediente.
- 1967 — Recebeu medalha de ouro, no dia 21 de setembro, por ocasião da solenidade com que o Rotary Club de Fortaleza homenageou os seus sócios fundadores ainda vivos.
- 1969 — Recebeu da Universidade Federal do Ceará o “Prêmio Gustavo Barroso”, destinado à melhor obra publicada nos anos de 1967 e 1968, no campo da Linguística. A obra premiada foi o VOCABULÁRIO POPULAR CEARENSE.
- 1970 — Participou, em Brasília, do 1.º Encontro de Governadores e Secretários de Educação e Cultura para estudo dos meios de proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico e paisagístico.
  - Comemorou em 3 de outubro, no seu sítio Passaré, os setenta anos de existência, em festa de muita cordialidade, com a participação de toda sua família e inúmeros amigos.
- 1971 — Em 12 de março, deixou as funções de Secretário de Cultura, encerrando a sua carreira pública.

## OBRAS DO AUTOR

- O Fenômeno Freudiano e a Criminologia* (Tese de Doutorado). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
- A Receita Pública — Aspecto Brasileiro*. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
- Esboço de Uma Genealogia*. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
- Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.
- Fiscalização dos Gastos Públicos*. Fortaleza. Ed. Fortaleza, 1937.
- O Ceará* (em colaboração com Antônio Martins Filho), 1.ª ed., 1939; 2.ª ed. 1945; 3.ª ed., 1966. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.
- O Comendador Machado e a sua Descendência*. Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.
- Coronel Tibúrcio Cavalcânti* (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.
- Cidade da Fortaleza*. Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.
- História Econômica do Ceará*. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.
- Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará*. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1949.
- Três Gerações* (Ensalos). Fortaleza, Edições Clã, 1950.
- A Princesa Vestida de Baile*. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.
- Pequena História do Ceará*. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953 (2.ª ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962), (3.ª ed., Imprensa Universitária do Ceará, 1971), 4.ª ed. UFC, 1984.
- A Abolição no Ceará*. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956. 2.ª ed. revista, Imprensa Universitária, 1969.
- Antologia Cearense*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1957 (publicada sob os auspícios da Academia Cearense de Letras).
- Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará. 1959. 2.ª ed. 1979, publicação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- História da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.
- Matias Beck — Fundador de Fortaleza*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961.
- História Econômica Geral e do Brasil*. Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.
- Ecologia de um Pôema*. Fortaleza, separata da Revista Clã, 1966.
- Vocabulário Popular Cearense*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- Montes, Machados, Girões*. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.
- Palestina, uma Agulha e as Saudades*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1972.
- Famílias de Fortaleza* (Apontamentos genealógicos). Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- A Academia de 1894*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.
- Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil*. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.
- O Senador Pompeu*. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.
- Bichos Cearenses na Obra de Alencar*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.
- A Cidade do Pajeú*. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982.
- Eduardo Henrique Girão (1882 - 1982)*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1982.
- Uma Dignidade Militar (1882 - 1982)*. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1982.
- Páginas Exumadas* (Miscelânea). Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- Os Municípios Cearenses e seus Distritos*. Fortaleza, publicação da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), 1983.
- Fortaleza e a Crônica Histórica*. Fortaleza, Imprensa Universitária da U.F.C., 1983, (Coleção Alagadiço Novo da Casa de José de Alencar).
- PREPARADOS:**
- Descrição da Cidade da Fortaleza*, de Antônio Bezerra de Meneses. (Introdução e Notas de Raimundo Girão).
- História Geral do Ceará* (700 páginas datilografadas).

## ALGUMAS OPINIÕES SOBRE A PRIMEIRA EDIÇÃO DE PALESTINA, UMA AGULHA E AS SAUDADES

ABDIAS LIMA: “A imagem não é original (e onde há originalidade em literatura?) mas o livro de Raimundo Girão coloca-nos em frente a um por-de-sol, deslumbrante e inenarrável. É uma tarde que se finda, dourando o mundo e a alma da gente.

.....  
No meio dessas páginas está aquela em que faz um paralelo entre o vaqueiro e o jangadeiro, aquela em que fala do sertão de seu berço natal, a da viagem de Morada Nova para Maranguape. Mas a festa continua, a prosa de Raimundo Girão prende o leitor. Na literatura brasileira, no gênero, só conheço um livro com essa força e esse sortilégio contínuo: as *Memórias*, de Humberto de Campos.”

ANTÔNIO GIRÃO BARROSO: “Eis um livro, de agradável leitura, exemplar no gênero. que não podemos deixar de recomendar aos leitores as *Memórias* de Raimundo Girão, que ele, sugestivamente, intitulou “Palestina, uma agulha e as saudades”. Obra alentada e cheia de ensinamentos, constituindo-se ao mesmo tempo a autobiografia do autor, das mais ricas aliás, e em muitos passos a própria história do Ceará e particularmente de Fortaleza, a partir sobretudo dos anos 30.”

ANTÔNIO SOARES: “Conheço-lhe, Raimundo, as produções intelectuais. Todas são excelentes. Mas, esta que acaba de trazer a lume é insuperável. É a sua obra-prima. Afirma-lhe um sujeito tarimbado, bastante viajado nos caminhos da literatura luso-brasleira.

Se você tivesse morrido afogado “naquele poço”, incalculável seria o prejuízo para as letras pátrias. Arrebatou-o, porém, das mãos imanadas da Morte, sua prima Angela, que devia ser canonizada, por este ato de heroísmo.

300 O leitor esperto e experto observa, sem esforço, que o autor de *Palestina, uma agulha e as saudades*, possui inteligência polimorfa, grande talento e coração oceânico, transbordante de ternura.

O estilo é apropriado ao assunto: linguagem simples, clara, fluente, correta.

Além de escrever com elegância e aprumo, você demonstrou conhecimentos profundos de História e Geografia. E, por isso, o livro é completo, agrada e instrui. Merece ser divulgado em todo território nacional."

Pe. AZARIAS SOBREIRA: "Folheando o novo livro de Raimundo Girão, é de notar o espírito de justiça característico de quem o escreveu. Não só justiça, mas igualmente isenção de vistas ao ter que julgar as qualidades até daqueles com quem entrou em desentendimento. Nem uma só vez se lhe vislumbra despeito ou azedume, e sim a preocupação dominante de ficar sempre a cavaleiro de sentimentos de aversão ou simples desafeto.

Ao fechar-se o volume, fica-nos a impressão de termos passado em revista, como em sugestiva fita cinematográfica, todo o drama do povo cearense, tanto em suas arrancadas de entusiasmo quanto na tragédia de suas reivindicações, na sua ânsia secular de conseguir um lugar ao sol sob o comando e inspiração de seus pró-homens."

BLANCHARD GIRÃO: "É uma peça literária de muito valia, um rotelro sentimental, uma coletânea viva de interessantes episódios da vida cearense, mas, ao contrário dos outros livros do ilustre parente, não me parece uma obra de absoluto rigor histórico. Não que os episódios não sejam reais. Porém, porque os personagens da História jamais seriam tão puros como os pintados pelo Autor, mesmo porque, em larga parte da obra, ele se detém na apreciação de fatos e figuras da Política local e nacional [...] Pretendeu, e alcançou sem dúvida, mostrar aos pósteros como se conduzir na vida sem arranhões, perdoando, aceitando, renunciando e, acima de tudo, amando muito, porque *A Palestina*, não há como negar, é uma bela lição de amor."

CLDOMIR TEÓFILO GIRÃO: "Para quantos nascemos sob os auspícios do Divino Espírito Santo, às margens do Banabuiú, o livro autobiográfico de Raimundo Girão nos encanta tanto mais quanto muitas figuras moradanovenses, que nos são muito familiares, vêm até nós, através da leitura de *Palestina*."

EDUARDO CAMPOS: "A vida do memorialista está presa no tempo e no espaço a dois pontos que significam a mesma coisa: amor

à terra, amor ao Ceará: a fazenda “Palestina”, às margens do rio Banabuiú e o “Passaré”, refúgio e paraíso: pedaço de integridade selvagem, com sua lagoa, seu bosque de árvores seculares, latifúndio de paz para quem se propõe e o merecido descanso de guerreiro que soube trabalhar.”

**EUNALDO COSTA:** “Vós sois, Sr. Raimundo Girão, um escritor que primais pela elegância da forma, pela beleza das imagens, pela exatidão das idéias, cultuando o idioma pátrio com desvelo e carinho, colocando os pronomes e a adjetivação com justeza e correção. A vossa prosa desliza como veio cristalino, cheia de colorido e musicalidade, enlevando a alma da gente. Através da leitura da vossa obra sentimos que o nobre Acadêmico é possuidor de grande cultura clássica, haurida, talvez, nos filósofos greco-romanos.”

**FERNANDO PIO:** “Agradeço-lhe, sobremodo, a remessa de seu *Palestina*. Nesses dias de repouso forçado, no embalo de minha rede (não esqueça que, neste aspecto, sou também caboclo das terras banhadas pelo Banabuiú) seu livro encheu de encantamento minhas horas vadias. Sua autobiografia é um livro sincero, verdadeiro, profundamente humano, todo bordado num estilo suave e agradável, onde há, aliás, verdadeiras páginas dignas de figurarem em qualquer bem selecionada antologia.”

**FRANCISCO FAUSTO DE ALBUQUERQUE:** “Pois é exatamente por causa desse seu livro que me atrevo a escrever-lhe estas linhas. Li-o de um só hausto. Como quem bebe, com muita sede, um copo d’água.

Antes de mais nada, quero fazer-lhe um protesto. Você a paginas tantas, diz ter pena de seus leitores. E que os seus livros só serviram para curar insônias. De modo nenhum. Você é daqueles escritores — já deve ter lido e ouvido isto milhentas vezes — que, à guisa de Casimiro de Abreu, conhece muito bem o caminho do coração dos leitores. E chega até ele sem muita dificuldade. Foi o que aconteceu no meu caso. E quantos leitores gostariam de dizer-lhe da satisfação experimentada ao ler o seu livro de memórias!”

**JOÃO CLÍMACO BEZERRA:** “Contemporâneo de muitos fatos narrados pelo amigo, não como atuante, mas, muitas vezes, como simples espectador, o livro despertou em mim adormecidas saudades.

.....  
A descrição da vida no interior é uma delícia na sua singularidade. Mas aí reside a sua virtude como escritor. Tratar de ma-

neira nova e com nova vida os velhos temas, aparentemente mortos.”

**J. DE FIGUEIREDO FILHO:** “*Palestina* não foge à História. Em sua vida trepidante apesar da calma que aparenta, o Autor conta-nos o que se passou na queda do Acióli, na deposição de Franco Rabelo e os episódios. no Ceará, da revolução de 1930. Relata-nos, com precisão, várias facetas da administração que lhe foi confiada, no Município de Fortaleza, do Estado, nas associações e nos movimentos culturais. É ele das expressões máximas da cultura nordestina.”

**JOSÉ VALDIVINO:** “Livro humano. Livro franco. Livro de historiador. Mas — além de tudo — livro do coração.

A ótica do autor abrange uma grande área: sertão, serra e litoral. Abrange pessoas e épocas. Fatos pessoais e fatos sociais.

Documentário bastante válido, porque vivido e sentido pelo próprio escritor. São páginas densas, bem feitas, cuidadas.

É o pesquisador, o cientista, de mãos dadas ao estilista.”

**LAURO RUIZ DE ANDRADE:** “A verdadeira história é aquela que se descobre, olhando nos bastidores e nos buracos das fechaduras. As memórias dizem mais do que os compêndios, eivados de preconceitos e escrúpulos. Convivi com muitos dos que figuram nas lembranças. Endosso integralmente os “clichês” do passado. Quem nasceu no começo do século lerá, com delícia, este livro parecido com o de Gustavo Barroso — *Licéu do Ceará* e Consulado da China.”

**Con. MISAEL GOMES:** “Não me parecia já ter recebido o seu livro ultimamente publicado: *Palestina, uma agulha e as saudades*. Foi surpresa quando o descobri entre os volumes de minha Biblioteca domiciliar. Ah! não o larguei mais, enquanto não o li e reli, com muito prazer, sem dúvida.

Invejo-lhe a facúndia: linguagem escorreita, frase bem feita, riqueza de comentários e a lição ou confirmação selecta de mestres aballzados.”

**MOZART SORIANO ADERALDO:** “Sei que o espaço não dá para resumir, não o livro (tarefa impossível de realizar-se em simples artigo de jornal), mas a vida pública desse homem padrão que, não satisfeito com sua obra notável, quis ainda deixar-nos valeroso depoimento de suas lutas, seus ideais, seu exemplo, como a dizer dos jovens pobres como ele o foi, à semelhança do grande poeta maranhense, que “a vida é combate que aos fracos abate e aos fortes e aos bravos só pode exaltar”.

.....

Vale a pena, destarte, ler essa obra de Raimundo Girão, a melhor, em meu modo de ver, de quantas, boas todas, escreveu. Melhor porque, tendo as virtudes das demais, nesta o autor se debruça sobre os concidadãos, amistosamente, a mostrar como vale a pena ser útil e ser bom.”

PAULO AVELAR: “É, assim, o livro, em seu todo, um repositório de belos ensinamentos a quantos tenham por escopo, na vida, o maior aproveitamento do tempo em realizações que se projetam para o futuro, com franca e irrecusável perenidade.

Que o leiam, pois, moços e velhos, como se o fizessem a um compêndio de assinaladas virtudes instrutivas deleitando-se, ao mesmo passo, com as excelências, sob todos os aspectos, destas *memórias*, escritas, tal a impressão que me deixaram, ao doce embalo do *Banabuiú*.

E *Palestina, uma agulha e as saudades*, indo ao encontro dos desejos do seu realizador, inspirará, com certeza, não apenas algo como pretende ele, mas muito, muitíssimo, de bom.”

PEDRO GOMES DE MATOS: “*Palestina, uma agulha e as saudades* é um livro bom porque fonte de energias, de exaltação do caráter.”

RAIMUNDO ARAÚJO: “Este ilustre homem de letras, que acaba de publicar *Palestina, uma agulha e as saudades*, livro cheio de beleza e ternura, que vai se lendo do começo ao fim com sabor do belo e do nobre no espírito, chama-se Raimundo Girão, o distinto e vitorioso filho do Sousa, como o chamavam seu pai, Luiz Carneiro de Sousa Girão.”

RIBEIRO RAMOS: “As letras cearenses estão enriquecidas com a sua nova obra, e com ela V. entrou, definitivamente, para a galeria dos grandes memorialistas do País. O Ceará está, assim, de parabéns.”

RUBENS FALCÃO: “É um bom, um excelente trabalho, magnificamente construído. É o relato de uma existência que, se não possui lances heróicos, teve a alicerçá-la, ao lado do exemplo paterno, o amor ao estudo e a vontade de vencer com honra. Com esses atributos Você edificou uma vida utilíssima à sua Família e à nossa Terra, que tanto lhe deve já em esforço, entusiasmo e competência nos elevados cargos que ocupou. Foi contemporâneo de muitos episódios que refere, lembro-me muito bem de velhos mestres e colegas (este velho amigo entre eles). Na simplicidade com que redigiu *Palestina*, está certamente o seu maior elogio. Você abriu de par em par o coração

e deixou que ele falasse, ajudado por uma memória verdadeiramente impressionante, como Você lembra coisas de tantos anos atrás e com que exatidão... Memória assim eu só conheço a de mestre Agripino Grieco, que costuma dizer-me 'sofrer muito' com ela..."

**RUI MONTE SOARES:** "O livro do prof. Raimundo Girão é uma mensagem de fé e de otimismo. Contém páginas que visam à exaltação do amor filial, da vida matrimonial, da ética e do altruísmo, do perdão e da renúncia. Versa com mestria tema vinculado com deveres do homem-pessoa e do homem-socius. "Nascemos irrevogavelmente para servir" (p. 244). Mestre Girão é uma lúcida inteligência a serviço das letras eruditas, do Direito e dos assuntos econômicos e fazendários. Na seara da genealogia pontifica como astro de primeira grandeza.

Prosador apreciado. Seu estilo é espontâneo, preciso e harmonioso. Os cargos que ocupou com dignidade, o amor ao trabalho, a paixão pela ciência, o cultivo das virtudes, as primorosas conquistas nos domínios da historiografia, tudo isso enfoca a dimensão moral e intelectual do autor, que há contribuído fortemente para o desenvolvimento de nossas instituições filantrópicas e culturais, às quais há servido com o brilho de seu talento e a fulgência de sua cultura poliédrica."